



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA NA  
REVOLUÇÃO FRANCESA**

**Sobre as origens do conceito terrorismo**

Eduardo José Antunes Netto Carreira

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis.

Banca examinadora

Presidente: Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis (UnB-PPGHIS)

Examinador interno: Prof. Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira (UnB-PPGHIS)

Examinador externo: Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES-PPGHIS)

Suplente: Prof. Dr. André Pereira Leme Lopes (UnB-PPGHIS)

Brasília  
2016



Dedicado a Maria, que constantemente me inunda de amor, inteligência, beleza, força e bom humor.

## **Agradecimentos**

- . A meu pai, Ivan, e minha mãe, Anna, que me deram a chance desta existência e tanto me ampararam nela, especialmente na fase pior da tormenta.
- . A meus filhos Flora e Artur, que me animam a seguir em frente e tentar dar exemplo.
- . A meu irmão caçula, Luís Augusto, amigo do peito e brilhante interlocutor, o qual nunca faltou em solidariedade, otimismo e boas ideias.
- . Ao professor Estevão de Resende Martins e à professora Tereza Cristina Kirschner, por tudo que representam em termos de tradição intelectual e generosidade no Departamento de História da Universidade de Brasília.
- . A José María Tortosa, da Universidade Alicante, que além de me sugerir a epígrafe tomada de Gabriel Garcia Marques mostrou-me como se pode pensar um objeto central desde a periferia, sem complexo de inferioridade.
- . Ao professor Artur Alfaix, meu orientador, que adotou e se empenhou francamente nesta dissertação, cujas ponderações criteriosas foram fundamentais para levar a bom termo o trabalho.

## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo investigar as origens da noção de terrorismo no contexto da Revolução Francesa, com vistas a estabelecer uma plataforma básica na discussão da história do conceito terrorismo tal qual.

Para tanto, é utilizada uma metodologia que reúne elementos da história cultural e da história das ideias para determinar representações e práticas de violência revolucionária que ensejaram, a partir de durações e influxos diferentes, a criação dos neologismos *terrorisme* e *terroriste* em época termidoriana.

O resultado disso é a produção de um panorama histórico minucioso de questões linguísticas, ideológicas e comportamentais relativas à violência política na França no final do século XVIII.

Desse quadro conclui-se, finalmente, que não se forma ainda um conceito pleno de terrorismo naquele momento, pois um conceito é algo mais que uma palavra. Porém, constata-se igualmente porque ali ele começou a ser construído, ganhando desde então uma espécie de “marca de origem” fundamental para sua posterior fortuna semântica e histórica.

## Abstract

This dissertation aims to investigate the origins of the notion of terrorism in the context of the French Revolution, with a view on establishing a basic platform for discussion of the history of the concept of terrorism itself.

In order to accomplish this, it will use a methodology that combines elements of cultural history and the history of ideas to determine representations and revolutionary violence practices that, from different durations and inflows, gave rise to the creation of the neologisms *terrorisme* and *terroriste* during the Thermidorian period.

The expected result of this work is the production of a detailed historical overview of linguistic, ideological and behavioral issues related to political violence in France in the late eighteenth century.

From this scenario, finally, it is concluded that, during the French Revolution, the concept of terrorism was not fully formed, as a concept is more than a word. However, its construction commenced during that era, gaining since then a type of “birthmark”, which was fundamental for its subsequent semantic and historical fortune.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	i-vi
<b>I. Do contexto cultural que antecedeu a violência revolucionária</b> .....	1
De onde vem e o que sugere primitivamente o termo latino <i>terror</i> .....	1
Presença e variações da palavra <i>terreur</i> nas fontes históricas e lexicográficas do século XVIII.....	6
Paradoxos do Iluminismo francês .....	12
Novas sociabilidades, novas sensibilidades.....	18
Mentalidade revolucionária.....	26
<b>II. Da conjuntura política e militar que ensejou o Terror</b> .....	34
Como começou a violência revolucionária?.....	34
As grandes jornadas: Da Bastilha ao assassinato de Marat.....	39
“ <i>La Terreur à l’ordre du jour</i> ” .....	62
<b>III. La Terreur como modelo prático de violência</b> .....	67
A criação do aparato.....	67
Exército revolucionário, “Colunas Infernais” e “Representantes em missão” .....	68
O Tribunal Revolucionário: Medidas de exceção, policiamento e denunciamento .....	75
A guilhotina: Aniquilação, teatro e propaganda.....	79
Uma nota sobre estatísticas .....	86
<b>IV. O jacobinismo como paradigma ideológico do Terror</b> .....	88
Os clubes revolucionários .....	88
Os <i>sectionnaires</i> e os <i>sans-culottes</i> .....	91
A cizânia entre as elites revolucionárias .....	95
Jacobinismo como o “coração” da Revolução .....	102
Três ideólogos do Terror .....	104
O lugar doutrinário da violência na mentalidade jacobina.....	112
<b>V. Aparecimento e consolidação das palavras <i>terrorisme</i> e <i>terroriste</i></b> .....	117
O 9 Termidor como pano de fundo.....	117
Uma nota sobre o “terror branco”.....	122
O novo substantivo e o novo adjetivo.....	125
<b>Conclusão</b> .....	135
<b>Bibliografia</b> .....	139
<b>Anexo/Ilustrações</b>	

## Introdução

*El mundo era tan reciente que muchas cosas carecían de nombre, y para mencionarlas había que señalarlas con el dedo.*

Gabriel García Márquez, *Cien años de soledad*

É de conhecimento geral que a palavra terrorismo foi forjada no contexto da Revolução Francesa para qualificar os métodos de governo característicos do período conhecido como *La Terreur*. Porém, como diz Rapin, “*L’évolution sémantique qui conduit à la formation du néologisme est en revanche rarement évoquée*”<sup>1</sup>, ignorando-se desse modo um aspecto fundamental para o entendimento da noção que lhe corresponde. Com efeito, entre o “apontar o dedo” e o definir verbalmente, a história primitiva do conceito terrorismo tem merecido pouca atenção historiográfica, a despeito de sua evidente importância intelectual.

Embora existam estudos sistemáticos de fôlego impressionante nesses campos linguísticos matriciais, como os de Rudolf Walther<sup>2</sup> e de Gerd van der Heuvel<sup>3</sup>, eles são raros. E não alcançaram todas as questões suscitadas pela discussão. Primeiro, devido às naturais limitações de iniciativas desse tipo, que por mais exaustivas que sejam sempre se mostram insuficientes diante do tamanho de seu objeto, mesmo atendo-se, como nos dois casos, exclusivamente a inventários de usos vocabulares. Segundo, e muito especialmente, por causa dos problemas “extralinguísticos”, se assim se pode dizer, evocados na formação e consolidação do novo mote e que transcendem a reflexão estritamente lexical. Também nesse âmbito existem trabalhos altamente relevantes, como o que foi realizado por Annie Geffroy<sup>4</sup> ou o que vem sendo empreendido por Timothy Tackett<sup>5</sup>, nos quais se procura associar o tema da evolução da palavra terrorismo ao assunto das práticas e representações não verbais que

---

<sup>1</sup> Ami-Jacques Rapin. “L’objet évanescant d’une théorie improbable: Le terrorisme et les sciences sociales”. Em *Les Cahiers du RMES*. Bruxelas, v. V, n. 1, 2008, p. 165-213.

<sup>2</sup> Rudolf Walther. “Terror, Terrorismus”. Em Reinhart Koselleck e Otto Brunner (org.). *Geschichtliche Grundbegriffe*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1997 p. 323-444.

<sup>3</sup> Gerd van den Heuvel. “Terreur, terroriste, terrorisme”. Em *Handbuch politisch sozialer Grundbegriffe in Frankreich, 1680-1820*, Munich, Oldenbourg, Heft 3, 1985, p. 89-131.

<sup>4</sup> Annie Geffroy. Ver “Terreur et sa famille morphologique”. Em Louis Gilbert (org.). *Néologie et lexicologie*. Paris, Larousse, 1979, p. 124-134. Ou “L’étendue du vocabulaire chez Hébert et Robespierre”. Em *Cahiers de Lexicologie*. Paris, 1973, n. 22, p. 96-107.

<sup>5</sup> Timothy Tackett. Ver *The coming of the Terror in the French Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 2015. Ou *Becoming a revolutionary: The deputies of the french National Assembly and the emergence of a revolutionary culture: 1789-1790*. Princeton, Princeton University Press, 1997.

lhe informam. Entretanto, esse esforço continua outrossim minguado frente à complexidade da matéria, não encontrando-se muito mais do que meia dúzia de textos curtos que a discutam com agudez. Resumindo, permanece válida a caracterização de Rapin feita quase dez anos atrás: a história semântica ancestral do termo terrorismo persiste requerendo mais ponderação.

Em contraste com essa carência, até mesmo a compreensão do processo de cristalização do conceito terrorismo, para além do que ele significou no final da Revolução Francesa, dificilmente pode ser satisfeita sem o apelo à história primitiva que lhe fundamenta. Por “cristalização” entendo um *quantum* básico de densidade semântica e recorrência de usos que permite ao conceito em construção ser aplicado com alguma propriedade linguística fora de seu contexto original. Vai aqui certamente uma discussão teórica na qual não cabe entrar no momento, mas que pode ser antevista e abreviada lembrando-se do fato de que a noção de terrorismo só adquire uma efetiva dimensão trans-histórica com o advento das teorizações do anarquismo e do bolchevismo. Com efeito, foram os anarquistas, a partir da década de 1860, que assumiram o rótulo de “terroristas” e revitalizaram a ideia de terror revolucionário dando-lhe uma segunda e inovadora impostação<sup>6</sup>. Seguindo chamado revolucionário semelhante e promovendo uma espécie de síntese clássica mediando o *enforcement terror* dos jacobinos e o *agitational terror* dos anarquistas, a terceira contribuição fundamental para uma sedimentação básica do conceito terrorismo veio dos bolcheviques<sup>7</sup>. Daí em diante esta dinâmica conceitual passa a envolver outros componentes, mas seu núcleo central já estava doutrinariamente estabelecido como modelo específico de ação política. Modelo este que remete diretamente às práticas e representações da violência revolucionária na França entre 1789 e 1795, não podendo ser compreendido historicamente se desvinculado delas.

Visitar essa história mais recuada do conceito terrorismo e participar do debate sobre seu processo de constituição original é, pois, o propósito principal da presente dissertação.

Nesse sentido, retomo aqui, em chave mais explicativa, aquilo que já foi sinteticamente anunciado no título, subtítulo e índice da pesquisa sugerida, antes de estabelecer outras observações que acredito igualmente proveitosas para pavimentar a melhor compreensão do que será visto nos capítulos subsequentes.

Começando por recobrar o título e o subtítulo que encabeçam a proposta de dissertação, ao apreocar um estudo sobre o tema das representações e práticas da violência política na Revolução Francesa, com ênfase nas origens do conceito de terrorismo, quero aludir, precisamente, a uma enquete genérica e basilar a respeito da cultura de violência revolucionária gestada na França do final do século XVIII, somada a uma investigação mais microscópica e pontual sobre como a partir dela surgiram os neologismos *terrorisme* e *terroriste*. Evidentemente, tal labor ultrapassa a mera caracterização de um contexto e o

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Serguei Nechaiev e Mikhail Bakunin. *Catecismo revolucionário*. Madri, Felgueres, 2014 (1868).

<sup>7</sup> Ver especialmente Vladimir Lênin. “Por onde começar”. Em *Textos marxistas*, Porto, Vitória, 1975 (1901). E Leon Trotsky. *Terrorismo e comunismo: O anti Kautsky*. Rio de Janeiro, Saga, 1969 (1920).

prospectar manifestações formais do uso de certas palavras surgidas nele, não obstante implicar nisso, uma vez que o cruzamento das duas coisas avança sobre uma questão muito mais transcendente que a determinação contextual e a identificação de evidências linguísticas por si sós. Na medida em que todo conceito é uma representação, por obviedade lógica, e os conceitos políticos relativos à violência são geralmente representações de práticas, por constatação empírica, essa relação entre figura abstrata e ato tangível remete antes de tudo ao problema de como, então, a partir de ações se constituem ideias. Sem desprezar o fato de quanto essas ideias ganham autonomia e retroalimentam, por sua vez, os atos. Ou, nos termos mais objetivos da pesquisa materialmente apresentada, de como uma multifacetada experiência de violência política dentro da Revolução Francesa proporcionou em dado momento o surgimento da noção primordial de terrorismo. E o que isso significou em termos de certa tradição histórica e conceitual.

Para levar à frente toda essa discussão percorro o seguinte roteiro: no Capítulo I abordo aspectos fundamentais da cultura francesa no Iluminismo tardio relacionados com o tema da violência. Começo esta abordagem com um detido tratamento do simbolismo, da etimologia e da gramatização do termo *terreur*, que remete a longuíssimas e aparentemente supérfluas durações anteriores, mas que constituem um passo fundamental para alicerçar mais adiante a devida compreensão linguística do problema. Depois, problematizo a complexidade dos circuitos culturais da época e procuro identificar neles a gestação de uma mentalidade especialmente propensa à violência política, a qual explica, ao menos em parte, de onde veio a cultura de força e agressividade que posteriormente se tornou dominante e promoveu o *aggiornamento* ideológico e as respectivas derivações da palavra terror.

No Capítulo II, após levantar rapidamente uma discussão preliminar e especulativa sobre a questão de se a explosão da violência na Revolução foi algo “natural” ou não, passo a revisar as situações e acontecimentos que materializaram a crescente dinâmica de brutalidades que ela engendrou. Faço isto com grande cuidado cronológico e altamente interessado em descrições minuciosas de certas passagens. Elas podem parecer desnecessárias, mas minha intenção é entender e transmitir o mais vivamente possível a escalada de violência revolucionária, desde seu brote inicial até o momento em que surge uma política estatal justamente denominada *La Terreur*.

No Capítulo III cuido de verificar o que consistiu concretamente essa política, discorrendo a respeito da maquinaria institucional montada com tal finalidade, bem como de seus resultados. Compreende-se ali, basicamente, uma tipificação das principais práticas e instrumentos de violência operados pelo Estado revolucionário a partir do decreto que colocou o Terror na ordem do dia. Importam no caso tanto suas expressões formais e quantitativas, quanto aquelas simbólicas e imagéticas.

No Capítulo IV empenho-me em examinar o composto ideológico mais destilado que deu sustentação doutrinária a essas práticas. Os estudos históricos sobre terrorismo podem divergir em quase tudo, mas quanto à origem de seu conceito todos convergem em apontar o jacobinismo como ponto de referência. Em atenção a isso, discuto nesse capítulo o papel e as

características das elites revolucionárias, convergindo para uma análise do pensamento jacobino como grande síntese delas.

No Capítulo V rastreio, evidencio e contextualizo o surgimento inaugural dos termos *terrorisme* e *terroriste*, atento a falas parlamentares registradas por jornais da época, opúsculos políticos e dicionários, apurando também algo de sua fortuna literária nas décadas seguintes. Meu objetivo neste último capítulo é demonstrar a consumação linguística que permite finalmente pensar um proto-conceito e verificar sua carga semântica naquele contexto.

Encerrando esse itinerário apresento uma espécie de conclusão provisória a modo de uma síntese interpretativa das evidências compulsadas ao longo da pesquisa, aproveitando para lembrar os limites do empreendimento e apontar seus possíveis e desejáveis desdobramentos.

Considerando que nos desafios para obtenção de grau acadêmico importa ser particularmente prático, claro e coerente quanto a intenções e realizações, o propósito exibido acima merece ainda algum um reforço explicativo no sentido de dissipar preventivamente desnecessárias confusões quanto ao que se pretende a seguir. Mesmo que tal arremate introdutório pareça apenas bisar por outras vias o que já foi dito, ele ajuda a missão esclarecedora deste exórdio ao proclamar com todas as letras algumas questões que o presente argumento decididamente não ignora, mas não ambiciona discutir.

A começar pelas leituras da Revolução em si. Apesar de inúmeros ítems em aberto e visões conflitantes aqui e ali, os problemas gerais das conceituações, começos, fases, fins e contradições da Revolução Francesa encontram-se relativamente bem estabelecidas, a ponto de permitirem reflexões setoriais dali derivadas que não precisam se explicar demasiado sobre determinados pressupostos. Desse modo, por exemplo, não me detenho em replicar para além de um contorno muito aproximativo e eventual discussões sobre suas causas abrangentes, suas interpretações tradicionais ou seus diferentes processos revolucionários internos, entre outras considerações globais, exceto quando dizem respeito estritamente ao tema da violência e à pergunta que move o trabalho.

Tampouco preocupo-me em frisar que a Revolução não se resumiu à sua violência. Como se sabe, para além das rudezas que produziu, a Revolução foi capaz de criar inúmeras situações de tolerância, conagração e alegre fraternidade. As crises e as guerras revolucionárias oscilaram desigualmente no tempo e no espaço, com momentos e lugares de relativa tranquilidade. Os dias em que a massa esteve calma naqueles anos terríveis superaram os dias em que ela se agitou e foi sangrenta. Mais vezes as feiras e os comércios funcionaram normalmente do que não. Nos piqueniques das festas cívicas qualquer um podia sentar-se perto dos outros compartilhando familiarmente comidas, bebidas e esperanças sobre os novos tempos. E assim por diante. No entanto, nada disso eclipsou o ambiente violento que caracterizou a Revolução como um todo, conforme discuto exaustivamente.

Não dou relevância também à violência provinda das expressões contrarrevolucionárias, que embora deva ser relevada no quadro de mútuas agressões que

configuraram os embates da época, não se mostra importante no processo de constituição original do conceito terrorismo. Sem dúvida que desde o ameaçador *Manifesto de Brunswick* em 1792 até os massacres produzidos pelo chamado “Terror Branco” em 1794-1795, passando por memoráveis episódios promovidos pelos vendeanos e *chouans*, a violência que se enfrentou à Revolução deu relevantes demonstrações de contundência. Mas nunca a ponto de inspirar um conjunto de práticas e representações capaz de sustentar, ou sequer contribuir lateralmente, para uma noção de violência política própria ou doutrinária. Por mais que esse fenômeno seja relevante em outras perspectivas, ele não ajuda a iluminar substantivamente o que aqui se almeja. Meu recorte, insisto, exclui tudo isso, incidindo precisamente naquelas condutas e imagens que levaram de modo frontal à formulação original do conceito em questão.

E nem me debruço em demasia sobre antigas querelas de alguns autores em torno de rótulos e causalidades estritas no exame da violência revolucionária, embora essas disputas por simplificações continuem rendendo textos até hoje. No máximo lhes concedo alguns parágrafos, como quando cito a insustentável tese de que essa violência foi basicamente uma reação ou resposta da Revolução. Em alguns casos sequer falo de tais contendas, como a considerar *La Terreur* como um processo, um período ou uma ideologia, separadamente, como querem uns e outros. Para mim, dissociar essas três esferas e deter-se em como este ou aquele autor usa a expressão, não só vai em sentido contrário da perspectiva metodológica adotada no presente estudo como se perde numa metadiscussão que se distancia do verdadeiro objeto em foco e não o ilumina. Certamente que isso não significa diluir ou rejeitar a possibilidade de cada uma dessas determinações. Por Terror podemos entender legitimamente tanto um processo, quanto um período ou uma ideologia, precisando ser claro quanto a cada caso pontual em que se emprega o termo. E mais claro ainda quando se propõe um entendimento sintético da expressão, incorporando sua tripla dimensão. Mas para isso, e outras situações do tipo, não é preciso gastar aqui muitas frases, bastando economizar nas palavras, usá-las em seu devido lugar e grafá-las adequadamente, de maneira que se possa perceber sem grande dificuldade o cuidado, o esforço de coerência e, sobretudo, o sentido manifesto de suas aplicações.

Por fim, deliberadamente evito discussões teóricas e metodológicas, apesar de algumas delas estarem sugeridas, subterraneamente, do começo ao fim do trabalho. Uma ou outra são, inclusive, de capital importância para o dimensionamento perspectivo do estudo proposto, conforme procuro sinalizar em certas passagens por meio de notas bibliográficas ou comentários rápidos. O motivo dessa parcimônia é bastante prosaico e, penso, justificável. No espaço específico dessa dissertação, considero que ou bem se tenta concentrar em uma reflexão empírica ou numa teórica. Sem esquecer, evidentemente, que isto implica em matizações, nos dois casos sempre há perdas. E a escolha feita aqui foi na direção de um exercício historiográfico que privilegia determinada narrativa e análise desinteressadas, por força das circunstâncias, em discorrer sobre pressupostos teóricos ou sobre problemas por eles evocados. Somente quando, sob risco de confusão intelectual, o uso de algumas noções empregadas no texto exige maior detalhamento conceitual, aplico-me um tanto nessa direção. Mas nunca para além de um limite muito estrito, pois meu eixo é outro.

\*\*\*

## Notas técnicas

Antes avançar as páginas que virão gostaria ainda de esclarecer algumas escolhas formais que orientam a apresentação desta dissertação, acreditando que elas ajudam a compreender parte de seu esforço técnico-metódico e a esvaziar algumas discussões ociosas.

1. O sistema de citação bibliográfica que emprego nas notas de pé de página mostra-se incomum diante de certos padrões normativos, sem ferir, contudo, o espírito de clareza, detalhamento e coerência exigido nesses casos pela mais rigorosa tradição acadêmica. Assim, a cada seção de capítulo retomo a mesma sequência – cansativa e redundante para uns com maior gosto por sínteses, mas proveitosa para outros que preferem não ter de virar a página para certificar-se do que se trata em cada caso de citação de um texto – baseada no seguinte esquema: a primeira vez que uma obra é citada numa nova seção, mesmo tendo sido nomeada em outra anterior, exponho de novo todas as referências bibliográficas cabíveis a ela. Quando é preciso voltar à mesma obra na seção em curso, repito o nome do autor e do título, especificando a nova página. Sem dúvida, trata-se de um procedimento arcaico e rebarbativo, mas que não pode ser acusado de falta de nitidez, minudência ou harmonia, sendo ademais o mais seguro que encontrei para lidar com certa tendência disléxica que apresento no tratamento de referências cruzadas.

2. Toda reprodução textual em língua estrangeira é aqui mantida no original, sem apresentação de tradução, basicamente por uma questão de segurança linguística e documental, mas também por uma economia de tempo e espaço. Considerando que não se trata de um volume destinado ao público geral, mas a uma banca de especialistas e a uma comunidade acadêmica capazes de compreender as línguas usadas e a importância de suas sutilezas, não se percebe, pois, a necessidade de transliterar as citações realizadas.

3. Os textos anteriores ao século XIX que são citados adiante, mas que não fazem parte do eixo central da pesquisa, não estão arrolados na bibliografia final para aliviá-la de referências excessivas a autores terciários (César, Tácito, Agostinho, Cassiodoro, Voltaire, Rousseau etc.). De qualquer forma, sempre que essas obras são mencionadas segue-se uma criteriosa nota bibliográfica de pé de página que oferece elementos suficientes para sua identificação, rastreamento e comprovação.

4. As citações de jornais, panfletos, dicionários e outros documentos de época consultados fac-similarmente são seguidas dos endereços de rede (URL) onde eles foram consultados. Todos os endereços referidos foram checados positivamente entre 1 e 10 de março de 2016.

5. As ilustrações mencionadas durante o texto encontram-se disponíveis em anexo.

## Capítulo I

### Do contexto cultural que antecedeu a violência revolucionária

#### De onde vem e o que sugere primitivamente o termo latino *terror*

Parece que toda análise, descrição ou narrativa histórica que tenha o desenvolvimento dos conceitos como problema não perde por começar com indagações formais sobre as expressões que os engendram linguisticamente; pois os conceitos se assentam em palavras e as palavras não nascem do nada e nem significam o que quer que se queira. Essas indagações passam pela simbólica, pela etimologia e pela gramatologia. Mas não porque o auxílio dessas disciplinas possa esclarecer algum ponto absoluto de determinação semântica dos conceitos. Afinal, não raro a simbólica confunde (por sua ambiguidade), a etimologia engana (pelos descaminhos e mistérios dos motes ao longo dos tempos) e a gramatologia é insuficiente (pois entre *langue* e *parole* nem sempre há coincidência), sendo ainda que outros elementos condicionam a composição final das expressões. Tal itinerário prévio é necessário porque, a despeito das limitações explicativas de cada uma de suas partes, ao trilhá-lo o historiador reconhece e incorpora a profundidade perspectiva do problema linguístico necessariamente envolvido no processo de objetivação dos conceitos.

Assim, quando se trata de compreender historicamente as origens do processo de construção cultural do conceito de terrorismo em concreto, o passo fundamental deve ser perguntar-se sobre as palavras que serviram de base à sua materialização verbal, inquirindo concretamente sobre dois contextos linguísticos medulares. Primeiro, aquele propriamente arcaico, relativo à latinidade clássica e a certa marca formal e semântica de origem contida no termo *terror*. Segundo, aquele referente ao século XVIII, avaliando o estado e os desdobramentos desse termo na língua francesa antes que surgissem os neologismos *terroriste* e *terrorisme* na segunda metade da década de 1790.

Nesse sentido, a arqueologia mais recuada das raízes da palavra terrorismo reporta ao nome próprio latino *Terror* e ao verbo latino *terrere*, sem que se possa saber satisfatoriamente qual dos dois veio primeiro ou como ambos levaram no curso do tempo a gerar o substantivo *terrorem* e o adjetivo *terribilis*<sup>8</sup>; termos bastante antigos e muito difundidos na literatura romana, especialmente a partir da segunda metade do século I a.C.

O nome próprio *Terror* foi a designação dominante<sup>9</sup> que os habitantes do Lácio deram para *Deimos*, um dos filhos de *Áries* (*Marte*), o deus da guerra sangrenta, personificação da

---

<sup>8</sup> Para a caracterização gramatical desses e outros termos latinos, siga as indicações de Ernesto Farias. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro, Fundação de Assistência ao Estudante/Ministério da Educação, 1991 (1955).

<sup>9</sup> Outras figuras romanas também associadas a *Deimos*, porém mais incomuns e irregulares, eram *Fuga*, *Metus*, *Formido*. Não era raro, inclusive, a confusão entre *Deimos* (*Terror*) e *Fobos* (*Timor* ou *Pavor*).

força bruta e da aniquilação; ao contrário de Atena, a deusa que encarnava a guerra estratégica, defensiva, justa e diplomática (em Roma, Minerva preservou pouco desse caráter bélico). Esse processo de importação, tradução e sincretismo de ideias e nomes ocorreu por volta do século VIII a.C. e nunca chegou a reproduzir fielmente o modelo original, já por si irregular. Deimos era irmão gêmeo de Fobos. Os dois acompanhavam o pai nos campos de batalha como seus aurigas e abridores de caminho, tendo a missão de fazer as tropas inimigas abandonarem sua formação e entrarem em desespero. Nessas operações táticas, Fobos representava a angústia, ou o medo propriamente dito, que precedia o ato de violência em si. Sua tradução romana foi a divindade Timor e a ideia que lhe subjaz está bem preservada no português “fobia”. Deimos (de *Δειμος*, “dor”, “sofrimento”) representava o pânico e a comoção horrorizada diante da violência em ato. Mas não de uma violência total ou genérica, e sim uma violência demonstrativa, teatral, simbólica, “por amostragem”. Se e quando Áries entrava em ação, fazia-o para simplesmente destruir. Áries é a guerra grande. Diferentemente do pai, cuja ação produzia necessariamente a ruína física e absoluta, a tarefa dos dois irmãos, menores em poder, era abalar psicologicamente os adversários com atos pontuais e espetaculares de violência. Metaforicamente falando, eles conduziam a biga de Aquiles quando este arrastou o corpo de Heitor diante das muralhas de Troia. O incêndio devastador da cidade depois do malfadado presente aqueu, esse sim foi inspirado por Áries, sempre com a ajuda de Ênio (Belona, para os romanos), sua amante ou irmã, a “destruidora de cidades”, que encarnava os aspectos mais horríveis de uma batalha. Representada coberta de sangue e com armas de guerra, dizia-se que quando ela dava o golpe final seu corpo se transformava em chamas. Deimos e Fobos eram mais frios e calculistas, suas ações eram mais pontuais. Especialmente cultuados em Esparta, eles eram vistos menos como corporificações do que como abstrações. Eles não têm protagonismo em qualquer relato mítico importante, apesar de serem muito citados desde Homero e Hesíodo. Embora possam ser encontradas representações suas em pinturas cerâmicas, estas são raras (e quase sempre somente de Fobos).

Por sua vez, a sugestão simbólica contida no mito de Deimos (ou justamente Terror) coincidia bastante bem com o sentido semântico e a forma do velho e corriqueiro verbo *terrere*, que não se sabe exatamente de onde veio, mas que, desde já, não apresenta qualquer relação etimológica ou intercâmbio com o ainda mais antigo e comum substantivo *terra*. Estritamente falando, *terrere* significava “tremor”, no sentido de uma trepidação ou frêmito intensamente desagradável do corpo, produzidos por uma sensação psicológica situada entre o medo, o susto e o pânico. Sensação esta imposta ao indivíduo desde fora e por alguém<sup>10</sup>, detalhe fundamental que distingue o mote do igualmente difundido verbo *tremere*. Sem dúvida, a ideia de “tremor” como vibração desconfortável do corpo também estava presente em *tremere*, mas com uma diferença substantiva, pois ele se resumia basicamente a um estado de tremor desagradável do corpo produzido por algo de natureza não psicológica, como febre e frio, por exemplo. Enquanto em *terrere* sobressai a ideia de um descontrole físico devido uma ansiedade mental produzida pela ação de pessoas, sem excluir a ação

---

<sup>10</sup> Como se encontra, por exemplo, em Cícero. *Pro rosio Amerino*, 67. Madri, Clásicos Latinos, 1987. Ver também Horácio. *Odes*, 1, 2, 5. Madri, Clásicos Latinos, 1981.

impessoal (tipo uma enchente ou peste), *tremere*, ainda que pudesse apresentar o sentido de um tiritar por medo a atuação humana, remetia muito mais à ideia de um desgoverno do corpo, ainda que com implicações psicológicas, devido basicamente a causas físicas e naturais. Prova disso é que *tremere* pode ser encontrado com facilidade em referência à oscilação de objetos materiais, como a terra, um edifício ou uma vara, o que nunca é o caso de *terrere*.

Em suma, do nome próprio Terror e do verbo *terrere*, em algum momento da evolução vocabular da língua latina que não cabe aqui investigar, parece ter se desdobrado o substantivo *terror*. Ou, em outras soluções mais ou menos recorrentes e apropriadas, *terrore*, *terrorem*, *terrori*, *terroris* etc. Substantivos são palavras cujos referentes fundamentais privilegiam entidades fixas ou essenciais, ao contrário dos nomes próprios e verbos inquiridos até aqui, que mais dependem de relações simbólicas e contextuais. Substantivos pretendem remeter a coisas em si. Antes de verificar o que isso representava em concreto, ou seja, antes de considerar como o termo *terror* foi utilizado no contexto literário, vale lembrar que o seu surgimento veio acompanhado do adjetivo ou atributo *terribile* (em outras fórmulas, também *terrificus*, *terrorificum* etc.). Isto é, ao aparecimento de uma palavra para designar entes e acontecimentos a partir da dupla raiz Terror e *terrere*, correspondeu-lhe o surgimento de uma expressão para qualificar seu desdobramento.

Entre meados do século I a.C. e o século II, quando deslanchou a produção historiográfica dos romanos (César, Plínio, Salústio, Tito Lívio, Tácito, Marcelino Amiano etc.), todas essas palavras se tornaram comuns na alta literatura latina. Nesse sentido, elas conservam basicamente o sentido geral de medo intenso ou pânico produzido pela ação de alguém, com um significado eminentemente ligado à guerra e à violência política. Dessa forma, César usou abundantemente da expressão em *De bello gallico*<sup>11</sup>. Por exemplo, como sinônimo de pânico, ao escrever “*terrore equorum*” a propósito do desespero dos gauleses diante de uma carga da cavalaria romana (Livro IV, 33). Ou ao falar de “*maximum hostibus terrorem inferant*”, isto é, o impor total descontrole ao oponente (Livro VII, 8). O termo também aparece como sinônimo de medo, por exemplo, na expressão “*terrore periculi*”, ou seja, a apreensão natural diante do perigo de ataque inimigo (Livro VIII, 5). Ou quando fala de certo tipo de pressão para conservar amigos leais: “*et fideles amicos retinebat et dubitantes terrore*” (Livro VIII, 3). É verdade que outros sentidos conexos ou intermediários também são encontrados no texto. Como na passagem “*non minimum terrorem foro inferrent*” (Livro VIII, 52), por exemplo, onde *terrorem* pode ser entendido como alarme ou sobressalto. Em *De bello civile* não é diferente. Nos três livros do relato, César usa cerca de vinte vezes variações da palavra *terror*, sempre dentro desse mesmo contexto semântico. Ou seja, invariavelmente atento às sugestões do nome Terror e do verbo *terrere*.

Salústio usa o mesmo vocabulário em *Bellum iugurthinum*<sup>12</sup>, assim como Tito Lívio em *Ab urbe condita*<sup>13</sup>, entre outros historiógrafos que o empregaram com fartura. Mas talvez

---

<sup>11</sup> Júlio César. *De bello gallico*. México, UNAM, 1988.

<sup>12</sup> Salústio. *Bellum iugurthinum*, 7, 20, 31, 37 etc. Milão, Garzanti, 1994.

nenhum deles o tenha replicado tantas vezes como Tácito nos *Annales*<sup>14</sup> (mais de vinte) e em *Historiae*<sup>15</sup> (quase quarenta), com igual propriedade. A ideia de *terror* continua oscilando entre uma aflição e um medo mais ou menos difusos e um pavor-pânico, mas sempre disseminados pela ação de um sujeito humano. É o medo pelo que possam fazer os inimigos, pela iminência de uma batalha ou pela simples evocação do nome de Roma. E é o pânico em situações de desespero e descontrole, tipo um massacre em ato. Mas Tácito vai além disso e apresenta um emprego semântico e técnico ainda mais apurado dos termos, ressaltando a ideia de terror basicamente como um estado psicológico logrado com demonstrações e ameaças calculadas. Por isso ele fala em “*ad terrorem ceterorum adfici verberibus*”, isto é, em açoitar alguém para aterrorizar terceiros (*Annales*, I: 21). E defende as virtudes educativas de impor o medo de ser supliciado a alguém, conforme “*cuius terrore et paucorum supplicio rediit oppidanis concordia*” (*Annales*, XIII: 48). Esse caráter de intimidação e mensagem, mais do que a violência bruta, é reiterado em diversas outras passagens, como “*nec ullis deinde terroribus*” (*Historiae*, II: 3) ou “*Praeceptis posthac Agrippina ruere ad terrorem et minas*” (*Annales*, XIII: 14). Mais interessante ainda, Tácito fala que o terror deve ser administrado pragmaticamente como uma espécie de método intimidatório que se pode e se deve *adicere*, isto é, “dosar” (*Annales*, XV:27).

Na altura em que Tácito escrevia, não se deve esquecer que o termo *terror* também tinha um significativo e tradicional lugar no linguajar do Direito comum, conforme a antiga e liminar figura da justiça romana conhecida como *argumentum ad terrorem*, aliás ainda viva no Direito atual<sup>16</sup>. Ao evocar as consequências fisicamente negativas que podiam resultar da não admissão de determinada tese legal, essa figura se consubstanciava basicamente na proclamação de uma ameaça extrema, jogando com a imposição do medo sobre o oponente. Diferentemente da ideia popular de *argumento ad báculo* (“do porrete”), que não tinha a mesma fortuna jurídica e não se referia propriamente a um silogismo, mas a um fato, a ideia de *argumento ad terrorem* correspondia perfeitamente ao uso dado por Tácito ao mote *terror*, no sentido de uma comunicação especialmente extrema e opressiva, por isso mesmo necessariamente encenada e calculada. Como uma espécie de falácia. Mais no sentido de apelação metódica ao medo do que de apelação imediata e inexorável à força.

É certo que esses mesmos termos *terror*, *terrore*, *terrorem*, *terrori*, *terroris* e outros pelo estilo foram usados na literatura latina com significados mais prosaicos. Por exemplo, em relação ao resultado angustiante de um mero conflito pessoal, como aquele que acometeu Alcumena diante da possibilidade de ser acusada de adultério, na comédia de Plauto<sup>17</sup>. Ou,

---

<sup>13</sup> Tito Lívio. *Ab urbe condita*, I: 2, 12, 14, 27, 28, 33, 37, 51, 56 etc. Milão, Garzanti, 1990.

<sup>14</sup> Tácito. *Annales*. Turim, UTET, 1997

<sup>15</sup> Tácito. *Historiae*. Turim, UTET, 1983.

<sup>16</sup> Joaquín Balboa. *História del Derecho romano*. Madri, Ojeda, 1957, p. 124.

<sup>17</sup> Plauto. *Amphitruo*, Ato V:1066. Vicenza, Guillarducci, 1983.

por outro lado, em relação a tragédias naturais e catástrofes independentes do desejo dos homens, como se vê em Sêneca quando ele fala do desespero causado por terremotos<sup>18</sup>. Mas isso não era a regra dominante. Repassando vasta literatura da latinidade clássica, são poucas as vezes em que aparecem variações da matriz *terror* com esses sentidos mais laxos. A regra, pelo menos até o começo da agonia da civilização clássica no final do século IV, era o significado eminentemente ligado à guerra, à violência política e ao exercício do poder institucional, com um viés de ação deliberada para causar um preciso estado psicológico de medo ou pânico como forma de liquidar resistências. Nas *Historiae*<sup>19</sup> de Amiano Marcelino, talvez o último grande historiador romano clássico, isso é particularmente claro, confirmando a dominância de um padrão semântico a cavalo entre o simbolismo de Deimos e o sentido estrito do verbo *terrere*.

A difusão da literatura cristã no mundo latino – depois que Constantino abriu as portas à nova religião nas primeiras décadas do século IV e que o império como um todo desabou institucionalmente com Teodósio no final do mesma centúria – trouxe uma notável mudança nesse sentido. No momento em que os textos dominantes se revelaram impregnados pela promessa dos *Evangelhos* e a velha sociedade pagã se esvaiu definitivamente, os ecos simbólicos e linguísticos do mito de Deimos e do antigo verbo *terrere* parecem se esvanecer. Em lugar disso floresce um vocabulário teológico no qual primou a expressão *terror dei*, a partir da tradução da *Bíblia* ao latim feita por Jerônimo<sup>20</sup>, quando diferentes menções ao poder de Yehovah foram vertidas como *terror* (*Êxodo*, 23:27; *Deuterônimo*, 2:25, 11:25; *Josué* 2:8 etc.). É bem sabido que essa tradução encomendada pelo papa Damásio I pouco antes de morrer em 384 tinha um objetivo de divulgação (daí ser justamente conhecida como *vulgata editio*) e foi escrita em um latim corrente, distante daquele latim clássico de Cícero, que Jerônimo conhecia, mas não utilizou. Sua tradução direta do hebraico não só pretendia ser mais exata e completa do que as versões anteriores (especialmente a coleção chamada de *Vetus latina*, iniciada no século II a partir da *Septuaginta*), mas também “ser mais fácil de entender”. Considerando que por cerca de dez séculos este foi o texto angular da cristandade, pode-se imaginar a influência de cada uma de suas palavras, para bem e para mal, na formação do vocabulário medieval.

No século VI, a *Historia de regibus gothorum*<sup>21</sup> de Cassiodoro (via Jordanes) ainda emprega o termo *terror* de modo essencialmente político e militar, com bastante precisão conceitual em relação à tradição. Assim, o terror é uma técnica de poder que explora a face mais apavorante da violência (XXIV:127), que pode ser dosado de modo particular (VIII:56) e conseguido, por exemplo, com o impacto psicológico da exposição pública de cadáveres (XLVIII:247). Mas a tendência dominante que se nota com o avanço do cristianismo vai em

---

<sup>18</sup> Sêneca. *De providentia*, IV:1. Madri, Clásicos Latinos, 1978.

<sup>19</sup> Amiano Marcelino. *Historiae*, XXV:4, XXVI:2, XXVI:10 etc. Turim, UTET, 2002.

<sup>20</sup> Jerônimo. *Vulgata*. Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1954.

<sup>21</sup> Cassiodoro. *Historia de regibus gothorum*. Roma, Portale, 1985.

direção a uma permissividade terminológica maior. Ela já era notável uns cem anos antes de Cassiodoro, quando em meados do século V a literatura cristã começou a se tornar hegemônica. Dessa forma, Agostinho fala no *De civitate dei*<sup>22</sup> do *terror* tanto como pavor de castigos físicos nos métodos de aprendizagem escolar infantil (I:14), como medo dos fiéis diante do poder dos sacerdotes nos templos egípcios (X:9), como o alarme que tomou conta do Fórum diante da iminência de invasão de inimigos (XIX:12), como apreensão das autoridades diante de um levante popular (XIX:17), ou como, é claro, simples temor de Deus (IX:23). Mas nada do *terror* como técnica específica de violência militar e política. Do mesmo modo que a *História francorum* de Gregório de Tours, a *Etimologiae* de Isidoro de Sevilha, a *Historia ecclesiasticam gentis anglorum* de Beda e tantos outros tratados que raramente emprestam ao termo algum significado político e militar relevante. Quando vemos, por exemplo, a miríade de fontes latinas a partir dos séculos VIII e IX que repetem a palavra *terror* como “medo de cometas que cruzam o céu” e de outros pavores tão intangíveis como prosaicos, não se pode deixar de pensar que houve uma perda de precisão semântica em relação às fontes da Antiguidade. Parece mesmo, numa primeira impressão, que os medievais se desgarraram do simbolismo do deus romano e do significado do verbo *terrere*, a ponto de quase esquecerem os usos próprios e relaxados ao termo *terror*.

Apenas quase. Afinal, no fundo, a Idade Média nada esqueceu. Veja-se, a propósito, o uso que no século XI Geoffrey de Monmouth deu ao termo *terror* na sua *História hierosolymitanae expeditionis*<sup>23</sup>. Porém, para o argumento que se pretende aqui não é preciso continuar de modo temporalmente linear nesse exercício de arqueologia semântica. O entendimento das bases linguísticas fundamentais da expressão latina que nos ocupa parece já estar suficientemente favorecido. Nesse sentido, pode-se dar um salto cronológico e cultural em direção ao contexto lexical da França na segunda metade do século XVIII, sem qualquer perda das variações vocabulares apresentadas anteriormente. Até mesmo porque lá se recupera algo de seu mais importante sentido original.

## **Presença e variações da palavra *terreur* nas fontes históricas e lexicográficas do século XVIII**

A frequência da palavra *terreur* nos documentos do século XVIII, exceto num resquício idiossincrático irrelevante<sup>24</sup> e numa localizada novidade conceitual<sup>25</sup>, reflete

---

<sup>22</sup> Agostinho. *Civitate Dei*. Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1963.

<sup>23</sup> Geoffrey de Monmouth. *História hierosolymitanae expeditionis*. Kent, Hilton, 1992.

<sup>24</sup> Como na evolução de outros ramos do latim, não faltaram no desenvolvimento do francês tardo medieval casos em que as expressões *terrae*, *terram* e outras próximas se confundiram ilegitimamente com aquelas advindas de *terror* e *terrere*. Encontram-se assim nos séculos XV e XVI fontes que usam o termo *terreur* em lugar de *terroir* (terreno, pedaço de chão, “campanha”), e vice-versa, entre outras sobreposições escandalosas de significados, sem sempre devido a erros de grafia. Alguns raros documentos do século XVIII ainda trazem estas expressões, mas elas não prosperaram. Ver Alain Restall. *Questions d'étymologie*. Louvain, Thacon, 1998, p. 97.

basicamente a mesma fortuna semântica do latim *terror* exposta anteriormente. Mas com uma importante diferença, entretanto. Agora, na plenitude do Iluminismo, mostrava-se cada vez mais incisiva a consciência sobre o uso político e militar do termo. Os maiores signos disso encontram-se, sem dúvida, no *Dictionnaire de L'Académie Française* e na *Encyclopédie*, especialmente esta última.

A primeira edição do *Dictionnaire*, de 1694, se retomava em muitos aspectos o *Thresor de la langue française tant ancienne que moderne* de Jean Nicot (1606) – durante décadas o dicionário mais reverenciado na França e talvez o primeiro a trazer um verbete *terreur* –, o *Grand Dictionnaire historique ou Le mélange curieux de l'histoire sacrée et profane* de Moréri (1674), o *Discours sur l'Histoire universelle* de Bossuet (1681) e o *Dictionnaire historique et critique* de Pierre Bayle (1692), nos quais o termo aparece de forma destacada, porém sempre extremamente sucinta. Veja-se o que diz o Nicot, por exemplo: “*Terreur, Terror. Faire ou donner terreur, Terrere, Terrificare, Territare*”<sup>26</sup>. Essa economia de palavras não deve, entretanto, enganar. Não se trata aqui de um mero rondó de palavras parecidas. Cada uma delas, com seu respectivo uso de maiúsculas e itálico (mantido tal qual na citação), faz remissões ao deus romano, à ideia de um medo que vem de fora, ao tremer de medo, enfim. O dicionário da Academia não fazia menção direta ao mito de Terror e nem ao verbo *terrere*, mas não deixava de captar o essencial desses dois aspectos dentro de sua linguagem mais pretenciosa. Assim, a entrada “*TERREUR*” é apresentada um substantivo referente à ideia de

*“Espouvante, grande crainte, agitation violente de l'ame causée par l'image d'un mal present, ou d'un peril prochain. Jetter la terreur parmy les ennemis. répandre la terreur par tous les lieux où l'on passe. remplir de terreur. il portoit la terreur par tout. On dit en parlant d'un grand Prince, d'un Conquerant, qu'Il remplit tout de la terreur de son nom, pour dire, que Son nom imprime la terreur par tout. Et on appelle, Terreur panique”*<sup>27</sup>.

Note-se que, por um lado, o terror não é uma sensação extrema derivada da experiência da violência em ato na própria carne, mas causada por uma imagem. Ou por algo que está próximo. De outro lado, repare-se que terror é a própria ação de produzir essa sensação, notadamente com fins políticos e militares.

---

<sup>25</sup> Relativa ao uso estético do termo, na medida em que se consagra no teatro moderno a discussão das categorias aristotélicas na tragédia. Em concreto, a tensão entre *φόβος* e *έλεος*, traduzidas tradicionalmente pelo par “terror” (embora literalmente se exigisse “fobia”) e “compaixão”. Ver, por exemplo, François Parfaict. *Histoire du théâtre français depuis son origine jusqu'à présent*. Paris, Le Mercier Ed., 1748, t. V, 314, t. XV, p. 304 etc.

<sup>26</sup> Jean Nicot. *Trésor de la langue française tant ancienne que moderne*. Paris, David Douceur, 1606, p. 625. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8621x/f639.item.r=Jean%20Nicot.zoom>>.

<sup>27</sup> *Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris, Coignard, 1694, p. 554. Disponível em <<http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=terreur&dicoid=ACAD1694&headword=&dicoid=ACAD1694>>.

A quarta edição do *Dictionnaire*, de 1762, a última anterior à Revolução, repete basicamente as versões passadas. Continua-se a ignorar questões etimológicas e mantem-se as duas referências fundamentais, mas se acrescenta ao texto básico, todavia, dois detalhes ao falar de um terror súbito sem explicação e um terror dos juizes. Desse modo, “*TERREUR*” é uma

“*Émotion causée dans l'ame par l'image d'un mal ou d'un péril prochain, épouvante, grande crainte. Jeter la terreur parmi les ennemis. Répandre la terreur par tous les lieux où l'on passe. Remplir de terreur. Il portoit la terreur par tout. En parlant d'Un Conquérant, on dit, qu'Il remplit tout de la terreur de son nom, pour dire, que Son nom imprime la terreur par tout. En parlant d'Un grand Capitaine, on dit, qu'Il est la terreur des ennemis. Et d'un Juge sévère, qu'Il est la terreur des scélérats. On appelle Terreur panique, Une terreur subite, dont on est troublé sans sujet & sans fondement. Il lui prit une terreur panique. Il se répandit une terreur panique dans l'armée*”<sup>28</sup>.

Depois de quatro edições e quase setenta anos de processo escritural coletivo, como se pode ver, o verbete *terreur* não exibiu evolução relevante ou suscitou maior atenção no Dicionário da Academia.

Algo realmente novo, no sentido de um tratamento minucioso da palavra *terreur*, aparece mesmo é com a *Encyclopédie*. Apesar de seus pouco mais de cinco mil exemplares impressos oficialmente em vinte anos de atividade editorial, contrastando com as dezenas de milhares de *Dictionnaires* entregues ao público durante seis décadas, a importância cultural da iniciativa de Diderot e d'Alambert não foi menor do que aquela mantida pela *Académie Française*. Editada irregularmente entre 1751 e 1772 e animada pelas mãos de muitos autores, esta obra que mapeou grande parte do espectro conceitual da cultura francesa de seu tempo é, na verdade, ainda mais sugestiva que aquela quando se trata de pensar o vocabulário dos formadores de opinião nas décadas imediatamente anteriores à Revolução. De fato, nessa coleção antológica (cerca de 70 mil artigos e 22 milhões de palavras) existem dezenas de verbetes que usam mais de cem vezes a palavra *terreur*. Nenhuma outra obra anterior emprega tantas vezes o termo, seja em situações variadas ou tentando defini-lo precisamente.

Na *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, a palavra *terreur* é encontrada 279 vezes em diversos verbetes, aqui e ali associada a situações intangíveis, triviais ou metafóricas (“terror da religião”, “terror de uma máscara teatral”, “terror que os maridos têm das esposas” etc.), e também a situações concretas que independem da ação humana (“terror gerado por cataclismos naturais”, “terror por epidemias mortais” etc.). Geralmente ela apresenta como sinônimo mais recorrente a ideia de *panique* (a expressão mais intensa e descontrolada do medo) e como antônimo a ideia de *pitié* (a misericórdia dos soldados, da natureza, de Deus etc.). A presença de ecos da poética aristotélica nisso não é descartável, conforme sugerido em nota anterior. Seja como for, tão

---

<sup>28</sup> *Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris, Bernard Brunet, 1762, v. II, p. 824. Disponível em <<http://portail.atilf.fr/cgi-bin/dico1look.pl?strippedhw=terreur&dicoid=ACAD1762&headword=&dicoid=ACAD1762>>.

importante como essas acepções genéricas, acumulam-se em maior número os verbetes que falam no “terror que antecede uma batalha”, no “terror imposto aos inimigos”, no “terror como método de governo dos tiranos” e outras expressões que denotam especialmente seu uso político e militar.

Essa tendência pode ser observada no conjunto de verbetes escritos pelo médico Louis de Jaucourt, homem de enorme erudição e um dos mais prolíficos colaboradores da Enciclopédia, que entre outros tantos artigos, inclusive científicos, foi responsável pelas vozes guerra, escravidão, inquisição, monarquia, povo e, especialmente, duas outras intituladas “*PEUR, FRAYEUR, TERREUR*” e “*TERREUR*”, as quais vale considerar detidamente. Por “*TERREUR*”, ele diz:

*“s. f. (Gram.) grand effroi causé par la présence ou par le récit de quelque grande catastrophe. Il semble assez difficile de définir la terreur; elle semble pourtant consister dans la totalité des incidens, qui en produisant chacun leur effet, & menant insensiblement l'action à sa fin, opere sur nous cette appréhension salutaire, qui met un frein à nos passions sur le triste exemple d'autrui, & nous empêche par-là de tomber dans ces mêmes malheurs, dont la représentation nous arrache des larmes; en nous conduisant de la compassion à la crainte, elle trouve un moyen d'intéresser notre amour-propre par un sentiment d'autant plus vif du contre-coup, que l'art de la poésie ferme nos yeux sur une surprise aussi avantageuse, & fait à l'humanité plus d'honneur qu'elle ne mérite. On ne peut trop appuyer sur les beautés de ce qu'on appelle terreur dans le tragique. C'est pourquoi nous ne pouvons manquer d'avoir une grande opinion de la tragédie des anciens: l'unique objet de leurs poètes étoit de produire la terreur & la pitié. Ils choisissoient un sujet susceptible de ces deux grandes passions, & le façonnent par leur génie. Il semble même que rien n'étoit plus rare que de si beaux sujets; puisqu'ils ne les puisoient ordinairement que dans une ou deux familles de leurs rois. Mais c'est triompher de l'art que de réussir en ce genre, & c'est ce qui fait la gloire de M. Crébillon sur le théâtre françois. Toute belle qu'est la description de l'enfer par Milton, bien des gens la trouvent foible auprès de cette scène de Hamlet, où le phantome paroît. Il est vrai que cette scène est le chef d'œuvre du théâtre moderne dans le genre terrible: elle présente une grande variété d'objets, diversifiés de cent façons différentes, toutes plus propres l'une que l'autre à remplir les spectateurs de terreur & d'effroi. Il n'y a presque pas une de ces variations qui ne forme un tableau, & qui ne soit digne du pinceau d'un Caravage. (D. J.). TERREUR, (Mythol.) divinité du paganisme. Hésiode dans sa théogonie, dit que la terreur & la crainte étoient nées de Mars & de Vénus. Lorsqu'Homere décrit les armes de Minerve allant au secours de Diomedé & des Grecs, il met sur son égide la Peur, la Discorde, la Terreur & la Mort. Dans le liv. II. où il décrit le bouclier d'Agamemnon qui se prepare au combat, il dit qu'au milieu de ce bouclier étoit gravé en relief l'épouvantable Gorgone accompagnée de la Terreur & de la Fuite. Dans le XV,*

*lorsque Mars apprend par le récit de Junon que l'on a tué son fils Ascalaphe, ce dieu ému de colere ordonne à la Terreur & à la Fuite d'atteler son char*)<sup>29</sup>.

Repare-se desde logo o espaço reservado ao verbete e a quantidade de referências feitas nele, retomando quase tudo que se disse anteriormente. Das remissões etimológicas e mitológicas, passando pelos usos mais laxos e prosaicos do termo aos mais precisos e politicamente orientados, reconhecendo mesmo a dificuldade de defini-lo, Jaucourt oferece ainda algumas novidades. Por exemplo, ao variar sobre o poder benéfico do terror, (que “*opere sur nous cette appréhension salutaire, qui met un frein à nos passions*”), considerando o antigo *topos* aristotélico que opõe os sentimentos de terror e piedade na base do processo catártico da tragédia grega. *Topos* este que ele também reconhece em Shakespeare, Milton e Crébillon.

O que nesse verbete pode parecer ainda genérico ou amplo demais adquire na entrada “*PEUR, FRAYEUR, TERREUR*” uma explicitação que não deixa dúvidas sobre essas três palavras. Nesse sentido, novamente vale reproduzir o artigo quase por inteiro:

*“ces trois expressions marquent par gradation les divers états de l'ame plus ou moins troublée par la crainte. L'appréhension vive de quelque danger cause la peur; si cette appréhension est plus frappante, elle produit la frayeur; si elle abat notre esprit, c'est la terreur. La peur est solvante un foible de la machine pour le soin de sa conservation, dans l'idée qu'il y a du péril. La frayeur est une épouvante plus grande & plus frappante. La terreur est une passion accablante de l'ame, causée par la présence, ou par l'idée très forte de l'effroi. Quelques exemples tirés de l'histoire romaine, vont justifier la distinction qu'on vient de donner de ces trois mots. [...] Pyrrhus cut moins de peur des forces de la république, que d'admiration pour ses procédés; au contraire dans la suite des siècles, Attila faisoit un trafic continuel de la frayeur des Romains; mais Julien par sa sagesse, sa constance, son économie, sa valeur, & une suite perpetuelle d'actions héroïques, rechassa les Barbares des frontieres de son empire; & la terreur que son nom leur inspiroit, les contint tant qu'il vécut. [...] Auguste armé, craignoit les révoltes des soldats; & quando il fut en paix, il redoutoit également les conjurations des citoyens. Dans la peur qu'il eut toujours devant les yeux d'éprouver le sort de son prédécesseur, il ne songea qu'à s'éloigner de sa conduite. Voilà la clé de toute la vie d'Octave. [...] On lit qu'après la perte de la bataille de Cannes, la frayeur fut extrême dans Rome; mais il n'en est pas de la consternation d'un peuple libre & belliqueux, qui se trouve toujours des ressources de courage, comme de celle d'un peuple esclave qui ne sent que sa foiblesse. [...] Le célèbre sénatus - consulte que l'on voit encore gravé sur le chemin de Rimini à Cézene, par lequel on devoit aux dieux infernaux quiconque avec une cohorte seulement, passeroit le rubicon, prouve combien le senat appréhendoit les desseins de César. Aussi ne peut - on exprimer la terreur qu'il repandit lorsqu'il passa ce ruisseau.*

---

<sup>29</sup> Louis de Jaucourt. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Genebra, Pellet Ed., 1765, t. XVI, p. 184 e 185. Disponível em <[http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/showrest\\_?conc.6.1.9475.200.278.encyclopedie0513](http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/showrest_?conc.6.1.9475.200.278.encyclopedie0513)>.

*Pompée lui - même eperdu ne sut que fuir, abandonner l'Italie, & gagner promptement la mer*<sup>30</sup>.

Consoante tal definição, terror é um estado de alma perturbado por um medo que se mostra mais intenso do que o simples temor (a apreensão difusa e angustiosa devido a iminência de algum perigo) e o susto (o sobressalto apavorante devido um impacto concreto), numa espécie de “pulsão avassaladora que abate o espírito”. A partir disso, Jaucourt vai mais longe do que apresentou em sua definição no verbete “TERREUR” (quando associou-o singelamente ao termo *effroi*) e estabelece uma tipo de escala de medos, na qual o terror representa o clímax ou somatória. Certamente premido pela dificuldade de avançar nessa distinção em abstrato, ele passa subitamente a “alguns exemplos tirados da história romana para justificar a distinção entre esses três motes”. Mais do que discutir a propriedade ou significação desses exemplos, cabe ressaltar que todos eles são retirados de contextos políticos ou militares. Não há qualquer menção ao terror dos cataclismos, o terror de Deus, o terror no teatro, o terror das esposas sobre os maridos. Aqui, ainda que o mote *terreur* continue a ser ambivalentemente definido, ele vincula-se fundamentalmente a uma prática humana e específica de violência. Precisamente, a um método. Método que recorre a valores máximos de patrocínio do medo (segundo a escala *peur, frayeur e terreur*), que está relacionado aos negócios políticos e militares (conforme os exemplos escolhidos), que, enfim, tem sua história simbólica e linguística ancorada na antiguidade latina clássica (consoante a remissão a Roma). Esse sentido metodológico aparece também em outros verbetes emblemáticos escritos por Jaucourt, às vezes relacionados ao exercício do poder civil do Estado (como na entrada “*PEINE*”, no sentido jurídico, quando fala do valor educativo do terror na aplicação exemplar das sentenças criminais).

A despeito da substância das acepções do termo *terreur* oferecidas por Jaucourt, ele não menciona, entretanto, alguns usos importantes e muito difundidos já em seu tempo, como, por exemplo, a ideia de *terreur populaire*, no sentido do pânico que toma conta de comunidades inteiras motivado pela disseminação de pestes, carestia, boatos ou mesmo razões infundadas<sup>31</sup>. E falta também do terror como sistema ou regime próprio de governos despóticos, o que é mais notável, já que ele foi o autor do verbete “*DESPOTISME*”, certamente tendo conhecido a muito difundida obra de Montesquieu, *L'Esprit des lois*, na qual este fala com todas letras do “*gouvernement despotique, dont le prince est la terreur*”<sup>32</sup>. Esta ausência é ainda mais curiosa quando se sabe que a expressão *régime de terreur* como prática típica das tiranias aparece cinco vezes no *Nouveau dictionnaire historique* (1766) de

---

<sup>30</sup> Louis de Jaucourt. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Genebra, Pellet Ed., 1765, t. XII, p. 480. Disponível em <[http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/showrest\\_?conc.6.1.9475.100.199.encyclopedie0513](http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/showrest_?conc.6.1.9475.100.199.encyclopedie0513)>.

<sup>31</sup> Como sugere Gerd van den Heuvel. “Terreur, terroriste, terrorisme”. Em Rolf Reichardt e Eberhart Schmitt. *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich: 1680-1820*. Munique, Oldenburg, v. 3, 1985, p. 92-94.

<sup>32</sup> Montesquieu. *L'Esprit des lois*. Paris, Hachette, 1983 (1748), III:9 e VI:9.

Louis-Mayeul Chaudon<sup>33</sup>, cuja publicação teve enorme sucesso de vendas; quase vinte vezes no também muito vendido *Nouveau Dictionnaire historique portatif* (1769) de Jean Saas<sup>34</sup>; uma dúzia de vezes na *Histoire des hommes ou Histoire nouvelle de tous les peuples du monde* (1782) de Delisle de Sales, que igualmente foi um êxito editorial<sup>35</sup>.

Seja como for, na segunda metade do século XVIII não faltava uma plataforma linguística formal e semântica para o advento do neologismo *terrorisme* que aparecerá mais tarde. Essa plataforma verbal, no entanto, por si só não era suficiente para gerar o novo termo. Antes de chegar lá ela precisou ser vivificada com novas práticas e representações. Para compreender isso proponho dar uma grande volta.

### Paradoxos do iluminismo francês

Descuremos, portanto, para retomá-las mais adiante, das questões estritamente linguísticas e do vocábulo *terreur* em específico. Estabelecer na medida do possível as bases formais e semânticas das palavras (seus rudimentos simbólicos, etimológicos e gramaticais) é uma tarefa fundamental de toda história interessada nos conceitos. Mas isso só adquire real importância se confrontado com uma discussão sobre as bases mentais, isto é, o *environment* cultural de fundo, que permite em dado momento imprimir aos termos determinada significação e fazer deles instrumento de certa ação.

Sobre os perigos de uma história das mentalidades já alertaram vários importantes autores, inclusive alguns que contribuíram decisivamente para ela, como Le Goff ou Vovelle<sup>36</sup>. Difícil sob o ponto de vista teórico, tendente a generalidades e muitas vezes satisfeita com obviedades, a ideia de uma trama dominante ou particularmente influente de pensar e de sentir, que interfere determinadamente nas escolhas dos indivíduos de modo mais ou menos conscientes dela, pode ser historiograficamente mistificadora. No entanto, se desreificada e decomposta em escalas menores não necessariamente coincidentes, ela pode ser muito esclarecedora. Assim, mentalidade dominante com que amplitude espacial e temporal? Mentalidade de uma comunidade inteira, dependendo de como ela é definida, ou de grupos sociais que a integram, dependendo também de como são definidos? Em que medida falar de mentalidade ou mentalidades? Como harmonizar nisso as visões de mundo próprias das elites intelectualizadas, mais articuladas sob o ponto de vista formal, e as visões

---

<sup>33</sup> Louis-Mayeul Chaudon. *Nouveau dictionnaire historique*. Paris, Frenqueur, 1766. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63399635>>.

<sup>34</sup> Jean Saas. *Dictionnaire historique portatif*. Paris, Maurice Partier, 1769. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k24194s/f1.item.zoom>>.

<sup>35</sup> Delisle de Sales. *Histoire des hommes ou Histoire nouvelle de tous les peuples du monde*. Paris, Legrand, 1782. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65466028>>.

<sup>36</sup> Ver Jacques Le Goff. Em Le Goff e Pierre Nora (org.). *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 68-83. E também Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, p. 9-25.

das massas anônimas, mais difusas e impalpáveis? Desconsiderando dessa forma a ideia de mentalidade como entidade explicativa com poderes quase milagrosos de elucidação dos fenômenos culturais, mas reconhecendo o devido lugar de certas crenças, imagens e valores desigualmente compartilhados no moldar da ação social de alguns grupos de pessoas dentro de dadas linhagens de pensamento e experiência, não se pode seguir adiante sem indagar, justamente, sobre as bases mentais que nutriram as práticas de violência que mais adiante vivificarão o termo *terreur* numa prática, linguística e doutrinária jamais vista.

Nesse sentido, a primeira questão que salta aos olhos refere-se ao papel que o Iluminismo teve na construção dessa mentalidade, afinal ele foi o grande movimento intelectual que dominou a cena cultural do século XVIII. Sem dúvida que parece estranho, à primeira vista, associá-lo a comportamentos e doutrinas violentas. Afinal, como corrente de pensamento ele se caracteriza justamente pela apologia da razão e do humanismo, a crítica das tradições religiosas, a denúncia da opressão, o reclame de direitos fundamentais, a convocação de uma moralidade natural e virtuosa, a exaltação da tolerância e a proclamação da liberdade como valor máximo, entre outras promessas civilizatórias e mansas. Porém, apesar de sua inequívoca consistência como fenômeno ideológico que augurava uma era de paz e boa vontade, ele esteve distante de apresentar uma uniformidade de intenções e realizações inofensivas. Seja por suas próprias contradições, pela evolução ao longo do tempo, por seus desdobramentos centrais e laterais, pelas diferentes visões e desempenhos de seus atores, decididamente o Iluminismo foi mais paradoxal e sombrio do que gostariam seus incautos entusiastas. Especialmente nas três décadas anteriores à Revolução<sup>37</sup>.

Roger Chartier tratou de vários aspectos conflitantes dessa evolução ligados à violência<sup>38</sup>. De um lado, por exemplo, existiam as noções de Direitos Humanos e da violência como contrária à razão (a lei deveria ser “humana”, a tortura deveria ser abandonada, a guerra deveria ser evitada ou ao menos “civilizada”, atendo-se a metas políticas específicas e limites daquilo que é responsável, etc.). Essas sugestões, intuídas originariamente em certos círculos das universidades espanholas tardo-renascentistas (penso aqui na chamada Escola de Salamanca e em Molina, Soto e Suárez) e enriquecidas por destacados pensadores do século XVII, (especialmente Locke), ganharam corpo real com o Iluminismo. Tome-se como exemplo Voltaire, o mais influente dos *philosophes*, que em praticamente todas as suas obras investiu contra a guerra (*Le Henriade*, 1723), o autoritarismo (*Traité sur la tolérance*, 1763), o arcaísmo das punições criminais (*La princesse de Babylone*, 1767), a tortura (*L'Homme aux quarante écus*, 1768) etc. Em resumo, as ideias iluministas apresentavam alguns pontos básicos que convergiam para o elogio da paz e da civilidade, a prevalência do espírito científico sobre o fanatismo e a defesa de uma teoria política contratual em detrimento do absolutismo. Entretanto, ao lado dessa sua expressão clássica carregada de proposições filosóficas sofisticadas, perspectivas altruístas e seriedade intelectual, existiu, no entanto, um Iluminismo bem menos refinado, neutro ou manso. Nutrido por filosofias mais simplórias,

---

<sup>37</sup> Bronislaw Baczko. “Iluminismo”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 762.

<sup>38</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo, UNESP, 2003.

gosto pelo escândalo e mesmo taras explícitas, ele não foi, contudo, desprezível. A austera responsabilidade moral de um Montesquieu e a frívola apologia da violência de um Sade são emblemáticas desse contraste.

A menção a Sade pode parecer um tanto extravagante porque ele não era um pensador sistemático, só escreveu contos e peças teatrais, apelava ao irracionalismo e era um criminoso contumaz. Porém não há como deixar de caracterizá-lo como manifestação representativa do Iluminismo. De certo Iluminismo tardio e extremado, por suposto, mas em todo caso Iluminismo. Ou como situar o fenômeno dos chamados “escritores libertinos” no qual ele avulta ao lado de Crebillon, Choderlos de Laclos, Louvet de Couvray e Rétif de la Bretonne? Por mais atípica que seja sua paixão pela violência ela não se resume somente a um ponto fora da curva. Seus sistemáticos panegíricos da brutalidade e da imposição de dor física ou psicológica aos outros, embora voltados a situações de intimidade e destituídos de sentido político manifesto (pois movidos basicamente por sua filosofia do “egoísmo integral”), advogam claramente a violência como mecanismo de exercício do poder. Quando se lembra que Sade foi secretário de uma das Seções parisienses mais ativas durante o auge da violência revolucionária, e que tanto na *Philosophie dans le boudoir* (1795) como nos *Opuscules politiques* (1790-1799) encontram-se veementes defesas da república revolucionária, não se pode deixar de dar às suas ideias as devidas consequências políticas<sup>39</sup>. Embora sua pena e seus atos assumissem uma dimensão amoral e bizarra única, ele não era um caso isolado das contradições que de dentro do Iluminismo permitiam ver virtudes filosóficas na violência e até mesmo comprometer-se moralmente com ela. Como Laclos, que foi um dos animadores do Clube Jacobino, ou Couvray, membro influente da Convenção, ou Rétif, que encerra suas *Nuits* com uma apologia do Terror, apesar de seus “excessos”<sup>40</sup>. Crebillon morreu bem antes da Revolução, mas não seria absurdo que viesse ater comportamento semelhante. Afinal, o Iluminismo libertino que eles encarnavam trazia consigo uma “tentação totalitária” inevitavelmente violenta, como demonstrou Erik Fauskevåg<sup>41</sup>.

A brecha entre as promessas de abandono da coerção física e psicológica apresentadas no período áureo do Iluminismo e a valorização da violência no baixo Iluminismo parece ter sido aberta em meados da década de 1770. Até então os mais influentes pensadores basicamente não eram homens de ação. Eles eram apenas *philosophes*. Sem responsabilidades governamentais ou pretensões revolucionárias, podiam facilmente tratar o tema da violência de maneira ideal ou utópica. Porém, com o advento da Revolução Americana, da Revolução Holandesa e da inédita crise do Antigo Regime na França, os intelectuais inspirados pelas “luzes” foram chamados a cair no mundo real e assumir obrigações práticas. Nesse novo e mais dinâmico ambiente intelectual não tardaram, pois, a florescer vozes que amplificavam e radicalizavam tendências antes apenas marginais na nova onda cultural racionalista. Assim, é

---

<sup>39</sup> Sade. *La Philosophie dans le boudoir*. Paris, Gallimard, 1976; Sade. *Opuscules politiques*. Paris, Union Générale des Éditions, 1979.

<sup>40</sup> Rétif de la Bretonne. *Les Nuits révolutionnaires*. Paris, Livre de Poche, 1978.

<sup>41</sup> Svein Erik Fauskevåg. *Sade ou la tentation totalitaire*. Paris, Champion, 2001, p. 13, 54, 71 etc.

possível perceber o gradual exacerbamento de correntes políticas caracterizadas pela simplificação, pelo maniqueísmo, pelo elogio da ação e das soluções de força, enfim, que acabaram por pavimentar a aceitação de uma brutalidade insuspeitada no Iluminismo idealmente pensado. Como ressalta Daniel Arasse na introdução de seu estudo seminal sobre a guilhotina, a ideia de impor a razão a ferro e fogo sobre os outros começou a parecer razoável para muitas pessoas ilustradas bem antes que a Revolução viesse a ocorrer<sup>42</sup>.

O adensamento das pulsões iconoclastas, revolucionárias e violentas entre os epígonos do Século das Luzes está relacionado também, não se pode ignorar, à crescente presença de uma mentalidade romântica, que mesmo incipiente naquele quadrante contribuiu de maneira decisiva com a moldagem desse último Iluminismo. Por mentalidade romântica, entenda-se certa tendência emotiva e voluntarista em nome de uma causa moralmente messiânica, correspondente antes a certa atitude ou estado de espírito do que a um programa ideológico preciso, e que ao estimular a ação arrebatadora em nome da “salvação da humanidade” revela distância em relação à “frieza” dos antigos iluministas. Isso pode ser observado em figuras tão diferentes como La Fayette, madame Roland, Desmoulins, Hébert ou Robespierre, entre outros herdeiros do Iluminismo rousseuniano, “apaixonados” em graus diversos pela ideia de revolução. Para autores como Schama, esse entusiasmo com a ideia de ruptura radical com a ordem vigente do Antigo Regime é, precisamente, “*the first hot eruption of the romantic sensibility*”<sup>43</sup>.

O que permitiu ao tardo Iluminismo admitir filosoficamente a violência foi basicamente a ideia de revolução, que passou a cobrar crescente lugar no ideário mental das elites intelectuais debitárias de Montesquieu, Voltaire e Rousseau. É certo que mesmo nos autores mais exaltados que fizeram o Iluminismo clássico não existem conclamações por revoluções. O máximo que eles imaginaram literalmente foi uma monarquia constitucional mais humana e democrática lograda pela persuasão da força da razão. Até a segunda metade da década de 1770, nenhuma grande figura iluminista falou em revolucionar a sociedade, mas antes reformá-la. O mais próximo de uma proposição efetivamente revolucionária foi quando Rousseau falou em forçar os homens a serem livres mediante sua submissão aos ditames de uma “vontade geral” da sociedade em função do “bem comum”, sugerindo, muito indiretamente, a necessidade e a legitimidade de ditaduras ou violências para tanto<sup>44</sup>. Esses chamados de Rousseau acabaram tendo, apropriadamente ou não, grande repercussão no imaginário daqueles que promoveram a Revolução. Mas, decididamente, os iluministas clássicos não eram revolucionários.

Outra coisa, no entanto, como diz Darnton, é que “*Inadvertently, however, they prepared for that event by dessantifying the symbols and deflating the myths that had made*

---

<sup>42</sup> Daniel Arasse. *La Guillotine et l'imaginaire de La Terreur*. Paris, Flammarion, 1987, Introdução, p. vi-ix.

<sup>43</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1990, p. 153.

<sup>44</sup> Rousseau. Ver, por exemplo, *O contrato social*, III: 4 e IV: 1. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

*the monarchy appear legitimate in the eyes of its subjects*”<sup>45</sup>. E com isso a sugestão implícita da necessidade de uma revolução. Eles não previram nem propuseram os acontecimentos de 1789, mas, quaisquer que fossem suas intenções, acabaram por corroer impiedosamente o Antigo Regime e fomentar, ainda que indiretamente, uma mentalidade revolucionária.

O papel do Iluminismo na formação de uma sensibilidade revolucionária vem sendo pensado pelos historiadores franceses da Revolução desde o início do século XIX. Às vezes desde uma perspectiva visivelmente implausível, como se observa em Taine, para quem os iluministas apresentam um “espírito revolucionário” desde sempre, a Revolução foi “planejada”, e Boileau, Descartes, Corneille, Racine e Fléchier foram “antecessores de Saint-Just e Robespierre”. Segundo ele,

*“O acaso não desempenhou papel algum na irrupção da Revolução” e “Embora [ela] tenha apanhado o mundo de surpresa, foi o desfecho inevitável de um longo período de gestação, a conclusão abrupta e violenta de um processo no qual seis gerações desempenharam um papel intermitente”*<sup>46</sup>.

Evidentemente, as coisas não foram tão simples assim. Outras vezes, a ideia de que teria havido um elo entre o Iluminismo e o solapamento ideológico das bases tradicionais da monarquia assumiu ares mais ponderados, como em Tocqueville, que evitou sentenças tão drásticas como as de Taine e se preocupou mais em apresentar uma cronologia de acontecimentos que encaixava a emergência do evento revolucionário com as mudanças ideológicas operadas pelo novo papel dos intelectuais na sociedade ao longo do século XVIII. Para ele, a questão não era tanto o Iluminismo em si, mas o fato de que

*“Nunca antes toda a educação política de uma grande nação havia sido obra de homens de letras, e foi essa peculiaridade que talvez tenha contribuído ao máximo para dar à Revolução Francesa seu caráter excepcional e ao regime que a seguiu a forma com a qual estamos familiarizados. Nossos homens de letras não somente conferiram suas ideias revolucionárias para a nação francesa; eles também moldaram o temperamento nacional e uma visão de vida. Mesmo que não tivessem plena consciência histórica disso”*<sup>47</sup>.

Essa sugestão, que teve desde então grande popularidade, não foi discutida rigorosamente, entretanto, até que na década de 1930 Mornet lhe desse tratamento sistemático e estabelecesse suas balizas clássicas em *Les origines intellectuelles de la Révolution Française*. Ali, sem deixar de reconhecer o mérito do debate anterior, e mesmo seguindo algumas sugestões de Tocqueville, ele acusa a historiografia do século XIX de ser impressionista e ingênua quanto ao chamaríamos hoje de mentalidade ou ideologia

---

<sup>45</sup> Robert Darnton. *The literary underground of the Old Regime*. Cambridge, Harvard University Press, 1982, p. 147.

<sup>46</sup> *Apud* Roger Chartier. *Origens da Revolução Francesa*. São Paulo, UNESP, 2009, p. 35.

<sup>47</sup> *Apud* Roger Chartier. *Origens da Revolução Francesa*, p. 113.

revolucionária. Ele concorda que o Iluminismo foi, em alguma medida, uma alavanca fundamental mental para o advento da Revolução, mas não direta ou conscientemente, como supunham Taine e outros. Daí seu empenho em demonstrar que antes da independência das Treze Colônias aquilo que poderia ser chamado de pensamento revolucionário na França resumia-se fundamentalmente à radical crítica da religião feita pelos *philosophes* em nome da razão, sem ultrapassar o plano puramente literário. Ao mesmo tempo, no entanto, foi Mornet que evidenciou de modo cabal o quanto essa dimensão aparentemente lateral e pacífica do pensamento iluminista, a partir de uma espiral iconoclasta que crescentemente colidia com as instituições e a ordem política, acabou atuando de forma corrosiva em relação à ordem vigente, inclusive operando como fator determinante para a Revolução como acontecimento. Seu objetivo e virtude foi tentar determinar as dinâmicas indiretas que interagiram desigualmente nessa direção, sem supor que a Revolução estivesse imaginada ou programada axiologicamente desde décadas<sup>48</sup>.

Apesar do avanço crítico que esta perspectiva trouxe ao debate das origens da Revolução, ela continuava a pecar, entretanto, numa ilusão retrospectiva quanto ao passado ao supor um jogo mecânico entre causas e consequências com desfecho absolutamente necessário. Mesmo considerando essas causas de modo mais involuntário, diáfano e complexo que Taine. Como escreveu Chartier a propósito dessa fixação de Mornet e outros historiadores com o problema da gênese revolucionária,

*“Se a Revolução de fato teve origens culturais, elas não residiam em nenhuma harmonia (seja proclamada ou não reconhecida) que supostamente unia atos anunciatórios e a ideologia que os governava, e sim nas discordâncias que existiam entre (mais que isso, competiam) discursos que ao representar o mundo social propunham sua reorganização e as práticas (descontínuas) que ao serem efetivadas criavam novas diferenciações e novas divisões”*<sup>49</sup>.

Dessa forma, considerando que a Revolução teve ímpetos e dinâmicas próprios que não estavam absolutamente previstos em suas condições de possibilidade iniciais, devendo-se também a circunstâncias de momento e escolhas deliberadas, ela não teve origem, estritamente falando, no sentido de um marco zero que possa ser determinado objetivamente. Não se quer com isso, obviamente, que ela tenha surgido por uma sorte de partenogênese ideológica ou outro fenômeno estranho qualquer independentemente do influxo iluminista. Afinal, todo o argumento desenvolvido aqui é para insinuar o contrário. Mas somente frisar que há mais fatores envolvidos nessa discussão do que os presumidos por Tocqueville ou Mornet. Inclusive a consciência metodológica de que os próprios termos em que ela se coloca altera profundamente suas consequências, como disse Furet<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> Ver especialmente o contraste que ele apresenta com a Revolução Bolchevique. Daniel Mornet. *Les origines intellectuelles de la Révolution Française (1715-1787)*. Paris, Armand Colin, 1967 (1933), p. 471.

<sup>49</sup> Roger Chartier. *Origens da Revolução Francesa*, p. 46.

<sup>50</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 37.

## Novas sociabilidades, novas sensibilidades

O Iluminismo, falando em sentido geral, não pode ser resumido a um programa filosófico ou a um movimento literário. E nem aos altos círculos cultos e letrados. Mas deve ser ampliado a um conjunto de novas sociabilidades e sensibilidades mais ou menos populares que transcenderam largamente os marcos apenas reflexivos e discursivos do fenômeno. Além de tudo aquilo que falaram os *philosophes* e seus epígonos, é preciso inquirir sobre esses circuitos recentes para compreender devidamente o ambiente de formação das ideias-força que permitiram a mentalidade revolucionária e a violência que ela demonstrou.

Entre esses novos espaços de prática social destacam-se as centenas de associações culturais e gabinetes de leitura fundados ao longo do século XVIII, que não só deram impulso às ideias iluministas abstratamente falando, como desenvolveram gostos e comportamentos propriamente revolucionários (no sentido de inovadores). Seus integrantes não violavam a ordem e nem afrontavam as autoridades tradicionais, mas o espírito e a nova forma de convivência que os animava supunham uma inédita maneira de se posicionar frente à tradição<sup>51</sup>. Movidas pela curiosidade intelectual, pelo espírito crítico e pelo prazer nas discussões públicas, essas novas sociedades literárias, musicais, científicas e clubes mais ou menos políticos patrocinaram uma cultura de livre julgamento e de desprezo pelas tradicionais autoridades intelectuais que paulatinamente evoluiu para um choque frontal com a velha ordem. A progressiva politização desses círculos e a sua independência acabou por transbordar seus marcos iniciais, mostrando a força de uma nova esfera pública que ajudou a esvaziar o império das obediências obrigatórias ao Antigo Regime. Quando a total liberdade de organização e de imprensa foi instaurada no final de 1788 a pulsão revolucionária desses ambientes virá à tona com toda força, tanto pela radicalização das associações já existentes como pela proliferação de outras novas ainda mais extremadas.

A expressão mais organizada dessa nova sociabilidade foi certamente a maçonaria, cuja Grande Loja de França, fundada em Paris no ano de 1737, conheceu uma rápida difusão por todo o país, inclusive em pequenas cidades. No entanto, apesar de uma longa tradição de teorias conspiratórias que lhe conferem um papel maquiavélico na Revolução, ela como um todo passou ao largo da questão revolucionária e da violência, como reconhece farta historiografia<sup>52</sup>. Ainda que alguns maçons tenham atuado em comum aqui e ali para mudanças mais radicais no Antigo Regime, eles não falaram em revolução ou deram passos concretos nesse sentido. As lojas nunca foram um lugar de conspiração e a instituição como tal não teve papel significativo no andar dos acontecimentos políticos. No entanto, é inegável

---

<sup>51</sup> Daniel Mornet. *Les origines intellectuels de la Révolution Française (1715-1787)*. Paris, Armand Colin, 1967 (1933), p. 237.

<sup>52</sup> Ver Michel Vovelle. “O jacobinismo: uma herança ou complô?”. Em *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, EDUSC, p. 74-76.

que o ambiente das confrarias maçônicas serviu de estufa para as novas ideias iluministas e revolucionárias, seja por seus debates próprios sobre temas afins, por sua estrutura baseada num ideal de igualdade, por seu caráter relativamente popular ou por sua defesa da liberdade de consciência, embora saibamos que a isonomia entre os “irmãos” e o livre pensar nem sempre foram absolutamente observados no interior das lojas.

Menos institucional e capilar do que as sociedades de pensamento, porém com um papel de agitação cultural igualmente importante, outra manifestação especialmente representativa das novas sensibilidades e sociabilidades florescidas durante o Iluminismo foi aquela dos salões privados<sup>53</sup>. Isto é, das tertúlias, conferências, sessões musicais, leituras dramáticas e outras performances de exercício intelectual (sem ignorar a diversão dos jogos, os prazeres da mesa, as oportunidades de sexo e de negócios), promovidas por alguma personalidade influente em sua residência. Mais ou menos sofisticados e reservados, alguns desses eventos acabaram tornando-se uma quase instituição entre a nata intelectual da época. Como os requintados e seletivos *salons* das madames Anne Catherine Helvétius, Sophie d’Houdetot e Suzanne Necker, entre outras mulheres cultas e ricas que atuaram nas décadas de 1750 a 1780, nos quais se deitava falação erudita sobre tudo e os *philosophes* pontificavam. Outros, mais recentes, viraram verdadeiros clubes políticos revolucionários de entusiastas da violência, como os mantidos por Marie Jeanne Roland e por Théroigne de Méricourt entre 1789 e 1793.

A vivacidade cultural dessas associações, clubes e salões era acompanhada pela crescente procura por *cours publiques*, muitos deles oferecidos efetivamente ao ar livre, como em recantos do Jardim de Luxemburgo ou no circo do Palais-Royal. Eles eram anunciados nos jornais, alguns gratuitos, e seus assuntos podiam ser os mais variados: línguas estrangeiras, ciências naturais, arquitetura, história, geografia, comércio, filosofia, leis, eloquência etc. Originalmente, essas classes abertas, às vezes oferecidas por famosos, nada tinham de politicamente revolucionárias. Mas, além de fomentar um espaço de busca independente por conhecimento sem passar pelos canais tradicionais de transmissão de conhecimento ou depender de autorização do Estado – com isso contribuindo para a corrosão das estruturas tradicionais de poder intelectual –, nas vésperas da Revolução e durante seus anos mais intensos entre esses cursos não era difícil encontrar aqueles que apenas serviam de plataforma para o radicalismo revolucionário, como as famosas conferências sobre Rousseau e a democracia oferecidas por Fauchet, o ex-padre que de espada em punho participou da Bastilha, depois jacobino e deputado da Convenção. Oferecidas semanalmente no anfiteatro do Palais-Royal entre 1790 e 1793, essas palestras não raro aglomeravam mais de um milhar de assistentes<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Ver Antoine Lilti. “Sociabilité et mondanité: Les hommes de lettres dans les salons parisiens au XVIIIe siècle”. Em *French Historical Studies*. Duhan, Duke University Press, 2005, v. XXVIII, n. 3, p. 415-445.

<sup>54</sup> Ver Robert Darnton. “As notícias em Paris: Uma pioneira sociedade da informação”. Em *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 40-90.

Extrapolando essas e outras expressões mais seletivas das recentes experiências de convívio social que corroboraram indiretamente para a formação de uma mentalidade revolucionária, deve-se destacar também aqueles fenômenos de aglomeração social generalizada nos quais elite e povo se encontravam sem grandes distinções num mesmo espaço – onde se justapunham “*bodies, voices and aromas*”<sup>55</sup> – como espectadores e comentadores de fatos culturais extraordinários. Não me refiro aqui a acontecimentos extemporâneos, embora significativos, como, por exemplo, os lançamentos dos primeiros balões, que reuniram multidões de todo tipo de gente em Paris para ver em festa a maravilha da ciência. Ou a prestigiadas e alegres inaugurações de grandes obras públicas. Mas a concorridos eventos regulares nos quais pessoas simples do povo passaram a se esbarrar com a nata da sociedade num contexto bem mais intelectualizado e crítico, como Salão de Belas Artes, cujo significado para a formação de uma mentalidade revolucionária transcende a questão de um mero evento gregário no qual se confundem diferentes carnes, falares e cheiros.

Criado em 1667 pela Academia Real de Belas Artes com a finalidade de expor anualmente os novos artistas laureados pela instituição, a exposição de pintura e escultura tornou-se um evento bienal e aberto ao público no final da década de 1730, quando passou a atrair quantidades cada vez maiores de expectadores. Realizado no Salão Quadrado do Louvre, qualquer pessoa tinha acesso à mostra pagando um ingresso com preço módico. Mesmo que a sessão de abertura fosse reservada, no aglomerado de pessoas que lotavam suas galerias nos dias seguintes era possível ver “mulheres do mercado e vendedoras de peixe ao lado de figurões dos tribunais, da Igreja e da alta sociedade”<sup>56</sup>. Porém, mais do que apenas criar um inédito espaço ou momento social que revolucionava as formas tradicionais de convivência física entre povo e elite, o Salão criou um novo ambiente intelectual que, entre outras coisas, revolucionou as formas de consumo da arte. Ao disponibilizar regularmente para a apreciação dos pagantes as obras antes reservadas aos palácios, a exposição contribuiu com a emergência de um vigoroso espaço público de crítica e debate, seja entre leigos (todos tinham uma opinião a dar) ou especialistas (como Diderot, o mais importante deles, que escreveu regularmente sobre o evento entre 1759 e 1781). E não só isso. Especialmente para o que aqui interessa, o Salão serviu também como privilegiado ambiente para a discussão e difusão de ideias. Ideias que mesmo não propondo revoluções violentas de algum modo as alimentavam.

O melhor exemplo disso ocorreu na edição de 1785, quando David apresentou o quadro *O juramento dos Horácios* (Ilustração 1). A pintura era totalmente diferente do que se costumava ver até então nos salões. A composição, já impressionante por suas próprias dimensões físicas (cerca de 350 x 450 cm, retratando a cena em tamanho natural), nada tinha em comum com a dominante presença dos adocicados imitadores Pousin e Boucher. Além de suas formas contundentes, ela trazia uma vigorosa mensagem política e um tema republicano

---

<sup>55</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1990, p. 131.

<sup>56</sup> Simon Schama. *O poder da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 198.

como nunca se vira. O assunto da tela era bem conhecido nos círculos iluministas. Conforme a tradição, em meados do século VII a.C., procurando evitar uma guerra generalizada entre estes e os albanos, três irmãos de Roma (os Horácios) se enfrentam simbolicamente com três irmãos de Alba Longa (os Curiáceos). Apesar da vitória inicial dos albanos, um último irmão romano sobrevive e acaba por matar, um a um, os três inimigos. Depois disso ele executa também sua própria irmã, que chorara em público a morte de um dos albanos. A parte do relato escolhida para a representação de David, no entanto, era inovadora ao não se concentrar na figuração do embate entre as duas famílias, mas no momento em que os três irmãos Horácios estão de partida para o confronto derradeiro, fazendo a típica saudação romana perante o pai que lhes entrega armas. A cena, embora com uma forte impostação teatral, não é ingênua. A presença das mulheres desconsoladas fala de uma luta que envolve dor e sacrifício, na qual as convicções morais e o dever público são valores superiores à própria segurança imediata e familiar. O drama tem por centro o fato de que uma das irmãs dos Curiáceos (Sabina, de marrom) está casada com um dos Horácios, enquanto uma das irmãs dos Horácios (Camila, de branco) está prometida a um dos Curiáceos. Elas sabem que ou perderão seus irmãos ou seus homens. A despeito dos laços entre as famílias, o pai Horácio exorta seus filhos a lutar mortalmente contra os Curiáceos. O que eles juram em uníssono fazer. Essa exortação reforça o drama com a centralidade e o realismo pictórico dados às armas – quase se pode “escutar” o tinir das espadas de ferro quando se está diante da obra –, remetendo a uma luta real, fratricida, derramamento de sangue e morte. Em nome da pátria. Republicana, lembre-se.

Mesmo que na França daquela época ninguém considerasse seriamente a possibilidade de uma guerra civil, uma república ou uma revolução no país, a pintura de David foi tomada como uma declaração política. Nada nela falava explicitamente em revolução e ninguém a interpretou como um chamado a tal. Mas o conjunto de seus elementos formais e simbólicos remetia a uma clara convocação à participação política da cidadania, à união do povo, à defesa de direitos e à violência patriótica. Numa leitura politicamente contemporânea do caso dos Horácios, seu quadro sugeria ideias que imediatamente foram captadas como tal pelos expectadores e repercutidas entusiasticamente. O resultado foi um enorme sucesso de público e crítica. A tela foi a principal atração das quase 60 mil pessoas que visitaram o Salão naquela edição<sup>57</sup>. Ela chegou atrasada para a exposição e foi colocado numa posição de menor visibilidade, mas seu interesse foi tão grande que teve de ser transferida para o espaço central da mostra, com os visitantes apinhando-se em torno dela. Artigos na imprensa não cansavam de discutir a obra elogiosamente e os leitores davam seus depoimentos entusiasmados nas seções de cartas dos jornais, sempre ressaltando seus aspectos políticos vivificadores. O caso de *O juramento dos Horácios* e do Salão de 1785, não foi o único a suscitar, entre outras telas e edições do evento, questões políticas do mesmo gênero. Mas nenhum outro teve tanta significação. Além do gênio de David, que ali deu mostra de porque mais tarde viria a ser o principal artista revolucionário, fazia pouco que a Revolução Americana trinfara e isso tinha tudo a ver, conforme discuto adiante.

---

<sup>57</sup> Simon Schama. *O poder da arte*, p. 204.

Em contraste com a grandeza e oficialidade do Salão de Artes, outra importante expressão das novas sociabilidades que estavam fomentando uma inédita sensibilidade revolucionária na França deve ser reconhecida na informalidade e na dinâmica contínua dos lugares abertos e permanentes da cidade que também funcionavam como ambiente facilitador de ideias políticas revolucionárias. As reformas urbanas pelas quais Paris passara durante o século XVIII oferecera à cidade uma série de agradáveis hortos frequentados livremente pela população e que serviam de local para encontros culturais, como o Jardim de Luxemburgo já mencionado, onde eram dados cursos públicos. Ou salas de teatro, lugar de tradicional agitação intelectual, especialmente depois da entrada em funcionamento do complexo comercial e cultural do Palais-Royal. Essa “pequena cidade dentro de outra” composta por praças, jardins, cafés, lojas, teatros, museu de cera (de Philippe Curtius, mestre de madame Tussaud) e outros atrativos –, representava uma síntese desses novos espaços. Propriedade privada transformada para fins comerciais e aberta ao público desde 1784, o Palais era talvez “*the most spectacular habitat for pleasure and politics in Europe*”, especialmente nos sábados, quando além de seus frequentadores habituais para ali afluíam “*sightseers, flaneurs, orators, peasants from the villages hors des murs and artisans from the faubourgs*”<sup>58</sup>. Nesse “*quotidian carnival*” no qual não faltavam as prostitutas e os batedores de carteira, tudo que se queira imaginar em termos de novas tendências e debates não só aconteceu como floresceu e repercutiu. Seus pórticos, arcadas, salas, galerias e pátios foram cenário especial da fermentação da mentalidade revolucionária. Com efeito, foi na mesa de um café na entrada do Palais que Desmoulins subiu para proferir com armas em punho o discurso que detonou o 14 de Julho.

A alusão a um café não é aqui meramente anedótica. Já chamados assim desde meados do século XVII, havia muito que os *cafés* tinham um lugar destacado na vida cultural de Paris, mas nunca como entre as décadas de 1760 e 1780, quando se tornaram uma verdadeira instituição na vida boêmia e intelectual da capital francesa. Basicamente eram lugares parecidos com os nossos atuais bares e restaurantes. Bebida, comida, ambiente descontraído, ponto de encontro entre amigos, lugar de ver, encontrar e conversar com pessoas. Diferente dos *cabarets*, os *cafés* não envolviam espetáculos organizados ou estimulavam a prostituição, embora não raro fossem palco de performances intempestivas e oportunidades de sexo. “*Il y a des cafés pour tous les goûts, pour toutes les bourses, pour toutes les opinions aussi, puisque chacun d’eux a son drappeau*”, diz Robiquet<sup>59</sup>. Entre os mais frequentados vários estavam estabelecidos perto de teatros. Maiores ou menores, mais sofisticados ou menos, funcionando durante o dia ou à noite, na década de 1780 existiam umas duas centenas deles em Paris. Alguns eram particularmente tradicionais, como o celeberrimo Procope, fundado no final do século XVII e frequentado pela nata dos iluministas e depois por *cordeliers* e jacobinos. O Café Amaury foi o local de encontros original do pessoal do Clube Bretão. Os cafés Coton e Rousseau também estavam entre os preferidos dos jacobinos. O café Foy era um dos mais centrais e agitados, justamente escolhido por

---

<sup>58</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 134 e 379.

<sup>59</sup> Jean Robiquet. *La vie quotidienne aus temps de la Révolution*. Paris, Hachette, 1938, p.47.

Desmoulins para sua histórica performance. Literalmente, boa parte da Revolução passou pelas mesas desses e outros estabelecimentos<sup>60</sup>.

Todos esses espaços abertos ou semi-abertos (jardins, teatros, cafés etc.) foram extremamente propícios àquelas “batalhas de palavras” geradoras de ideias-força da qual fala Darnton. E não só porque eles remetem à produção microscópica e cotidiana das teses iluministas, antes, e do espírito revolucionário, depois, num processo poderosíssimo de difusão cultural. Mas também por trazer à tona o problema dos diversos planos culturais que alimentaram essa construção. Nesses ambientes, se assim se pode dizer, que quase se confundem com a rua, a praça e o mercado, desenvolvem-se constantemente situações nas quais manifesta-se uma ativa interface entre cultura erudita e cultura popular, entre a língua escrita dos impressos e a língua falada das ruas, sem que uma tenha necessariamente prevalência sobre a outra. Como disse Darnton a respeito do entrelaçamento dos circuitos de cultura textual e oral em Paris na segunda metade do século XVIII, esse processo deve ser compreendido como uma dinâmica de “realimentação e convergência” e não de “fluxo unidirecional e de causalidade linear”, pois é ilusório distinguir territórios separados de cultura popular e de cultura de elite naquele contexto. “*A despeito do caráter estratificado da sociedade parisiense sob o Antigo Regime, seus públicos se cruzavam e andavam ombro a ombro por toda parte*”<sup>61</sup>. Já foram dados alguns exemplos disso, mas talvez nenhum seja tão eloquente como o ocorria em torno da “Árvore de Cracóvia”, o grande castanheiro que se destacava no Palais-Royal, sob cuja sombra os populares acorriam em busca das informações dos “*nouvellistes de bouche*” e os vendedores de “*canards*” faziam a festa com seus pasquins e gravuras satíricas. Ali, e nos cafés próximos, cultura oral e cultura escrita se retroalimentavam ininterruptamente no sentido das novas sociabilidades e sensibilidades que estimularam em grande medida a formação de uma mentalidade revolucionária popular.

Nesse sentido, não se pode ignorar a “comunidade sem presença visível”, como chamou Chartier<sup>62</sup>, criada pelo desenvolvimento da indústria gráfica no geral e da imprensa jornalística em particular. Principal responsável pela formação de uma “opinião pública” na qual inexistia contato físico entre o público mesmo, o grande progresso do mundo editorial a partir da década de 1770 possibilitou uma verdadeira e consistente “comunidade virtual” que extrapolava os quadros tradicionais de sociabilidade do Antigo Regime; seja por sua própria existência como nova entidade de poder (o poder da opinião pública) ou por servir de veículo material de difusão de ideias revolucionárias.

Na França do começo da década de 1780, quase metade dos homens e cerca de um quarto das mulheres eram alfabetizados. A produção de papel aumentara estrondosamente, entrando numa escala propriamente industrial. Multiplicaram-se as bibliotecas, os editores

---

<sup>60</sup> Ver Robert Darnton. *Os dentes falsos de George Washington*, p. 50-57.

<sup>61</sup> Robert Darnton. *Os dentes falsos de George Washington*, p. 83.

<sup>62</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da revolução da Revolução Francesa*, p. 65.

de livros, os *bouquinistes*, as publicações periódicas e a busca por formatos pequenos e de leitura fácil, sem perda de interesse por grandes obras, como a Enciclopédia, por exemplo. Pelo menos duas dezenas de jornais eram publicados em Paris e nas principais cidades francesas já no começo da década de 1770. Em 1777 começou a ser editado o *Journal de Paris*, primeiro cotidiano, sendo que as notícias da capital não tardavam mais do que três ou quatro dias a chegar nas fronteiras do país. As tiragens eram variadas, mas na década de 1780 os jornais de maior não raro imprimiam mais de mil exemplares<sup>63</sup>. De periodicidade irregular, mas todavia perene, e com poucas folhas, essas publicações tratavam de proclamas oficiais, efemérides, fatos econômicos, discussões filosóficas, notícias científicas e artes. Não havia ainda a crônica diária, o jornalismo investigativo e o partidatismo que apareceram depois dos episódios da Bastilha. Todavia, como ressalta Mathieu, aos poucos eles vão se interessando cada vez mais pelas questões cotidianas, pelas discussões entre os *philosophes*, e daí, lentamente aos assuntos políticos, econômicos e jurídicos. Um exemplo disso é o *Journal des Savants*, no qual a publicação de textos de teologia diminuem em proporções consideráveis: de cento e quarenta para os anos 1750-1751 a quarenta para os anos 1780-1781. Em contraste, a publicação de textos referentes a política e economia tenderam a aumentar, passando, nos mesmos períodos, de quinze a vinte e cinco<sup>64</sup>. Essa tendência temática se intensifica com o passar dos anos, inclusive apresentando nos conteúdos particulares dos artigos uma crescente radicalização dos pontos de vista dos autores.

Sem dúvida que a censura real teve um forte papel inibidor nessa dinâmica, mas é bem sabido que seu poder foi relativo. Jornais, livros e panfletos políticos proibidos sempre circularam durante o antigo regime, mesmo quando ela foi mais severa. A partir de gráficas na Holanda, na Inglaterra e na Suíça, não era difícil introduzir no país material interdito. Além disso, havia também o trabalho das gráficas francesas que imprimiam clandestinamente<sup>65</sup>. De qualquer forma, desde meados da década de 1770 as tentativas de controle relaxaram bastante, sendo que depois de 1780 a liberdade de escrever exigida pelos *philosophes* já era quase total, podendo-se encontrar todo tipo de texto e ideia à disposição os leitores.

Há de se lembrar que a difusão da imprensa e sua crescente politização não ficaram restritas aos meios mais elitistas, refletindo-se também na cultura popular. Peter Burke nota que esse fenômeno ocorre desde o final do século XVII, mas se intensifica particularmente nas décadas que antecederam a Revolução<sup>66</sup>. Ele pode ser percebido, entre outras coisas, pela fortuna editorial de certos gêneros, como a tradicional *Mazarinade* – peça ou libelo em versos satíricos ou burlescos, publicados desde os tempos da Fronda no século XVII, inicialmente contra ou a favor do cardeal Mazarin – que acabou assumindo um caráter de panfleto contra

---

<sup>63</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da revolução da Revolução Francesa*, p. 115 e 145.

<sup>64</sup> Jacques Mathieu. *Évolution de la presse française: 1770-1788*. Paris, Débat, 2004, p. 286.

<sup>65</sup> Sobre esses circuitos, ver Robert Darnton. *The literary underground of the Old Regime*, p. 71-121 e 122-147 (“A pamphleteer on the Run” e “A clandestine bookseller in the provinces”).

<sup>66</sup> Peter Burke. *Popular culture in early modern Europe*. Nova York, Harper and Row, 1978, p. 259.

as autoridades da hora. Outros gêneros com forte conotação política que floresceram na época foram as sagas de “bandidos nobres” que tiram dos ricos para aos pobres (como os populares Cartouche e Mandrin) e as *chroniques scandaleuses*, com relatos sensacionalistas temperados de passagens picantes, geralmente denunciando figuras da Igreja ou da monarquia. Não raro no limite da pornografia, essas narrativas em tom de sátira, libelo invectivo ou simples testemunho tiveram enorme apelo de público, não sendo difícil imaginar seu poder corrosivo sobre a imagem das instituições e o poder simbólico das autoridades. Nesse sentido, os dois tipos de literatura popular que mais repercutiram politicamente foram os relatos de prisão e as memórias de advogados. Deveras, como diz Schama, “*The 1780s were the great age of prison literature*”<sup>67</sup>. O melhor exemplo disso são as inúmeras edições autorizadas e piratas das *Memoires de la Bastille* de Linguet, que desde 1783 contribuíram decisivamente para alimentar o ódio ao regime e a alguns de seu símbolos políticos mais eloquentes. Algo semelhante aconteceu com o florescimento das memórias de advogados publicizando suas causas, recorrentemente aproveitando para denunciar as injustiças dos privilégios sociais, as arbitrariedade e corrupção dos poderosos. Tiragens de três e dez mil cópias não eram raras, vendidas a baixo preço ou muitas vezes distribuídas gratuitamente. Escritas em estilo coloquial de modo que pessoas simples pudesse compreendê-las, elas funcionavam como uma espécie de propaganda pessoal, além de panfleto político contra as bases do Antigo Regime.

Até determinado momento em meados da década de 1780, por mais radical que se apresente toda essa literatura de oposição ao sistema, ela não pode ser considerada revolucionária em termos estritos, pois não prega transformações radicais e súbitas, sejam de ordem política ou social. Mesmo nos anos imediatamente anteriores, não se encontra um autor que proponha algo como 1789 ou sequer o tenha imaginado. Mas ela deve ser considerada revolucionária, em sentido amplo, na medida em que cada uma de suas localizadas rupturas com a tradição (e subsequente fundação de novas ideias e comportamentos) vão se juntando para compor um todo de representações e práticas que revolve estruturalmente as bases do regime e evolui em direção a seu questionamento radical. Evocando Darnton, Chartier confirma que “*a difusão em larga escala dessa literatura crítica e denunciatória, que cresceu tanto em fluxo quanto em virulência durante as duas últimas décadas do Antigo Regime, transformou profundamente a representação da Monarquia minando seus mitos fundamentais*”, produzindo com isso “*uma verdadeira erosão ideológica que pode ter tornado inevitável a ruptura revolucionária*”<sup>68</sup>.

Em suma, não se pode estabelecer uma vinculação estrita entre as novas sociabilidades e sensibilidades desenvolvidas ao longo do século XVIII e a geração de um pensamento efetivamente revolucionário; fenômeno que se verifica de modo relativamente súbito entre o final da guerra de independência norte-americana em 1783 e a instalação dos Estados Gerais em 1789. E menos ainda pode-se presumir um liame direto entre as práticas e

---

<sup>67</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 393.

<sup>68</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da Revolução Francesa*, p. 132.

representações vividas nesses ambientes com a cultura de violência concreta que acabou eclodindo com o episódio da Bastilha, cujo significado e repercussão extrapolaram o século anterior. Mas para isso concorreu uma mentalidade revolucionária que não brotou do nada e que teve por base, em grande medida, justamente o ambiente físico e espiritual desses circuitos não tradicionais que corroíam inexoravelmente o Antigo Regime.

### **Mentalidade revolucionária**

A ideia de uma sensibilidade revolucionária em formação, até agora tratada de forma algo vaporosa, merece ser mais espessada para que se possa entender efetivamente sua relação intrínseca com o tema da violência. Para tanto, deve-se ignorar metodicamente os marcos do Iluminismo, estritamente falando, e considerar o problema das mentalidades desde uma modulação que excede cronologicamente o século XVIII e ultrapassa as fronteiras da França. Em vista disso, um passo básico é ponderar sobre a ideia mesma de revolução que lhe dá substância.

Do alto latim *revolvere* (“fazer alguma coisa rolar ao contrário”), passando pelo baixo latim *revolutio* (no sentido de “retorno” ou “ciclo”), a palavra “revolução” se difundiu primeiramente no vocabulário astronômico tardo medieval e renascentista ao procurar designar o período de rotação dos planetas até a retomada de sua posição inicial no movimento celeste. Esse uso rotineiro do termo com o sentido de “restauração” e “recomposição” continuou dominante até o final do século XVII, inclusive com aplicações de caracterização de movimentos políticos, como viu-se na grande conciliação de caráter liberal ocorrida com a deposição de Jaime II por Guilherme III na Inglaterra de 1688, justamente chamada de *Glorious Revolution*. Na verdade, até mesmo no contexto da independência das 13 Colônias pode-se ver esse sentido de restabelecimento da ordem quando seus ativistas falam em revolução como restauração das liberdades inglesas e retorno a uma situação de plenos direitos<sup>69</sup>. Essa acepção, contudo, não resistiu ao significado efetivamente criativo dos acontecimentos norte-americanos e mesmo antes da Revolução Francesa foi substituída por outra, precisamente focada na ideia de ruptura, de novidade, de inversão radical, de “começar do zero”. A metamorfose ou ressignificação do conceito original *revolutio* é uma das consequências da mentalidade revolucionária, mas não sua causa. Bem antes que tal operação viesse a ocorrer já se nota uma constelação de crenças, valores e imagens que levavam a isso. Crença no poder voluntarioso de “fazer a história” por meio da própria ação, na concepção imediatista da temporalidade que imagina “acelerar” o tempo, na fé de que o mal (a opressão, o fanatismo, a miséria etc.) é uma anomalia artificial (criada por alguém, seja o monarca absoluto, a Igreja, os aristocratas, os ricos etc.), na ideia de que esse mal pode ser facilmente identificado e erradicado; na promessa, enfim, de uma

---

<sup>69</sup> Mona Ozouf. “Revolução”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 841.

utopia redentora que mediante o corte radical com a ordem dominante implante um reino de perfeição, se necessário, ou preferentemente, com o uso da força e da violência<sup>70</sup>.

Nesse sentido, uma das principais fontes da ideia moderna de revolução deve ser buscada nos movimentos religiosos milenaristas do final da Idade Média<sup>71</sup>. Embora levantes sociais e políticos com características revolucionárias (mas sem conotação religiosa relevante) tenham sido importantíssimos na Europa desde meados do século XIV, como a grande revolta dos Ciompi em Florença em 1378, eles nunca engendraram legados revolucionários que se prolongassem substantivamente para além de si mesmos. Isso vale especialmente para a França, que entre a *Grande Jacquerie* (século XIV), a Jornada das Barricadas (século XVI), a Fronda (século XVII) e os *Camisards* (começo do século XVIII) não apresenta qualquer elemento ideológico comum. Episódios localizados, mais ou menos populares, motivadas desigualmente por questões políticas, sociais e econômicas, eles se resumiam a agitações camponesas, motins de rua e conspirações entre facções que não representavam qualquer projeto de poder alternativo ou perigo real à ordem tradicional, muito menos de uma “tradição”. Bem diferente foi a herança radical deixada por movimentos como o dos hussitas na segunda metade do século XV e o de Thomas Müntzer na primeira metade do século XVI, entre outros que desafiaram violentamente a ordem vigente desde uma perspectiva basicamente religiosa. Mais precisamente desde uma perspectiva religiosa apocalíptica e messiânica, que advogava um misto de pureza moral, libertarismo e igualitarismo, sem renunciar, é claro, à violência para impor-se. A despeito das derrotas militares de todos esses grupos, a mentalidade que os animava não só não foi exterminada como prosperou notavelmente. O maior exemplo disso foi a Revolução Puritana.

Certamente que os acontecimentos ingleses de 1642 independeram diretamente dos hussitas, de Müntzer e de tantas outras experiências radicais derivadas do racha religioso aberto por Lutero e Calvino mais de cem anos antes. Mas há uma vinculação estrutural entre eles<sup>72</sup>. Os dois processos revolucionários (no sentido de radicalmente inovadores) que a Inglaterra viveu a partir de 1642, foram bem distintos, porém articulados e embebidos efetivamente numa crença religiosamente subversiva gestada naqueles movimentos. O primeiro deles, vitorioso, foi o iniciado em 1642 e que suprimiu os títulos feudais sobre a terra e as taxações arbitrárias, estabeleceu o poder político dos proprietários (a soberania do Parlamento), aboliu os tribunais medievais, expulsou a igreja católica e levou à execução do rei. Dentro dele ocorreu um segundo processo, derrotado, basicamente entre os anos 1645 e 1653, quando todas as velhas instituições, crenças e costumes foram radicalmente questionados. Nesse período, procurou-se estabelecer experiências de propriedades comunais e de democracia direta, desafiou-se o poder oficial da igreja anglicana e rejeitou-se a ética

---

<sup>70</sup> Pedro Hernández. *La idea de revolución*. Zaragoza, Milénio, 2002, p. 27-29.

<sup>71</sup> Pedro Hernández. *La idea de revolución*, p. 73.

<sup>72</sup> Christopher Hill. *O mundo de ponta-cabeça: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 24, 36, 41 etc.

protestante como jamais visto antes. Em tal contexto, por meio de variações mais ou menos esdrúxulas da Reforma, mostrou-se viva aquela tendência iconoclasta e subversiva das velhas heresias que pediam a transformação intempestiva e voluntariosa da sociedade, o igualitarismo jurídico e social imediato, a criação de uma nova sociedade livre do pecado, o direito à rebelião e, evidentemente, o apelo à violência como modo legítimo de ação necessária.

Esse “mundo virado de ponta cabeça”, como disse Hill, foi depois recolocado na posição original por uma bem sucedida contrarrevolução, mas seus ecos continuaram a repercutir. De modo microscópico, intermitente e disperso, sem dúvida, mas igualmente perene, essas ressonâncias falavam de uma verdadeira tradição em curso. Daí a nota de Furet pedindo mais estudos sobre a Revolução Inglesa como a “revolução-mãe” das revoluções do século XVIII<sup>73</sup>.

Da mesma forma que a Revolução Puritana esteve muito além de ser um *revival* das revoluções dos hussitas e de Muntzer, mas guardava com aquelas fortes elementos ideológicos comuns, a Revolução Americana também não foi uma imitação da Revolução Inglesa, mas teve nela fortes inspirações, senão mesmo raízes. Apesar dos quase 130 anos que separam uma da outra e dos diferentes mundos que elas evocam, a dívida prática e ideológica dos *Founding Fathers* com o espírito dos revolucionários puritanos não era pequena<sup>74</sup>. Tal como um dia fizeram na Inglaterra seus ancestrais religiosos, os colonos protestantes norte-americanos também propuseram o direito à rebelião diante da tirania e da desigualdade jurídica, evocaram a legitimidade da violência em nome da justiça e da razão, fundamentando essas escolhas com preceitos divinos e promessas metafisicamente redentoras. Aliás, conjurando explicitamente o exemplo dos revolucionários de 1640. A memória da Revolução Puritana não está, contudo, presente na Revolução Americana apenas etereamente. Dos círculos radicais ingleses que se mostravam herdeiros intelectuais da revolução dos *levellers*, *diggers* e “cabeças-redondas” do *New Model Army*, surgiu, por exemplo John Wilkes, defensor radical das liberdades e apoiador decidido da independência dos norte-americanos na Câmara dos Comuns. E Thomas Paine, que teorizou desde a Filadélfia sobre o direito à rebeldia e à violência, envolvendo-se diretamente na guerra de libertação que se seguiu. Ou John, “*the Painter*”, que incendiou navios em portos britânicos, além de dezenas de outros ingleses que se destacaram nessa parceria. Eles não eram, evidentemente, “a” Revolução Inglesa, mas na Inglaterra da década de 1770 representavam o que de mais consequente persistia daquela mentalidade revolucionária gestada no século anterior, agora articulada com o Novo Mundo.

Sem dúvida que a independência das Treze Colônias representou um tipo de revolução bem diferente que aquele inglês. A começar pela presença do Iluminismo num caso e noutro não. Na Revolução Norte-Americana, em lugar da identidade religiosa (já que não se tratava

---

<sup>73</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 219.

<sup>74</sup> Bernard Bailyn. *The ideological origins of the American Revolution*. Harvard, Harvard University Press, 1967, p. 247-249.

de enfrentar um inimigo de fé) foi, sobretudo, o senso econômico e político de justiça que alimentou o ideal revolucionário. Como também não havia nas colônias grande efervescência confessional, pouco se observam seitas fanáticas ou apocalípticas, ao contrário do que se viu na Inglaterra o século XVII. Além disso, tampouco existiam agudas contradições sociais entre pobres e ricos que potencializassem a desinteligência entre uns e outros ou a formação de grupos ultra radicais. A propósito, não houve lá, como entre os britânicos, uma guerra civil. E até mesmo em termos numéricos, a guerra de independência, comparada com a violência derivada da Revolução Puritana, foi bem mais branda. Porém, esse desenho próprio em relação à Revolução Inglesa não subtraiu caráter revolucionário aos eventos políticos e militares que levaram à formação dos Estados Unidos, nem ao engrosso de uma cultura revolucionária que transcendia o evento em si. Apesar do nada revolucionário tratamento dado às mulheres, aos escravos negros e aos indígenas, o movimento dos colonos rompeu unilateralmente o Pacto Colonial, defendeu com armas sua escolha e fundou uma república autônoma, fatos revolucionários concretos no quadro da época.

A mentalidade revolucionária embutida nesses acontecimentos deu um enorme salto qualitativo quando começou a se expressar de forma textual. O documento mais emblemático nesse sentido foi certamente a *Declaração de Independência*, que teve uma repercussão bombástica na França. Especialmente por causa de seu preâmbulo “filosófico”, quando fala na legitimidade de abolir um governo que agride os Direitos Naturais:

*“That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed, That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the people to alter or abolish it, and to institute new Government, laying its foundation on such principles and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness. Prudence, indeed, will dictate that Governments long established should not be changed for light and transient causes; and accordingly all experience hath shewn, that mankind are more disposed to suffer, while evils are sufferable, than to right themselves by abolishing the forms to which they are accustomed. But when a long train of abuses and usurpations, pursuing invariably the same Object evinces a design to reduce them under absolute Despotism, it is their right, it is their duty, to throw off such Government, and to provide new Guards for their future security”<sup>75</sup>.*

Desde que publicada e traduzida ao francês, essa passagem se tornou um verdadeiro mantra ideológico para certa geração tardo-iluminista interessada em forçar o enfrentamento com o Antigo Regime.

O termo “revolução” não é mencionado na *Declaração*. Nem a palavra “violência”. Mas a ideia de uma mudança radical e, se necessário, pela força, está implícita a cada

---

<sup>75</sup> Peter McDowell. *Documents of American Revolution*. Chicago, Mark & Adams, 1998, p. 46.

momento do texto. Aliás, o mote “revolução” (com o sentido de subversão transformadora) não foi empregado em panfletos ou livros do início da independência, aparecendo somente no final da guerra contra os ingleses. Primeiramente em cartas privadas, como aquela escrita em 1781 por Samuel Adams a seus correligionários, na qual disse que “*Our new A Era of Government, I fancy, has occasioned a Revolution*”<sup>76</sup>. E quase ao mesmo tempo em impressos, com o livrinho do abade Francois Raynal, *Révolution de l’Amérique* (também de 1781), publicado em Paris e logo traduzido para o inglês, que recebeu como resposta de Thomas Paine no ano seguinte *A letter addressed to the abbe Raynal on the affairs of North America, in wich the mistakes in the abbe’s account of the Revolution of America*<sup>77</sup>.

A tentativa do Estado francês em proibir a publicação da *Declaração* e sua difusão em território nacional deu em nada. A célebre tradução do duque de La Rochefoucauld d’Enville, com o cotejo do próprio Benjamin Franklin, teve várias edições clandestinas, de dentro e de fora do país. E mesmo os jornais tutelados pela censura acabaram por comentá-la e, finalmente, publicá-la na íntegra algum tempo depois. Seu efeito foi o de uma bomba na opinião pública francesa<sup>78</sup>. Aquela passagem do preâmbulo parecia uma verdadeira carta de princípios que reunia algo da Revolução Inglesa, de Locke e de Rousseau. A evocação de um Direito racional e inalienável dos homens, de verdades evidentes por si mesmas e não por dogmas, do repúdio ativo à tirania, confirmava os *philosophes*, mas agora com um sentido prático que esses não tinham: a fundação concreta de uma sociedade livre e democrática. A causa justa, o rigor na sua defesa, o heroísmo dos patriotas e a certeza de sua vitória, reforçavam de modo enfático a crença de que as revoluções eram não só desejáveis, como podiam ser feitas exitosamente pelo uso da razão. E da força. Sua influência ideológica direta e indireta sobre o resto da América e sobre a Europa foi tremenda. Especialmente na França.

Esse impacto não se deu apenas no plano das ideias abstratas. O desencadeamento da revolução norte-americana acarretou reuniões ministeriais no Estado francês e decisões de governo por uma aliança com os norte-americanos que culminaram numa declaração de guerra à Inglaterra. A despeito da resistência de Turgot e do próprio Luís XVI (que temiam as consequências da guerra e preferiam um apoio mais discreto), a conhecida determinação de Vergennes de impor-se aos ingleses e vingar a Guerra dos Sete Anos acabou por vigorar. Essa decisão não era impopular. Desde o início do conflito havia nos círculos literários uma opinião francamente simpática aos norte-americanos, que encarnavam de algum modo a ideia do *bon sauvage* puro e livre, oprimido por uma civilização corrupta e injusta. Daí madame de Fars-Fausselandry escrever:

*“La cause des Américains semblaît la nôtre; nous étions fiers de leurs victoires; nous pleurions sur leurs revers; on s’arrachait les bulletins, on les lisait dans toutes*

---

<sup>76</sup> Peter McDowell. *Documents of American Revolution*, p. 137.

<sup>77</sup> Thomas Paine. Em *Selected Works*. Washington, Liberty, 1983, v. II, p. 67-144.

<sup>78</sup> Philippe Raynaud. “Revolução Americana”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, p. 845.

*les maisons, et nul de nous ne s'avisait de réfléchir sur le danger de l'exemple que le nouveau monde donnait à l'ancien*"<sup>79</sup>.

Nos jornais mais importantes da época, como *Le Mercure* e o *Gazette de France*, os revoltosos eram constantemente enaltecidos. O entusiasmo que cercou o embarque de La Fayette e seus homens para o bom combate no Novo Mundo confirma esse apelo público:

*"Au collège du Plessis, de Norvins et ses camarades sont 'républicains', pour La Fayette et les Américains. Au collège de Juilly, le P. Petit dit ' nous entretenait autant de la guerre d'Amérique et des exploits de Washington et de La Fayette que des odes d'Horace et des oraisons de Cicéron "*"<sup>80</sup>.

A partir daí, como frisou Mornet, *"Toute une littérature naît et bientôt foisonne pour célébrer l'Amérique, les vertus américaines et, parmi ces vertus, les vertus civiques et politiques"*<sup>81</sup>. Por detrás dela estavam homens como Mirabeau, Condorcet e Brissot, entre outros futuros chefes revolucionários que fundaram em 1787 a Société Gallo-Américaine e depois o Clube dos Jacobinos.

A aproximação do Antigo Regime com os revolucionários norte-americanos acabou cobrando um alto preço à monarquia. Como disse Schama, *"The consequences of French involvement in the revolutionary war were, in fact, profoundly subversive and irreversible"*<sup>82</sup>. Ao justificar politicamente e apoiar materialmente os colonos em sua revolta armada, a razão absolutista e a natureza opressora do Antigo Regime eram inevitavelmente colocadas em causa. Ao permitir e armar destacamentos para combate em terra na guerra rebelde, o rei fez de La Fayette, Rochambeau e boa parte dos seis mil franceses que lutaram ao lado de George Washington, grandes propagandistas das virtudes da república, além de expertos em guerra revolucionária. Como Jacob Élie e Louis de la Reynie, veteranos da guerra americana e futuros "conquistadores" da Bastilha.

As estadias em Paris de Jefferson, Adams, Benjamin Franklin e Thomas Paine selaram as influências da Revolução Americana na formação de uma mentalidade revolucionária na França. Franklin, sem dúvida teve o papel mais importante nesse intercâmbio. Ele já havia estado em Paris em 1767, quando fez boas e úteis amizades. Ao retornar em 1776 para assumir o posto de embaixador (no qual permaneceu até 1785), o mais versátil dos iluministas americanos, grande conhecedor dos autores franceses, era o símbolo vivo e tangente da revolução para os seus anfitriões. Sua recepção calorosa por políticos, cientistas, homens de letras, jornais da capital e das províncias, bem como nos salões, especialmente os

---

<sup>79</sup> Apud Daniel Mornet. *Les origines intellectuels de la Révolution Française*, p. 562.

<sup>80</sup> Daniel Mornet. *Les origines intellectuels de la Révolution Française*, p. 549.

<sup>81</sup> Daniel Mornet. *Les origines intellectuels de la Révolution Française*, p. 559.

<sup>82</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1990, p. 47.

de madame du Deffand e madame Helvétius, não foi um fenômeno passageiro. Como disse Schama, a popularidade de Franklin se tornou uma verdadeira “mania”<sup>83</sup>. Desde que em 1777 o abade de Véri pediu a ele que se deixasse pintar por Greuze, até deixar a cidade, Franklin foi uma das personalidades mais requisitadas de Paris, ao qual recorriam em busca de conselhos, inclusive, pessoas do povo. O célebre encontro de Franklin com Voltaire na Académie Royale des Sciences em 1778, diante de Condorcet, que organizou o evento, e a grande festa que lhe foi dedicada pela loja maçônica dos Neuf-Sœurs em 1780 são apenas alguns dos aspectos mais conhecidos dessa notoriedade. Franklin era um homem excepcional, por suposto, mas todo esse prestígio em grande parte era o prestígio da Revolução Americana. Por isso, como disse Momet, diferente dos *philosophes*, ele era visto como alguém que “*ne se perdait pas dans les nuages de la spéculation*” e “*enseignait la vie par l’expérience de la vie*”<sup>84</sup>.

O fim efetivo da guerra de independência em 1781, emblematicamente selado num Tratado de Paris dois anos depois, e a inequívoca vitória de uma revolução pouco cruenta, só deu mais combustível à ideia de revolução entre os franceses. Signo disso foi, por exemplo, a grande difusão, desde sua primeira edição em 1782, dos *Essais historiques et politiques sur la Révolution de l’Amérique septentrionale*, de Hilliard d’Auberteuil, que reforçou o termo recém inventado por Raynal e pediu claramente: “*Imitez les Américains*”<sup>85</sup>. Essa proposta de “imitar os americanos” conota claramente a ideia de transmitir ou passar adiante alguma coisa, sentido próprio do velho latim *tradere*, que nos permite falar metaforicamente de uma tradição em andamento.

Nunca é demais lembrar que embora a experiência revolucionária dos colonos tenha marcado ideológica e conceitualmente, de modo especial, toda uma geração de pensadores e políticos franceses, chegando mesmo a popularizar-se em certa escala, a história da mentalidade revolucionária na França do final do século XVIII transcende, obviamente, a influência dos episódios americanos. No ambiente que possibilitou a Bastilha e o que se seguiu nos cinco anos posteriores, não se tratou apenas de uma contaminação operada desde fora. Sem importantes processos endógenos, como já foi parcialmente visto, essa cultura revolucionária estrangeira não teria a extraordinária recepção que teve. Mas se queremos identificar um componente fundamental do adensamento autoconsciente dessa mentalidade entre a elite política francesa, devemos concordar com Schama quando ele fala que “*for France, without any question, the Revolution began in America*”<sup>86</sup>.

Não se pode esquecer, finalmente, de um aspecto pouco comentado da “tradição” que ensejou a Revolução Francesa, e que ajuda a esclarecer ainda mais sua localização contextual.

---

<sup>83</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 43

<sup>84</sup> Daniel Mornet. *Les origines intellectuels de la Révolution Française*, p. 554.

<sup>85</sup> Hilliard d’Auberteuil. *Essais historiques et politiques sur la Révolution de l’Amérique septentrionale*. Paris, Langer, 1782.

<sup>86</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 24.

Refiro-me aqui à Revolução Holandesa, na qual foram retomados alguns modelos fundamentais da Revolução Americana, mas antecipando alguns elementos que viriam a acontecer na França<sup>87</sup>. Assim, em 1785, a publicação de um manifesto coletivo exigindo a volta das instituições republicanas usurpadas pelo *stathouder* Guilherme V de Orange acabou desencadeando uma prolongada – quase dois anos – e violenta insurreição que assumiu contornos revolucionários numa das fronteiras mais importantes do país e a apenas dois dias de viagem de Paris. O documento causador do levante era diretamente inspirado na *Declaração de Independência* das Treze Colônias e as milícias de “patriotas” organizadas por Joan Derkeses e Adam Gerard Mappa estavam diretamente espelhadas nos *minutemen*. Mas a revolução promovida pelos holandeses foi além. No âmbito ideológico, seu inovador *Catecismo do Cidadão* (lançado quase simultaneamente ao manifesto) trazia elementos “rousseauianos” de democracia direta inimaginados pelos norte-americanos. E no âmbito prático, os destacamentos populares que patrulhavam as ruas de Utrecht, Leiden e Haarlem comportavam-se de modo muito diferente daquele dos austeros colonos. O governo revolucionário batavo patrocinou, enfim, um ambiente mais parecido com o que se viveu na Revolução Inglesa no final da década de 1640 e que se viveria nos primeiros anos da Revolução Francesa. Agitação popular, manifestações de massa, ideias libertárias de todo tipo, imprensa livre, crispação social. Inicialmente apoiada por Vergennes, que via ali uma forma de ferir interesses ingleses, a república batava logo surpreendeu a política interesseira do Antigo Regime com um radicalismo que surpreendeu até mesmo seus aliados. Isso levou a que ela fosse temporariamente abafada em 1787 por uma intervenção anglo-prussiana, com a discreta omissão de Paris. É significativo que Derk e Mappa tenham se refugiado nos Estados Unidos, a convite de Washington. E mais significativo ainda que milhares de exilados anônimos tenham se instalado na França, injetando ânimo na cultura revolucionária local, como uma espécie de ingrediente especial para seu fortalecimento capilar.

Nessa altura, aquilo que antes era somente uma genérica sensibilidade revolucionária coagulou-se propriamente numa mentalidade, ou seja, numa “visão de mundo”, no sentido que lhe deu Vovelle, como algo situado entre um campo de atitudes e imagens coletivas inconscientes demonstradas pela multidão anônima e um campo de representações ideológicas ou formalizações intelectuais apresentadas por ideólogos e teóricos<sup>88</sup>. De fato, na entrada de 1789 não faltavam aos franceses, de cima a baixo de seu corpo social, impulsos no sentido de simpatia pela ideia de revolução. E de violência revolucionária, como se viu em seguida.

---

<sup>87</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 48, 63, 225, 603 etc.

<sup>88</sup> Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 16-17.

## Capítulo II

### Da conjuntura política e militar que ensejou o Terror

#### Como começou a violência revolucionária?

Se há um fato sobre o qual os historiadores da Revolução Francesa sempre concordam é que a violência foi um de seus elementos mais característicos e estruturantes. Para muitos, talvez seu elemento principal. Quando Schama diz que “*in a sense that cannot be bypassed, the violence was the own revolution*”<sup>89</sup>, ele não destoa de Vovelle<sup>90</sup>, de Furet<sup>91</sup>, de Arasse<sup>92</sup>, de Andress<sup>93</sup>, de Bertaud<sup>94</sup> e de tantos outros especialistas. A Revolução, tal como efetivamente se verificou, só foi possível, material e ideologicamente falando, pelo grito, pelo tumulto, pela agressão física, pela crueldade, pelo desrespeito à legalidade, pela propaganda de massa, pela impunidade aos revolucionários e outros tantos recursos. Ela não se resumiu a isso, obviamente, como já comentei na Introdução<sup>95</sup>, mas tais meios lhe foram essenciais.

Todos os historiadores culturais que trabalharam com o tema da violência na Revolução concordam também que isso não estava “escrito nas estrelas”, por assim dizer. Embora eles reconheçam, em medidas diferentes, que a própria noção de revolução entranhasse um atávico elemento ideológico de violência, insistem que o passo de uma possibilidade abstrata a uma ação concreta, ainda mais na forma específica com que essa veio a acontecer, não foi um desdobramento absolutamente necessário e previsível de condições anteriores. Nesse sentido, como disse Chartier, “*Um primeiro paradoxo é que a Revolução reintroduziu uma violência em larga escala num país no qual, por mais de um século, o ‘processo civilizador’, para usar o termo de Norbert Elias, fizera progressos notáveis, reduzindo e circunscrevendo notavelmente a violência*”<sup>96</sup>. Assim, na década de 1780 parece

---

<sup>89</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1989, p. xvi.

<sup>90</sup> Michel Vovelle. “A guilhotina: Instrumento do Terror”. Em *Imagens e imaginário na história*. São Paulo, Ática, 1997, pg. 194.

<sup>91</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p.78-79.

<sup>92</sup> Daniel Arasse. *La guillotine et l'imaginaire de La Terreur*. Paris, Flammarion, 1987, p. 27.

<sup>93</sup> David Andress. *O Terror: guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2009, p. 16.

<sup>94</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée: Les soldats-citoyens et la Révolution Française*. Paris, Robert Lafont, 1979, p. 11.

<sup>95</sup> Sobre os aspectos não violentos da Revolução, ver, por exemplo, Jean Robiquet. *La vie quotidienne au temps de la Révolution*. Paris, Hachette, 1938.

<sup>96</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo, UNESP, 2003, p. 277.

não ter havido uma escalada de violência social ou política especialmente inquietante. Ao contrário. O banditismo dos salteadores de estradas e ladrões nos bairros mais populares mostrava-se estável há mais de um século. As conspirações e atentados antimonárquicos que afligiram o governo de Luís XIV e Luís XV foram quase irrelevantes no governo de Luís XVI. Depois que o conflito jansenista se acalmou e o preço do grão se estabilizou (entre 1775 e 1788) não se viram mais grandes revoltas sociais. Certamente que continuaram a acontecer levantes populares contra autoridades locais (coletores de impostos corruptos, senhores especialmente vampirescos, padres havidos de dízimos escorchantes etc.), mas que em nada ameaçavam o poder central ou se tornassem virais. Os conflitos laborais aumentaram bastante nas cidades, mas eles tendiam a se canalizar para o judiciário, mais do que para motins. A forma fundamental de protesto não eram greves ou quebraadeiras, mas processos legais, como as ações coletivas de reparação dos *compagnons*. A tradicional brutalidade nas relações familiares, entre vizinhos, no mundo do trabalho ou nas relações políticas não fora suprimida, mas o Estado judicial e administrativo reduziu-a em todas essas frentes<sup>97</sup>. Não havia tampouco, é preciso lembrar, alguém que pedisse “filosoficamente” a violência. E muito menos terror. Embora, como vimos no Capítulo anterior, certas manifestações do tardo Iluminismo tragam consigo expressões de uma mentalidade revolucionária tendente à violência, decididamente não há vozes empenhadas num discurso direto de sua apologia antes de 1788.

Foi de forma relativamente súbita que começaram a se observar, no final daquele ano, conflitos sangrentos em cascata e reiteradas conclamações a resolver as coisas pela força. Como disse Furet,

*“A convocação dos Estados Gerais, o apelo a Necker, a convocação dos parlamentos no verão de 88 constituem uma série de capitulações de Luís XVI, criando uma vacância global de poder. Eles desencadeiam a guerra de classes por esse mesmo poder, em torno das modalidades de representação nos estados, abrindo assim um campo sem limites no movimento das ideias e das paixões sociais”*<sup>98</sup>.

Mais ou menos de repente, no espaço de uns poucos meses a partir de setembro de 1788, quando se preparavam as eleições para os Estados Gerais e a censura foi totalmente abolida, o aparato repressivo da monarquia veio abaixo. Com isso, uma torrente de ideias e publicações radicais até então represada começou a brotar por todo lado, muitas delas já flertando diretamente com a noção de uma violência “desculpável”, senão mesmo “virtuosa”<sup>99</sup>.

Sem dúvida, um elemento que não se pode deixar de considerar na avaliação desse fenômeno, é a situação de dificuldade alimentar vivida pela população pobre diante da crise econômica do reino e do especialmente longo e rigorosíssimo inverno de 1788/1789, que

---

<sup>97</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da Revolução Francesa*, p. 223-226, 278 etc.

<sup>98</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*, p. 60.

<sup>99</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*, p. 68-69.

acentuou a sensação de calamidade pública. A partir daí e até bem avançado o Diretório, muitas das grandes jornadas da Revolução estarão diretamente relacionadas com problemas de carestia, desabastecimento e medo obsessivo da fome<sup>100</sup>, já que de fome absoluta a Revolução nunca padeceu. Os estoques de mantimentos diminuiriam sensivelmente e encareceram bastante nos anos revolucionários, com a população em geral comendo pouco e mal. Porém, não houve mortandade significativa ou epidemias por falta de nutrientes mínimos, que é o que caracteriza tecnicamente o fenômeno<sup>101</sup>. De qualquer forma, a insegurança alimentar foi um dos combustíveis mais inflamáveis da Revolução. Dos primeiros saques a comércios, intendências, comboios e residências em busca de provisões, passou-se rapidamente ao linchamento de seus donos, gerentes ou supostos responsáveis. Desde o começo da primavera de 1789, ocorrências do tipo são fartamente noticiadas em Rennes, Nantes, Cambrai, La Seyne, Aix-en-Provence e outras localidades. Em alguns casos elas engendraram, inclusive, organizações inéditas da multidão. Como em Marselha, que no mês de março, depois da pilhagem das casas dos responsáveis pelo abastecimento de cidade e do assassinato de alguns deles, viu nascer uma milícia popular e armada para patrulhar as ruas em busca de especuladores<sup>102</sup>. O momento mais emblemático desse processo ocorreu, entretanto, em Paris, um mês depois, com o famoso motim na fábrica de papel Réveillon, no *faubourg* de Saint-Antoine, que degenerou na pilhagem da mansão de seus proprietários, terminando com um saldo de cerca de trezentos operários mortos e outras centenas de feridos pela fuzilaria repressiva dos *gardes français*<sup>103</sup>. O chocante episódio, que longe de arrefecer os ânimos excitou ainda mais o radicalismo da massa e dos panfletistas, prefigurou, enfim, a dinâmica de violência popular que se avizinhava e que só cessaria definitivamente quase seis anos depois.

Considerando tudo isso – crise alimentar latente, indecisão da monarquia, excepcionalidade do ambiente político, fermentação de ideias radicais etc. –, certamente há um cenário de fundo que ajuda a esclarecer a inédita violência política presenciada a partir do verão de 1789. Porém, esses elementos, ainda que justapostos, continuam a não resolver o problema de como as coisas se precipitaram de certa forma e não de outra. A visualização de determinado cenário original não esclarece muito o enredo a partir dali desenrolado. Essas peças permanecem insuficientes para explicar como a Revolução veio não só a tornar-se sistematicamente violenta, mas também a criar uma doutrina sobre a aplicação mais extrema

---

<sup>100</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989, p. 92.

<sup>101</sup> Não parece existir algum estudo da Revolução Francesa que considere relevante a mortalidade por fome, exceto na zona de guerra da Vendéia. Le Roy Ladurie, com efeito, trata como episódios de falência alimentar na França moderna as crises de 1693-94, de 1740 e do final de 1788, entre outras, mas não inclui nisso algum momento entre 1789 e 1799. Ver Emmanuel Le Roy Ladurie, *L'historien du climat face aux famines, aux disettes et aux révolutions*. Conferência proferida no Institut de France em 24 de outubro de 2006. Transcrição disponível em <[http://seance-cinq-academies-2011.institut-de-france.fr/discours/2006/le\\_roy\\_ladurie.pdf](http://seance-cinq-academies-2011.institut-de-france.fr/discours/2006/le_roy_ladurie.pdf)>.

<sup>102</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 324-325.

<sup>103</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 326-328.

e institucionalmente organizada da violência. Como frisou Mornet<sup>104</sup>, do contexto abrangente que possibilitou a Revolução, à Revolução em si mesma vai uma enorme diferença.

Perguntando-se sobre como aconteceu o processo de mutação das promessas pacíficas do Iluminismo em direção a uma cultura do terror na Revolução Francesa, Timothy Tackett encontrou cinco causas internas: 1) o impacto das ações de rua das massas parisienses; 2) a dinâmica radicalizada da vida parlamentar; 3) as ameaças da contrarrevolução; 4) a emergência de uma cultura do medo e da suspeição; 5) a intensidade das convicções das elites revolucionárias<sup>105</sup>. Sem discutir o que essa interpretação possa ter de insuficiente, ela vale, no mínimo, como pertinente chamado a ver no problema um entrelaçamento nada simples de fatores, além de indicar pistas consistentes para elucidá-lo. Em outro estudo, Tackett ainda oferece uma contribuição sugestiva ao debate quando amarra todos esses fatores na sugestiva ideia de “empoderamento pela violência”<sup>106</sup>. Ele reconhece que inexiste um vínculo mecânico entre a brutalidade espontânea do início da Revolução e as formas de violência institucional implementadas posteriormente pela Convenção, mas parte da constatação de que aqueles que produziram a Bastilha, a Marcha sobre Versalhes e outros episódios inaugurais o fizeram movidos por certas práticas e ideias que alimentaram o que se viu depois. O ponto de não retorno dessa dinâmica foi quando, do cidadão mais anônimo ao político mais conhecido, percebeu-se que a violência dava poder. Seja na cotidianidade da rua ou nos debates parlamentares, poder coletivo e individual. Com efeito, a entrada em cena das multidões trouxe consigo não só um forte elemento emotivo às decisões políticas, mas também, e sobretudo, um eloquente argumento de força. Entusiasmadas com seu recente protagonismo e com a impunidade, naturalmente excitadas pela energia das grandes jornadas, híper sensíveis ao “diz-que-diz” e rumores de todo tipo, essas massas eram levadas a frêmitos de euforia ou medo que facilmente se exprimiam pela violência<sup>107</sup>. Isso acabou se revelando um poder próprio dentro da Revolução, que não demorou em ser percebido como tal.

Em particular, a efervescência das ruas estimulou como nunca a proliferação de aventureiros e arrivistas, impactando diretamente a incipiente vida política parlamentar inaugurada com os trabalhos da Assembleia. Com a rápida evolução dos acontecimentos a partir de julho, os deputados revolucionários ficaram cada vez mais interessados nas virtudes da violência e investiram no seu fomento. Assim como toda uma linhagem de influentes

---

<sup>104</sup> Daniel Mornet. *Les origines intellectuels de la Révolution Française, (1715-1787)*. Paris, Armand Colin, 1967 (1933), p. 47.

<sup>105</sup> Timothy Tackett. “Révolution et Terreur: réflexions sur les origines d’une culture politique de la violence pendant la terreur (1789-1793)”. Universidade de Rouen, Centre de Recherche de l’Histoire. Conferência oferecida em 5 de novembro de 2014, não publicada. Filmagem disponível em <<http://grhis.univ-rouen.fr/grhis/?event=conference-de-timothy-tackett-revolution-et-terreur-reflexions-sur-le-processus-de-la-revolution-1789-1793>>.

<sup>106</sup> Timothy Tackett. *The coming of the Terror in the French Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 2015. Ver especialmente o capítulo “Breakdown of authority”, p. 70-94.

<sup>107</sup> Timothy Tackett. “Rumor and Revolution”. Em *French History and Civilization*. Melbourne, George Rudé Society/University of Melbourne, v. IV, n. 4, 2011, p. 54-64.

publicistas e agitadores fora do parlamento. Nesse sentido, articulam-se o primeiro e o quinto itens de Tackett. Isto é, explorando a metáfora geológica proposta por Schama<sup>108</sup>, a violência popular que irrompeu na primavera de 1789 e frutificou nos anos seguintes, não era algo do tipo de uma efervescência subterrânea, uma espécie de lava social, que forçando seu caminho até a superfície conduziria inevitavelmente ao terror como política do Estado revolucionário. Mais do que um vulcão que entra em erupção naturalmente e leva a certa tragédia esperada, essa lava veio à tona pela ação de uma elite de mineradores revolucionários que deliberadamente cavaram buracos na crosta política e filosófica, alimentando a matéria explosiva ali contida para certo fim que em nada era natural<sup>109</sup>.

É importante ressaltar que o processo de empoderamento do qual fala Tackett e que une essa matéria explosiva a seus exploradores não se manifestou somente em termos de grandes acontecimentos como o 14 de Julho ou o 5 de Outubro. Mesmo em planos muito mais corriqueiros da vida cotidiana essa tendência à violência como mecanismo de poder também podia ser percebida. Por exemplo, nos modos de falar, que se tornaram crescentemente mais grosseiros e agressivos, desenvolvendo-se toda uma linguagem “*poissard*” (em referência ao vocabulário das vendedoras dos mercados) carregada de erros gramaticais, palavras e alusões desrespeitosas<sup>110</sup>. Algo disso se vê nos jornais populares. Analisando a violência verbal e a retórica desses libelos nos anos iniciais da Revolução, Roselyne Koren ressaltou que eles se caracterizavam por um linguajar direto e simples, apelativo aos insultos explícitos e às injúrias pessoais, ameaçando e animalizando os adversários, prezando, enfim, por incitar explicitamente a insurreição, a justiça sumária, a morte dos aristocratas e outros inimigos da Revolução<sup>111</sup>. O melhor exemplo disso talvez sejam as várias publicações com o nome *Père Duchesne* (personagem fictício representando o homem do povo sempre disposto a denunciar as injustiças), especialmente aquela série que trazia como subtítulo a frase “*Je suis le véritable Père Duchesne, foutre!*”, editada por Jacques Hébert<sup>112</sup>. *Foutre*, aqui, quer dizer algo como “porra!”, termo repetido insistentemente nos seus textos. Aos olhos do povo e mesmo de certa elite revolucionária, o refinamento na linguagem e nas maneiras era um sinal de pretensão aristocrática, e, portanto, de espírito contrarrevolucionário.

Não só as palavras, mas o tom de voz e os gestos se tornaram mais desafiadores, proliferando-se entre a plebe os “*brigands*” que infernizavam as ruas de Paris criando caso

---

<sup>108</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. p. 860.

<sup>109</sup> Ver mais adiante comentários específicos sobre o papel de Desmoulins, Théroigne de Méricourt, Santerre, Perragaux e de outros revolucionários no desencadeamento e destino das grandes jornadas populares da Revolução.

<sup>110</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 456-457.

<sup>111</sup> Roselyne Koren. “Violence verbale et argumentation dans la presse révolutionnaire et contre-révolutionnaire”. Em *Studies on Voltaire and the eighteenth century*. Oxford, Oxford University Press/The Voltaire Foundation, 2001, n. 287, p. 320 e 323.

<sup>112</sup> Jacques Guilhaumou. “L’idéologie du Père Duchesne”. Em Jacques Guilhaumou (org.). *Langage et idéologies. Le discours comme objet de l’histoire*. Paris, Éditions Ouvrières, 1974, p. 81-116.

com todo mundo e cometendo pequenos crimes em nome de supostos gestos revolucionários<sup>113</sup>. Desse meio identificado com os *sans-culottes* surgiram “*les hommes à moustache*”, que com seus grandes bigodes e cabelos desgrenhados, pistolas e espadas na cintura, lenços, *cocardes* tricolores nos chapéus ou nas lapelas gostavam de frisar sua aparência assustadora e revolucionária<sup>114</sup>. A linguagem deliberadamente ofensiva e vulgar que se notava nas ruas e na imprensa repercutiu também no estilo retórico dos deputados, que foi se tornando cada vez mais vituperativo conforme os debates parlamentares se mostravam mais eletrizantes. Já nas primeiras sessões da Assembleia o Clube Bretão surpreendeu os demais deputados, tal sua indiferença com o decoro e a cortesia nos debates. Deboches e xingamentos eram comuns. Não estranha, pois, que no tempo da Convenção Marat tenha subido na tribuna armado e brandido suas pistolas ao discursar contra colegas, e que desde o púlpito Vadier tenha ameaçado “estripar” Danton, que respondeu da arquibancada prometendo “arrancar-lhe a cabeça, comer seu cérebro e cagar em seu crânio”<sup>115</sup>. Certamente que os exemplos de Marat, Vadier e Danton já extrapolam o quadro cronológico aqui observado, mas eles merecem ser lembrados pela clareza com que nos falam das permanências e agravamentos das violências verbais e gestuais que caracterizaram certo comportamento característico dentro da Revolução. Como escreveu Vovelle, “*O fato revolucionário, em seu estado bruto, nascimento de uma nova era, que justifica a violência dele resultante, permanece como o centro dessa mutação de mentalidade coletiva*”<sup>116</sup>.

### **As grandes jornadas: Da Bastilha ao assassinato de Marat**<sup>117</sup>

O conceito de jornada revolucionária equivale uma espécie de “*accélération du temps de l’histoire pendant quelques semaines*”<sup>118</sup>, às vezes mesmo concentrado em algumas horas, aceleração esta que acabou desempenhando um papel catalisador do processo histórico para muito além do acontecimento em si a que se reporta. A isso se refere a ideia do tempo curto e das rupturas bruscas, “*do surto convulsivo que subverte radicalmente a vida das pessoas*”, ao contrário do tempo medianamente longo “*que prepara os caminhos*”, como sintetizou Vovelle<sup>119</sup>. Esses momentos de precipitação representam uma espécie de pontos de inflexão

---

<sup>113</sup> Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 364.

<sup>114</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 776.

<sup>115</sup> Apud David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 243.

<sup>116</sup> Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*, p. 394

<sup>117</sup> Nesta seção recorre-se a várias nomenclaturas (*sans-culottes*, *sectionnaires*, *représentants em mission*, *jacobins*, *girondins* etc.) cujas caracterizações precisas podem ser verificadas nos subseqüentes capítulos III e IV.

<sup>118</sup> Olivier Blanc. “Cercles politiques et salons du début de la Révolution (1789-1793)”. *Annales Historiques de la Révolution Française*. Paris, 2006, n. 344, p. 78.

<sup>119</sup> Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 335.

da Revolução em sua dinâmica de radicalização, trazendo consigo importantes desdobramentos no sentido de construção de uma crescente cultura de violência.

A primeira dessas jornadas começou a ser desenhada com a dramática conclamação de Desmoulin no Café Foy no meio da tarde do dia 12 de julho, cerca de 48 horas antes da tomada da Bastilha<sup>120</sup>.

Oradores de esquina em palanques improvisados não eram uma novidade naquele tempo, mas o desempenho de Desmoulin foi único<sup>121</sup>. Esbaforido, imediatamente chegado de Versalhes, ele subiu intempestivamente numa mesa do concorrido estabelecimento e de lá discursou para denunciar a destituição de Necker (decretada pouco antes) e dizer que só a aceitaria morto. Sacando uma garrucha da cinta e gesticulando raivosamente com ela na mão, chamou o povo a proteger a Assembleia, supostamente ameaçada por uma atípica concentração de tropas reais nos arredores da cidade. Pedindo “armas, armas!” para lutar contra a tirania, arrancou umas folhas da árvore que lhe fazia sombra e propôs o verde como cor dos revolucionários. Como sempre, o local estava cheio de gente e Desmoulin magnetizou a audiência. Foi ovacionado e as pessoas saíram depenando as árvores próximas para enfeitar suas lapelas e chapéus com ramos verdes, o primeiro símbolo da revolução que viria (logo abandonado por ser a cor do uniforme militar do impopular Conde d’Artois). Com o correr da tarde, a aglomeração não só aumentou como muitos saíram dali para contar o acontecido e repercutir o chamado em outros lugares. Oradores se sucediam nas proximidades do Café Foy, até que apareceram os guardas reais comandados pelo príncipe De Lambesc e teve início uma fuzilaria nos arredores do Palais-Royal, com alguns populares fatalmente baleados. Novas aglomerações e novas fuzilarias ocorreram em outros pontos da cidade. Porém, tão logo se controlava um foco outro aparecia. Nem a chegada da noite e a madrugada impediram que grandes grupos de pessoas se juntassem e saíssem ruidosamente em busca de armas. Casas particulares, lojas de ferragens, oficinas de armeiros e outros que supostamente guardavam arsenais foram invadidos e saqueados. Alguns grupos, reclamando também por comida, partiram direto para a simples pilhagem, como ocorreu no convento de Saint-Lazaire, que teve sua farta dispensa esvaziada, além de destruída sua célebre biblioteca. Enquanto isso, o núcleo forte das autoridades municipais manteve-se reunido e sem dormir no Hôtel de Ville, sede da Comuna, preocupado com, e sem poder controlar, a anarquia da situação, que nessa hora desbordava em ataques a armazéns em geral e postos aduaneiros que controlavam a entrada de mercadorias na cidade<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> Para uma documentação factual da ocorrência, ver *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1858. Tomo I, n. 20, edição de 17 a 20 de julho de 1789, p. 170. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=xaYNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=xaYNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Para uma descrição mais minuciosa do acontecimento, ver Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 379-383. Ou ainda, complementando-a com mais detalhes, ver Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989, p. 73-75.

<sup>121</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1989 (1951), p. 126.

<sup>122</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*, p. 76-78.

A célebre cena promovida por Desmoulins é mais do que um aspecto anedótico da Revolução que se inaugurava. E não só por ter desencadeado materialmente aquela noite estranha e fatídica, cheia de repercussão nos dois dias seguintes. Tudo em sua espetacular ação prefigurava simbolicamente, de modo quase pedagógico, algumas características fundamentais da mentalidade revolucionária daí em diante dominante, a começar do elemento romântico, ou pré-romântico que a percorre. Embora qualquer história da violência na Revolução não possa perder de vista o forte elemento cerebral e racional que a compõe, nem por isso deve deixar de reconhecer a dimensão visceral e apaixonada que ela apresentou como traço também característico. Movida pelo senso do terrível e do sublime, pela sensação de urgência e de certo “milénarismo”, pela apologia da abnegação e do martírio, bem como pelo desejo de experiências vertiginosas e absolutas, entre outras tendências do romantismo nascente, a elite revolucionária, embora herdeira do Iluminismo clássico, acabou se transmutando, parcialmente que seja, em seu avesso.

Tanto pela forma quanto pelo conteúdo, a performance de Desmoulins não poderia ser mais emblemática da culminação desse processo. Com ela, a morte e a violência entraram de vez no imaginário revolucionário. O sucesso de seu ato consagrou a ação política como teatro de rua, como encenação dramática destinada a mobilizar emocionalmente uma audiência conjuntural com vistas a uma ação prática momentosa. E com um toque especial: o chamado a matar justamente ou morrer heroicamente na luta contra a tirania, que se transformaria num *topos*<sup>123</sup> típico da mentalidade revolucionária dali em diante. Quando Desmoulins se apresenta repentinamente num espaço aberto de grande concentração urbana, armado e aos berros, exigindo energicamente armamento do povo para se antecipar a um possível golpe dos opressores, dispondo-se com isso a assassinar ou ser assassinado, sua mensagem é clara. E mais clara ainda sua recepção. Chegou a hora de cada um subir na própria mesa e partir para a violência em nome da luta contra a opressão. Com seu desempenho brilhante, a teatralização da política se juntou à politização da violência, num verdadeiro sucesso ideológico e comportamental que mostrou, ademais, o poderoso papel incendiário de certa elite revolucionária.

Na manhã seguinte, depois que algumas *Sections*<sup>124</sup> passaram a noite em vigília, várias delas se reuniram e subscreveram uma petição intimando o prefeito a entregar armamentos ao povo. Apesar do ostensivo policiamento promovido pela autoridade militar de Paris – o Barão de Besenval, responsável pela segurança da capital, havia praticamente evacuado o centro da cidade com suas tropas –, a agitação continuou, com vários grupos de civis inquietos procurando por armas e perambulando pelas ruas na esquiwa dos soldados. Como escreveu o redator do *Moniteur Universel*,

---

<sup>123</sup> Considerando a figura da retórica clássica, um argumento geral que pode ser brandido a qualquer momento, sempre com alguma eficácia, em defesa de pontos de vista particulares ou mesmo contraditórios. Espécie de “lugar comum” que reforça a suposta obviedade de uma sentença.

<sup>124</sup> Sub-entidades administrativas da municipalidade organizadas por bairros, quarteirões e ruas, mais adiante melhor discutidas sob a rubrica da relação entre *sectionnaires* e *sans-culottes*.

“au Palais Royal les motins les plus violentes se succédant avec une effrayante rapidité, les orateurs les plus véhéments montés sur des tables, enflammait l’imagination de leur auditeurs qui se pressent autour d’eux et répandent ensuite dans la ville como la lave brûlant d’un volcan”<sup>125</sup>.

Enquanto isso, tramitavam as negociações na Comuna, que tendiam à negação do pedido das Seções. E começaram a surgir informações mais ou menos precisas sobre arsenais que poderiam ser invadidos e tomados. A Bastilha, por todas suas lendas<sup>126</sup> e localização urbana, obviamente, era a opção principal. A ideia rapidamente passou de boca em boca e seduziu o imaginário de muitas pessoas. À noite alguns líderes *sectionnaires* já estavam programando uma concentração nas suas portas para o outro dia.

Pouco depois das doze horas do dia 14 de julho, uma multidão de uns mil homens e mulheres acabou se aglomerando na entrada da mal afamada prisão-fortaleza, exigindo que fosse aberto seu portão principal para distribuição das armas supostamente ali mantidas<sup>127</sup>. No interior, o comandante Bernard-René de Launay, que contava com pouco mais do que uma centena de guardas franceses e suíços, negou o pedido e o caldo esquentou. A massa foi se adensando e os primeiros tiros foram escutados no começo da tarde. Por volta das quinze horas começou efetivamente uma batalha, com disparos sistemáticos escutados dos dois lados, inclusive com alguns tiros de canhão por parte dos sitiados, até então confortavelmente posicionados. Do flanco da multidão move-se um ataque atabalhado que não logra qualquer êxito até que uma hora depois dois ex-combatentes que lutaram ao lado de Lafayette na América, ambos oficiais de baixa patente, chegam com cinco canhões e uma centena de soldados desertados dos quartéis próximos, assumindo a liderança da confusa manifestação e organizando eficientemente o assalto. Sob o comando de Jacob Élie e Louis de la Reynie, com o auxílio de outros experientes militares que se juntaram à aglomeração, como Pierre-Augustin Hulin, o assédio mostra-se bem sucedido e lá pelas dezessete horas a guarnição assediada capitula<sup>128</sup>.

Alguns detalhes do assalto – o protagonismo de um intelectual como Desmoulins, a organização dos militantes *sectionnaires* e a atuação de soldados profissionais – obrigam a perguntar sobre se a queda da Bastilha, ou seja, a eclosão concreta da Revolução mesma, foi resultado de um movimento efetivamente espontâneo<sup>129</sup>. Certamente que não é o caso de

---

<sup>125</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1858. Tomo I, n. 21, edição de 20 a 23 de julho de 1789, p. 178. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=xaYNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=xaYNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

<sup>126</sup> Entre as décadas de 1750 e 1780 constituiu-se toda uma literatura de denúncias sobre a Bastilha, não raro exagerada, que acabou fazendo da velha fortaleza o símbolo maior do despotismo. Sobre a importância desse fenômeno, ver Roger Chartier. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Bauru, UNESP, 2003, p. 107.

<sup>127</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*, p. 85.

<sup>128</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*, p. 86-87.

<sup>129</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*, p. 82 e 91-92.

entrar por essa discussão, mas não se perde por mantê-la à vista no desenvolvimento do argumento em andamento. Ainda mais quando se sabe que diversos personagens, entre eles o banqueiro Perregaux, distribuíram dinheiro para atizar os revoltosos<sup>130</sup>.

Seja como for, a grande provisão de armas que se esperava encontrar dentro da Bastilha revelou-se frustrante. Lá havia apenas uma boa quantidade de pólvora, pequenos e poucos canhões, além dos apetrechos usados individualmente pelos defensores. Isso não diminuiu o regozijo da massa, apesar, inclusive, dos quase cem manifestantes mortos e de não ter havido nenhuma vítima fatal entre os sitiados. Pelo menos até sua rendição. Pois foi nesse momento que a Revolução cobrou suas primeiras vítimas<sup>131</sup>. Justamente no ato de capitulação formal e entrega das armas por parte Launay, a massa descontrolada, no momento de ocupação da guarnição vencida, o matou e degolou junto com meia dúzia de seus auxiliares já dominados (o resto da tropa foi aprisionado). Exibidas como estandartes, suas cabeças espetadas em piques foram a grande atração do exultante desfile revolucionário que se deu logo depois pelas ruas adjacentes. Esse macabro cortejo não foi o único naquele dia. Enquanto se desenrolavam os acontecimentos na Bastilha, um comitê insurrecional foi instalado no Palais-Royal e uma delegação (seguida de nova multidão) se dirigiu ao Hôtel de Ville para pressionar o prefeito Jacques de Flesselles a ceder armas ao povo, urgentemente. Diante da negativa, a comissão o acusou de estar traindo a pátria e lhe deu voz de prisão. Antes de ser levado para um “juízo”, no entanto, alguém lhe deu um tiro de pistola e várias pessoas caíram sobre ele, arrancando-lhe a cabeça, que também foi parar numa ponta de lança levada como estandarte em passeata ruidosa. A noite foi de festa em várias partes de Paris. E de profundo pavor em outras. Como escreveu Rétif de la Bretonne, naquela ocasião “*un génie destructif planait sur la cité*”<sup>132</sup>.

No dia seguinte, “*Tout le monde s’embrasse dans les rues. Non seulement le populaire exulte, mais une partie de la meilleure société communique dans le même enthousiasme*”<sup>133</sup>. Nesse ambiente, a célebre e verossímil anedota acerca do diálogo acontecido na câmara real na manhã do dia 15 entre o culto e reformista duque de la Rochefoucauld-Liancourt e o politicamente parvo Luís XVI, por mais que tenha sido recontada tantas vezes não perde por ser lembrada. Ao noticiar as mortes de Launay e Flesselles no dia anterior, e à pergunta do rei sobre se aquilo era uma revolta, seu secretário geral respondeu com a frase emblemática: “*Non, sire; c’est une révolution!*”<sup>134</sup>. O duque não poderia ser mais preciso na contestação, no sentido de anunciar algo novo e radicalmente transformador que prefigurava idealmente a desintegração da autoridade real e o estabelecimento de novos poderes e ideologias. Algo que não era mais possível de ser revertido com pequenos gestos de força ou golpes de manga, e

---

<sup>130</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 125 e 315.

<sup>131</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 404 e 405.

<sup>132</sup> Rétif de La Bretonne. *Nuits révolutionnaires*. Paris, Le Livre de Poche, 1978, p. 61.

<sup>133</sup> Jean Robiquet. *La vie quotidienne au temps de la Révolution*. Paris, Hachete, 1938, p.11.

<sup>134</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*, p. 88.

que exigiria muita arquitetura política para ser desmontado, se é que isso fosse possível. A partir daquelas mortes a força física da mobilização popular e da sensação de empoderamento proporcionada concretamente pela prática da violência, aliada à autoridade moral da causa, se associaram numa dinâmica ideológica dificilmente reversível. Refletida na persistente resistência à vontade do rei demonstrada pela maioria dos parlamentares em Versalhes desde o início da Assembleia, o amotinamento dos cidadãos falava de algo mais que uma simples revolta.

Efetivamente, no dia 16 o Conselho Real se reuniu pela última vez na sua forma tradicional, ao mesmo tempo em que o Conde d'Artois, irmão mais novo do rei, fugia para o exílio com a primeira leva de emigrados. No dia 18, todos os intendentess que representavam o rei nas províncias abandonaram seus postos<sup>135</sup>. A consciência geral de que se inaugurara uma revolução ficou estampada já nos imediatos dias seguintes quando passou a ser publicado em Paris o muito lido jornal *Révolutions de Paris*. Ele começou em seu primeiro número contando os episódios da Bastilha, para depois ser apresentado como um diário da “estranheira revolução que acaba de acontecer”<sup>136</sup>. Apoiador decidido e oportunista da Revolução (inclusive, moderadamente, do Terror), foi um dos mais poderosos meios para moldar a consciência revolucionária até 1794, quando deixou de ser publicado por pressão dos termidorianos. Quase ao mesmo tempo de seu surgimento, Desmoulins, que também foi um colaborador assíduo do *Révolutions de Paris*, deu início à publicação do igualmente influente *Révolution de France et de Brabant*. Desde então, ninguém mais tinha dúvidas sobre o que estava acontecendo.

No dia 22 de julho ocorreram mais dois linchamentos espetaculares, terminando como antes em cabeças cortadas e exibidas à frente de passeatas intimidadoras, dessa vez, entretanto, com requintes especiais, conforme o chocante relato do redator Loustalot no *Révolutions de Paris*<sup>137</sup>. Joseph Foulon, ex-ministro das finanças, fora detido no dia anterior por alguns aldeões e empregados de sua casa de campo nas cercanias de Paris e levado para o Hôtel de Ville, agora ocupado pelos insurretos. Jean Baily, o cientista, havia assumido o lugar do defunto Flesselles como chefe da Comuna, contando especialmente com o respaldo militar de La Fayette, o grande herói da Revolução Americana. Diante dos dois, que discursaram para a massa estridente reunida na Place de Grève e nada fizeram para impedir o assassinato, Foulon foi sumariamente sentenciado, sendo espancado, arrastado pelos paralelepípedos e enforcado num poste de uma rua lateral. Presenciando tudo isso estava Bertier de Sauvigny, seu enteado e intendente de Paris, também preso por civis em sua mansão nos limites da capital e trazido à força para o centro da capital. Igualmente sentenciado de modo fulminante, viu a cabeça de Foulon ser cortada, sua boca enchida de feno e levantada na ponta de um

---

<sup>135</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 75.

<sup>136</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da Revolução Francesa*, p. 16.

<sup>137</sup> *Révolutions de Paris*. Paris, edição de 18-25 de julho, n. 2, p. 18-23. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1051122s/f18.item.zoom>>.

pique, até ser ele mesmo massacrado pela turba, sem esperar pelo enforcamento. Ainda com vida ele teve o coração arrancado e depois a cabeça cortada, que desfilou, junto com a do padrao, à frente de novo cortejo.

Apesar de caracterizar o espetáculo como revoltante e confessar a dificuldade de descrever a cena, Loustalot, o redator chefe do *Révolutions de Paris*, tira dela positivos ensinamentos revolucionários. Concluindo seu texto, ele dirige-se pessoalmente aos déspotas e ministros, avisando: “*trembler et voir comment vous et les vôtres seront traités*”. Falando em uma terrível lição aos opressores, ele diz que “*son royaume est terminée*”, encerrando com um chamado aos franceses que heroicamente exterminam tiranos:

*“leur haine est épouvantable, mais vous aurez au moins être libre. Je sais comment ces concitoyens révoltant scènes affligent vos yeux...mais penser comment et ignominieuse vivre comme esclaves...penser à ce que la peine doit être donnée pour le crime contre l’humanité...enfin penser au bonheur de vous et vos enfants quand le temple sacré de la liberté est préparé”*<sup>138</sup>.

Essa relação direta e virtuosa estabelecida por Loustalot entre exercício da violência e conquista da liberdade já tinha sido anunciada genericamente lá por Desmoulins no Café Foy e defendida em panfletos anônimos, mas nunca num diário de grande circulação. Loustalot não foi o único cronista a pensar nesses termos na imprensa parisiense naqueles dias, mas ninguém como ele, até aquele momento, aproximou tanto o sangue que corria nas ruas e a tinta que vertia dos escritores, no sentido de uma crença comum nas virtudes politicamente justiceiras e educadoras da morte, desde que heroicamente promovida em nome da revolução<sup>139</sup>.

Um aspecto particularmente significativo do argumento de Loustalot é que ele resgatava de certa forma indireta e ideologicamente filtrada a legitimidade do espetáculo das “mil mortes”, típico do Antigo Regime<sup>140</sup>. Afinal, a justiça penal conhecida dos franceses até então, seguindo tradições antigas e medievais, ao tratar das penas capitais pautava-se por cerimônias públicas centradas no suplício, execução e exibição do corpo vilipendiado dos condenados. Esse tradicional “teatro de tormentos”, exatamente por ser teatro e especialmente tormentoso, além de pretender punir efetivamente os criminosos, tinha fundamentalmente uma função de mensagem sobre o poder do soberano autocrático e sobre o que esperava aqueles que desafiassem sua ordem. Subjugar o corpo do faltoso, humilhá-lo, marcá-lo, torturá-lo, fazê-lo desaparecer completamente, ia muito além do que propriamente punir o indivíduo. Aniquilar a pessoa era aniquilar, metaforicamente, as conspirações, as traições. Nesse ato público de espetaculoso e desigual confronto físico entre o poder da multidão e do Estado revolucionário e

---

<sup>138</sup> *Révolutions de Paris*. Paris, edição de 18-25 de julho, n. 2, p. 24-25. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1051122s/f26.item.zoom>>.

<sup>139</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 447.

<sup>140</sup> Michel Beé. “L’Spetacle de l’exécution dans la France d’Ancien Régime”. Em *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 1984, n. 4, p. 843-862.

o corpo daquele que se colocou no caminho da revolução, havia algo da prática punitiva do antigo Regime no sentido de dar um exemplo e um recado desestimulador aos demais membros da sociedade<sup>141</sup>. Agora, no novo contexto da Revolução, não faltavam vozes que justificavam semelhante regime de punição àqueles que a desafiavam. Marat, por exemplo, chegou a pedir que traidores e espões fossem marcados com ferro quente e tivessem o nariz cortado<sup>142</sup>. E o *Révolutions de Paris* continuou, embora já sem Loustalot e até os massacres de setembro de 1792, a justificar linchamentos como legítima justiça do povo<sup>143</sup>.

As detenções arbitrárias promovidas por populares sem mandato para tanto, o funcionamento nada institucional da nova autoridade municipal, o papel irresponsável de Bailly e La Fayette, a teatralização da política e a politização da violência promovidas por Desmoulins, enfim, mostravam que algo havia saído de controle naquele verão. Quando em plena sessão de trabalho no dia 23 de julho a Assembleia recebeu a notícia sobre o linchamento de Foulon e Bertier de Sauvigny, os deputados reagiram de modos diversos. Mas a reação que teve maior repercussão foi justamente a de Barnave, que se levantando dramaticamente de seu assento proferiu com toda voz a repercutida sentença: “*Eh! Ce sang, était-il donc si pur?*”<sup>144</sup>, recebendo por isso efusivas palmas e cumprimentos de seus colegas à esquerda, indiferentes às normas do Direito processual e às garantias individuais dos acusados. O pitoresco da passagem é o de menos. O mais importante é que nenhuma das intervenções posteriores pediu uma investigação ou punição dos assassinos. Na prática, isso significava dar aval institucional para a violência que se mostrava nas ruas. O escandaloso trucidamento do prefeito de Troyes algumas semanas depois tampouco mereceu alguma providência. Foi nesse ambiente de permissividade com a violência da turba que se consagrou o termo “*réverbère*”, ou “*lanterne*” (isto é, literalmente, poste de iluminação pública), como gíria popular para indicar a morte pelas mãos da multidão, em alusão ao enforcamento e exibição dos corpos sem vida ou cabeças cortadas das vítimas penduradas nesses equipamentos urbanos. Daí o aparecimento de títulos como o *Discours de la Lanterne aux Parisiens*, de Desmoulins<sup>145</sup>, brochura que veio à luz dois meses depois da Bastilha incitando novos linchamentos, bem como a proliferação de gravuras populares com o tema (Ilustrações 2 e 3).\

Embora a violência oscilasse em intensidade conforme o lugar e o momento, desde o fatídico fim de tarde do 14 de Julho, os parisienses, especialmente aqueles identificados com a elite do Antigo Regime, ficaram cada vez mais expostos à arbitrariedade de estridentes grupos revolucionários que interviam cotidianamente nas relações comunitárias cobrando

---

<sup>141</sup> Antoine de Baecque. *Glory and Terror: Seven deaths under the French Revolution*. Londres, Routledge, 2001, p. 66-68.

<sup>142</sup> Olivier Coquard. *Marat, o amigo do povo*. São Paulo, Scritta, 1996, p. 251.

<sup>143</sup> Antoine de Baecque. *Glory and Terror: Seven deaths under the French Revolution*. Londres, Routledge, 2001, p. 72.

<sup>144</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *Mirabeau*. Paris, Seuil, 1982, p. 194.

<sup>145</sup> Ver comentário mais detalhado sobre esta obra na quinta seção do Capítulo IV.

compromissos com a Revolução e fazendo justiça com as próprias mãos. Irradiando de Paris, numa progressão que passa pela proximidade geográfica e o tamanho das cidades, esse fenômeno só fez crescer à medida que adentrava pelo interior do país. Assim, no começo de agosto explodiu aquilo que foi chamado de o “Grande Medo”, quando centenas de milhares de camponeses entusiasmados com a possibilidade do fim das obrigações feudais se lançaram a fazer uma reforma na propriedade da terra e desferrar séculos de opressão aristocrática na marra<sup>146</sup>. Começando pelos incêndios aos cartórios, que colocavam em suspenso documental todos os títulos fundiários, e terminando com as chacinas de famílias inteiras de proprietários (ou de quem se colocasse ao lado deles), no final do verão o interior do país, certamente com importantes diferenças regionais, também entrou na mesma dinâmica de desordem sangrenta observada na capital. Em alguns lugares, como na Alsácia, os judeus foram duramente atacados<sup>147</sup>.

A marcha das *poissardes* em direção ao palácio real em Versalhes nos dias 5 e 6 de outubro definiu ainda mais esse ambiente. Com ela, a fratura política que já se mostrava exposta no plano institucional desde que uns e outros optaram pela violência se apresentou com claras conexões sociais. Inconformadas como o preço do pão e protestando contra uma suposta orgia da realeza ocorrida na noite anterior, tomada como afronta aos necessitados (embora, ao que tudo indica, não passasse de um banquete de boas vindas aos novos oficiais dos guardas palacianos prestigiado pelo casal real brevemente com sua presença)<sup>148</sup>, mulheres do mercado *Les Halles* invadiram por volta das sete horas da manhã a próxima igreja de Saint Eustache e fizeram tocar seus sinos de alarme convocando uma concentração popular na Place de Grève. O resultado disso foi uma das jornadas mais graves de toda a Revolução<sup>149</sup>. Tal como na atuação de Desmoulins no Café Foy, esse ato também acabou engendrando toda uma dinâmica da violência revolucionária popular que de longe o extrapolou. E, como lá, ele deveu-se em grande medida à ação e influência de personalidades da elite intelectual. Em primeiro lugar, graças a Marat, que desde as páginas de seu jornal incitou o povo a marchar sobre Versalhes<sup>150</sup>. E depois, graças ao ativismo de pessoas como Théroigne de Méricourt. Já lembrada anteriormente como importante mantenedora de um influente salão radical, “*La Belle Liégeoise*” (em alusão a sua cidade natal) ou “Théroigne, a Amazona”, era a imagem prototípica da alegórica Marianne. Instruída, cosmopolita e bonita, tendo recebido em suas tertúlias caseiras personalidades como Siéyès, Desmoulins, Pétion e Brissot, ela se destacou mesmo foi como fundadora do Clube dos Amigos da Lei (depois dissolvido dentro do Clube

---

<sup>146</sup> Albert Manfred. *A grande Revolução Francesa*. São Paulo, Fulgor, 1966, p. 76-77.

<sup>147</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 130.

<sup>148</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 460.

<sup>149</sup> O *Moniteur Universel* dedicou muitas páginas ao acontecimento. Ver Tomo II, n. 69 (edição de 9 de outubro, p. 17-20), n. 70 (edição de 10 de outubro, p. 25-30), n. 71 (edição de 11 de outubro, p. 45-51). Paris, reimpressão Henri Plon Ed., 1859. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=M6cNAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=M6cNAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

<sup>150</sup> Albert Manfred. *A grande Revolução Francesa*, p. 86.

dos *Cordeliers*) e como líder de massa (vestindo-se simploriamente e posicionando-se sempre na linha de frente dos enfrentamentos de rua)<sup>151</sup>, exemplo da influência de pessoas letradas e abastadas no desencadeamento e rumo da violência popular na Paris revolucionária.

Apesar do papel de Théroigne ter sido ainda mais fundamental em outra jornada célebre, a de 10 de agosto de 1792, naquela manhã do dia 5 de outubro de 1789 ela foi uma das principais lideranças que animaram as mulheres do mercado a empunhar facas e outras armas improvisadas e se dirigirem, primeiramente, à porta da Comuna<sup>152</sup>. Junto com *sectionnaires*, nos dias anteriores ela ajudou a preparar a manifestação, seja espalhando a ideia e garantindo adesões, seja confeccionando estandartes e cartazes com dizeres apropriados ao ato. Engrossada por pessoas vindas de outros mercados e partes das cidades, inclusive milícias armadas das Seções, a manifestação rapidamente chegou a concentrar pelo menos umas cinco mil pessoas. Mais armas improvisadas apareceram, assim como novos cartazes e faixas. Pão e armas era o que mais se ouvia pedir. O “pão” era vago. Uns se referiam à diminuição do preço do alimento, outros à entrega dos grandes estoques aos pequenos comerciantes e outros ainda à simples distribuição gratuita para a população. Mas quanto às armas, não. Os insurretos queriam pistolas, fuzis e canhões. E não demorou para que os obtivessem. Não se sabe exatamente como, mas depois de rápido entrevero entre os manifestantes e a guarda do Hôtel de Ville, (possivelmente pela adesão de alguns oficiais e soldados) boa parte do arsenal mantido na prefeitura chegou às mãos da massa: algumas dezenas de pistolas e fuzis, além de dois ou três canhões. Diante desse súbito poder de fogo da multidão e da impossibilidade da Comuna em dar alguma resposta efetiva à crise alimentar (o que prometer?), logo vingou a ideia de levar uma petição diretamente ao rei e daí à marcha em direção a Versalhes, que efetivamente colocou-se a caminho.

Nas seis horas que levou até chegar à residência real, o cortejo foi engrossando numericamente até alcançar quase vinte mil pessoas (com altíssima presença de mulheres), oscilando momentos de maior ou menor animação, com um enorme zum-zum de gente curiosa, tambores e gritos ofensivos ao casal real, inclusive pedindo a morte de Maria Antonieta<sup>153</sup>. Chegando ao palácio e acampando na sua praça de armas, as manifestantes que lideram o movimento escolheram, no entanto, um homem para ser seu porta-voz (o meirinho Stanislas Maillard, que havia se destacado na tomada da Bastilha). Théroigne não constava entre as quatro representantes que foram recebidas por Luís XVI naquele final de tarde (não se sabe se ela se encontrava entre as outras sete que compunham a delegação). Aparentemente acalmada a situação durante a noite pelos decretos sobre abastecimento assinados pelo rei e por sua “boa vontade” de receber o povo, por volta das seis horas da manhã do dia 6, no entanto, alguém descobriu uma passagem desprotegida e parte da multidão, que mal havia dormido, se precipitou por ali procurando especialmente pelos aposentos de Antonieta. Os guardas reais

---

<sup>151</sup> Ver Élisabeth Reoudinesco. *Théroigne de Méricourt: Une femme mélancolique sous la Révolution*. Paris, Albin Michel, 2010.

<sup>152</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 462-463.

<sup>153</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 461.

tentaram conter a invasão atirando contra os manifestantes e matando alguns deles, mas não conseguiram conter a onda de gente. Em meio ao intenso tiroteio, logo que soldados começaram a cair suas cabeças foram cortadas e encimadas em piques que eram levados como estandartes de batalha. Em tempo de impedir a violação da câmara real, a Guarda Nacional comandada por La Fayette conseguiu intervir e acalmar os ânimos com uma solução negociada: a família real seria conduzida a Paris sob custódia da Assembleia<sup>154</sup>.

O séquito que retornou à capital foi altamente representativo da mentalidade revolucionária que crescentemente se encantava com o empoderamento proporcionado com a violência. Em torno da carruagem de Luis XVI, Antonieta e suas crianças colocaram-se mais de cem deputados (quase todos em outras carruagens, mas alguns a pé entre as pessoas), escoltados por uns duzentos homens da Guarda Nacional, com La Fayette à frente<sup>155</sup>. Em redor deles, em dado momento (pouco depois do meio dia) a multidão reunida perto do palácio de Versalhes pode ter chegado a mais de 50 mil pessoas. Chovia, havia muita lama na estrada, e a procissão de volta demorou três horas a mais do que a primeira caminhada. Embora em alguns momentos o cortejo assumisse um ar mais solene ou cansativo, o que o marcou foi tom festivo, vitorioso, com demonstrações de concórdia entre os soldados e o povo, com mulheres fazendo graça sentadas sobre canhões, tiros para o alto ocasionalmente disparados, zombarias ou impropérios lançados contra ao rei e especialmente a rainha, além, das cabeças dos soldados abatidos em Versalhes na ponta de lanças que passavam de mão em mão.

Quando a transferência forçada do rei e de sua família para as Tulherias mostrou que nem mesmo a integridade física do monarca estava totalmente garantida, o medo se instalou também na Assembleia, até então relativamente segura de si. Sobretudo o medo do povo nas ruas, de motins entre soldados e de invasões do plenário. Mas igualmente medo da vingança da corte, de uma incursão de tropas estrangeiras, medo, enfim, de “si mesma”, como disse Louis Madelin<sup>156</sup>. O crescente choque entre diferentes facções, personalizado nos duríssimos embates verbais entre os grandes chefes, evocava ameaças reais. As articulações de uns deputados contra outros, de fato, não eram bufonaria, como se viu mais tarde. O caos das sessões era proverbial<sup>157</sup>. O paciente trabalho de comissões se evaporava diante de bate-bocas no limiar da agressão física. Discursos intermináveis, centenas de deputados entrando e saindo do recinto, barulho constante, grupos conversando entre si, gritos nas galerias abertas aos cidadãos. Em certa ocasião, alguns homens se manifestaram de lá mostrando tripas de porco e gritando que eles fariam os inimigos de Marat e Robespierre as engolirem<sup>158</sup>. Não era raro ver mulheres vendendo doces, frutas e licores no recinto<sup>159</sup>. Dessa forma, com as jornadas de julho e de

---

<sup>154</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 462.

<sup>155</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p.135.

<sup>156</sup> Louis Madelin. *Los hombres de la Revolución Francesa*. Buenos Aires, Vergara, 2004, p. 125.

<sup>157</sup> Jean Matrat. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 56 e 64.

<sup>158</sup> Jean Matrat. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 184.

<sup>159</sup> Jean Robiquet. *La vie cotidienne au temps de Révolution*. Paris, Hachette, p. 99.

outubro estabeleceu-se entre a elite revolucionária e o povo certo estado de ansiedade e paranoia que desde então não abandonou mais a Revolução. Ao lado da euforia com os novos direitos e com o poder da violência revolucionária, instalou-se também um medo latente, uma tendência ao pânico e uma grande sensibilidade a todo tipo de boatos sobre complôs contrarrevolucionários. Não é que ameaças inexistissem ou fossem pouco graves, mas a obsessão com elas extrapolou a realidade e tornou-se a partir de então um dos principais motores emocionais da Revolução<sup>160</sup>. Especialmente a ameaça de conspiração<sup>161</sup>.

Essa psicose com os traidores do povo não se restringia aos aspectos propriamente políticos e nem apenas aos representantes tradicionais do Antigo Regime, desdobrando-se em manifestações violentas de puro descontrole social. Mesmo pessoas simples e distantes do governo, mas por alguma razão odiadas pela massa, ou apenas envolvidas em mal entendidos, foram tomadas como símbolo de injustiça econômica ou política, sendo objeto da fúria de pequenos grupos em situações cotidianas. O assassinato do padeiro Denis François algumas semanas depois da Marcha a Versalhes talvez tenha sido o episódio mais emblemático nesse sentido, tanto por seu ineditismo como por sua insana dinâmica de violência espontânea.

Praticamente todos os jornais da época noticiaram o acontecimento<sup>162</sup>, do qual se conserva a documentação do minucioso inquérito que se seguiu<sup>163</sup>. François mantinha uma padaria na pequena rua Marché-Palu no distrito de Notre-Dame e produzia dez fornadas de sessenta pães ao longo do dia. Às 11 horas da manhã do dia 21 de outubro a sétima fornada já tinha se esgotado quando uma mulher que não encontrou o produto para comprar exigiu ver as dependências da padaria para verificar se não havia pão escondido. Ele não se opõe e a convida para entrar e ver com seus próprios olhos que não há o que vender. Lá dentro ela encontra três pães pequenos mofados e um pão grande, meio duro da noite anterior, que os ajudantes tinha guardado para sua merenda. Mesmo assim, ela pega dois dos pães mofados e os leva consigo. Na saída da padaria ela grita para as pessoas de fora que existia pão no estabelecimento. Faz-se um tumulto geral, um grupo de umas sessenta delas invade o local e descobre-se ainda duas dúzias de pãezinhos já cozidos, tradicionalmente encomendados pela Arquidiocese que ficava ao lado. Resultado: a padaria é saqueada e François arrastado pelas ruas até a Place de Gréve, pendurado numa *lanterne*, depois decapitado, desfilando-se sua cabeça na ponta de uma lança, tal como se fosse um aristocrata ou um soldado do regime. A mulher e a filha adolescente que correram em seu socorro e imploraram para que a turba o deixasse em paz quase sofrem a mesma sorte. Detalhes especialmente macabros estarreceram os deputados: alguns homens

---

<sup>160</sup> Timothy Tackett. *The coming of the Terror in the French Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 2015, p. 45-47.

<sup>161</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 68-69.

<sup>162</sup> Sobre a cobertura da imprensa, ver o *Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1859. Tomo II, n. 78 (edição de 21-28 de outubro de 1789, p. 89-90), n. 99 (edição de 29 de novembro, p. 260) e n. 122 (edição de 22 de dezembro, p. 445). Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=M6cNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=M6cNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

<sup>163</sup> Riho Hayakawa. “L'assassinat du boulanger Denis François le 21 octobre 1789”. Em *Annales Historiques de la Révolution Française*. Paris, 2003, v. CCCXXXIII, n. 1, p. 1-19.

continuaram a perambular com essa cabeça pela cidade assustando mulheres da nobreza que passavam e exigindo-lhes dinheiro, passando em outras padarias para intimidar outros padeiros, fazendo, inclusive, que um deles a pesasse em sua balança. O caso foi tão escandaloso que nos dias seguintes o rei ofereceu uma doação à família para continuar seu negócio e a Assembleia lhe concedeu uma pensão, destacando funcionários municipais para guardar o local. Ademais, com a assinatura do rei, decretou-se pela primeira vez a Lei Marcial. No julgamento dos culpados, dez pessoas foram acusadas, entre elas homens acima dos cinquenta anos, adolescentes e mulheres, todos de classes ainda mais baixas que a do padeiro. Três dos acusados tiveram que pagar multa e somente um foi enforcado (no mesmo lugar onde foi morto François), sendo os demais liberados por uma razão ou outra.

Inicialmente esse tipo de ocorrência chocou a elite política, que se mobilizou para exigir um inquérito e a punição dos culpados. Disposta a justificar assassinatos políticos ou de classe com claro conteúdo revolucionário, mas assustada com o descontrole entre a plebe por questões menores, a Assembleia ensaiou uma reação à violência de rua. Porém, a despeito da comoção geral causada no momento, a pífia condenação dos culpados e frouxo cumprimento da Lei Marcial não impediu que voltassem a acontecer episódios semelhantes, cada vez gerando menos indignação.

O ano de 1790 foi mais calmo que o anterior, mas não viu arrefecer essa atmosfera de violência e linchamentos, que atingia, em nome da justiça revolucionária, tanto pessoas simples e quase anônimas como indivíduos das classes mais abastadas e pessoal do aparato repressivo. Assim, no começo da primavera um tal Jean Hereux, conhecido como “o corcunda” e avarento proprietário de diversos imóveis pulguentos nos arredores do mercado de Les Halles, foi encurralado numa rua próxima por nervosas mulheres feirantes com peixeiras nas mãos. Acusado de locupletar-se com a miséria do povo, caíram sobre ele e o trucidaram em questão de poucos minutos. Depois alguém cortou seu pênis e enfiou-o na boca do cadáver que foi assim arrastado em triunfo pelas calçadas da redondeza. Por mais de duas horas centenas de testemunhas presenciaram o fato e ninguém se encarregou de investigar ou punir o acontecido<sup>164</sup>. Numa outra ponta da escala, mas dentro do mesmo diapasão, em 30 de abril o major De Beausset – comandante do forte Saint Jean em Marselha, invadido por populares revoltosos – teve seu corpo desfigurado e exposto pelas ruas centrais da cidade<sup>165</sup>. Mais uma vez, nenhuma punição efetiva foi observada, apesar de algumas proclamas nesse sentido. Afinal, a invasão do forte Saint Jean, ocorrida junto com a dos fortes Saint Nicolas e Notre Dame de la Garde, foi considerada a “Bastilha de Marselha”. Para quem apoiou os grotescos assassinatos de Launay, Flesselles, Foulon e Sauvigny, para quem se regozijou com a invasão

---

<sup>164</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1860. Tomo IV, n. 129, edição de 9 de abril de maio de 1790, p. 112. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=N6gNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=N6gNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

<sup>165</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1860. Tomo IV, n. 133, edição de 13 de maio de 1790, p. 349. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=N6gNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=N6gNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

de Versalhes, esse tipo de brutalidade teatral não era novidade. E nem reprovável substancialmente; isto é, moral, jurídica ou politicamente. Excetuando certa crítica estética ao excesso de mau gosto, a elite revolucionária não só legitimou como reivindicou esses atos.

Entretanto, não foi só por causa da continuação e disseminação desses casos pontuais de agressividade da multidão que 1790 se mostrou um ano quase tão violento como o anterior. Em julho foi aprovada a obrigação dos religiosos a prestar o juramento à Constituição Civil do Clero, o que desencadeou imediatamente uma sistemática caçada aos padres refratários a prestar fidelidade ao Estado revolucionário. Prender, vexar, espancar e matar padres que não aceitavam a interferência do Estado em seu sacerdócio tornou-se coisa comum<sup>166</sup>. Isso sensibilizou negativamente parcelas importantes dos católicos e deu à causa contrarrevolucionária um apelo popular até então inexistente; o que por sua vez retroalimentou os temores dos revolucionários que viam assim crescer os focos de oposição, especialmente nas paróquias tradicionais dos vales do Loire, do Dorgogne e do Rhône.

O ano de 1791 continuou nessa escalada de tensão e brutalidade, com notas ainda mais graves. Em fevereiro, as cargas de La Fayette à frente da Guarda Nacional contra o povo aglomerado em Vincennes mostraram que as próprias forças revolucionárias começavam a enfrentar-se fisicamente. Diante da folia da multidão que procurava destruir a torre da fortaleza local e fazer dela uma espécie de nova Bastilha, o “Herói das duas Américas” investiu com cavaleiros fiéis e restabeleceu a ordem, ao custo de alguns mortos. Alguém do grupo do notório agitador Antoine Joseph Santerre, talvez ele mesmo, disparou em La Fayette, acertando fatalmente, porém, o subcomandante da Guarda<sup>167</sup>. O episódio, em si mesmo pequeno, teve grande simbolismo e repercussão. Além de toda a boataria sobre invasões estrangeiras e conspirações contra a Revolução, dos efeitos da carestia e da violência social, agora vinha se juntar o enfrentamento mortal entre os novos donos do poder revolucionário<sup>168</sup>. Depois que em junho o rei tentou fugir do país e foi pego no meio do caminho, esses conflitos vieram à tona com toda força. Ao se discutir o que devia ser feito com Luís XVI, discutia-se a própria Revolução. Nesse contexto de tensão, em 17 de julho ocorreu um segundo embate campal entre os grupos revolucionários mais e menos moderados, com o chamado Massacre do Campo de Marte. Na ocasião, uma enorme concentração com mais de 10 mil pessoas promovida pelos *cordeliers*, jacobinos e outros grupos radicais no lugar, convocada para entregar uma petição pelo estabelecimento da república, foi desautorizada pela Assembleia, que mandou dispersá-la. Empunhando a bandeira vermelha da Lei Marcial, Bailly, representando a prefeitura, e La Fayette, comandando a Guarda Nacional, com o apoio de algumas centenas de soldados, procuram negociar a evacuação com os manifestantes, mas isso não levou a lugar algum. Mais uma vez, tumulto, gritaria, empurra-empurra, safanões, pancadaria, um tiro aqui e outro ali,

---

<sup>166</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 45.

<sup>167</sup> Ver biografia de Santerre, em Ernest Desplaces e Louis Gabriel Michaud. *Biographie Universelle*. Paris, Henri Plon Ed., 1860, v. XXXVII, p. 683.

<sup>168</sup> Patrice Gueniefey. “La Fayette”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 257.

dois soldados linchados pelo povaréu, até que Bailly autorizou formalmente La Fayette a abrir fogo sobre a multidão, resultando no desbaratamento da concentração. Não se sabe exatamente quantos mortos redundaram da fuzilaria, mas eles podem ter alcançado umas quatro ou cinco dezenas<sup>169</sup>. Nunca antes os revolucionários, mais moderados ou mais radicais, haviam chegado a tais vias de fato.

Nesse contexto, a pressão internacional se fizera muito mais forte, política e militarmente falando, desde que em agosto, em Pilnitz, o rei da Prússia e o imperador da Áustria declararam que a segurança da monarquia francesa era do interesse de todos os soberanos europeus, numa clara ameaça aos ímpetus republicanos da Revolução. Não havia guerra ainda, mas a sua possibilidade imediata era evidente e isso reavivou o ânimo dos emigrados. Embora em setembro a constituição fosse proclamada com o patético juramento de Luís XVI, e em outubro fosse eleita normalmente a nova Assembleia Nacional Legislativa, persistia o clima de tensão, agravado agora pelo descalabro econômico ocasionado pelo caos administrativo e as inundações do outono<sup>170</sup>. Continuam os assassinatos sumários e linchamentos de “*seigneurs*”, “fanáticos”, “especuladores”, “padres traidores” e “inimigos do povo” em geral. Em Avignon, no mês de outubro, como represália à morte de um patriota em distúrbios de rua, as autoridades locais massacram sessenta contrarrevolucionários na “geladeira” do castelo dos papas<sup>171</sup>, inaugurando assim a prática da punição em massa e dos homicídios exemplares. Na imprensa, eram cada vez mais comuns as vozes que não só justificavam essas mortes como pediam mais. Marat, que já investira ameaçadoramente contra Necker, Bailly e Mirabeau, pedia centenas de cabeças e falava que ele mesmo iria “*déchirer le coeur de Lafayette*”, “*brûler le roi*” e “*empaler les membres traîtres de la Chambre sur leurs propres sièges*”<sup>172</sup>. Ele era o mais estridente, mas não o único panfletista com essas ideias e essa linguagem. Hébert, no seu *Père Duchesne* não ficava muito atrás. E nem Roux, o “*petit Marat*”, quando publicava aqui e ali.

Os meses iniciais de 1792 conheceram motins em várias partes do país como não se noticiava desde 1789, em boa medida devido o agravamento da crise de abastecimento alimentar<sup>173</sup>. Entrada a primavera, o prefeito Simoneau do vilarejo de Etampes, próximo de Paris, foi linchado pela multidão por ser culpabilizado dos altos preços do mercado local. Devido tratar-se de um velho companheiro de luta revolucionária, essa enésima morte segundo o roteiro de sempre, no entanto, soou para os revolucionários mais elitistas e comedidos como uma espécie de gota d’água que faltava para o transbordamento do jarro, isto é, da Revolução,

---

<sup>169</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 67-68.

<sup>170</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 82-83.

<sup>171</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 107.

<sup>172</sup> Jean-Paul Marat. *L’Ami du Peuple*. Paris, n. 524, edição de 20 de julho de 1791, s/p. Em Auguste Vermorel, *Oeuvres de J. P. Marat (L’Ami du Peuple)*. Paris, Alonnie Ed. 1869, p. 177. Disponível em <<https://archive.org/stream/uvresdejpmaratl01maragoog#page/n192/mode/2up>>.

<sup>173</sup> Albert Manfred. *A grande Revolução Francesa*, p. 131.

colocando sua própria existência (tal como eles a imaginavam) em risco pelo excesso e a bagunça. Porém, para os revolucionários mais exaltados, ao contrário, assassinatos como o do prefeito Simoneau não só eram parte natural da Revolução como ainda insuficientes<sup>174</sup>. Por diversas razões, os primeiros anteviam numa declaração de guerra com a Áustria uma salvação para as conquistas da Revolução até então, freando sua radicalização e descontrole com a instauração de uma rígida ordem militar. Certamente que esta não foi sua única motivação, mas ela pesou bastante em suas escolhas. Ingênuo ou não, e por interesses próprios, esse foi o mesmo pensamento dos reis (de Antonieta desde logo e de Luís depois), que apoiaram a abertura de hostilidades contra os Habsburgos<sup>175</sup>. Prevendo esse jogo, a princípio a extrema esquerda foi contra, mas, considerando que o conflito já estava deflagrado e que era preciso ganhá-lo, não tardou em perceber os benefícios que poderia tirar de uma política de guerra<sup>176</sup>.

Em 20 de abril, finalmente, a Assembleia autorizou seu Comitê Executivo, com o aval do rei, a declarar guerra ao imperador Francisco II do Sacro Império Romano Germânico e tomar a iniciativa de cruzar vários pontos de fronteira para tomar praças-forte do inimigo e perseguir ativistas *emigrés*. Evidentemente, isso tornou muito mais complexo o contexto de violência da Revolução, agravando-o. Como disse Lefebvre, “a guerra desfez todas as previsões daqueles que, de um lado e de outro, a haviam provocado”<sup>177</sup>. A partir de então, pelos próximos 23 anos, mesmo passada a Revolução, os ecos desse conflito ressoarão, com algumas pequenas interrupções, até a derrota definitiva de Napoleão em Waterloo. E até o Diretório, a Revolução será a guerra e a guerra será a Revolução.

De qualquer forma, depois de um rapidíssimo entusiasmo inicial, ao longo do mês seguinte a Áustria emplacou sucessivas e acachapantes vitórias que levaram La Fayette, Rochambeau e Luckner, então os mais importantes comandantes franceses, a antever um desastre total e pedir aos deputados um acordo com os austríacos<sup>178</sup>. A resposta da Assembleia, contudo, não foi esta. Acentuando a clivagem conflituosa entre as facções revolucionárias, girondinos como Brissot e Vergniaud passaram a denunciar um suposto “comitê austríaco” de contrarrevolucionários – que teria à testa basicamente *feuillants* como La Fayette, Dupont, Barnave e Lameth –, pedindo contra eles medidas de força tão radicais quanto arbitrárias, além da radicalização da guerra, que nesse momento já ganhava a simpatia de antigos críticos como Marat, Danton e Robespierre.

Em 20 de junho, levando uma petição ao rei na qual se exigia a eliminação dos ministros *feuillants* (e também “comemorando” o aniversário da sua frustrada fuga), uma manifestação bem planejada nos dias anteriores por Santerre, Maillard e outros líderes dos

---

<sup>174</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 226.

<sup>175</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 87-89.

<sup>176</sup> Olivier Coquard. *Marat: O amigo do povo*. São Paulo, Scritta, 1996, 284-289.

<sup>177</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 215.

<sup>178</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 215-216

*fauburgs* juntou mais de vinte mil pessoas na Assembleia<sup>179</sup>. Temerosos, os deputados aceitaram que elas desfilassem pelo plenário sem apressar o passo. Armada, como sempre, a procissão brandiu seus apetrechos, cantou a *Ça Ira*, gritou, discursou e lançou ofensas contra aqueles deputados considerados traidores. Entre faixas com dizeres e adereços levados pelas pessoas, havia um homem que portava um simulacro de poste encimado com vísceras de cabrito, no qual se lia um cartaz dizendo que os aristocratas não tinham coração, só tripas. Outro homem segurava um pique com um coração de boi espetado na ponta e um cartaz dizendo tratar-se de um “coração de aristocrata”<sup>180</sup>. Dali a aglomeração se dirigiu ao Palácio das Tulherias e o invadiu sem que houvesse resistência dos guardas. A ocupação durou das duas horas da tarde até as dez da noite. O povo andou como quis pelo palácio e o monarca em certo momento foi encurralado por uma “comissão”. Era a segunda vez que ele vivia essa situação. Com pistolas e sabres desembainhados brandidos na sua cara, ouvindo ironias e gracinhas de todo tipo, ele foi obrigado a botar o barrete vermelho da liberdade e brindar à saúde da nação (em alguns relatos, do povo). A petição quanto aos ministros, no entanto, não foi atendida. A confusão não foi sangrenta, mas mostrou a todos como era fácil à multidão chegar ao rei e aos deputados impondo-se a eles. Especialmente nas Seções mais radicais, uma onda de entusiasmo se apoderou dos *sans-culottes*. Com efeito, eles pareciam ser os senhores da França.

Quase três semanas depois, em 11 de julho, com o anúncio da ofensiva das tropas austríacas e prussianas, foi aprovado o decreto “*La patrie en danger! Aux armes citoyens!*”<sup>181</sup>. Promulgado alguns dias depois em voz alta nas ruas e nas praças ao rufar de tambores, tiros de canhão e de grande excitação popular<sup>182</sup>, entre suas linhas estava a decisão de formar batalhões de voluntários e armar os *sans-culottes*, além do estabelecimento do poder autoinvestido da Assembleia de derrubar os vetos reais. No dia 28 foi divulgado o Manifesto de Brunswick, general comandante dos exércitos austro-prussianos, ameaçando arrasar Paris sem piedade caso Luís XVI sofresse alguma agressão. De uma violência inusitada, o texto teve um efeito contrário ao pretendido, provocando a cólera dos parisienses e a precipitação da derrubada do trono. Nesse contexto, os clubes políticos e a imprensa discutiam vivamente a deposição do rei, enquanto nas Seções se conspirava abertamente para substituir o parlamento, considerado excessivamente débil e elitista, pela Comuna, tida como muito mais revolucionária e democrática. No dia 30 entra em Paris a grande coluna de soldados marseheses entoando o *Canto de Guerra do Exército do Reno* (depois conhecido como

---

<sup>179</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*, p. 112.

<sup>180</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 607.

<sup>181</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1862. Tomo XIII, n. 194, edição de 12 de julho de 1792, p. 107. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=6MlnAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=6MlnAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

<sup>182</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1862. Tomo XIII, n. 201, edição de 22 de julho de 1792, p. 198. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=6MlnAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=6MlnAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

*Marselhesa*) e forma-se um comitê insurrecional secreto para a derrubada da monarquia. Não surpreende, assim, que logo em seguida viesse a ocorrer a jornada de 10 de agosto, a segunda em importância na Revolução Francesa, depois daquela do 14 de Julho. Na verdade, considerando o engendramento concreto de uma política institucional de terror, talvez ela seja a mais importante.

No dia 4 de agosto, quase todas as Seções da capital apresentaram solenemente uma petição à Assembleia exigindo a destituição do rei, intimando-a a decidir conforme a vontade popular até a meia-noite do dia 9. Caso contrário, àquela hora tocariam os sinos de alarme e a residência real das Tulherias seria atacada<sup>183</sup>. No dia limite a Assembleia não conseguiu encontrar consenso e fechou os trabalhos sem chegar a uma decisão. Conforme o prometido, à meia noite os sinos tocaram e teve início o levante. No clima de confusão que se seguiu, o prefeito Pétion informa à Assembleia que não tem poder sobre os sublevados e articula com eles um comitê insurrecional de algumas dezenas de pessoas indicadas pelas Seções e os clubes radicais, tendo à frente o próprio Pétion, Danton e Huguenin, entre outros advogados, além de ex-padres e jornalistas. A plebe mesmo não entrou nessa comissão. Por sua vez, Santerre foi colocado à frente da Guarda Nacional em Paris. Pouco depois, a Comuna dita “legal” (que havia destituído pela força a Comuna chefiada por Flesselles no 14 de Julho) foi substituída por uma nova *Commune Insurrectionnelle* no Hôtel de Ville. Estava iniciada uma “segunda revolução”<sup>184</sup>.

Durante a madrugada, enquanto a Assembleia e os ministros tentavam se reunir, colunas de manifestantes muito bem armados, inclusive com canhões, começaram a se dirigir para o palácio das Tulherias com o objetivo de destituir o rei pela força. A coluna principal e melhor organizada vinha do *faubourg* Saint-Antoine, com cerca de 15 mil pessoas. Na coluna do *faubourg* Saint-Marcel vinham umas cinco mil. Mais e mais gente se juntava à medida que o dia foi se aproximando. Algo indecisa, a Guarda Nacional, ao invés de impedir, abriu caminho à mobilização e a acompanhou. No interior do palácio, relativamente bem defendido, além de uns tantos nobres e guardas nacionais, cerca de 950 guardas suíços e dragões faziam a proteção do rei. Num primeiro momento a situação de tensão pareceu ter sido resolvida, quando ao raiar do sol se concordou que o rei seria levado sob custódia à Assembleia para decidir o que fazer com ele. Porém, por volta das oito horas, depois que Luís XVI deixou o palácio, começou uma enorme fuzilaria entre defensores e sitiantes, mais uma vez sem que se possa determinar com segurança quem a começou. Cerca de quatrocentos manifestantes perderam a vida na refrega, assim como uns seicentos defensores, a maioria deles massacrados no local depois de terem se rendido<sup>185</sup>.

Diante desses fatos, o grupo girondino propôs uma moção à Assembleia decretando a imediata suspensão das funções constitucionais do rei, a formação de um novo gabinete e a

---

<sup>183</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 223.

<sup>184</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 224.

<sup>185</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*, p. 116-117.

convocação de eleições para uma Convenção Nacional, o que foi facilmente aprovado com o apoio das facções ainda mais à esquerda<sup>186</sup>. Os jacobinos não integraram o novo Conselho Executivo Provisório, mas sim os *cordeliers* (Danton ficou como ministro da Justiça). Definitivamente, a Revolução entrara em uma nova e mais radical etapa, na qual a violência se tornaria mais e mais institucional. O primeiro cuidado dos vencedores, por meio da Comuna, foi suprimir os jornais de oposição<sup>187</sup>. Uma semana depois foi criado um primeiro “Tribunal Extraordinário” para ocupar-se de crimes contra o governo revolucionário. Esse *Tribunal du 17 Août* não funcionou como deveria e acabou sendo desmontado temporariamente em novembro, mas a lógica de perseguição política que ele inaugurou não conheceu solução de continuidade. Em consequência, foram instalados comitês de ação, ordens de busca foram expedidas e milhares de indivíduos presos. A guilhotina passou a funcionar a pleno vapor. Com isso, além dos arbítrios “espontâneos” pelas mãos da multidão com o beneplácito das autoridades, agora esses atos de força começavam a ocorrer de forma organizada pelos agentes do Estado. A fragorosa derrota francesa na fortaleza de Longwy em 23 de agosto deixou os revolucionários ainda mais nervosos. No mesmo dia, a Comuna de Paris ordenou que as milícias populares varejassem a cidade, “entrando de casa em casa”, para descobrir e tomar armas de supostos contrarrevolucionários. Novas rodadas de detenções foram realizadas durante toda a semana, enchendo as prisões com religiosos refratários, realistas, aristocratas, criminosos comuns e “suspeitos” mal definidos. Merlin de Thioville, um dos jacobinos mais exaltados e de triste memória na Vendeia, solicitou que se detivessem como reféns os parentes dos emigrados, inclusive crianças, no que foi atendido<sup>188</sup>.

Nesse clima de histeria em parte natural (pois a reação antirrevolucionária efetivamente aumentara) e em parte fomentado deliberadamente pelas autoridades, na primeira semana de setembro ocorreu o massacre de aproximadamente mil e trezentos desses prisioneiros, somente em Paris<sup>189</sup>. O cruento e impactante acontecimento que se prolongou por dias sem que nenhuma autoridade se dignasse seriamente a tentar impedi-lo parece não ter tido uma organização clara, embora se acusasse Marat de sugerir-lo a partir de sua influência sobre a Comuna<sup>190</sup>, de Santerre tê-lo favorecido com a indiferença da Guarda Nacional e de Danton tê-lo deixado ocorrer desde o Ministério do Interior, responsável pela segurança nacional. Consta, inclusive, que Danton o teria justificado dizendo que “*est requis effrayer les realistes*”<sup>191</sup>, sendo o verbo “*effrayer*” uma boa síntese do espírito que se esperava com a política do terror prestes a ser institucionalizada. Robespierre ficou calado,

---

<sup>186</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 111.

<sup>187</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 225.

<sup>188</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 226

<sup>189</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 636.

<sup>190</sup> Nos dias anteriores, cartazes assinados por Marat foram espalhados nos muros da cidade incitando os sans-culottes a não partirem para as frentes de guerra sem antes “exercer a justiça do povo contra os traidores”. Jean Matrat. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997, p. 170.

<sup>191</sup> *Apud* Louis Madelin. *Los hombres de la Revolución Francesa*. p. 188.

como se a matança não houvesse ocorrido, e Billaud-Varenne foi felicitar os assassinos<sup>192</sup>. De qualquer forma, os Massacres de Setembro não tiveram uma paternidade única. Todos esses atores e uma multidão de homens e mulheres anônimos dos *fauburgs* foram seus grandes responsáveis. Assustada e tensa com as notícias sobre o avanço prussiano em Verdum, que praticamente abria o caminho a Paris, e excitada por uma ativa imprensa de agitação, a população parisiense foi acordada no dia 2 com toques de sino e grupos de ativistas convocando os cidadãos a “julgar” os “inimigos do povo” que estavam detidos e poderiam ajudar a contrarrevolução. Isso não era exatamente o Tribunal Extraordinário atuando, embora tais julgamentos se fizessem em seu nome.

O caso mais conhecido desses juízos-linchamentos certamente é o da princesa de Lamballe, italiana, uma das favoritas de Maria Antonieta e acusada de conspirar com os austríacos. No dia 3, arrancada logo cedo de sua cela na prisão de La Force por um punhado de populares que a interrogam sobre seus cúmplices, diante de seu silêncio ela foi despida e levada para a movimentada rua Saint-Antoine, onde ficou exposta durante toda a manhã enquanto se convocava um tribunal para julgá-la<sup>193</sup>. Objeto de escárnio por parte de seus captores e de transeuntes, depois que se conseguiu arrebanhar alguns “juízes” ela passou a sofrer ali mesmo interrogatórios intermináveis e desconexos. Lá pelas tantas ela desmaiou e alguém lhe deu um primeiro e vigoroso golpe de espada na cabeça causando-lhe grande ferida. Ato contínuo várias pessoas se lançaram sobre seu corpo ainda com vida, esfacelando-o. Como em episódios anteriores, a cabeça logo foi cortada e espetada numa estaca colocada na fachada de La Force. Antes disso, os algozes trataram de lavar e arrumar os cabelos da cabeça decepada antes de desfilá-la, pois ela estava irreconhecível de tanto sangue, conforme conta Rétif de la Bretonne, que estava presente no acontecimento<sup>194</sup>. O resto foi arrastado pelos pés até a sede da Seção *Quinze-Vingts*, com partes arrancadas e exibidas em júbilo por manifestantes. Lavrando a ata final *ex post facto*, o “tribunal” decretou sua morte.

Embora na imensa maioria dos casos não se tenha registro de como foram esses tribunais e mortes, pelo que se sabe de poucos relatos existentes, o ocorrido com madame Laballe não foi excepcional nos *Massacres de Septembre*. Com uma média de 260 execuções por dia, a maioria das pessoas foi simplesmente fuzilada na calada da noite, mas era parte do empreendimento fazer também os julgamentos e executar em público. Por isso, essa matança mais ou menos organizada que também ocorreu em Orleans, Meaux, Reims e outras cidades, foi chamada com propriedade por Pierre Caron de “*La première Terreur*”<sup>195</sup>. Embora ainda guardasse muito da típica fúria assassina da multidão, de forma híbrida esse primeiro Terror encarnava concretamente uma inédita concepção de violência institucional, justamente

---

<sup>192</sup> Jean Matrat. *Robespierre*, p. 171.

<sup>193</sup> Antoine de Baecque. *Glory and Terror: Seven deaths under the French Revolution*. Londres, Routledge, 2001, p. 62-63.

<sup>194</sup> Rétif de la Bretonne. *Les Nuits révolutionnaires*. Paris, Livre de Poche, 1978, p. 103.

<sup>195</sup> Pierre Caron. *La Première Terreur: 1792*. Paris, Presses Universitaires de France, 1950.

baseada na ideia conexas de amparo de lei para o extermínio sumário de pessoas indesejadas, bem como produzir medo intenso fazendo dessas mortes um espetáculo exemplar. Sem dúvida que a muitos pareceu exagerado, e até mesmo perigoso, que os massacres houvessem escapado em muito à máquina do Estado. Mas no essencial esse morticínio atingia o objetivo revolucionário de exterminar os inimigos, parecendo apenas uma questão de aprimorar essa política para fazê-la menos descontrolada. Desde então, um dos principais temas discutidos pelos líderes da Revolução foi a questão de organizar e sistematizar a violência revolucionária, precisamente o terror, palavra que passou-se a escutar cada vez mais<sup>196</sup>. Por um lado, para atender os ecos da memória iluminista que pediam enxugar as práticas violentas de seus aspectos mais voluntariosos e grotescos em favor de um padrão mais racional e “limpo” do uso da força. Por outro, para garantir e dinamizar a Revolução conduzindo organizadamente seu ímpeto violento, que cada vez mais se confirmava como razão de empoderamento.

Acalmado o arroubo assassino dos tribunais improvisados do início do mês, no dia 20 de setembro o triunfo francês em Valmy, que travou momentaneamente o avanço dos prussianos e inflamou novos ânimos aos revolucionários, coincidiu com a primeira sessão da Convenção, instalada depois de um processo eleitoral sumamente rápido, elitista<sup>197</sup> e radicalizado. Nessa mesma sessão decretou-se a abolição da realeza na França e no dia 22 foi proclamada a República. Em novembro, uma sucessiva sequência de vitórias na Bélgica, na Renânia, na Suíça e no Piemonte levou o entusiasmo revolucionário aos píncaros. O *Tribunal du 17 Août* chegou a ser abolido nessa sensação momentânea de vitória, mas não por muito tempo. O medo da contrarrevolução continuou latente e o pior ainda estava por vir.

Em dezembro, depois de rechaçada a tese da inviolabilidade do rei, foi feito o anúncio do julgamento de Luís XVI. Ao seu final, 387 deputados declaram-se a favor e 334 contra<sup>198</sup>, numa votação relativamente apertada que certamente teria outro resultado não fossem as dezenas de parlamentares ausentes ou escondidos. De todo modo, a chocante execução do ungido na testa pelo sagrado óleo de Clóvis não só confirmou a tendência trágica da Revolução desde a Bastilha, como inaugurou outra nova fase de sua dinâmica de violência. Não foi à toa que em 21 de janeiro de 1793 a guilhotina efetivamente se consagrou como símbolo revolucionário<sup>199</sup>. Paradoxalmente, a morte do rei trouxe confiança na Revolução e ao mesmo tempo mais temor quanto às consequências de seu fracasso. No mês seguinte foi decretada a mobilização militar compulsória de 300 mil homens e eclodiu a revolta da Vendeia, além do conflito com a Inglaterra. Em março a república chocou-se militarmente

---

<sup>196</sup> Pierre Caron. *La Première Terreur: 1792*, p. 67.

<sup>197</sup> Além do voto restritivo (somente homens acima de 21 anos, exclusão de trabalhadores domésticos e de quem não declarasse fonte de renda), que eliminava do processo a grande maioria da população, somente votaram cerca de dez por cento dos eleitores aptos. Ver Jean Matrat. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 176.

<sup>198</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 251.

<sup>199</sup> Daniel Arasse. *La guillotine et l'imaginaire de La Terreur*. Paris, Flammarion, 1987, p. 113.

com a Espanha. A Revolução definitivamente se transformara em guerra total, interna e externa. E com isso, mais incerteza e medo.

Nesse ambiente, tal qual lá em agosto do ano anterior, voltaram a se acumular as proclamações dos homens do governo e dos jornais revolucionários pedindo medidas radicalmente violentas para defender a Revolução. Na famosa sessão da Convenção de 10 de março, finalmente, Danton exigiu e teve aprovada uma moção para reinstalação do Tribunal excepcional, agora mais organizado e seguido de outros instrumentos. Em nome de um “estado de calamidade pública” e exigindo medidas repressivas excepcionais contra os “inimigos da liberdade”, ele chamou seus pares à responsabilidade histórica e insistiu enfaticamente:

*“Le salut du peuple exige de grands moyens et des mesures terribles. Puisqu’on a osé dans cette assemblée rappeler les journées sanglantes sur lesquelles tout bon citoyen a gémi je dirai, moi, que si un tribunal révolutionnaire eût existé le peuple auquel on a si souvent, si cruellement reproché ces journées ne les aurait pas ensanglantées. Faisons ce que n’a pas fait l’Assemblée législative, soyons terribles pour éviter au peuple de l’être et organisons un tribunal non pas bien, c’est impossible, mais le moins mal qui se pourra, afin que le peuple sache que le glaive de la liberté pèse sur la tête de tous ses ennemis. Je demande que, séance tenante, le tribunal révolutionnaire soit organisé, et que le pouvoir exécutif reçoive les moyens d’action et d’énergie qui lui sont nécessaires”<sup>200</sup>.*

As ideias de “sermos terríveis antes que o povo o seja” e de “organizarmos um tribunal” falavam muito das contradições do Iluminismo tardio. Seja como for, a despeito da oposição de girondinos, brissotistas e rolandistas (que antes pediam medidas de exceção), foi aprovada sua proposta de decreto de criação do *Tribunal Criminel Extraordinaire* (que ressuscitava e ampliava o *Tribunal du 17 Août*, desativado em novembro). A intenção de Danton e dos demais legisladores era canalizar institucionalmente a violência revolucionária popular, até então basicamente “espontânea”, voluntariosa e anônima, sem prejuízo da Revolução e mesmo para incrementá-la. Nesse sentido, ainda em março a Convenção instalou o Comitê de Salvação Pública, seu novo órgão executivo, responsável, entre outras coisas, pela administração central das questões de segurança, e firmou também a figura dos *représentants en mission*, isto é, dos agentes plenipotenciários (geralmente deputados) para impor a qualquer custo ordem revolucionária fora de Paris, mediante a chefia de tribunais revolucionários itinerantes, como discuto no próximo capítulo.

O elemento paranoico que em parte justificava tudo isso pareceu se confirmar na primeira semana de abril com a notícia do desastre na frente belga e a traição do general Dumouriez (que antes de passar-se ao inimigo entregou aos austríacos quatro deputados da

---

<sup>200</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XV, n. 72, edição de 13 de março de 1793, p. 683. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=75IFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=75IFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

Convenção e o próprio ministro da Guerra que tinham ido a seu quartel inspecionar a situação)<sup>201</sup>. Pode-se imaginar o abalo que isso causou nos meios revolucionários. Temendo novas deserções, os deputados aprovaram a suspensão das imunidades parlamentares (inclusive com o apoio de certos girondinos preocupados em não serem confundidos com os amigos de Dumouriez). Alguns parlamentares chegaram a ser presos durante a sessão que aprovou o decreto. Ademais, a Convenção aprovou uma nova comissão repressiva, o Comitê de Segurança Pública. O Comitê de Salvação Pública já tinha sob seu poder uma seção policial, o Comitê de Defesa Geral, mas com poderes vagos. Agora, o novo Comitê de Segurança Pública, concentrado em menos pessoas e funcionando com reuniões secretas, estava autorizado a tomar praticamente qualquer medida necessária para a defesa da pátria. Essas instâncias não tinham fronteiras legais claras e em grande medida se fundiam com as estruturas paramilitares da Comuna, das Seções, e dos clubes e sociedade populares mais radicais, como veremos a seguir.

Com o avanço inimigo no norte, que havia recobrado a iniciativa e obtido sucessivas vitórias sobre as fortalezas de Condé, Valenciennes e Mongúcia, e com o incremento da resistência popular na Vendéia, a resposta dos revolucionários foi intensificar a violência e da forma mais espetaculosa possível, repetindo-se insistentemente nos artigos da imprensa e nos discursos parlamentares a ideia de “*imposer la terreur sur les ennemis du peuple*”<sup>202</sup>. Essa frase, “impor o terror”, tornou-se então um verdadeiro mantra entre aqueles que queriam ver a Revolução se radicalizar, não demorando muito para se fazer disso uma experiência organicamente prototípica.

Desde o final de junho, quando as notícias da guerra voltaram a se mostrar preocupantes e foi aprovada a nova constituição (que, diante da crise, não chegou, entretanto, a entrar em vigor, governando-se por meio de decretos e leis extraordinárias<sup>203</sup>), a rivalidade entre os grupos e chefes revolucionários tornara-se cada vez mais agressiva. Nas semanas seguintes aquela luta aberta lá em 1791 com os acontecimentos protagonizados por La Fayette e Bailly no Campo de Marte, atingiu um ponto de não retorno com o bombástico assassinato de Marat em 13 de julho pelas mãos de Charlotte Corday, a intempestiva e inconsequente moça leitora de Rousseau e simpatizante dos girondinos<sup>204</sup>. Esse não era o primeiro crime de morte contra um revolucionário de prestígio (alguns meses antes o montanhês Le Peletier havia sido mortalmente golpeado pela espada de um monarquista), mas nunca antes se havia procurado atingir um dos grandes líderes da Revolução. Além disso, a ação não vinha dos inimigos tradicionais da Revolução – grandes aristocratas, militares do antigo Regime, especuladores etc. –, mas do próprio campo revolucionário, ainda que

---

<sup>201</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 185-186.

<sup>202</sup> Jacques Guilhaumou. *La terreur à l'ordre du jour: Un parcours en révolution (1793-1794)*. Paris, DUSP, 1987 p. 152.

<sup>203</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 264.

<sup>204</sup> Olivier Coquard. *Marat, o amigo do povo*. São Paulo, Scritta, 1996, p. 360

conjunturalmente mais moderado. Por estas e outra razões, o atentado fatal suscitou como nenhum outro um vivo sentimento de indignação entre o povo e a elite política da esquerda, tendo desdobramentos concretos não só na radicalização institucional do uso da violência revolucionária como na sua objetivação conceitual.

### “*La Terreur à l’ordre du jour*”

A sinistra punhalada de Charlotte foi prontamente percebida pelas mulheres da casa. Atraídos pelos gritos de Marat, logo chegaram outros moradores e vizinhos próximos – entre eles um cirurgião que tentou inutilmente estancar a hemorragia ocasionada pela ferida –, que cercaram e quase lincharam a assassina, só não o fazendo em atenção aos apelos de alguém que gritava que ela devia ser poupada para poder confessar sobre os outros implicados no crime<sup>205</sup>. O conhecido e idealizado quadro de David não honra totalmente a cena de sangue<sup>206</sup>, mas ela não foi substantivamente diferente. Rapidamente a notícia se espalhou pelo *faubourg* Saint-Germain e dali a outros, fazendo fluir cada vez mais gente ao endereço de Marat. No burburinho formado à sua porta volta e meia se escutavam brados pedindo terror e a comissão de deputados que esteve no local ficou impressionada com a raiva das pessoas. Depois que Hébert, como substituto do procurador da Comuna, esvaziou e lacrou a residência de Marat, a delegação parlamentar dirigiu-se à Convenção para relatar os acontecimentos. Entre outros depoimentos significativos de seus membros, Drouet – o cuidador de cavalos herói do episódio de Varennes – disse que “*le désir de vengeance électrise les sens du peuple français et prépare une explosion terrible*”<sup>207</sup>. Ele não estava errado nos termos que usou e nem na sua caracterização do momento. Rapidamente as Seções reuniram-se para avaliar e deliberar sobre o assunto, as assembleias vararam a noite e quase todas convergiram em moções para que o governo implementasse de imediato uma política de vingança e extermínio definitivo contra os inimigos da Revolução. Entre outras várias propostas pelo estilo votadas naquela noite pelas Seções, a aprovada na especialmente inquieta Seção Droits de l’Homme dizia:

“*Oui, à la nouvelle affreuse de l’assassinat de Marat, tous, d’un mouvement naturel et spontané, (nous) aurions à l’instant vengé sa mort, si nous n’eussions réfléchi que cette mesure pouvait être nuisible à la liberté et servir la cause de nos ennemis [...]. Nous sommes assurés que le calme que nous gardons, notre force et notre union feront la terreur des tyrans et conserveront à jamais notre république entière*”<sup>208</sup>.

---

<sup>205</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1989, p. 737.

<sup>206</sup> Apesar de David ter sido um dos primeiros a chegar no local e constatar a situação, sua pintura que retrata a ocorrência é calculadamente artificial e plena de arranjos simbólicos inexistentes originalmente. Ver, a propósito, Simon Schama. *O poder da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010, p. 204-205.

<sup>207</sup> *Apud* Jacques Guilhaumou. *La terreur à l’ordre du jour: Un parcours en révolution (1793-1794)*. Paris, DUSP, 1987 p. 129.

<sup>208</sup> *Apud* Jacques Guilhaumou. *La terreur à l’ordre du jour: Un parcours en révolution*, p. 151.

O que isso significava em termos jurídicos e processuais ninguém sabia direito. Mas o sentimento geral era de que mais violência devia ser agregada ao embate político e numa escala formal e institucional sem precedentes, justamente nomeada como “*terreur*”.

Na manhã seguinte, diversas petições nesse sentido, quase todas estampando a palavra terror, foram levadas aos deputados por barulhentos grupos de manifestantes que o gritavam a todo instante. E ela não demorou a ser adotada amplamente pela imprensa radical. Escrevendo alguns dias depois, o *enragé* Jacques Roux foi bem claro no novo *Publiciste de la République Française* (agora com o subtítulo “*par l’ombre de Marat*”): “*Ce n’est qu’en jetant la terreur dans l’âme des traîtres que vous assurerez l’indépendance de la patrie*”<sup>209</sup>. Pátria, nesse caso, era a própria Revolução, que só poderia vencer injetando terror na alma dos inimigos. Atordoada e dividida por essas reivindicações, a Convenção passou cerca de um mês e meio praticamente paralisada, primeiro à espera da conclusão das investigações sobre o atentado e depois por debates infundáveis, sem tomar alguma medida importante sobre a demanda das Seções. Nesse meio tempo discutiu-se exaustivamente sobre a articulação prática das medidas de terror e seu sentido, ainda que o assunto não houvesse entrado formalmente em pauta. Assim, na sessão de 12 de agosto, por exemplo, preocupado com problemas organizacionais, Danton pediu que os deputados das assembleias primárias tomassem a frente da iniciativa para evitar o descontrole observado nos Massacres de Setembro. Porém, frisou ele, agindo impiedosamente, sem qualquer tipo de anistia, inclusive tomando reféns<sup>210</sup>. Embalado pelo mesmo espírito, mais adiante Robespierre tomou a palavra e augurou “*Que le glaive de la loi plane avec une rapidité terrible sur la tête des conspirateurs, frappe de terreur leurs complices, inspire la terreur à tous les ennemis de la patrie*”<sup>211</sup>. Terror institucional e centralizado, fulminante, capaz de paralisar psicologicamente aqueles que não foram atingidos diretamente por sua ação exterminadora, mas poderiam sê-lo se insistissem em determinado comportamento. A partir daí, ainda que demorasse algo a se ultrapassar os enunciados abstratos do termo *terreur*, as condições para sua objetivação como política institucional estavam claramente dadas.

O passo provocador dessa objetivação parece ter sido a intervenção de Jean-Baptiste Royer, outro ex-padre e deputado revolucionário, realizada em 30 de agosto no Clube Jacobino e publicada nos dias 2 e 3 de setembro no *Journal des Débats de la Société des Jacobins*, no qual ele cobrou, conforme o que se exigia nas ruas, “*Qu’on place la terreur à*

---

<sup>209</sup> *Publiciste de la République Française*. Paris, n. 248, edição de 27 de julho de 1793, 8º par. Disponível em <<https://unsansculotte.wordpress.com/2013/02/08/le-publiciste-de-jacques-roux/>>.

<sup>210</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XVII, n. 226, edição de 14 de agosto de 1793, p. 387. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

<sup>211</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XVII, n. 226, edição de 14 de agosto de 1793, p. 388. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

*l'ordre du jour*<sup>212</sup>. Chamando seus colegas da Convenção a colocar definitivamente em pauta o tema do terror, ele fez efetivamente o primeiro movimento para formalizar a questão. No número seguinte do jornal voltou a tocar no problema, frisando que o melhor para “*imprimer la terreur*” era “*une armée révolutionnaire de trente mille hommes, divisée en plusieurs corps volants, accompagnée d'un tribunal révolutionnaire et d'une guillotine, faisant justice sur tout le territoire français des nobles, des traîtres, des modérés et des conspirateurs*”<sup>213</sup>. Nunca antes, ao menos num meio de igual influência, uma política de terror ganhava tão claro tratamento discursivo e operacional.

O segundo passo que precipitou definitivamente essa objetivação foi a jornada do dia 4 de setembro. Na ocasião, milhares de pessoas reunidas por *sectionnaires* e membros da Comuna, inicialmente para exigir providências contra a carestia e o desabastecimento, cercaram as Tulherias e invadiram o plenário da Convenção. Nessa convulsiva mobilização, que não chegou, entretanto, a ser sangrenta, e na qual diferentes reivindicações se sobrepuseram, a palavra de ordem “*terreur déjà*” foi bradada insistentemente pela multidão que obrigou a suspender os trabalhos parlamentares. O abaixo-assinado levado pelos manifestantes, com cabeçalho redigido por Royez e Hébert, pedia a oficialização imediata de um regime de terror, especialmente contra especuladores com alimentos, acusados da crise. Sem que várias Seções tivessem se desmobilizado durante a noite, como resultado da agitação do dia anterior, logo no começo da sessão parlamentar no dia 5 já o primeiro orador, o muito radical procurador da Comuna Chaumette, tomou a palavra para reivindicar a moção trazida no dia anterior pela Comuna. Quando acabou de discursar, ele foi intensamente aplaudido. Pouco depois, em meio a várias intervenções de apoio e juras de violência revolucionária, os convencionais fizeram aprovar a conhecida moção de Barrère, o hábil representante do Pântano, que dizia: “*Il est temps que l'égalité promène sa faux sur toutes les têtes, il est temps d'épouvanter tous les conspirateurs. Eh bien! législateurs! placez la terreur à l'ordre du jour!*”<sup>214</sup>. Seu longo discurso, no qual afirmava que assim desapareceriam “num instante” os realistas e moderados, foi efusivamente bem recebido e sua moção aprovada ato contínuo. Não sem ressalvas “éticas”, entretanto, como a de Edme Courtois, próximo de Danton, que votou pela entrada do terror na ordem do dia frisando que “*son empire doit être réglé par la prudence*”<sup>215</sup>. No conjunto da obra essas ressalvas não faziam muito sentido,

---

<sup>212</sup> *Journal des Débats de la Société des Jacobins*. Paris, n. 486, edição de 2 de setembro de 1793, p. 3. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1061388h/f3.item.zoom>>.

<sup>213</sup> *Journal des Débats de la Société des Jacobins*. Paris, n. 487, edição de 3 de setembro de 1793, p. 3. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1061390k/f3.item.zoom>>.

<sup>214</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XVII, n. 251, edição de 8 de setembro de 1793, p. 531/532. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

<sup>215</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XVII, n. 251, edição de 8 de setembro de 1793, p. 534-535. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=NpsFAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

pois todos sabiam, parafraseando Furet, que com isto a Revolução não tinha mais limites objetivos, mas somente adversários<sup>216</sup>. Ao cabo do embate, os parlamentares mais à esquerda acabaram impondo-se no plenário, logrando em consequência que Robespierre (além de Couthon, Barrère, Carnot e outros entusiastas do terror) entrasse para o Comitê de Salvação Pública, que se desse carta branca aos *représentants en mission* para liquidar por qualquer meio a resistência nas praças rebeldes, que se convocasse um *levée en masse*, isto é um “alistamento” (mas também um “levante”) nunca visto de soldados da Revolução; além, é claro, da intensificação das atividades do novo *Tribunal Criminel Extraordinaire*, cujo senso de justiça e rigor processual pode-se presumir desde o acontecimento de agosto/setembro de 1782.

A notícia da entrada do terror na pauta da Convenção imediatamente se espalhou por Paris, para regozijo das Seções. E dali às grandes cidades. Na manhã seguinte foi a principal matéria dos jornais e assim nos dias vindouros. Tão logo ela foi divulgada pelo país começaram a chegar cartas de apoio de todos os cantos à Convenção, frisando que “finalmente” a medida tão ansiada havia chegado. A *Société Républicaine de Gignac* se disse aliviada porque “*la terreur est enfin à l'ordre du jour*”. A *Société Populaire de Saint-Amand* declarou que esperava há muito “*le moment enfin où vous avez mis la terreur à l'ordre du jour*”. A *Société des Amis de la Révolution de Montpellier* afirmou que “*enfin nous avons des moyens pour mis em place les aristocrates*”<sup>217</sup>. Como demonstrou Furet, a entrada do Terror na ordem do dia, antes de ser apenas uma invenção autocrática e mirabolante de certa ala radical dos convencionais foi uma “reivindicação” ou “reclame” escutado nos mercados, nos cafés, nas seções e nos clubes<sup>218</sup>. Revolução dentro da Revolução, a decisão de levar a palavra que intermitentemente se escutava tanto à boca pequena nas conversas particulares como aos berros das concentrações populares à agenda parlamentar (assumindo como política de Estado certo tipo de brutalidade que ela presumia), significou importante encontro entre oralidade e textualidade, entre práticas e representações, no sentido de uma inédita e paradigmática cultura de violência. Apesar de no contexto daqueles dias nenhum autor demonstrar uma consciência muito clara do que esse processo representava em termos conceituais, como afirma Guilhaumou, a partir da entrada da expressão “*La Terreur à l'ordre du jour*” nas atas parlamentares (e das decorrentes ações objetivas a partir disso), em vários tipos de documentos (matérias da imprensa, decretos, relatórios, cartas pessoais etc.) “*les énoncés injonctifs se font plus rares e les énoncés définitoires se multiplient sur le nom de la terreur*”<sup>219</sup>, dando a ele uma nova substância semântica.

---

<sup>216</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 68.

<sup>217</sup> Ver diversas transcrições desses documentos em Jacques Guilhaumou. *La terreur à l'ordre du jour: Un parcours en révolution*, p. 146 e ss.

<sup>218</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*, p. 77-88

<sup>219</sup> Jacques Guilhaumou. *La terreur à l'ordre du jour: Un parcours en révolution*, p. 156.

O que isso significou objetivamente em termos de práxis será descrito no próximo capítulo. O que isso representou em termos ideológicos será comentado no capítulo subsequente a ele. De qualquer modo, já se antevem aqui, nas práticas e representações acumuladas durante as jornadas revolucionárias e na entrada do tema *terreur* na programação temática dos deputados, alguns dos mais importantes elementos que beneficiam adiante o advento dos neologismos *terrorisme* e *terroriste*. No mínimo, já se percebe uma construção ideológica e comportamental muito mais complexa do que seria fácil supor pensando exclusivamente na ação de um grupo monolítico ou uma situação ocasional. O Terror, como epítome e paradigma da violência revolucionária, não foi, pois, uma criação de uns poucos tantos e nem brotou subitamente.

## Capítulo III

### *La Terreur* como modelo prático de violência

#### A criação do aparato

A entrada do terror na ordem do dia dos negócios do Estado e sua implementação prática exigiu todo um aparato que não foi construído subitamente. Dos comitês de vigilância às milícias armadas, passando pelos tribunais revolucionários e a guilhotina, muito da estrutura de *La Terreur* já vinha sendo montado desde o início da Revolução. No entanto, foi a partir de setembro de 1793 que esses mecanismos se articularam organicamente e, junto com novas criações, deram lugar a um sistema propriamente dito.

Um dos primeiros atos concretos de implementação desse sistema foi a aprovação da Lei dos Suspeitos, em 17 de setembro. Proposta pelos convencionais Merlin de Douai (do Comitê de Salvação Pública) e Régis de Cambacérès (destacado representante em missão), ela reafirmava todos os decretos de prisão anteriores contra “partidários da tirania”, padres refratários, especuladores e antigos nobres, ampliando agora o alcance das detenções também para parentes de emigrados e toda pessoa que não tivesse um *Certificat de Civisme*, espécie de atestado de boa conduta patriótica expedido pela Comuna, sem o qual não era possível assumir cargos públicos, viajar pelo país ou safar-se facilmente dos tribunais revolucionários<sup>220</sup>. A nova lei instruía os comitês de vigilância a fazer listas de suspeitos e prendê-los, bem como exortava o povo a promover denúncias, inclusive anônimas. Em nova onda de histeria coletiva, imediatamente as prisões foram mais uma vez lotadas com inimigos da Revolução, cada vez mais amplamente caracterizados.

Em 10 de outubro, por iniciativa de Saint-Just e com forte apoio do bloco da Montanha, a Convenção declarou que o governo seria revolucionário “*jusqu'à la paix*”, ou seja, de exceção e interino, funcionando por decretos e ignorando a constituição aprovada em 24 de junho, até que a paz geral fosse alcançada<sup>221</sup>. Isso significava curso livre às atividades dos tribunais revolucionários, dos representantes em missão e dos demais braços repressivos do Estado a usar de todos os meios contra os inimigos da república revolucionária, inclusive contra os apenas “*modérés*”. Dando maior acabamento à estrutura de terror em construção, no dia 4 de dezembro, com a *Loi du 14 Frimaire an II*, foi criado o draconiano *Bulletin des Lois de la République*, enviado diariamente a todas as autoridades constituídas e todos os funcionários públicos dos cantões do país, que deveria ser promulgado localmente em 24 horas a contar da recepção e imediatamente executado<sup>222</sup>. O dispositivo previa que os governos distritais fossem responsáveis dentro de outros dez dias pela criação de duas

---

<sup>220</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Record, Rio de Janeiro, 2007, p. 195 e 253.

<sup>221</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, p. 321-322.

<sup>222</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 160-161.

comissões governamentais (um Comitê de Salvação Pública e um Comitê de Segurança Geral). O primeiro, para lidar com as questões da guerra e dos representantes em missão. O segundo, para encaminhar as questões de polícia. Além disso, determinava-se que os procuradores-gerais e os administradores eleitos anteriormente fossem afastados e substituídos pelos agentes nacionais, responsáveis pela aplicação e fiscalização da nova lei. Todo o poder na França deveria emanar diretamente da capital, sob pena de extermínio a quem se colocasse no caminho da república revolucionária ou procrastinasse as suas ordens. A Lei do 14 Frimário causou certa confusão inicial, mas não custou a ser entendida e obedecida. Com ela a política do Terror entrou efetivamente em voga<sup>223</sup>, consubstanciado em alguns eixos básicos que abaixo veremos.

### **Exército revolucionário, “Colunas Infernais” e os “Representantes em Missão”**

Aspecto geralmente negligenciado pelos historiadores da cultura quando se discute o advento do Terror<sup>224</sup>, o papel do exército revolucionário, por sua formação e características, não pode ser, de modo algum, ignorado como importante elemento fomentador das práticas e representações que acabaram por engendrar a ideia de uma política institucional de violência *in extremis* para garantir a Revolução. Como escreveu Bertaud, “*La Révolution fut la guerre*”. E, mais que isso, “*Bien loin de s’opposer à la Révolution, l’armée, dans sa majorité, en aida le cours*”<sup>225</sup>. Guerra e Revolução, pois, no contexto do Ano II, não poderiam apontar para outra coisa que o terror como método.

Desde que os Estados Gerais foram convocados, diversos panfletos anônimos começaram a ser distribuídos entre as tropas convocando os soldados a se insurgirem violentamente contra os oficiais em pró da confraternização com o povo<sup>226</sup>, anunciando o que viria a seguir nas várias jornadas revolucionárias bem sucedidas em grande parte pela adesão de tropas militares. Considerando os atos de pilhagem no convento de Saint-Lazaire na noite de 12 para 13 de julho de 1789, que se prolongaram na noite da Bastilha com desaparecimento da velha polícia, a elite das autoridades de Paris, preocupada com situação de anarquia que parecia se instalar, tomou a iniciativa de propor uma nova força armada comandada diretamente pelo parlamento, em acordo com a Comuna, para garantir a ordem (tanto o direito de propriedade como a inviolabilidade pessoal). E que pudesse se opor também aos intentos de reação dos aristocratas como um destacamento de confiança da Revolução. Já na noite de 14 de julho, espontaneamente, diversas pessoas procedentes dos

---

<sup>223</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e a Revolução Francesa*, p. 305-306.

<sup>224</sup> Quase nada se encontra em Chartier, Darnton ou Vovelle, por exemplo.

<sup>225</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée: Les soldats-citoyens et la Révolution Française*. Paris, Robert Laffont, 1979, p. 11 e 32.

<sup>226</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 42.

meios militares e civis ofereceram-se como voluntárias para montar uma força nesse sentido, surgindo daí uma *Garde Nationale* parisiense. No Antigo Regime, várias cidades francesas mantinham uma milícia burguesa mais ou menos permanente, justamente chamada *Garde*, convocada e engrossada especialmente em momentos de tumulto social ou para reforçar o exército em tempos de guerra. Foi a evocação dessa figura que ensejou no dia 15 a nomeação de La Fayette como comandante de uma milícia semelhante, mas em caráter permanente e com dimensões de autoridade nacional, para manter a ordem na capital e daí dar exemplo ao país<sup>227</sup>.

Essa Guarda Nacional levou um ano até formar um corpo robusto de soldados e se armar devidamente. Enquanto isso, crescentes casos de deserção, insubordinação, brigas entre oficiais e soldados, rixas entre diferentes regimentos, formação de comitês de soldados e rejeição de toda hierarquia tradicional, corroíam o exército real, que se desintegrou totalmente depois da desastrosa tentativa de fuga do rei em junho de 1791<sup>228</sup>. Por meio de seu Comitê Militar, a Assembleia já vinha intervindo há muito tempo no aparelho militar tradicional, mas foi com o desdobramento do episódio de Varennes que ela assumiu o controle total, tendo Barnave e Pétion como seus principais chefes. A constituição promulgada em setembro selou legalmente essa situação. Um novo exército estava nascendo ali. E ele deveria ser democrático e popular, conforme a sugestão dada por Rousseau: “*Tout citoyen doit être soldat par devoir, nul ne doit l’être par métier*”<sup>229</sup>. Uma das primeiras medidas nesse sentido foi abolir os castigos corporais e esvaziar o *esprit de corps* aristocrático da força substituindo-o por um espírito nacional e patriótico. As companhias não deviam mais ser conhecidas pelos nomes de seus comandantes, mas por um número. Um novo uniforme foi estabelecido, com destaque para as insígnias tricolores (fundindo as cores da realeza Bourbon, azul e branco, com as da cidade de Paris, azul e vermelho). Comissários políticos foram instalados junto a antigos oficiais, para vigiá-los. Autorizou-se que os clubes políticos tivessem representação nos quartéis. Começou-se, enfim, a encomendar e distribuir jornais revolucionários entre a tropa. Isso abriu toda uma discussão sobre como reanimar a massa falida do exército real e articulá-la com as outras organizações armadas mais ou menos formais surgidas com a Revolução; destacando-se a tese da “*amalgame*”, isto é, da fusão de todos os corpos militares em um só e centralizado exército revolucionário<sup>230</sup>. Esse esforço de reorganização não redundou imediatamente num aumento de contingente da força, embora sim, e impressionantemente, em termos de incremento da produção de pólvora e armas, mesmo que este se mostrasse sempre insuficiente diante das necessidades de guerra<sup>231</sup>.

---

<sup>227</sup> Mona Ozouf. “Federação”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 63.

<sup>228</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, p. 143.

<sup>229</sup> Jean-Jacques Rousseau. *Du contrat social*. Paris, Flammarion, 2001, livro I, cap. 7, p. 253.

<sup>230</sup> Alan Forrest. “Exército”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, p. 559.

<sup>231</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro. Record, 2007, p. 365.

O recrutamento para o novo exército começou a ser impulsionado para valer com a declaração de guerra em 20 de abril de 1792, tomando vulto somente a partir de 12 de julho, um dia depois da proclamação “*La patrie est em danger*”, quando nova lei foi aprovada conclamando o alistamento (ainda não obrigatório) de 50 mil homens<sup>232</sup>. Por ela, o Comitê de Salvação Pública passou a controlar totalmente as forças armadas com o poder outorgado pela Convenção de inspecioná-las e dar aval, ou não, à manutenção dos oficiais em seus cargos. Também se estabeleceram ali as Legiões, cujo objetivo era engrossar as grandes concentrações armadas com tropas ligeiras e destacamentos quase autônomos como opção complementar ao modelo clássico de guerra de massa. Nessas Legiões distinguiam-se aquelas propagandistas estrangeiros exilados na França para levar a “mensagem de liberdade” às populações inimigas e obter sua adesão. Usando palavreado simples, fazendo promessas de libertação, distribuindo panfletos e até jogando pão sobre as linhas adversárias, esses legionários deviam fazer, sobretudo, uma guerra de convencimento. Sem poupar, no entanto, aqueles que não lhes interessava convencer. Sete dessas legiões chegaram a ser formadas, algumas “puras” (como as compostas por holandeses, alemães, belgas e suíços) e outras mistas (com italianos, espanhóis, poloneses e, inclusive, negros das Antilhas)<sup>233</sup>.

Depois de muito debatido, o projeto de “amálgama” foi definitivamente implementado por decreto em 24 de fevereiro de 1793, e com ele o recrutamento obrigatório de 300 mil homens<sup>234</sup>. O processo de centralização dos restos do antigo exército real, da nova Guarda Nacional, das milícias populares das Seções, das polícias das municipalidades e de outros grupos armados só passou a dar resultados reais em setembro, concluindo-se somente na primavera do ano seguinte. Mas a conscrição compulsória, mal definida no decreto, gerou imediatamente várias revoltas. E compreensivelmente. Como diz Bertaud, “*Partie intégrante de la Terreur, la réquisition allait être, pour beaucoup de Français jusqu’ici dans l’expectative, le temps du choix politique*”<sup>235</sup>. Embora *La Terreur* propriamente dita ainda não tivesse sido colocada na ordem do dia àquela época, a obrigação de entrar para o exército era a obrigação de aderir à Revolução e à sua cultura de violência. Especialmente em regiões mais católicas e monarquistas, como a Vendeia, isso foi tomado como uma exigência inaceitável.

Da mobilização dos trezentos mil nos estertores de fevereiro ao alistamento em massa no final de agosto, chegou-se em poucos meses a um efetivo de quase 800 mil homens divididos em quinze exércitos. Todos os homens com idade entre os 18 e 30 anos, solteiros ou viúvos sem filhos, estavam sujeitos à “primeira requisição” e deviam uma vez selecionados partir imediatamente para suas circunscrições, dizia o decreto de Barère, no qual se lia também que as mulheres ficavam encarregadas de fazer barracas ou servir nos

---

<sup>232</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 80.

<sup>233</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 88, 160 e 189.

<sup>234</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*, p.135.

<sup>235</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 115.

hospitais, as crianças de providenciar linho para os curativos dos feridos ou catar projéteis para reutilização, e os velhos excitar com falações em praça pública a coragem dos guerreiros, o ódio aos reis e a unidade da República<sup>236</sup>. Toda a sociedade precisava ser assim envolvida no apoio aos soldados. Nesse sentido, para a esquerda revolucionária, o exército não devia ser somente um instrumento de guerra tradicional, mas uma escola da militância revolucionária. Por isso, a interface entre a tropa e a sociedade deveria ser lograda por meio de ações como a presença de representantes dos clubes políticos radicais nos regimentos, a realização de festas, confraternizações e debates “democráticos” nos quartéis, a encenação de peças teatrais “educativas” e a difusão de jornais revolucionários entre os soldados<sup>237</sup>.

Com a definitiva entrada do terror na agenda parlamentar em 5 de setembro, naturalmente “*La guerre devait devenir une guerre terroriste*”<sup>238</sup>. Não é que antes ela tenha sido levada com um sentido especialmente tradicional ou cavalheiresco, mas a partir de então a beligerância revolucionária encontrou porteira aberta para quase todo tipo de experiências com o terror. Primeiro, por questões mais genéricas, como a própria reorganização das forças armadas e sua massificação, com o sentido claro de militarizar a sociedade. Militarização essa que não deve ser dissociada de todo um processo paralelo de crescente policiamento civil do corpo social que já vinha ocorrendo desde o verão de 1789. E que estimulou lá e cá o ambiente de violência e arbítrio entre as forças revolucionárias. Segundo, por questões mais objetivas relativas a como encaminhar a guerra concreta no dia a dia. Nesse sentido, fazer “guerra terrorista” era basicamente fazer uma guerra escandalosa, sem limites, sem poupar qualquer imunidade natural ou oferecer alguma perspectiva de anistia ou indulto ao inimigo. Essa modalidade de violência especialmente cruenta e espetacular não se resumia, contudo, ao emprego maciço da brutalidade, apesar de certa escala de destruição ser por si própria um argumento aterrorizante, fundamental à lógica do terror. Além disso, ela devia buscar também ser teatral, épica, grandiloquente, carregando consigo uma mensagem pedagogicamente ameaçadora na forma de detalhes. “*La guerre n’était plus seulement le choc armé de deux belligérants, c’était aussi une guerre psychologique*”<sup>239</sup>.

Concretamente, fazer uma guerra terrorista era, por exemplo, privilegiar o ataque em massa e impetuoso de falanges semi-suicidas de lanceiros e fuzileiros à baioneta, cantando músicas revolucionárias, num combate corpo a corpo que impressionava não só pela motivação das formações, mas também pela fúria individual do soldado revolucionário, ansioso por saltar sobre o inimigo com as próprias mãos. Interpretando acertadamente esse fenômeno, no dia seguinte à entrada em vigor do Terror na pauta dos deputados, Collot d’Herbois discursou diante da Convenção enaltecendo as virtudes revolucionárias da “*arme*

---

<sup>236</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*, p. 153.

<sup>237</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 207-217.

<sup>238</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 161.

<sup>239</sup> Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 160.

*blanche, qui decide la supériorité des Français sur les esclaves des tyrans*<sup>240</sup>. De fato, desde os piques dos *sectionnaires* e as peixeiras das *poissardes*, as armas brancas tornaram-se símbolo de certas jornadas populares da Revolução. Graças a elas, e com algumas armas de fogo, muitas vezes a multidão conseguiu o que queria. E no campo de batalha, apesar da importância de outros apetrechos, a lança e o sabre eram mais eficientes que qualquer outro recurso, tanto por seu apelo emotivo entre a tropa como porque nenhum outro exército conseguia engajar do mesmo modo seus soldados no tipo de luta individual e definitiva que essas armas evocavam. Daí os memorandos do Comitê Militar enviados às primeiras linhas de frente, como o de 2 de fevereiro de 1794, recomendando “*engager em toute occasion le combat à la baïonnette et de poursuivre l’ennemi jusqu’à la destruction complete*”<sup>241</sup>. O ataque apoteótico com armas simples reunia efetivamente uma alta carga simbólica e um grande poder tático que aterrorizava os adversários, mas não foi com esse tipo de terror difuso e quase pitoresco que o exército revolucionário se impôs estrategicamente. Para vencer terminalmente os inimigos, sobretudo os internos, uma guerra terrorista deveria ir ainda bem mais longe, tanto em termos práticos como simbólicos. E assim foi feito.

A melhor expressão disso talvez tenha sido o fenômeno arrasador das “*colonnes infernales*” organizadas pelo general Louis Marie Turreau a mando da Convenção para destruir a resistência na Vendéia. Essas operações previam cruzar a região insurreta com basicamente doze colunas incendiárias queimando florestas, plantações e casas, com ordens para exterminar todos os “bandidos” e “fanáticos” que participaram da revolta e evacuar as populações envolvidas ou mesmo neutras, tomando-lhes todos os bens. A ideia era fazer daquele território um “cemitério nacional de traidores”, para depois repovoá-lo com colonos republicanos<sup>242</sup>. As diferentes trajetórias de cada uma dessas doze colunas são desigualmente conhecidas (especialmente as colunas menores comandadas pelo general Nicola Haxo são menos documentadas), mas todas coincidem em crônicas chocantes. Quando o decreto que as instituiu em primeiro de agosto deslocou para a zona de guerra mais de cinquenta mil homens (que chegariam a cem mil) e falou no seu artigo sexto que “*Il sera envoyé en Vendée des matières combustibles de toutes sortes pour incendier les bois, les taillis et les genêts*”, já podia-se prever a dimensão da tragédia. A diretriz dizia que “*Il faut que les brigands de la Vendée soient exterminés avant la fin de octobre*”<sup>243</sup> e para isso investiu-se em matanças no atacado e no varejo, conforme inúmeros depoimentos, inclusive de patriotas estarecidos com a brutalidade da campanha. Apresentando seu relatório sobre a Vendéia no começo de 1794, o deputado Joseph Lequinio relatou:

“*Vimos soldados republicanos estuprando mulheres em pedras empilhadas à margem das estradas principais, para em seguida fuzilá-las ou apunhalá-las quando deixavam*

---

<sup>240</sup> Apud Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 162.

<sup>241</sup> Apud Jean-Paul Bertaud. *La révolution armée*, p. 230.

<sup>242</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 295.

<sup>243</sup> Louis-Marie Clénet. *Les colonnes infernales*. Paris, Perrin, 1993, p. 66-67.

*seus braços. Vimos outros carregando crianças de peito em suas baionetas, ou nas lanças com que haviam transpassado de um só golpe mãe e filho*”<sup>244</sup>.

Com esse tipo de prática contra mulheres e crianças, pode-se imaginar o tratamento dado aos combatentes reais. Desse modo, vencida a decisiva batalha de Savenay no final de dezembro, não surpreende que o general François-Joseph Westermann, do Estado-Maior de Kléber, tenha escrito ao Comitê de Segurança Pública afirmando que

*“Il n’y a plus de Vendée. Elle est morte sous notre sabre libre, avec ses femmes et ses enfants. Plus de Vendée, citoyens républicains, je viens de l’enterrer dans les marais et dans les bois de Savenay, suivants les ordres que vous m’avez donnés [...]. J’ai écrasé les enfants sous les sabots des chevaux, massacré les femmes qui au moins pour celles-là n’enfanteront plus de brigands. Je n’ai pas un prisonnier à me reprocher, j’ai tout exterminé [...]. Ils ne sont pas des prisonniers, ils doivent recevoir le pain de la liberté, et la compassion ne sont pas révolutionnaire*”<sup>245</sup>.

Embora a resistência de vendeanos e *chouans* ainda fosse dar mostras de persistência nos anos seguintes, Westermann não estava errado em seu relatório. Ela fora estrategicamente derrotada em Savenay. Com cerca de 120 mil pessoas eliminadas, a política de terra arrasada e de terror dera resultado<sup>246</sup>. Aliás, como em outras regiões. Apesar da expressão “Colunas Infernais” se referir estritamente à campanha militar da república na Vendéia, fenômenos de violência semelhantes ocorreram também em outras regiões conflituosas tendo à frente os chamados *représentants en mission*.

Figura chave no controle do parlamento sobre o resto do país, desde o início da Assembleia Legislativa<sup>247</sup> já existiam enviados extraordinários às províncias mais instáveis ou estratégicas para solucionar problemas pontuais. Geralmente duplas de deputados, às vezes militares e magistrados, esses representantes eram investidos de um enorme poder plenipotenciário. Todavia, com a guerra, o Terror na agenda e a declaração do Estado revolucionário, eles ganharam uma inédita autonomia para matar em nome da defesa da república revolucionária. Sem dúvida que suas missões não tinham como objetivo somente exterminar contrarrevolucionários, mas também instruir e recompensar o patriotismo das tropas e das populações locais, organizar a administração pública de certas municipalidades, entre outras funções não necessariamente violentas, havendo mesmo notícias sobre ações conciliatórias e generosas por parte de enviados de Paris<sup>248</sup>. Porém, isso não era a regra. A

---

<sup>244</sup> Apud David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 296.

<sup>245</sup> Apud Louis-Marie Clénet. *Les colonnes infernales*, p. 221.

<sup>246</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*, p. 163.

<sup>247</sup> Henri Wallon. *Les Représentants du peuple en mission*. Paris, Paris, Hachette, 1880-1890, v. I, p. 64.

<sup>248</sup> O general Jean Antoine Rossignol, por exemplo, ficou conhecido por poupar mulheres e crianças em La Rochelle. Ver Louis-Marie Clénet, *Les colonnes infernales*, p. 136. Ver outros casos em Henri Wallon, *Les Représentants du peuple en mission*, v. II, p. 54; v. III, p. 72-77 etc.

tônica do desempenho desses representantes, no geral, foi a brutalidade desenfreada e sistemática. Não porque sempre enfrentassem uma resistência efetivamente hostil que ensejava resposta correspondente, ou porque a autoridade ilimitada que os investia dava margem a todo tipo de excesso e corrupção pessoal. Mas por conta do conceito de guerra terrorista que os orientava, mesmo em circunstâncias menos adversas<sup>249</sup>. A norma era a simples coerção. Nenhuma promessa de anistia ou reintegração depois de alguma “traição” ou mesmo diante da simples suspeição. Deveras, as medidas punitivas podiam recair sobre parentes, amigos ou vizinhos considerados solidários com insubmissos, seja tomando seus bens, expulsando-os de suas casas, prendendo-os como reféns ou sumariamente executando-os. Comunidades inteiras podiam ser punidas a título de exemplo ou represália.

O resultado mais impressionante dessa política combinada de terror, colunas infernais e representantes em missão aconteceu, como era de se esperar, em Nantes, a grande praça forte republicana na Vendéia, entre o começo de novembro de 1793 e o final de janeiro de 1794, num verdadeiro “delírio de destruição”<sup>250</sup>. Assim que a figura do Tribunal Revolucionário foi decretada pela Convenção, imediatamente foi instalada sua representação na cidade bretã para cuidar da contrarrevolução na região, seguindo-se localmente a mesma campanha de repressão que se observava em Paris e outras grandes cidades. No entanto, desde que o recrutamento compulsório (*la levee en masse*) foi estabelecido e a oposição a ele detonou a resistência armada de realistas e católicos no País do Loire, o Tribunal local teve suas atividades enormemente amplificadas, especialmente depois que para lá convergiram os prisioneiros sobreviventes do trabalho de campo promovido pelas Colunas Infernais. Com isso, paralelamente às atividades “normais” da cômte revolucionária também foram instaladas na cidade comissões militares com atribuições punitivas que funcionavam de modo mais expedito e informal. Essas comissões, que atuavam sob o comando direto do representante em missão e controlavam de fato o Tribunal, foram responsáveis por um dos maiores e mais grotescos massacres promovidos pela Revolução tendo à frente o montanhês Jean-Baptiste Carrier como enviado de Paris. Considerando que a guilhotina era demorada demais para as execuções dos suspeitos sumariamente “julgados”, Carrier – com o apoio do exército, da Comuna local e de seus comitês de vigilância – empreendeu no período de quase três meses cerca de dez sessões de afogamentos em massa no rio Loire, cada uma delas com cerca de 300 a 400 pessoas. Tristemente célebre, o episódio das “*Noyades de Nantes*” não foi, entretanto, o único método que ele usou para acelerar a punição de vendeanos, *chouans*, religiosos, moderados e outros inimigos do povo. Nantes também sofreu as intermináveis *fusillades* promovidas por ele e seus parceiros à luz do dia e em campo aberto na periferia da cidade. Algumas jornadas dessas podiam vitimar centenas de pessoas, sem prejuízo dos fuzilamentos pingados de todo dia. Ao todo, entre afogamentos, fuzilamentos e outros meios foram mortas aproximadamente 10 mil pessoas nesses três meses. E poderia ser pior. Para eliminar possíveis resistentes nas regiões em torno da cidade, Carrier chegou a sugerir a

---

<sup>249</sup> Henri Wallon. *Les Représentants du peuple en mission*, v. II, p. 111.

<sup>250</sup> François Furet. “A Vendéia”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 181. Ver aqui as estatísticas de mortandade citadas abaixo.

contaminação de poços e cursos d'água com arsênico, iniciativa que não prosperou porque poderia afetar os próprios soldados republicanos. A ideia de guerra química não era exclusivamente sua. Jean Antoine Rossignol, o “general proletário” da Coluna de La Rochelle, consultou o famoso químico Fourcroy sobre a possibilidade de fazer *fumigations* de agentes tóxicos para asfixiar o inimigo<sup>251</sup>.

Embora as Colunas Infernais fossem destacamentos especiais basicamente restritos à região do Loire, os representantes em missão estavam espalhados por toda parte, especialmente nas zonas conflitivas, contando igualmente com o suporte de tropas do exército, da estrutura paramilitar das Comunas e da autoridade do Tribunal Revolucionário, não raro semeando carnificinas parecidas com aquela promovida em Nantes. Fazendo relatório de seu desempenho em Marselha, Fréron escreveu tranquilamente a Paris dizendo que seu pessoal estava matando “tudo que se mexe”<sup>252</sup>, façanha que ele repetiu depois em Toulon, a qual igualmente arrasou. Collot d’Herbois e Fouché não fizeram por menos em Lyon. E assim outros representantes em várias municipalidades menores. Wallon documenta, inclusive, casos patéticos, como o que ocorreu em uma cidadezinha do Marne, região que praticamente não conheceu ação contrarrevolucionária, onde um obscuro representante de passagem com escolta para o Baixo Reno, durante os dois dias em que lá esteve de pernoite, aterrorizou a pacata comunidade local com “investigações” sobre “perigosos inimigos do povo”, redundando em três dezenas de fuzilamentos à luz do dia na única e minúscula praça do vilarejo<sup>253</sup>. Contando com tão pouco tempo, pode-se presumir o rigor das investigações e julgamentos que ele realizou. Mais importantes ou menos, os representantes em missão recebiam da Convenção carta branca para aplicar a violência revolucionária contra opositores, declarados ou hipotéticos, descartando absolutamente todo sentimento de compaixão e clemência, vendo na morte e eliminação física de supostos adversários o único resultado possível de um conflito muitas vezes apenas imaginário. Em concreto, isso significava uma política de demórdio<sup>254</sup> politicamente orientado, executado com a maior ligeireza e publicidade possível, tendo à frente um arremedo de justiça processual.

### **O Tribunal Revolucionário: Medidas de exceção, policiamento e denunciamento**

O *Tribunal Criminel Extraordinaire* estabelecido em 10 de março de 1793, denominado “Revolucionário” nos papéis oficiais uns meses depois, foi instalado relativamente às pressas e improvisadamente, mas, conforme já indicado, ele tinha alguma

---

<sup>251</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 789-790.

<sup>252</sup> Henri Wallon. *Les Représentants du peuple en mission*, v. IV, p.108.

<sup>253</sup> Henri Wallon. *Les Représentants du peuple en mission*, v. IV, p.123.

<sup>254</sup> Eliminação física de pessoas por parte do seu próprio governo, incluindo formas de homicídio político, assassinato em massa e genocídio. Sobre este conceito, ver Rudolf Rummel. *Understanding conflict and war*. Hoboken (Nova Jersey), John Wiley & Sons, 1976, p. 143-146.

história que vinha lá do *Tribunal du 17 Août*. Este não teve tempo de deixar uma estrutura acabada no sistema repressivo da Revolução, mas representou uma inestimável experiência em tal sentido. A partir dela, a resolução que instaurou a nova corte previa um presidente, três vice-presidentes, um promotor público (mais cinco substitutos), doze juízes e cinquenta jurados fixos, todos indicados pelo Comitê de Salvação Pública depois de rigorosa seleção ideológica<sup>255</sup>. Nada se dizia em concreto sobre o tempo ou a revogabilidade de seus mandatos. Para agilizar o andamento dos trabalhos e ajudar na rapidez dos julgamentos, o novo órgão deveria funcionar com várias câmaras simultâneas e simplificar as normas processuais tradicionais. A fase de instrução, por exemplo, foi sumariamente suprimida, fundando-se o ato de acusação em simples denúncia, que podia ser feita por escrito ou oralmente, sem que o acusador tivesse de se apresentar durante o processo ou ter revelado seu nome. Embora a lei previsse um “Conselho de Defesa”, como queriam inicialmente Desmoulins, Philippeaux, Bazire, Chabot, Thuriot e outros deputados mais ou menos identificados como “dantonistas”, essa instância formal do Tribunal Revolucionário nunca foi relevante. A partir do fato de que o acusado foi privado do recurso a um advogado, bem como do depoimento de testemunhas de defesa, a ideia de um domínio de salvaguarda de direitos individuais na política de Terror não tinha muito sentido. E como tal, não foi efetivamente implementada, embora constasse no texto legal. O Tribunal julgava apenas um crime: se alguém era inimigo da revolução. E tinha apenas duas soluções para o caso: absolvição ou morte. Mas esse crime, que ensejava a própria excepcionalidade da nova corte, não era bem definido, podendo ocorrer por acusação genérica de corrupção, especulação econômica, conspiração, resistência armada, delitos de imprensa e outras infrações como “*faire la bringue (gozação) avec la Révolution*”<sup>256</sup>.

O funcionamento do Tribunal dependia diretamente dos *Comités de Vigilance* criados logo em seguida em todas as Comunas<sup>257</sup>. Na verdade, células de espias e guardiões da Revolução, não raro funcionando ao lado de estruturas paramilitares, já existiam informalmente desde a Bastilha, mas nunca de forma tão institucionalizada e organizada. Simbolicamente, nas fachadas das sedes desses comitês não raro se encontrava a imagem de um olho aberto e atento<sup>258</sup>, tal como nos timbres dos documentos por eles expedidos (Ilustração 4). Presentes nas Seções e nos quartéis, esses comitês instalados por votação nominal em pequenas assembleias de bairro ou de regimentos militares deviam investigar, fazer ou receber denúncias e, sobretudo, sob o ponto de vista institucional, controlar a emissão dos *Certificats de civisme* tão caros ao monitoramento da população. Depois vinham os destacamentos de polícia propriamente ditos – ainda pouco definidos entre uma simples

---

<sup>255</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 194-195.

<sup>256</sup> Ver Pierre Caron. *Paris pendant la terreur: Rapports des agents secrets du ministère de l'intérieur*. Paris, Alphonse Picard, 1914, p. 83.

<sup>257</sup> François Furet. “Governo revolucionário”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989

<sup>258</sup> Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 393.

milícia local que se impôs com o advento inicial da Revolução e um corpo funcionários judiciais do Estado revolucionário estabelecido na virada entre 1793 e 1794 –, dedicados às tarefas operacionais de investigação, captura e prisão dos suspeitos. Para centralizar todas essas estruturas, o Comitê de Salvação Pública (que não se resumia a questões de segurança) criou um Comitê de Segurança Geral exclusivamente dedicado à repressão. Dentro desse segundo comitê, em abril de 1794, por sugestão de Robespierre e Saint-Just, foi concebido ademais o *Bureau de Surveillance*, mais centralizado ainda e totalmente secreto, entre outras coisas para espionar o próprio aparato repressivo. Essa rede repressiva compreendia, por fim, os agentes clandestinos do Ministério do Interior que funcionavam de modo relativamente independente do Comitê da Salvação Pública. Centenas de relatórios desses informantes foram preservados, geralmente relatando conversas em cafés, comportamentos estranhos de vizinhos ou boatos escutados em mercados<sup>259</sup>.

A base, pois, dos tribunais revolucionários era o patrulhamento da vida social promovido por essas cadeias de vigilância, sendo a delação um dever cívico altamente estimulado pelas autoridades e amplamente atendido pelo povo. Esse apelo popular, evidentemente, não era grande só por razões políticas. Como lembra Chartier,

*“Exatamente da mesma maneira que as cortes da Inquisição davam forma, linguagem e legitimidade a denúncias inspiradas por interesses totalmente seculares, os tribunais revolucionários possibilitaram mobilizar a violência do Estado para resolver (muitas vezes de forma expedita) grande número de tensões privadas alimentadas por amargura acumulada, por ódio inexpiável e por rivalidades que originalmente pouca ligação tinham com o destino da república”*<sup>260</sup>.

Seja como for, com acusações mais ou menos pertinentes, a cultura do denunciamento forneceu concretamente o alimento material das cortes revolucionárias, isto é, os suspeitos. Além do alimento psicológico de medo, pois isso colocava todos contra todos, sabedores que o destino dos delatados, mesmo injustamente, poderia ser facilmente a pena de morte.

O tenso ambiente de suspeição e ameaça gerado nesse contexto pode ser dimensionado com dois exemplos, entre vários outros possíveis. O primeiro refere-se a um anúncio impresso difundido pela Comuna de Paris na semana que mediou a aprovação da Lei dos Suspeitos em 17 de setembro e a conclusão do julgamento de Antonieta em 16 de outubro, no qual se orientava a população sobre os motivos pelos quais alguém deveria ser considerado suspeito e denunciado. Depois de mencionar rapidamente aqueles que estocavam armas e participavam de organizações conspirativas, seu texto se alongava especialmente sobre aqueles que

---

<sup>259</sup> Ver alguns deles em Pierre Caron. *Paris pendant la terreur: Rapports des agents secrets du ministère de l'intérieur*, 1914.

<sup>260</sup> Roger Chartier. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Bauru, UNESP, 2003, p.279.

*“drenam a energia das assembleias populares com discursos astutos, gritos e ameaças”, “que se referem misteriosamente aos problemas da República, mostram-se cheios de piedade quanto à sorte da população e estão sempre dispostos a disseminar notícias negativas com afetado pesar”, “que acolheram com indiferença a constituição republicana”, “que nada tendo feito contra a liberdade, tampouco fizeram alguma coisa a seu favor” ou, simplesmente, “que não comparecem às reuniões de suas seções usando como desculpa que não sabem falar em público ou que são impedidos de comparecer por suas atividades”<sup>261</sup>.*

Ou seja, não bastava eximir-se de portar armas e conspirar. Mesmo ser indiferente era perigoso. Para não incorrer na ira da Revolução era preciso demonstrar com gestos a adesão a ela.

O segundo exemplo expõe como esse tipo de orientação se desdobrava concretamente. No começo de 1794, quando *La Terreur* estava funcionando a pleno vapor, um cidadão pertencente ao conselho da Comuna de Grenoble disse em voz alta não gostar de ver espetáculos de execuções sangrentas em sua cidade. Conhecido na cidade e de profissão modesta, nada havia contra ele, que, aliás, era apoiador e colaborador da administração revolucionária, sendo que seu comentário foi emitido numa situação prosaica entre “amigos”. Passado pouco tempo ele recebeu a seguinte carta de um oficial municipal:

*“Concitoyen! Le conseil général de la commune de Grenoble, dont tu es membre, vient de faire passer en notre commune une espèce de réponse à des imputations qui vous été faites [...] Vous dites ‘que vous avez preserve votre cité de ces spectacles de sang qui révoltent’? N’est-ce pas dire que vous blâmez les mesures qui ont été nécessaires pour fair ela révolution, et celles qui s’exécutent presentemente pour purger la terre de la liberte de toute cette secte qui la trouble et qui voudrait l’anéantir? [...] Comment ossez-vous le dire? N’est-ce pas insulter cette vengeance populaire qui a été nécessaire? Oú diableavez-vous puisé ce langage? Cela seul vous mérite une bonne commission temporaire et une bonne commission révolutionnaire comme chez nous. Réveillez-vous done, faites juger ces traîtres a mort, oui a mort! [...] Certes, si on damandait mon avis dessus, je voterais pour votre arrestation, provisoirement; car il y a encore quelque chose là dessous, et celui qui l’a rédigée n’est pas patriote. Réfléchis à ce que tu dois faire, l’amitié que j’ai pour ton frère m’a fait faire ces réflexions. [...] Salut, santé, courage, nos ennemis à mort! Vive la République!”<sup>262</sup>.*

Tão grave admoestação por tão pouca coisa, não era um fato raro. E nem suas consequências mais dramáticas.

---

<sup>261</sup> Apud David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 253-254.

<sup>262</sup> Lucien de La Hodde. *Correspondance des terroristes*. Paris, Julien & Lanier, 1851, p. 83.

## A guilhotina: Aniquilação, teatro e propaganda

A violência da Revolução teve vários símbolos fortes, tanto linguísticos, como musicais e visuais. De símbolos linguísticos, justamente, estamos tratando aqui. Mas mesmo evitando recorrer à palavra *terreur*, podemos ver isso também em certos *topoi* verbais que se tornaram ícones do quanto a revolução evocava sangue. O principal deles talvez seja o celeberrimo “*liberté ou mort*”, que com algumas variações estava por toda parte desde o discurso de Desmoulins no café Foy em 12 de julho de 1789. Esta expressão foi repetidamente gritada pela multidão em suas grandes jornadas, especialmente nas primeiras, e intensamente estampada em faixas e cartazes, inclusive em objetos de consumo (como canecas e pratos de porcelana<sup>263</sup>). Ela estava inscrita no selo de clubes (como a *Société des Amis de la Constitution*, que trazia o dígito *Vivre libre ou mourir*) e também em documentos oficiais do Estado a partir da proclamação da “A Pátria em perigo”<sup>264</sup>. Curta e grossa, ambígua (a morte de quem?), a fórmula não deixava, entretanto, de ser eloquente. Sem entrar no mérito de suas formas específicas, ela significava basicamente que não havia meio termo entre reconhecimento de direitos ou violência extrema.

Outra dimensão simbólica importante das práticas e representações violentas da Revolução diz respeito às músicas que lhe embalaram. *La Marseillaise* conclamava intrépida e agressivamente ao derramamento do “sangue impuro” dos inimigos. Um refrão da *Carmagnole* entoava: “*Dansons la carmagnole/Vive le son, vive le son/Dansons la carmagnole/Vive le son du canon*”. A *Ça ira!* era um raivoso canto de guerra social que pedia “*les aristocrates à la lanterne*”. Cantadas a pleno pulmão pelas massas de *sans-culottes* e soldados em ação, elas tinham não só um grande papel mobilizador (no sentido do *frisson* psicológico causado por sua entoação coletiva) como também orientador, sob o ponto de vista ideológico, a respeito da violência. *La Marseillaise*, a *Carmagnole* e a *Ça ira!*, entre outras composições revolucionárias e populares hoje esquecidas, apresentam uma espécie de explicitação melodiosa da fórmula linguística “*liberté ou mort*”.

Sobre os ícones materiais e visuais da violência revolucionária já mencionei acima o valor imagético das armas brancas, entre as quais se destaca sem dúvida alguma o pique, ou lança. Desde o 14 de Julho insígnia das grandes manifestações *sans-culottes*, destino das cabeças cortadas dos inimigos da Revolução<sup>265</sup>, o pique está presente em todas as gravuras de época como instrumento principal do povo sublevado, não raro sendo representado nas mãos de Marianne. Quando em julho de 1792 o ministro da guerra, Lazare Carnot, encomendou a fabricação de trezentos mil deles para serem distribuídos entre a população, havia nisso um elemento propagandístico que ultrapassava os imperativos meramente militares.

---

<sup>263</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1989, p. 523.

<sup>264</sup> Philippe Matthieu. *Emblèmes et blasons de la Révolution Française*. Toulouse, Visuel, 2004, p. 97.

<sup>265</sup> Sobre o papel simbólico do pique, ver Albert Soboul. *Les sans-culottes parisiens en l'an II*. Paris, Craveuil, 1958, p. 654-656.

Nenhum desses, ou outros, elementos que compõem o simbolismo do Terror chegou, entretanto, a rivalizar com a figura definitiva da guilhotina.

A ideia de um engenho para ceifar do modo mais rápido e indolor possível a vida de um indivíduo, cortando-lhe subitamente a cabeça, não era nova. Farta documentação iconográfica mostra que desde o século XVI já existiam experiências semelhantes em outros países europeus. Mas ela apareceu entre os franceses e volume no contexto dos debates sobre a reforma penal durante a Assembleia, tanto no sentido de humanização (por ser rápida) e uniformização (por estender-se igualmente a todos os cidadãos) das sentenças capitais. A sugestão partiu do deputado e médico sanitariano Joseph Ignace Guillotin, o mesmo que lançou a ideia de invadir a sala do jogo de pela em 20 de junho de 1789. Com o apoio de Mirabeau, seu projeto acabou sendo aprovado, não sem fortes protestos. Em junho de 1791 aboliu-se a forca, o machado e a terrível roda de despedaçamento como instrumentos de suplício, bem como as torturas. Em seguida, a Assembleia Nacional encomendou ao secretário da Academia de Medicina, o cirurgião militar Antoine Louis – colaborador da *Encyclopédie* e perito em anatomia –, idealizar um aparelho que fosse “barato, matasse rápido e sem dor”, como uma espécie de *ultima ratio* do Estado. Demorou alguns meses para que junto com alguns artesãos se chegasse a um protótipo eficiente do dispositivo. Por isso, a invenção chegou a ser chamada de “*louison*” e “*louisette*”, pois foi dele o desenhado original. Porém, depois que alguns jornais, satirizando o projeto, citaram o nome de Guillotin, a expressão *guillotine* nunca mais foi esquecida. Tecnicamente chamada de “*mécanisme*”, ela receberia do povo nomes mais sarcásticos, como “*mademoiselle*” ou “*veuve*”<sup>266</sup>.

Em 25 de abril de 1792, poucos dias depois da declaração de guerra ao imperador Francisco II e ao Sacro Império Romano Germânico, essa máquina entrou em ação pela primeira vez, experimentada na Praça de Gréve, em frente ao Hôtel de Ville, quando ali executou-se um tal Nicolas Pelletier acusado de roubo. Outros criminosos comuns foram igualmente sentenciados nas semanas seguintes no mesmo lugar. Mas nesses casos sempre se desmontava o palco e o “*mécanisme*” logo depois da aplicação da pena. Em 21 de agosto de 1792, quando foi decapitado o realista Collenot d’Angremont, oficial da Guarda Nacional e acusado de complô, julgado e condenado pelo Tribunal Revolucionário criado quatro dias antes, a guilhotina assumiu sua definitiva dimensão política e simbólica, sendo declarada “permanente”. Desde então, deixou-se de desarmar o patíbulo, agora fixamente integrado à paisagem urbana, embora trocando constantemente de lugar. Dessa forma, entre o segundo semestre daquele ano e o final de 1795 a guilhotina foi uma peça familiar ao cotidiano dos parisienses que frequentavam o centro da cidade. Nesses anos, atuando com desigual intensidade, a guilhotina central de Paris mudou da Praça de Gréve diante do Hôtel de Ville à Praça do Carrousel (em frente ao Louvre), à Praça da Revolução (atual Praça da Concórdia), à Praça da Bastilha, à Praça do Trône-Renversé (atual Praça da Nação), voltando à Praça da Revolução e depois à Praça de Gréve onde tudo começou.

---

<sup>266</sup> Sobre a história da guilhotina, ver Daniel Arasse. *La guillotine et l'imaginaire de La Terreur*. Paris, Flammarion, 1987. E Michel Vovelle. “A guilhotina: Instrumento do Terror”. Em *Imagens e imaginário na história*. São Paulo, Ática, 1997.

No começo, enquanto só se ocupava de infratores vulgares, ela atraía a atenção das pessoas mais pela novidade da engenhoca do que pelo significado das execuções. Na verdade, para uma massa acostumada com as “mil mortes” dos ritos de sentença capital do Antigo Regime (procissões penitenciais, tortura pública com altos graus de sofisticação e dor, exposição pública de corpos etc.), a guilhotina foi uma enorme decepção<sup>267</sup>. Mas não demorou para que isso mudasse. Relativamente discreta no começo, depois da queda da monarquia ela se tornaria o centro de um dos maiores espetáculos da Revolução. Entrando em ação para valer entre os massacres de setembro de 1792 e a decapitação do rei em janeiro de 1793, a Convenção encomendou vários desses aparelhos a oficinas de Paris, especialmente para serem encaminhados junto aos representantes em missão. Em pouco tempo, mais de 50 delas foram espalhadas pelo país, repercutindo profundamente na iconografia, na música, na literatura e, inclusive, na moda da época<sup>268</sup>.

A guilhotina como máquina rejeitava o ritual do sofrimento lento do condenado à morte, típico do sistema penal do Antigo Regime e que feria a sensibilidade humanista dos herdeiros do Século das Luzes. Mas essa novidade conceitual não desprezava o sentido espetacular e por isso mesmo “pedagógico” da violência contida no velho sistema. Como escreveu Vovelle,

*“Instrumento asséptico e teoricamente indolor para execução da pena de morte, aceita a contragosto à espera da Cidade Ideal onde se tornaria inútil, ou barreira circunstancial aos excessos da violência popular, a guilhotina se desvinculou dos estreitos limites nos quais se pretendia encerrar o seu uso e invadiu a cena com sua imagem preponderante, a ponto de dar sua coloração específica a toda uma sequência histórica e de se impor como expressão emblemática do Terror”*<sup>269</sup>.

Há toda uma discussão aqui sobre se o mecanismo foi desenvolvido já de início para ser posto em ação publicamente ou em recintos fechados (átrios de tribunais, praças de quartéis etc.). Nesse sentido, Vovelle talvez não esteja certo ao categorizar que “a imagem da guilhotina foi feita para estarrecer, para congelar as palavras sobre os lábios”<sup>270</sup>, considerando-a como invenção e manufatura primária. Falta evidenciar isso nos muitos documentos que cercam a criação do aparelho. Mas, seja qual for a concepção original das pessoas envolvidas nos primeiros modelos da máquina, o fato é que, imaginada já com intenções espetaculares ou pensando apenas nos imperativos anatômicos e mecânicos, assim que começou a tragar “famosos” em praças abertas a guilhotina cresceu em termos de apelo popular e, sinergicamente, em termos de instrumentalização política. Além de sua óbvia eficiência e “humanidade” para eliminar fisicamente os inimigos da Revolução, rapidamente

---

<sup>267</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 859.

<sup>268</sup> Daniel Arasse. *La guillotine et l'imaginaire de La Terreur*, p. 14, 72, 98 etc.

<sup>269</sup> Michel Vovelle. *Imagens e imaginário na história*, p. 196.

<sup>270</sup> Michel Vovelle. *Imagens e imaginário na história*, p. 199.

também se constatou seu excepcional poder de enviar mensagens políticas e psicológicas, notadamente de advertência para os adversários e de segurança para os amigos. Especialmente a partir da execução do rei ficou evidente o valor simbólico da guilhotina, tanto para intimidar oponentes como aglutinar parceiros. Como escreveu um certo Gatteau, empregado da subsistência militar em Estrasburgo, numa carta enviada a Robespierre no Brumário do ano II, com a chegada de Saint-Just à Alsácia para enquadrar os contra revolucionários na base de “*coups de hache*”, a “*Sainte guillotine est dans la plus brillant activité, et la bienfaisante terreur produit ici, d’une manière miraculeuse, ce qu’on ne devait espérer d’un siècle au moins par la raison et la philosophie*”<sup>271</sup>. Essa metáfora religiosa não era acidental ou incomum. Há várias notícias, inclusive, de “preces” tendo a guilhotina por centro. Uma delas, por exemplo, rezava:

*“Sainte Guillotine, protectrice des patriotes, priez pour nous;  
Sainte Guillotine, effroi des aristocrates, protégez-nous;  
Machine aimable, machine admirable, ayez pitié de nous;  
Sainte-Guillotine délivrez-nous de nos ennemis...”*<sup>272</sup>

Para lograr esse poder “miraculoso” de promover transformações que pela razão e a filosofia levariam século, a “santa guilhotina” devia, entretanto, funcionar dentro de certo padrão teatral, ou “*messe rouge*”. A máquina por si só não operava milagres. Ela apenas degolava pessoas de modo eficiente. Empregada de forma reservada e não celebrativa, ela pouco tinha de prodigiosa em termos de difusão de uma mensagem. Para cumprir esse papel ela precisava estar inserida em um espetáculo. Ou seja, num roteiro de ações públicas destinadas a impressionar terceiros. É por isso que Vovelle diz que “*mais importante que o próprio instrumento do suplício era mostrar para a multidão a cabeça da vítima*”<sup>273</sup>. Sem esse momento dramático culminante, no qual a testa do culpado, respingando de sangue e segura pelos cabelos, era apresentada pelo mestre executor aos espectadores, a guilhotina não era grande coisa. Levou algum tempo, mas a identificação definitiva entre o novo equipamento e o teatro da violência revolucionária se consolidou quando o terror entrou na ordem do dia.

A encenação que tinha por palco conclusivo a guilhotina começava numa sorte de via-crúcis geralmente a partir da *Conciergerie*, no Palais de la Cité, onde as denúncias eram reunidas, faziam-se as detenções e funcionavam as audiências do Tribunal Revolucionário. Dali os condenados eram levados por trajetos mais ou menos tradicionais até o grande cadafalso, que mudou de lugar mas não extrapolou certo perímetro central da cidade. Numa direção ou outra, esses desfiles trágicos não eram demorados. Podiam durar entre meia hora e hora e meia, dependendo do dia, do clima, dos tumultos populares e do tamanho dos cortejos. O traslado cerimonial de Luís XVI até o patíbulo, vindo da prisão do Temple, um

---

<sup>271</sup> Lucien de La Hodde. *Correspondance des terroristes*, p. 69.

<sup>272</sup> Georges Durval. *Souvenirs de la Terreur*, Paris, Werdet Ed., 1849, v. IV, cap. 46, p. 226.

<sup>273</sup> Michel Vovelle. *Imagens e imaginário na história*, p. 199.

pouco mais longe, durou cerca de duas horas<sup>274</sup>. Conforme a fama das vítimas e a importância das “fornadas” do Tribunal, maiores e menores multidões, mais ou menos buliçosas, reuniam-se para ver o espetáculo das mortes, que chegaram a mais de trinta por dia entre junho e julho de 1794, quando a luta entre facções se radicalizou e o poder jacobino pareceu onipresente<sup>275</sup>. Durante esse tempo, todas as tardes dezenas de corpos eram jogados numa fossa comum cavada no cemitério de Picpus, num trabalho que envolvia muitos homens e uma logística complicada. Entre as vítimas, pessoas dos 14 aos 90 anos, homens e mulheres. Isso apenas em Paris.

A movimentação excepcional de guardas, o som dos tambores e brandir de armas, o cortejo formal com os sentenciados levados em carroças por ruas agitadas da cidade, o grande palco montado na Praça da Concórdia (local em que a guilhotina mais atuou), a resignada subida das vítimas ao cadafalso, sua decapitação efetiva e, sobretudo, a apresentação das cabeças decepadas aos assistentes, constituíam um espetáculo de forte impacto popular. Como coincidem as descrições e a iconografia de época, as apresentações da guilhotina eram eventos concorridos, que engendravam significativo comércio de comes e bebes, inclusive com bancas de jogos (tipo atirar bolas para derrubar latas estampadas com nomes de personalidades públicas) e venda de souvenirs (tipo miniaturas da *veuve* e bonequinhos de soldados, rei, rainha, aristocratas etc.)<sup>276</sup>. Dessa intensa movimentação social fala o mito das *tricoteuses*, aquelas mulheres do povo que levavam suas cadeiras e disputavam as primeiras fileiras diante do patíbulo, tricotando e conversando enquanto esperavam o climax das decapitações<sup>277</sup>.

A dinâmica teatral e emotiva proporcionada pela guilhotina oscilou ao longo dos acontecimentos. A execução do rei foi de uma austeridade absoluta, “quando um grito na multidão estupefata talvez mudasse o destino da história”, embora uma vez consumada decapitação relatos contem que pessoas se precipitassem sobre a poça de sangue para molhar lenços e pontas de baionetas<sup>278</sup>. Na execução de Charlotte Corday, a assassina de Marat, o carrasco da ocasião foi punido por ter esbofeteado a cabeça decepada da vítima. Já nas massivas levadas de decapitação entre junho e julho de 1794, as palhaçadas dos assistentes dos carrascos eram comuns e não atraíam a atenção das autoridades<sup>279</sup>. Essa crescente

---

<sup>274</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 669.

<sup>275</sup> François Furet. “Terror”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 151.

<sup>276</sup> Ver a exposição *Jouets de l'époque de la Révolution Française* realizada no Museu de Bouges em 1989. Notícia disponível em <<http://www.ina.fr/video/CAB89009133>>. Ver também o filme *La Révolution Française*, parte II (*Les années terribles*), dirigido por Richard Heffron com a rigorosa consultoria histórica de Jean Tulard. Notar especialmente a partir de 1: 13: 05.

<sup>277</sup> Ver Dominique Godineau. “La Tricoteuse: Formation d’un mythe contre-révolutionnaire”. Em Michel Vovelle (org.). *L’image de la Révolution française*, Paris/Oxford, Pergamon Press, 1989, v. III, p. 2278-2285.

<sup>278</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 177.

<sup>279</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*, p. 377.

banalização dramática da guilhotina levou com o tempo à perda de certa qualidade catártica do espetáculo no qual ela era o centro. Como escreveu Robiquet, “*On s’est habitué à l’horrible. Après tant de représentations, la guillotine ne fait plus recette*”. Daí que “*pour agir sur les nerfs de la foule, il faut que les exécutions s’accompagnent de circonstances mélodramatiques*”<sup>280</sup>. Por exemplo, tragando “famosos” que davam espetáculo dentro do espetáculo (o general Custine chorando de mãos dadas com sua filha, Danton bradando corajosamente contra seus algozes, Du Barry urinando nas calças e urrando de medo etc.). Ou, por exemplo, em fornadas massivas, com carroças e carroças de vítimas. Daí o apelo dos vendedores de jornais que percorriam as ruas gritando os nomes daqueles que ganharam na “*loterie de la saint guillotine*”<sup>281</sup>. De qualquer forma, a partir de certo momento nem isso garantiu a eficácia simbólica do mecanismo e seu teatro, cada vez mais *déjà vu*.

Seja como for, desde que a guilhotina começou a ser usada na punição de crimes políticos, a elite revolucionária se tornou consciente do seu potencial propagandístico, erigindo-a como uma espécie altar da Revolução. Um dos signos disso, além da intensidade concreta de seu uso, é a sua fortuna iconográfica na florescente indústria de panfletos e cartazes encomendados pelas autoridades. Com a imagem do dispositivo e dizeres patrióticos contra “traidores”, esses impressos eram espalhados pelas ruas, quartéis e entre os inimigos nas fronteiras com a função de amedrontar os adversários e alardear a força da Revolução. Como no muito reproduzido desenho do gravador Jean-Baptiste Louvion, por exemplo, em que se lê: “*Le Poignard des patriotes est la hache de la loi: traîtres regardez et tremblez elle ne perdra son activité, que quand vous aurés tous perdu la vie*” (Ilustração 5). Ou como no volante distribuído entre os destacamentos do exército do norte pelo general Dufraise, que traz a figura de uma guilhotina montada sobre quatro rodas e a inscrição “*Le Peuple est las des traîtres: La terreur et la guillotine sont à l’ordre du jour*”<sup>282</sup>. A propósito, a ideia da guilhotina móvel como carro alegórico do Terror não era somente metafórica, como mostraram os revolucionários de Arles que nas festas cívicas do ano II desfilaram aparatosamente pela cidade puxando uma, entre os aplausos e urras dos assistentes<sup>283</sup>.

Embora muito disseminadas e poderosas, essas imagens que estampavam a guilhotina nua competiam com outras nas quais ela era representada em ato, por isso mesmo intensificando seu valor comunicativo. Assim como o poder simbólico da guilhotina em ação era vivificado pelo clímax teatral da exibição da cabeça da vítima, as suas representações gráficas realmente adquiriam todo seu dramatismo e teor ameaçador quando descrevendo esta cena. Com certeza, são em muito maior número e circulação as gravuras mais ou menos

---

<sup>280</sup> Jean Robiquet. *La vie cotidiene aus temps de la Révolution*. Paris, Hachette, 1938, p. 101.

<sup>281</sup> Albert Morin. *Galerie Historique de la Révolution Française*. Paris, Sociétt des Travailleurs Réunis Ed., 1849, t. II, p. 427.

<sup>282</sup> Richard Cobb. *Les armées révolutionnaires, instruments de la terreur dans les départements*. Paris, Mouton, 1961, v. II, p. 266.

<sup>283</sup> Michel Vovelle. *Imagens e imaginário na história*, p. 197.

detalhadas retratando o momento de consumação do espetáculo. Acompanhadas de textos vituperativos contra os inimigos da Revolução, algumas com grande precisão descritiva, elas davam o tom de realismo e vivacidade ao símbolo da guilhotina que faltava às representações “limpas” do mecanismo, apesar destas já serem por si só suficientemente eloquentes e aterradoras. Estampando acontecimentos concretos, indicando datas e lugares, dando nomes às pessoas e primando pelo verismo, essas “fotografias” da encenação em torno da guilhotina convergiam majoritariamente para um instante depois que ela funcionou, quando então a parte arrancada do corpo é levantada para que todos a vejam. Nesse sentido, a vista mais reproduzida, a partir de meia dúzia de versões não muito destoantes tomadas de diferentes ângulos da Praça da Concórdia, foi a da execução rei (Ilustração 6). Difundidas espontaneamente, ou nem tanto, considerando o empenho de grupos propagandistas como a já citada *Société des Amis de la Vérité* de Bonneville e Fauchet, esses relatos visuais consagraram a guilhotina no imaginário coletivo. E sua comunicação sobre a violência revolucionária.

Porém, mensagem dentro da mensagem, e por isso mesmo com ainda maior capacidade de tocar psicologicamente o público, a mais contundente e melhor expressão gráfica do poder da guilhotina como símbolo da violência extrema que viria em seguida a ser assumida talvez seja a famosa imagem da cabeça decapitada do monarca produzida pelo gravador Villeneuve, na qual significativamente não aparece o engenho (Ilustração 7). Desenhada com manifestos artificialismos (o apurado acabamento artístico, as esquemáticas gotas de sangue pingando, a desproporção entre a mão e a cabeça, o fundo branco para isolar a efígie etc.), mas também com grande realismo (o retrato verossímil de Luís XVI, o corte regular e inexorável da lâmina da guilhotina, o gesto teatral do verdugo-mor etc.), a estampa trazia o título irônico e ameaçador de “*Matiere de reflétion pour les jongleur corronnés*”, com um verso especialmente forte da *Marselhesa* como subtítulo (“*Qu’um sang impur abreuve nos sillons*”) e um texto explicativo sobre a decapitação de Luís XVI que terminava com uma citação de Robespierre sobre a liberdade e a pátria. Publicada em grande formato para a época (c. 50 x 30 cm.) e com a chancela dos emblemas da república revolucionária, ela teve uma fortuna iconográfica única, sendo fartamente reproduzida entre 1793 e 1794, com cópias melhores ou piores em diferentes dimensões. Embora sem apresentar a imagem da guilhotina e sem usar a palavra, tudo ali remetia a ela. E do modo mais óbvio, sintético e dramático possível: trazendo a cabeça cortada do rei para perto do espectador; assim como no espetáculo real. Em termos de afirmação da mensagem política e psicológica contida no símbolo da guilhotina, a gravura de Villeneuve acertou em cheio, daí seu sucesso editorial e propagandístico. Sucesso este que se prolongou com outras estampas semelhantes de seu famoso e prolífico ateliê, como a também muito repercutida e parecida gravura da cabeça fendida do Conde de Custine (Ilustração 8), o revolucionário general próximo a La Fayette e os girondinos, caído em desgraça perante os jacobinos e *cordeliers*. Outras gravuras impactantes prescindiram de representar a máquina mortal sem por isso deixar de fazer inequívoca referência a ela e ao espírito que lhe inspirou desde o Ano I. Mas nenhuma como estas duas.

A Revolução começara com cabeças cortadas sem o auxílio da nova invenção tecnológica, mas depois que esta entrou sistematicamente em ação e comprovou seu valor técnico e propagandístico, acabou tornando-se o principal símbolo da violência revolucionária. Apesar do desencadeamento do Terror como política oficial do Estado não ter se resumido ao que aconteceu no cadafalso, a guilhotina foi sua expressões mais espetacular e, precisamente por isso, mais emblemática.

### **Uma nota sobre estatísticas**

A intenção da presente discussão sobre *La Terreur* é problematizar basicamente a qualidade ideológica e formal de certa violência revolucionária e não suas quantidades. Dessa forma, os números e as estatísticas que ela envolveu não merecem aqui maior dedicação, exceto por três aspectos incontornáveis que devem ser notados antes de seguir adiante.

Primeiro, nenhuma caracterização aproximativa do Terror será minimamente satisfatória sem reconhecer as enormes dimensões materiais do fenômeno. Em um par de anos a Revolução Francesa matou mais gente do que a Inquisição em cinco séculos. Variando alguma coisa ali ou aqui, todos os estudos substantivos sobre o assunto sugerem algo em torno de 16 mil guilhotinados e cerca de 25 mil pessoas fuziladas ou de outro modo executadas sumariamente. A grandeza desta cifra deve ser acrescida de quase meio milhão de prisioneiros, muitos mortos pelas condições de insalubridade do cárcere. Estes números não incluem as vítimas da guerra civil caídas em combate, que poderiam ascender a 250 mil casos<sup>284</sup>. Nada semelhante acontecera até então. Matanças assim ocorriam em guerras, não na administração cotidiana da vida pública. Pode não ser verdade a anedota de que o célebre procurador-mor Fouquier-Tinville tenha proposto a montagem de uma guilhotina nas dependências do tribunal para poupar tempo na execução dos processos. Porém, considerando os cerca de quinze meses que ele esteve à frente da Procuradoria revolucionária e as mais de duas mil pessoas que diretamente encaminhou à morte nesse tempo, nada mais plausível. Afinal, naqueles dias havia uma verdadeira “fábrica” de assassinatos institucionais em nome da Revolução havia se estabelecido. Fabrica que não diminuiu seu ritmo de produção, é importante frisar, mesmo depois que a nobreza foi praticamente eliminada do território nacional e a guerra vencida tanto interna como externamente.

Segundo, qualquer caracterização nesse sentido não pode deixar de considerar que as dimensões quantitativas dessa violência, por seu impressionante volume, acabam por se revelar um dado qualitativo. Afinal, a determinação de empregá-la em tal escala não foi um acidente, mas parte de uma espécie de “programa” ideológico e prático. Ou, pelo menos, o

---

<sup>284</sup> Sobre estatísticas do Terror, ver o levantamento de Donald Greer. *The incidence of the Terror during the French Revolution: A statistical interpretation*. Cambridge, University of Cambridge Press, 1935. Escrevendo em 1989, Furet apresentava números semelhantes, que continuam válidos ainda hoje. François Furet. “Terror”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 152.

resultado concreto de uma política deliberada. Por isso, não surpreenderá ver mais adiante entre os primeiros usos do termo *terrorisme* a associação com “bebedores de sangue”, no sentido daqueles não se saciam com mais e mais mortes.

Terceiro, seja qual for a importância dos dados quantitativos brutos eles só revelam toda sua significação quando cruzados com outras clivagens quantitativas e qualitativas mais minuciosas. Por exemplo, incidentes em variações regionais, variações no tempo, tipos de acusação que resultaram em condenação ou recorrência social dos sentenciados, entre outros recortes que ajudam a visualizar a complexidade do fenômeno. Certamente que não é o caso de enveredar por esse problema, mas não se perde por sinalizá-lo brevemente com a apresentação de alguns gráficos que mostram diversos desníveis espaciais, temporais, jurídicos e de classe entre as vítimas. O primeiro é um mapa da França indicando a mortandade relacionada diretamente ao Terror, por região (Ilustração 9)<sup>285</sup>. O segundo é um *data frame* com a oscilação cronológica dos picos de mortes, indicando também sua incidência social (Ilustração 10), o terceiro é um esquema que mostra melhor em termos fracionais a característica de classe das vítimas (Ilustração 11), o quarto é outro esquema que apresenta a tipologia dos crimes que levaram as vítimas à condenação capital (Ilustração 12). Os três são projeções contemporâneas de alguns dados fornecidos por Donald Geer<sup>286</sup>. Esses simples diagramas são genéricos e precisam ser desdobrados em escalas mais específicas, além de sobrepostos a outras quantificações interessadas em gênero, faixa etária, religiosidade etc. Mas eles são suficientes, por sua pertinência intelectual e clareza imagética para demonstrar figuradamente o que não se pretende alongar verbalmente aqui. Ou seja, que o fenômeno do Terror, mesmo considerado apenas quantitativamente, não foi um mero somatório de cifras independente de lugares, momentos, pessoas e situações concretas.

Como foi dito acima, a intenção da presente reflexão sobre *La Terreur* não é fixar-se nesses problemas, por mais que eles sejam eloquentes em si mesmos e que lidos em chave adequada possam revelar realidades que transcendem sua frieza natural. Assim, chegando nesse ponto de encaminhamento da discussão das práticas concretas que ensejaram o Terror na “ordem do dia”, deve-se perguntar agora sobre o que o Terror significou em termos de representação ideológica. Mais precisamente, em termos de doutrina.

---

<sup>285</sup> Emile Courché. *Atlas historique-geographique de la Révolution Française*. Paris, Trianon, 1998, p. 41.

<sup>286</sup> Bernadette Stone. “Donald Greer and his statistical interpretation of Terror in images”. Em Paul Bernstein. *Views of French Revolution*. Bloomington, T&T, 2008, p. 56-59.

## Capítulo IV

### O jacobinismo como paradigma ideológico do Terror

#### Os clubes revolucionários

O advento da política do Terror por parte da Revolução foi uma construção coletiva complexa e devida a muitos atores, mas sua manutenção, intensificação e “teorização” foi obra de um grupo muito mais específico. A determinação histórica desse grupo não é uma tarefa fácil, pois ela implica em delicados meandros empíricos e conceituais. Mas tudo aponta um paradigma ideológico encarnado no jacobinismo do Ano II. Antes, no entanto, de chegar aos jacobinos propriamente ditos e à sua violência arquetípica, é preciso fazer certo recuo e retomar o processo de constituição da elite revolucionária, nem sempre exatamente jacobina, desde o início da Revolução, começando por uma rápida caracterização dos clubes políticos que fomentaram o uso da força tão logo ela eclodiu pela primeira vez.

Embora a ideia de uma revolução na França já estivesse fortemente disseminada em alguns círculos intelectuais desde a independência das 13 Colônias, somente quando os Estados Gerais foram instalados é que começaram a surgir grupos políticos organizados com a finalidade de implementá-la<sup>287</sup>. Foi no ambiente e na práxis desses coletivos que prosperou doutrinariamente a ideia da violência como método político revolucionário. Nesse sentido, a matriz de toda uma linhagem ideológica que leva ao 5 de setembro de 1793, e ao jacobinismo pleno, foi o Clube Bretão reunido em torno dos deputados Le Chapelier, Defermon, Lanjuinais e outros vindos de Nantes e Rennes para assumir suas cadeiras nos Estados Gerais. Por uma peculiaridade conjuntural, a Bretanha fora a única grande região que não enviara representantes do primeiro e do segundo estamento ao conclave, apresentando por isso uma atípica coerência ideológica entre as bancadas regionais. Decisiva no episódio da sala do *jeu de paume* em 20 de junho de 1789, a representação bretã mostrou-se a mais organizada e inquieta nos trabalhos da nova Assembleia estabelecida em Versalhes. Essa esquerda “*violenta en sus mociones, siempre dispuesta a aceptar las mociones arriesgadas, vivía en estado febril, decidida, desde el primer año, a trastocarlo todo, persuadida de que todo lo reconstruiría, entre ilusiones e pasiones*”<sup>288</sup>. Atuando como pequeno círculo informal de articulação e pressão política, aos poucos o Clube Bretão foi agregando adesões de importantes personalidades, inclusive de outras partes do país, acabando por transcender seu provincianismo original e influenciar decisivamente nos destinos revolucionários da vida parlamentar.

Apesar da nobreza não ter oposto uma recusa global e definitiva às reivindicações do Terceiro Estado erigido em Assembleia, as suas renúncias e demonstrações nunca eram

---

<sup>287</sup> Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, EDUSC, 2000, p. 36-38.

<sup>288</sup> Louis Madelin. *Los hombres de la Revolución Francesa*. Buenos Aires, Vergara, 2004, p. 116.

satisfatórias para essa esquerda movida por um radical discurso de igualdade<sup>289</sup>. Com sua crescente importância, esta incipiente organização de entusiastas da Revolução, basicamente republicanos e ateus altamente influenciados por Plutarco e Rousseau, transformou-se numa ampla coligação de esquerda parlamentar e extra parlamentar depois da jornada das *poissardes* entre 5 e 6 de outubro de 1789. Sua formalização, entretanto, só ocorreu no final de abril de 1790 quando – desejosos de ver maior participação popular na política e inconformados com a possibilidade da Assembleia determinar a redução do número das Seções de Paris – eles criaram a *Société des Amis de la Constitution* para melhor defender e impulsionar a causa. Centenas de deputados deram suporte à iniciativa. A sede da entidade foi instalada no complexo arquitetônico dos dominicanos na Rua Saint-Jacques, ou “Jacobus” em latim vulgar, de onde se originou o nome popular “jacobino”. Só depois da proclamação da república ela foi renomeada oficialmente “Sociedade Jacobina Amigos da Liberdade”. Apesar de cobrar uma mensalidade relativamente baixa dos associados, esta era suficiente para impedir a participação dos trabalhadores mais pobres. Vetava-se também a participação de mulheres. Dois anos depois relaxaram-se notavelmente os critérios de seleção social, mas não o veto à presença feminina. De qualquer forma, a nova agremiação incentivava a organização desses setores e os convidava a participar de suas ações, vindo quase sempre a endossar formalmente as petições das Seções mais miseráveis de Paris. Restrita inicialmente a deputados e simpatizantes na capital, em poucas semanas a Sociedade dos Amigos da Constituição estabeleceu filiais em dezenas de grandes e médias cidades, fenômeno que se reproduziu nos meses seguintes em centenas de municípios menores. Um ano e quatro meses depois de sua formalização o Clube sofreria uma importante clivagem ideológica, no sentido de sua radicalização, com a cisão dos *feuillants*. E mais adiante com o advento dos girondinos.

Na mesma primavera de 1790 foram fundados ainda vários outros clubes com maior ou menor fortuna histórica e mais ou menos ênfase na violência revolucionária. Como eles não supunham exclusividade, seus sócios podiam sobrepor filiações. Assim Bailly, Mirabeau, La Fayette e outros membros mais moderados dos jacobinos fundaram também, ao lado de não jacobinos como Condorcet e Talleyrand, a *Société Patriotique* de 1789 (ou simplesmente *Club de 1789*). Dedicada festivamente a manter a chama do 14 de Julho, ela foi inaugurada com um grande banquete aberto ao povo no Palais-Royal e discursos proclamando a eternidade da defesa da Revolução, mas não foi uma organização popular e nem resistiu muito ao tempo. Ao contrário, outras sociedades semelhantes que começaram mais discretamente sobreviveram e prosperaram, como a *Société Patriotique du Luxembourg* de Jean-Nicolas Pacha, Gaspar Monge e François Pairault que se incrustou na administração do Estado Revolucionário a partir do Ano I. Ou a *Société des Amis de la Vérité* (ou *Cercle Social*) criada por Nicolas de Bonneville e Claude Fauchet como um misto de clube político, salão literário e fraternidade maçônica. Entre seus principais apoiadores iniciais estavam Desmoulins e Barère, também jacobinos históricos. Seus objetivos eram propagar a Revolução internacionalmente por meio de publicações, instruir politicamente os cidadãos e

---

<sup>289</sup> Guy Chaussinand-Nogaret. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989, p. 41.

denunciar contrarrevolucionários através do jornal *Bouche de Fer*. A influência cultural desse círculo foi tremenda. Externamente, a Sociedade fez publicar inúmeros textos e gravuras, especialmente nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Suíça e na Holanda, empenhando-se em fazer chegar o mais longe possível a narrativa revolucionária. Em termos de trabalho ideológico interno pode-se ter ideia de sua importância lembrando-se o imenso público das conferências semanais de Fauchet durante três anos no circo do Palais-Royal e o fato de que o *Bouche de Fer* foi um dos principais veículos da imprensa a estimular o clima de perseguição e violência contra suspeitos que deviam ser sumária e exemplarmente punidos.

No plano da ação política institucional, entretanto, mais marcante do que estas e outras agremiações revolucionárias formadas naquela época, foi a *Société des Amis des Droits de l'Homme et du Citoyen* que de modo único compartiu e competiu com os Amigos da Constituição em influência ideológica no sentido de estimular uma verdadeira doutrina de violência política<sup>290</sup>. Também herdeira de Plutarco e Rousseau, republicana e anticlerical, ela diferenciava-se do jacobinismo, pelo menos no início, basicamente por admitir maior participação popular, inclusive de mulheres, e apresentar um discurso de violência mais pronunciado. Depois outras diferenças se impuseram. Instalada no antigo claustro franciscano dos *Cordeliers*, igualmente confiscado pela Assembleia, e cobrando uma taxa muito mais baixa que o Clube Jacobino, algo em torno do preço de um quilo de pão, ela agregava setores sociais mais pobres e mostrava-se muito mais exaltada (ou coerentemente exaltada) que os jacobinos da primeira geração (muito mais diversificados). Os *cordeliers* foram os primeiros que depois da captura do rei em Varennes pediram sua destituição e, em seguida, morte. Foram eles, principalmente, que organizaram a desafiadora manifestação no Campo de Marte em 17 de julho de 1791, que rejeitaram a primeira constituição, que deram início à insurreição de 10 de agosto de 1792, que pediram o Terror antes e especialmente depois do assassinato de Marat, que batalharam pela degola dos girondinos. Como os jacobinos, mas não numa rede tão organizada, várias filiais foram criadas pelo país tão logo da primeira iniciativa em Paris. Danton e Hébert, que tiveram fugaz passagem pelo Clube Jacobino foram os grandes líderes dessa rede de simpatizantes, embora por lá pontificassem também Marat e Desmoulins, que frequentavam também as sessões no mosteiro dos dominicanos na Rua Sain-Jacques. Em meados de 1793, quando a esquerda revolucionária fraturou-se mortalmente, os *cordeliers* dividiram-se entre os “indulgentes” ligados a Danton, que pediam alguma moderação e institucionalização da violência, e os “exagerados” liderados por Hébert, que exigiam mais e mais radicalidade, indiferentes a qualquer tipo de formalismo.

Nunca é demais lembrar que os “*exagérés*” não devem ser confundidos com os pouco organizados “*enragés*” chefiados, se assim se pode dizer, pelo ex-padre Jacques Roux. Encontram-se aqui Leclerc, Varlet, Lacombe etc. Esses “raivosos” (com a acepção de “loucos”), como lhes chamou originariamente Brissot em seu jornal *Le Patriote François*, foram precursores de certo anarquismo e comunismo primitivo que mesclava algo de

---

<sup>290</sup> Denis Richet. “Hebertistas”. Em François furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 379.

Thomas Munzer e dos *true levellers* com Rousseau<sup>291</sup>. Combatidos igualmente por jacobinos e *cordeliers*, eles não eram exatamente um clube e nem dispunham de grande representação eleitoral, mantendo-se à margem do poder parlamentar. Mas sua influência nas assembleias de bairros e no poder comunal de Paris era significativa, às vezes rivalizando com a dos clubes políticos propriamente ditos, o que remete diretamente ao papel dos *sectionnaires* e dos *sans-culottes* na construção da violência revolucionária e do Terror.

### **Os *sectionnaires* e os *sans-culottes***

Enquanto os clubes e as sociedades patrióticas representavam as organizações revolucionárias mais elitizadas e intelectualizadas, as Seções representavam sua expressão mais popular e democrática. Elas correspondiam a divisões territoriais, administrativas e eleitorais da cidade de Paris (referentes a bairros inteiros ou apenas algumas ruas próximas), com sede própria e poderes locais. Criadas oficialmente em junho de 1790, por decreto da Assembleia Constituinte com a finalidade de reordenar os antigos distritos da capital e reforçar a soberania dos cidadãos, na verdade já existiam desde a Bastilha e da instauração da primeira Comuna revolucionária, quando Flesselles foi degolado e substituído no dia seguinte por Bailly. Naquele episódio a velha estrutura repressiva e administrativa do Antigo Regime veio totalmente a baixo, sendo completamente desestruturada em questão de poucas semanas, fenômeno que se espalhou pela França. Desde então estabeleceu-se um novo exército (a Guarda Nacional) e cada municipalidade, ou nova Comuna, passou a exercer um poder quase absoluto em seu perímetro, efetivando na prática uma federação<sup>292</sup>. Dentro disso, desenvolveu-se, pois, um sistema descentralizado de poder no qual assembleias de bairros elegiam por aclamação conselhos com poder de estabelecer juizados locais e indicar agentes armados da lei na forma de milicianos.

As *Sections* contavam inicialmente com um comitê civil e outro militar (um terceiro comitê revolucionário será adicionado com a lei de 21 de março de 1793). Em tese, esses comitês tinham como missão traduzir e implementar localmente as decisões tomadas pelos chefes da Comuna e do parlamento, mas eles acabaram se mostrando uma rede de poder independente que não raro era incontrolável. Seções como a Quinze-Vingts, Popincourt, Poissonière, Saint-Denis, Temple, Montreuil, Saint-Marcel e algumas outras eram praticamente autônomas. Em constante estado de mobilização, quase sempre com as portas abertas, muitas vezes noites a dentro, as sedes das Seções eram o grande viveiro e meio de promoção social dos revolucionários mais pobres e anônimos, assim como dos mais militantes e aguerridos<sup>293</sup>. Quem indicava o comitê militar (e também os juízes) era um

---

<sup>291</sup> Denis Richet. “Enragés”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 354-355.

<sup>292</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1989 (1951), p. 129.

<sup>293</sup> Ver Patrice Gueniffey. “Comuna de Paris”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 511-514.

comitê civil eleito localmente, a princípio sem função política, limitando-se ao arbítrio de questões prosaicas da vida cotidiana. Porém, à medida que a dinâmica da Revolução se intensificou, os comissários passaram a deliberar cada vez mais sobre questões políticas e militares, funcionando como verdadeiras tropas de choque insurrecionais. Em cada uma das 48 Seções de Paris havia um destacamento armado, pago pela Comuna, de aproximadamente 120 homens que impunham a lei em seus bairros. Mas essa força podia ser bem maior, conforme a disposição da Seção em pagar mais gente. Ou arregimentar quem colaborasse de graça. Teoricamente, essa força municipal tinha um comandante-em-chefe designado pela Comuna, mas isso nem sempre era respeitado pelos dirigentes locais. Facilmente eles podiam mobilizar algumas centenas de “durões” – os assustadores “*hommes à moustache*” e “*brigands*” – para promover tumultos, e intimidar adversários, a contrapelo dos interesses das autoridades centrais<sup>294</sup>. Especialmente depois que foi abolida a clivagem de renda para participar desses comitês militares, cada vez mais eles passaram a incorporar homens das camadas mais baixas da sociedade, de preferência truculentos e musculosos, inclusive nas funções de liderança. Sua chefia era exercida por um comandante, um sub-comandante e um ajudante-mor indicados pelos comitês civis ou mesmo eleitos diretamente. Também não era incomum que os postos de chefia civil e militar se confundissem numa mesma pessoa.

A função desses comitês sempre foi ambígua, misturando questões propriamente policiais (patrulhamento de ruas, contenção da criminalidade, execução de mandados judiciais, manutenção da ordem etc.) com questões tipicamente políticas (espionagem e denunciamento da vida privada, prisões e assassinatos extra-judiciais de inimigos da Revolução, ações de intimidação violenta do parlamento etc.). Eles também foram muito ambivalentes em sua localização no aparato repressivo da Revolução, ora mostrando-se como força legal bem integrada no aparato estatal (conformando-se aos decretos das autoridades maiores e submetendo-se ao exército revolucionário), ora rebelando-se contra ele e atuando como tropa independente (por exemplo, ao participar de invasões violentas do Parlamento, se não mesmo organizá-las). Do mesmo modo, o desempenho desses comitês foi irregular ao longo dos anos revolucionários e da geografia da cidade. Seja pelos altos e baixos da evolução das lutas políticas que afetavam a todos ou pelas características espaciais e demográficas que caracterizavam cada uma das Seções, algumas delas foram mais revolucionárias ou agitadas que outras, contribuindo desigualmente para a formação das companhias da Comuna. As ruas da margem direita do Sena viveram a Revolução muito mais intensamente do que as ruas da margem esquerda, graduando-se ainda mais conforme se avança em ambas direções para a periferia da capital. Vale lembrar que, a despeito do ambiente de vigilância sobre as demonstrações externas de adesão à Revolução, na verdade menos de 10% da população adulta masculina de Paris atendia regularmente às assembleias gerais das Seções<sup>295</sup>. Mesmo nas reuniões mais importantes nas quais se decidiam temas capitais como a indicação de juízes e estabelecimento de comitês militares, ou nos

---

<sup>294</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1989, p. 764, 829-830 etc.

<sup>295</sup> Patrice Higonnet. “Sans-culottes”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 411 e ss.

momentos de crise mais intensa, as sedes das Seções não reuniam muito mais do que uma centena e tanto de homens e mulheres pelas adjacências do recinto. Pode-se imaginar o número menor ainda de pessoas acompanhava suas atividades diárias. Seja como for, esse era o ambiente próprio dos *sans-culottes*, excetuando a rua, é claro.

O termo *sans-culottes* havia surgido pouco tempo antes da Revolução e referia-se originalmente aos homens parisienses pobres que vestiam calça comprida em lugar da respectiva peça de vestuário, própria das classes abastadas. Embora por razões formais óbvias a palavra fosse usada exclusivamente no masculino, ela remetia também ao universo das *poissardes*, das *tricoteuses* e das mulheres do povo em geral. Transformando necessidade em signo de afirmação, os trabalhadores orgulhavam-se de suas calças simples, com tecidos grosseiros, geralmente raiadas de vermelho ou azul sobre fundo branco. E também de suas *carmagnoles* (espécie de jaqueta ou casaco curto) e *sabots* (tamancos de madeira), engendrando em torno disso todo um movimento de moda e comportamento com grandes reflexos na arte popular e no linguajar da época. Desde que os *sans-culottes* tomaram as ruas de Paris com seu discurso igualitarista e justiceiro, esses novos costumes vieram acompanhados também de uma correspondente cultura da violência. Aliás, expressa em outras peças características de sua indumentária, como as armas brancas (piques, facas, espadas) que costumavam portar quando queriam demonstrar seu poder. Ardorosos defensores da Revolução, seu figurino típico não estava completo sem a *cocarde* tricolor, emblema de engajamento político e autoridade, geralmente disposta num chapéu surrado ou na lapela de uma *carmagnole* puída.

A composição social e ideológica do movimento vem sendo intensamente discutida desde que Soboul publicou em 1958 o clássico *Les sans-culottes parisiens en l'an II*<sup>296</sup>. Não é meu interesse entrar nessa polêmica sociológica, bastando aqui considerar que as teses marxistas de Soboul relativas a uma categoria dura, quase no sentido de uma classe social em si, não podem mais ser aceitas hoje. Já num artigo em 1963, Furet chamava a atenção para o fato de que entre artesãos, pequenos comerciantes, peões, biscateiros, desocupados, pobres em geral, revolucionários profissionais e outras figuras que constituíam o movimento não poderia haver propriamente um sentimento de classe, mas algo mais complexo<sup>297</sup>. E Richard Andrews proferiu uma espécie de sentença de morte no esquema de Soboul ao explorar não só a diversidade profissional dentro do *sansculotisme*, mas especialmente a importância da participação feminina, e de suas profissões específicas, como um de seus elementos caracterizadores, aspecto praticamente ignorado pelo mestre marxista<sup>298</sup>. Certamente que Soboul realizou o primeiro estudo sistemático da participação das massas urbanas nos caminhos da Revolução e seu levantamento sociológico e cultural dos *sans-*

---

<sup>296</sup> Albert Soboul. *Les sans-culottes parisiens en l'an II: Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire*. Paris, Craveuil, 1958.

<sup>297</sup> François Furet. "Les sans-culottes et la Révolution Française". Em *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 1963, v. XVIII, n. 6, p. 1098-1127.

<sup>298</sup> Richard Andrews. "A critical evaluation of Albert Soboul's". Em *Journal of Social History*. Oxford, Oxford University Press, 1985, v. XIX, n. 1, p. 71-112.

*culottes* ainda apresenta um panorama não superado. Mas muito falta por definir. Qual a sua real quantidade e distribuição pela geografia urbana? Qual sua precisa recorrência profissional e grau de alfabetização? Quais as fronteiras ideológicas e práticas que explicam suas diversas facções? Como dimensionar o fenômeno do “falso *sans-culotte*” daquele “verdadeiro”?<sup>299</sup>. Visto com lupa, o *sansculotisme* é um fenômeno muito menos fácil de ser conceituado do que parece à distância ou percebido em bloco frente a seus inimigos<sup>300</sup>.

Contudo, o movimento real que ele evoca não é uma abstração dentro da Revolução, pelo menos a partir de 1791. Com todas as suas contradições ou pontos cegos, ele foi um dos principais motores da Revolução, erigindo em torno de suas práticas e representações um verdadeiro ícone da violência revolucionária. Desde o início os *sans-culottes* eram a própria Revolução. E sua violência. Mas isso só se configurou plenamente com o alistamento em massa, no qual seus valores e comportamentos foram elevados aos píncaros e difundidos como ideologia do Estado. Tome-se apenas um exemplo disso. No primeiro semestre de 1793, o Ministério da Guerra bancou tiragens de mais de um milhão de exemplares do *Père Duchesne* para distribuição entre os soldados<sup>301</sup>. O jornal de Hébert era a principal voz do movimento e invariavelmente clamava pela necessidade de mais e mais guilhotina. Como escreveu o convencional e representante em missão Pierre Paganel em suas memórias, “*au seul nom du Père Duchesne, les deux tiers de la France étaient glacés de terre*”<sup>302</sup>. Havia nisso um evidente exagero, mas não exatamente uma mentira. Considerando também as volumosas edições patrocinadas e distribuídas pelo Estado de outros jornais igualmente sanguinários e identificadas com os *sans-culottes*, muitos milhares de franceses gelavam de medo do que vinha escrito em suas páginas.

Um conhecido panfleto anônimo, publicado provavelmente por Hébert, definiu o *sans-culotte* dizendo que

*“C'est un être qui va toujours à pied, qui n'a pas de millions comme vous voudriez tous en avoir, point de châteaux, point de valets pour le servir, et qui loge tout simplement avec sa femme et ses enfants, s'il en a, au quatrième ou au cinquième étage. Il est utile, il sait labourer un champ, forger, scier, limer, couvrir un toit, faire des souliers et verser jusqu'à la dernière goutte de son sang pour le salut de la République. Comme il travaille, on est sûr de ne rencontrer sa figure ni au café ni dans les tripots où l'on conspire, ni au théâtre. Le soir, il se présente à sa section, non pas poudré, musqué, botté, dans l'espoir d'être remarqué de toutes les citoyennes des*

---

<sup>299</sup> Desde o 14 de Julho e da marcha das *poissardes* em 5 de outubro, vestir-se como *sans-culotte*, falar como *sans-culotte* e passar-se por um tornou-se uma verdadeira moda em certa elite revolucionária que não provinha dos mesmos meios sociais dos verdadeiros *sans-culottes*. Santerre, Roux e Théroigne de Méricourt são alguns exemplos mais consequentes disso, havendo todo um anedotário sobre o assunto.

<sup>300</sup> Ver François Furet. “Les sans-culottes et la Révolution Française”, p. 1098.

<sup>301</sup> Jean-Paul Bertaud. *La Révolution Armée: Les soldats-cityens et la Révolution Française*. Paris, Robert Lafont, 1979, p. 146.

<sup>302</sup> Pierre Paganel. *Essai historique et critique sur la Révolution Française*. Paris, Panckouke, 1810, t. II, p. 259.

*tribunes, mais pour appuyer de toute sa force les bonnes motions. Au reste, un sans-culotte a toujours son sabre pour fendre les oreilles à tous les malveillants*”<sup>303</sup>.

Essa visão que eles tinham de si mesmos é confirmada de maneira mais doutrinal no igualmente anônimo e muito difundido *Alphabet des sans-culottes ou Premiers éléments d'éducation républicaine*<sup>304</sup>, escrito depois do racha entre jacobinos e girondinos, que por meio de perguntas dirigidas e respostas “corretas” instruía sobre como ser um legítimo *sans-culotte*. Nesses e outros escritos eles se jactavam de serem os mais radicais entre os radicais da Revolução, conscientes tanto de seu poder moral (o direito do injustiçado e a virtude revolucionária) como material (a massa da população e a decisão de impor-se violentamente). O que era verdade, até o Termidor.

Seja como for, voluntariosa e instável, insegura e arrogante ao mesmo tempo, às vezes autêntica em suas manifestações, mas não raro instrumentalizada, maior aqui ou menor ali, a multidão dos *sans-culottes* protagonizou a escalada violenta que levou ao Terror.

### **A cizânia entre as elites revolucionárias**

Passado o entusiasmo inicial com a Revolução e na medida em que ela se mostrava cada vez mais complexa, as pessoas e os grupos revolucionários que a fizeram não demoraram a fragmentar-se numa terrível luta fratricida.

É difícil determinar o ponto exato em que as tarefas concretas de administração, o surgimento de desafios inesperados, as ameaças externas, as disputas dos egos, as diferenças ideológicas e outros elementos trincaram definitivamente a unidade revolucionária observada no começo da Assembleia. Talvez ele se situe estruturalmente muito antes do que quando se mostra totalmente explícita. Mas se há que identificar esse momento desambiguado, certamente ele se situa entre o incidente de Vincennes em fevereiro de 1791 (a tentativa de uma segunda Bastilha, que levou ao primeiro enfrentamento sangrento entre a esquerda e extrema esquerda) e o acontecimento do Campo de Marte em 17 de julho (quando essa tendência de choque mortal entre os revolucionários se confirmou em maior escala e definitivamente por conta da discussão sobre o destino a ser dado ao rei após sua tentativa de fuga). Nesse segundo episódio, entretanto, o conflito ganhou um componente de qualidade ao desdobrar-se num racha político e organizativo inédito. Efetivamente, no dia seguinte à fuzilaria do Campo de Marte, La Fayette, Barnave, Lameth e outros

---

<sup>303</sup> Anônimo. *Réponse à l'impertinente question, mais qu'est-ce qu'un sans-culotte?*. Paris, edição de 23 de abril de 1793. Em Albert Soboul e Walter Markov, *Die Sansculotten von Paris: Dokumente zur Geschichte der Volksbewegung*. Berlim, Akademie-Verlag, 1957, p. 2.

<sup>304</sup> Anônimo. *Alphabet des Sans-Culottes, ou premiers elements de l'education républicain*. Paris, Gallet Ed., 1793, 16 p. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k490150/f3.item.r=alphabet%20des%20sans-culottes.zoom>>.

frequentadores históricos do Clube Jacobino que a promoveram ou apoiaram, romperam formalmente com a agremiação e se instalaram no convento beneditino dos *Feuillants* (vinculados à regra de Císter), quase ao lado da sede dos jacobinos na Rua Saint-Jacques.

Em geral vindos das classes altas, esses agora ex-jacobinos pregavam uma monarquia constitucional, opunham-se à destituição de Luis XVI e defendiam sua inviolabilidade. Todos haviam apoiado a violência revolucionária desde a Bastilha e muitos tinham suas próprias mãos manchadas de sangue. Por um momento eles tentaram levar consigo a marca oficial do jacobinismo, mas não tiveram sucesso. Apesar da maioria dos deputados jacobinos os terem seguido, Robespierre e seu grupo de confiança souberam manobrar eficazmente para conservar a sede, os arquivos, a biblioteca e o nome da antiga *Société des Amis de la Constitution*, assim como o controle das entidades filiadas pelo resto do país<sup>305</sup>. Além disso, as propostas e a capacidade de mobilização dos *feuillants* não prosperaram e o novo clube não sobreviveu à deserção de La Fayette e de Lameth em agosto de 1792. Mais adiante, “*feuillantisme*” seria uma das acusações mais duras ouvidas durante *La Terreur*.

No inverno de 1791 novo racha acometeu o Clube Jacobino, desta vez muito mais sério. Seus protagonistas foram chamados de “*brissotins*”, isto é, aliados de Jacques-Pierre Brissot, ou “*girondins*”, de seu grupo político originado em Bordeaux, na Gironda, no qual estavam Gensoné, Guadet, Lanjuinais e Vergniaud, entre outros sócios jacobinos de primeira hora. Com eles passaram a sentar-se Condorcet, Pétion, Louvet e outros que sempre se mantiveram distantes do Clube Jacobino. Esse grupo parlamentar era engrossado por outros círculos de influência, como o do salão mantido por Marie Jeanne Philpon e seu marido Roland de La Platière, daí o termo “*rolandistes*” pelo qual também era conhecido. Ao contrário da cisão que levou aos *feuillants*, a “Gironda” não tentou se institucionalizar como clube, funcionando apenas como uma rede pouco organizada de simpatizantes informais. Aliás, em grande número, espalhados por diversas regiões do país. Suas diferenças com os outros jacobinos decorriam de várias razões: o modo ambíguo com que lidavam com a monarquia (daí a acusação de “orleanistas”), os interesses econômicos mais elitistas, uma visão mais descentralizada da ação política e, sobretudo, ou originariamente, a ênfase dada na urgência de declarar guerra à Áustria. Porém, o que levou essa parte da esquerda a se separar não é importante aqui. Mais significativo, para efeito do argumento que se segue, é uma identidade que tanto uns quanto outros mantinham. Pois, se há um ponto em que girondinos, brissotistas e rolandistas em nada diferiam dos demais jacobinos que permaneceram no controle do Clube é justamente a concordância em que a Revolução deveria ser brutalmente implacável. Ao contrário dos *feuillants*, para eles a Revolução não acabara ainda, embora devesse ser estabilizada, sem prejuízo da violência como método.

Já no começo dos trabalhos da Assembleia Constituinte, a pulsão oratória daqueles jacobinos que mais tarde seriam identificados como girondinos prezava por uma “orgia” de frases bombásticas exaltando soluções sangrentas. Como antes a verve vituperativa do Clube Bretão estimulou a violência que se viu no segundo semestre de 1789, as ideias e o palavreado dos brissotistas e rolandistas foi fundamental para a criação do ambiente mental

---

<sup>305</sup> Jean Matrat. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 118-119.

que propiciou o Terror<sup>306</sup>. Desde o verão de 1789, Brissot vinha não só justificando os surtos truculentos e ilegais da multidão como advogando pela necessidade de mais atos violentos para fazer a Revolução andar. Como a maioria dos jacobinos, ele lamentava os fatos, mas argumentando que “o recurso à violência é legítimo para consolidar um poder ameaçado”, desde o começo ele deu corda à ideia de se fazer a Revolução com atos de força. Mais de uma vez ele justificou e pediu a intensificação da violência revolucionária por parte da massa e do Estado no seu *Patriote Français*. Clamando por repressão exemplar contra os inimigos do povo, ele foi um dos primeiros a dispensar o rigor das evidências para condenar alguém. “*Provas? Para quê provas? As conspirações não se escrevem!*”, teria dito no final de 1791 para justificar o julgamento sumário de acusados por complô contra a Revolução. Discute-se se esta frase não teria sido proferida na verdade por Gensonné<sup>307</sup>. O que não muda muito o sentido do exemplo, já que continuaríamos dentro do campo girondino. Gensonné, afinal, era antigo jacobino, que junto a Vergniaud foi um dos articuladores principais do decreto da “Pátria em Perigo” e das medidas arbitrárias daí decorrentes. Seja como for, não há dúvida de que Brissot disse, entre outras tiradas aspirando violência, “*Nós não podemos estar tranquilos a não ser quando toda a Europa estiver em chamas*”<sup>308</sup>. Como Madame Roland, outra “girondina” típica, que se lamentou da queda da Bastilha não ter gerado mais cabeças cortadas e disse que talvez fossem necessárias “vítimas puras” para o “reinado da justiça”<sup>309</sup>, reclamando em outra ocasião que “*Il faut sang pour cimenter la révolution*”<sup>310</sup>. Ela, que propôs pioneiramente a criação de um partido político propriamente moderno para levar a Revolução e o Terror à frente<sup>311</sup>. Quantas e quantas vezes Fauchet, o “apóstolo da igreja revolucionária”, não pontificou em seus cursos no circo do Palais-Royal sobre as virtudes da violência revolucionária. E assim os girondinos em geral, até as vésperas de eles mesmos serem tragados pelo Terror ajudaram a criar.

O que diferenciava fundamentalmente esses “jacobinos girondinos” dos “jacobinos robespierrianos” quanto à violência revolucionária e o Terror era basicamente o fato de que no primeiro caso essas sugestões se apresentassem de modo tosco, senão mesmo inconsequente ou leviano, enquanto no segundo elas assumissem uma formulação muito mais sistemática. Como mostrou Marcel Dorigny, nenhum dos *girondins*, *brissotins* e *rolandistes* apresentou algum modelo de violência revolucionária ou deu ao assunto maiores

---

<sup>306</sup> Louis Madelin. *Los hombres de la Revolución Francesa*. Buenos Aires, Vergara, 2004, p. 167.

<sup>307</sup> *Apud* Manuel Alves. *Textos girondinos*. Lisboa, Quadrante, 1989, p. 111.

<sup>308</sup> *Apud* Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1989 (1951), p. 253.

<sup>309</sup> *Apud* Manuel Alves. *Textos girondinos*, p. 52.

<sup>310</sup> *Apud* Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1989, p. 859.

<sup>311</sup> Louis Madelin. *Los hombres de la Revolución Francesa*, p. 141.

desdobramentos políticos ou filosóficos como fizeram os jacobinos do Ano II liderados por Robespierre<sup>312</sup>.

Em março de 1792, o já quase inerte Luis XVI aliou-se com os “girondinos” e formou um novo gabinete “jacobino”. Não demorou para que em abril a guerra com a Áustria fosse declarada como eles queriam, embora por razões diferentes, como foi visto acima. Enquanto o rei pensava ser salvo por exércitos estrangeiros, os “jacobinos girondinos” pensavam expandir territorialmente e consolidar internamente a Revolução, aproveitando-se para se desembaraçar dos inimigos mais à esquerda. Mas não foi assim que aconteceu. A fulminante e especialíssima eleição para a Convenção instalada em 20 de setembro eliminara quase completamente a direita tradicional, ou seja, os representantes das forças realistas, aristocráticas ou católicas da antiga Assembleia, que se sentavam no lado oposto do plenário em relação aos deputados entusiastas das medidas radicais de ruptura com o Antigo Regime. Abertos os trabalhos da nova legislatura, o lugar físico ocupado por aquela velha direita na arquibancada do parlamento foi assumido por uma centena e meia de deputados identificados com a Gironda. Na esquerda do plenário continuavam a se encontrar os deputados mais exaltados e próximos do povo, quase o dobro dos girondinos, especialmente nos assentos do alto, onde se encontrava a “Montanha”, isto é, os membros mais radicais dos jacobinos e dos *cordelliers*. Entre uns e outros estava o “Pântano”, ou “Planície”, uns quatrocentos parlamentares identificados com o centro, que oscilaram de lá para cá até o Termidor. Nesse cenário, as questões que opunham esquerda e direita não se referiam mais ao Antigo Regime, mas a que ritmo devia andar a Revolução. De um lado estavam aqueles que a consideravam basicamente concluída desde o momento em que a França se constituiu em república, faltando apenas garantir o que já fora conquistado. Do outro lado estavam aqueles que queriam o aprofundamento das medidas transformadoras, abolindo ainda mais costumes sociais e culturais, reinventando mesmo a própria alma das pessoas. Ambos coincidiam, entretanto, que o que pretendiam devia ser conseguido a ferro e fogo. Ou melhor, com o Terror; ainda que inicialmente mal definido por uns e outros. Daí parte da influência dos dois grupos sobre a grande maioria dos convencionais frequentadores do *Marais*. Dezenas deles, talvez mais de uma centena, simplesmente desertaram e se esconderam ao longo dos trabalhos da Convenção com medo da Gironda e da Montanha.

O conflito político entre os dois blocos, que se tornara mais agudo depois da execução do rei em janeiro de 1793, tomou nova direção quando em 13 de março Vergniaud subiu na tribuna da Convenção e fez um discurso contundente contra o “vandalismo” da jornada do dia 10 daquele mês, chamando os ativistas das Seções de “vagabundos”, “ignorantes”, “homens corrompidos por causas ruins, encantados com o som das próprias vozes”, que embriagados pela impunidade da anarquia acabavam por estimular a contrarrevolução<sup>313</sup>. Ele deu alguns nomes desses homens, como o de certo Desfieux,

---

<sup>312</sup> Marcel Dorigny. “Violence et Revolution: Les girondins et les massacres de septembre”. Em Albert Soboul (org.), *Actes du Colloque Girondins et Montagnards*. Paris, Société de Études Robespierristes, 2012 (1980), p. 118-119.

<sup>313</sup> *Archives Parlementaires*. Tomo LX, sessão do dia 13 de março de 1793, p. 162-163. Disponível em <[http://frda.stanford.edu/fr/catalog/sh669sk9602\\_00\\_0167](http://frda.stanford.edu/fr/catalog/sh669sk9602_00_0167)>.

conhecido em Bordeaux por todo tipo de escroqueria e estelionato, recentemente transferido a Paris. E deixou implícito, de maneira insinuante, outros nomes de convencionais cúmplices. Usando a clássica imagem de Saturno devorando seus filhos para descrever a suposta situação na qual a Revolução se encontrava, ele parece ter sido o primeiro a reclamar a eliminação física de ex-companheiros de viagem revolucionária. Seu pronunciamento foi vivamente interrompido por irados protestos montanheses, configurando-se como uma verdadeira declaração de guerra entre as esquerdas<sup>314</sup>. Nesse sentido, é preciso lembrar que foram os girondinos que propuseram à Convenção, no clima de pânico gerado pela bombástica notícia da traição de Dumouriez em 5 de abril de 1793, revogar a imunidade dos deputados e decretar a prisão de alguns deles. Acusados pelos jacobinos e em especial por Marat de amigos de Dumouriez, tornando-se suspeitos de traição, eles responderam com uma “defesa pelo ataque”, propondo mais medidas de exceção para demonstrar sua fidelidade à Revolução, e num passo posterior acusando nas semanas seguintes o próprio Marat, que havia recentemente assumido a presidência do Clube Jacobino, de conspirar contra a Convenção. O tiro acabou saindo pela culatra e o “Amigo do Povo” foi absolvido pelo Tribunal Revolucionário, entrando em triunfo na Convenção no dia 24 de abril e consagrando o poder da Montanha. Como seria de se esperar, depois de escapar das acusações de Brissot e Vergniaud, ele saiu em busca do sangue dos girondinos. Como presidente do Clube Jacobino, enviou uma circular aos filiados de todo o país conclamando-os a exigir suas mortes. Enquanto Robespierre, o segundo nome entre os jacobinos, também reconhecendo o crime de conspiração contrarrevolucionária dos “traidores”, pedia que fossem julgados pelo Tribunal, Marat cobrava, simplesmente, o linchamento deles<sup>315</sup>.

Em suma, o que quero ressaltar aqui é que os deputados jacobinos posteriormente conhecidos como girondinos não foram pegos de surpresa pela violência que os acometeu finalmente, mas ajudaram a chocar o ovo da serpente. Como velhos militantes da *Société des Amis de la Constitution*, depois Sociedade Jacobina Amigos da Liberdade, desde o começo da Revolução eles estimularam um modelo característico de resolução de conflitos políticos que passava necessariamente pelo extermínio físico do adversário, pela indiferença às garantias elementares do indivíduo e pela espetacularização da violência revolucionária.

Depois que Charlotte Corday matou Marat a cizânia se estabeleceu definitivamente entre a esquerda. Como registrou na época o livreiro Nicolas Ruault, velho jacobino “de base” e cronista da Revolução, “*Existem, agora, dois tipos de jacobinos e de patriotas, que se odeiam com tanta virulência quantos os monarquistas e jacobinos originais*”<sup>316</sup>. Dessa forma, nas duas últimas semanas de outubro de 1793, a pugna entre a elite federalista girondina, agora cada vez mais moderada, e a Montanha, agora cada vez mais radical, se

---

<sup>314</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p.714-715.

<sup>315</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro. Record, 2007, pg. 196.

<sup>316</sup> *Apud* Max Gallo. *Revolução Francesa*. Porto Alegre, LP&M, 2012, v. I, p. 15.

acirrou, dado vantagem aos partidários da segunda. Conforme a proposição de Robespierre – aproveitando a brecha aberta pelos próprios deputados da Gironda no começo do ano ao pedirem a suspensão da imunidade e prisão dos colegas acusados de cumplicidade com o realismo –, vários parlamentares foram cassados e detidos. Houve mesmo quem propusesse raptar os principais líderes girondinos, assassiná-los clandestinamente e, depois, dá-los como *emigrés*<sup>317</sup>. No dia 31 ocorreu outro julgamento igualmente rápido e infame. A condenação dos girondinos deu-se por pequena maioria da Montanha, que contou com grande abstenção de deputados apavorados e a ausência de outros tantos escondidos. Não se concedeu a palavra aos acusados. O clima da sessão foi sombrio<sup>318</sup>. Em seguida, setenta e cinco deputados que continuaram a clamar por justiça diante da decisão foram detidos, somente sendo soltos depois do 9 Termidor. Por todo o país houve forte reação contra a prisão e condenação dos chefes girondinos, inclusive alguns levantes armados, mas essa resistência foi rapidamente sufocada pela ação de *sans-culottes*, *cordeliers*, jacobinos duros e outras forças que alimentavam a Montanha.

A consequente decapitação de duas dezenas dos mais importantes líderes girondinos mostrou que a Revolução começara a devorar literalmente alguns seus criadores ilustres e entrar numa inédita fase de radicalização interna. Talvez não houvesse nisso muita contradição. Afinal, levar ao patíbulo líderes jacobinos de primeira hora não era senão aplicar-lhes a mesma interpretação que eles propuseram em algum momento de que as ideias rousseauianas de “bem comum” e da “vontade geral” legitimavam e autorizavam o arbítrio e a força. De todo modo, a eliminação sumária dos girondinos representou um redirecionamento da energia da violência revolucionária entre os próprios revolucionários. Em seguida, observando processos variados, foram decapitados Philippe “Egalité” (o ex-duque de Orléans que se apresentava como *sans-culotte*), Marie-Olympe de Gouges (autora da primeira *Declaração dos Direitos da Mulher*, em 1791), Bailly (o astrônomo, ex-prefeito de Paris, tido como um dos principais responsáveis do massacre do Campo de Marte), Barnave (o deputado que defendeu o linchamento do intendente Foullon e de seu genro Berthier de Sauvigny com a célebre tirada: “*Ce sang était-il donc si pur?*”), entre outros que contribuíram decisiva e deliberadamente com a Revolução, mas que agora, pelas razões mais inconsistentes eram tidos como seus inimigos mortais. Assim como uma multidão de “peixes-pequenos” e “dissimulados” caçados nas semanas e meses seguintes.

Numa escalada cada vez mais veloz de autofagia entre os grupos revolucionários, no final do ano não havia mais qualquer sinal de unidade entre eles. As vitórias da república ampliavam seus horizontes políticos e a luta pelo poder. Os benefícios com a administração do governo engendravam denúncias cada vez mais graves de corrupção entre uns e outros. O

---

<sup>317</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*, p. 307.

<sup>318</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1860. Tomo XVIII, n. 41, edição de 1 de novembro de 1793, p. 308. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=MQY7AAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=MQY7AAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

caminho a tomar na condução da Revolução acirrava as diferenças ideológicas e excitava as desavenças pessoais. Além disso, o crescente pauperismo da massa e a fome azedavam os ânimos populares e a pressão das ruas. Os problemas da miséria e do desabastecimento não foram resolvidos pela Lei do Máximo (tabelamento de preços), pelos Decretos do Ventôse (confisco e redistribuição de propriedades de contrarrevolucionários) ou pelas requisições compulsórias da produção pela Guarda Nacional; o que fermentava a agitação de multidões e excitava a disputa entre seis líderes.

Com tudo isso, no começo de março de 1794 o processo de fissura entre as formações revolucionárias deu um novo sobressalto quando o Clube dos *Cordeliers* – dominado pelos hebertistas ou “*exagérés*” em detrimento dos dantonistas ou “*indulgents*” –, colocou-se como declarado foco de agitação contra o parlamento. Em sessões consecutivas na sede do antigo claustro franciscano dos Cordeliers, François-Nicolas Vincent afirmou que a facção dos dantonistas era mais perigosa que a dos girondinos, Charles-Philippe Ronsin propôs um levante contra a Convenção e Jean-Baptiste Carrier exigiu uma “santa insurreição”, entre outros oradores igualmente inflamados, como Hébert, que não faltava às sessões. Simbolicamente, um pano preto foi colocado sobre o quadro com a *Declaração dos Direitos do Homem*, “até que o povo recupere seus direitos sagrados”<sup>319</sup>. Diante dessas provocativas manifestações, no dia 10 de março o Comitê de Segurança Pública, dominado pelos jacobinos e com o apoio dos dantonistas, incumbiu o promotor Fouquier-Tinville de preparar uma acusação contra Hébert, Vincent e Ronsin, além de outros mais ou menos envolvidos com o movimento, como o impressor Momoro e o banqueiro holandês Jan de Kock. Presos em seguida, passaram por um célere julgamento entre os dias 21 e 24, com as arbitrariedades de sempre, que concluiu pela condenação de todos, executados na mesma tarde em que a sentença foi pronunciada. Alguns *exagérés* que não foram apanhados na ocasião acabaram alcançados pela guilhotina pouco mais adiante. Uns indulgentes apoiaram a eliminação do grupo de Hébert, outros não.

Nem bem passada uma semana da morte dos hebertistas, o Comitê de Segurança Pública seguiu o mesmo caminho e solicitou que Tinville instaurasse um novo processo e decretasse a prisão de Danton, Desmoulins, Delacroix, Philippeaux e vários outros indulgentes. Se o expediente acusatório contra os exagerados de Hébert tinha efetivamente uma base legal, pois eles reiterada e explicitamente pediam uma insurreição contra a Convenção, o julgamento dos dantonistas não passou de pura encenação que misturou efetivos delitos financeiros de alguns indiciado com falsas acusações de crimes políticos imputados a todos para produzir uma sentença encomendada. Também sem chances reais de defesa dos réus e num encaminhamento ainda mais fulminante (denunciados no dia 30, detidos em 31, julgados entre 2 e 4 de abril, executados na manhã do dia 5), o autoritarismo e excepcionalidade dos procedimentos ultrapassavam tudo quanto já tinha sido visto até então. Com esse golpe a facção jacobina liderada por Robespierre eliminava assim, depois de ter se desembaraçado dos *ultras*, também os *citras*, como ele chamava os revolucionários mais moderados que pediam alguma parcimônia na aplicação do Terror. Para concluir a

---

<sup>319</sup> Ver David Andress. *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. p. 314.

obra, no dia 16 de abril Saint-Just conseguiu de uma Convenção ainda estarecida e amedrontada como nunca com a morte dos dantonistas a aprovação de nova Lei de Polícia Geral, selando a concentração de poderes nas mãos do Comitê de Segurança Pública e de suas instâncias propriamente repressivas: o específico Comitê de Segurança Geral e o secreto *Bureau de Surveillance*.

O esmagamento das grandes lideranças à esquerda e à direita do jacobinismo robespierriano, que poderia indicar uma estabilização na violência revolucionária, no entanto, não diminuiu o ritmo do Terror. Nem mesmo as estratégicas vitórias na guerra externa e na Vendeia conseguidas pouco antes, e que justificariam um abrandamento da brutalidade da Revolução, parecem ter interferido nessa dinâmica, frise-se mais uma vez. Com efeito, foi nesse momento em que a Revolução se mostrou especialmente triunfante que as prisões foram mais abarrotadas de gente e mais se utilizou a guilhotina<sup>320</sup>.

### **Jacobinismo como o “coração” da Revolução**

Diferentes redes de práticas e representações fizeram a Revolução e o Terror no seu dia a dia, como venho tentando demonstrar, mas nenhuma se mostrou tão historicamente emblemática como aquela identificada grosso modo com o jacobinismo.

A definição do jacobinismo exige, contudo, muitos cuidados. Primeiro, porque o movimento nasceu na prática, de experiência em experiência, muitas delas contraditórias, sem ser concebido originalmente como doutrina ou programa. Ou seja, ele não teve uma evolução linear ou totalmente cristalina. Sua origem na sociabilidade dos círculos literários, confrarias de pensamento e ambientes maçônicos, mais especificamente na “*ficção de igualdade que regia as relações entre os membros destas sociedades e lojas*”<sup>321</sup>, remete ao problema geral discutido no primeiro Capítulo a respeito de como promessas generosas do Iluminismo puderam se transmutar em opressão. Do grupo de influência formado pelos deputados “bretões” nos Estados Gerais à fundação da *Société des Amis de la Constitution* na primavera de 1790, e ao que esta viria se tornar como Sociedade Jacobina Amigos da Liberdade no Ano II, estende-se um processo de radicalização e destilação ideológica que não pode ser tomado simploriamente.

O que viria a se tornar o jacobinismo pleno não passava inicialmente de um grêmio de diletantes cujo principal elemento de identidade centrava-se em uma genérica profissão de fé revolucionária que reunia diferentes linhas de atuação e pensamento. Em comum elas havia certa tolerância, senão o entusiasmo, com a ideia de uma violência virtuosa. Mas isso permaneceu vago por um bom tempo. Foi somente quando a ampla coligação de esquerda parlamentar e extra-parlamentar do período áureo da Assembleia começou a rachar depois

---

<sup>320</sup> François Furet. “Terror”. Em François furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 151-153.

<sup>321</sup> Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, Edusc, 2000, p. 71.

da fuga do rei, precisamente com a cisão dos *feuillants* e o controle do aparato do Clube por Robespierre, que sedimentaram-se as tendências doutrinárias, as práticas e as estruturas organizacionais responsáveis por sua face definitiva. Entre o plural ambiente do começo da Sociedade dos Amigos da Constituição e a tensa e autoritária atmosfera reinante na renomeada Sociedade Jacobina Amigos da Liberdade, há toda uma história sobre a diversidade do jacobinismo que precisa ser posta em relevo. Começando, mas longe de se concluir<sup>322</sup>, por aquela clivagem clássica proposta por Michelet entre três jacobinismos básicos.

Michelet reconhece primeiramente um jacobinismo mais antigo, elitista, nobiliárquico, ideologicamente flácido e de atuação fundamentalmente parlamentar, que refere-se à fase do clube fechado e centrado em Paris, controlado pela liderança de Duport, Barnave, Lameth e outros deputados basicamente presos à luta contra o Antigo Regime. Em seguida reconhece um segundo jacobinismo correspondente àquele que se consolida no decorrer de 1792, movido fundamentalmente por jornalistas republicanos, agitações de rua, com forte inserção em todo o país e dirigido desde a capital por uma bem gerida organização. Brissot, Laclos, Roland, Vergniaut, Guadet e tantos futuros “traidores” girondinos contribuíram para isso. Mas quem mandava efetivamente eram homens mais enérgicos e sombrios como Couthon, Saint-Just, Dumas e outros parceiros da “nova igreja” de Robespierre. O terceiro jacobinismo recortado por Michelet, enfim, é aquele que diz respeito propriamente ao período em que Robespierre e seu grupo mais chegado estiveram plenipotenciários à frente de *La Terreur*<sup>323</sup>.

Esse indispensável recorte tripartido, no entanto, é apenas uma referência aproximativa ao fenômeno. Pode-se ir ainda muito mais longe na sua problematização histórica. Furet, por exemplo, investe no tema chamando a atenção para o fato de que nem sempre a ação das “oligarquias do ativismo jacobino”, independente do estado de sua evolução, coincidiam naturalmente com a mobilização das massas<sup>324</sup>, frisando assim o problema das relações entre elite e plebe na dinâmica do Terror. Qual foi aquele jacobinismo que apostou na violência revolucionária sem muita consequência doutrinária? Qual foi aquele que ficou a reboque das multidões, como nas jornadas de agosto de 1792? Qual foi o que tomou a frente do povo e apostou numa violência radicalmente vanguardista, como quando depois da “volta para casa” proporcionada pela estabilização da guerra e certo cansaço com a Revolução no final da primavera de 1793?

Nesse sentido, Vovelle propôs uma espécie de síntese sobre a questão ponderando que os três recortes assinalados por Michelet deveriam ser entendidos basicamente no

---

<sup>322</sup> Ver, por exemplo, o estudo de Vovelle sobre o jacobinismo fora da França e ao longo do século XIX. Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*, p.101-205.

<sup>323</sup> Jules Michelet. *Histoire de la Révolution Française (1792-1793)*. Paris, Gallimard, 1952 (1853), t. IV, c. 4, p. 52.

<sup>324</sup> François Furet. “Jacobinismo”. François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 768.

contexto de um embate entre duas gerações de jacobinos enfrentadas no verão de 1793, contexto este incrementado por distintas “legiões”, isto é, “ondas” cada vez mais radicais de militantes<sup>325</sup>. A geração mais antiga tenderia preponderantemente para o modelo das velhas sociedades de pensamento e grupos de pressão parlamentar, enquanto a mais nova se inclinaria para organizações voltadas basicamente à propaganda e à ação de massas. Além disso, Vovelle lembrou com igual pertinência o problema das diferenças regionais entre os jacobinos conforme as intenções de Paris se afastavam da capital e das grandes cidades. E mais, reivindicou também a ideia de um jacobinismo posterior ao Termidor, expresso na sobrevivência e diáspora de ativistas recalitrantes ou “principistas” como Buonarroti e Billaud-Varenne. Ele não tocou, entretanto, no importante assunto dos ativistas jacobinos que se arrependeram de seu envolvimento com o Terror ou que fingiram esquecê-lo no advento do Termidor, muitos dos quais foram inclusive reciclados dentro do aparato estatal consular e napoleônico, como Barère, Fouché e outros. Mas o tema deveria obter atenção, pois esses ex-jacobinos foram fundamentais nas primeiras tentativas de rotulação conceitual do jacobinismo e do terrorismo, como discutirei adiante.

Considerando a média dos integrantes que fundaram a *Société des Amis de la Constitution* na primavera de 1790, dos militantes da Sociedade Jacobina Amigos da Liberdade de 1792, dos robespierreanistas de 1793-1794 e dos remanescentes jacobinos depois do Termidor, ninguém encarnou tão consequentemente a consciência revolucionária como eles. E nem levou o tema da violência política à frente. Foi nesse sentido de síntese da potência política que imperou na França desde a morte de Marat até a morte de Robespierre que Michelet falou justamente nos jacobinos como o “coração” da Revolução e do Terror<sup>326</sup>.

### **Três ideólogos do Terror**

O “coração” da Revolução e do Terror mencionado por Michelet encontra sua expressão mais eloquente na obra de três ideólogos principais vinculados ao jacobinismo, responsáveis por dar fôlego intelectual e desdobramento fático à política de violência que caracterizou o movimento.

Como visto acima, o jacobinismo não foi teorizado aprioristicamente, construindo-se doutrinariamente aos solavancos durante o processo revolucionário. Das novas sociabilidades e sensibilidades disseminadas ao longo do século XVIII e das necessidades de articulação política requeridas pela nova vida parlamentar, às inéditas formas de organização e manifestação populares inauguradas desde o 14 de Julho, às vicissitudes das ameaças internas e externas, à hegemonia no começo do Ano II, enfim, o movimento se forjou ao longo de várias circunstâncias e com muitas contribuições particulares. Na prática miúda essas contribuições perdem-se na atuação anônima da massa. Temos noção disso com as

---

<sup>325</sup>Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*, p. 35, 84 e ss.

<sup>326</sup>Jules Michelet. *Histoire de la Révolution Française*, t. VI, c. 5, p. 93.

notícias sobre alguns personagens do povo miúdo que se destacaram ao longo da Revolução<sup>327</sup>, como o marceneiro Maurice Duplay que deu abrigo a Robespierre depois da fuzilaria do Campo de Marte em julho de 1791. Ou Claude Menessier, o jardineiro que participou ativamente da Comuna insurrecional e tornou-se draconiano chefe de polícia. Ou Jean Antoine Rossignol, o operário que acabou tornando-se general e barbarizando na Vendaia. Ou o quase mendigo e poderoso chefe *sectionnaire* François Hanriot, fiel a Robespierre e um dos principais envolvidos na pavorosa brutalidade cometida contra a princesa de Lamballe. Milhares de personagens como eles, mas cujos nomes não sobreviveram ao tempo, ajudaram com seus tijolinhos cotidianos para o erguimento prático do edifício da cultura jacobina que levou ao Terror. Eles pouco ou nada escreveram, mas nem por isso foram menos importantes ideologicamente.

Em termos daquilo que foi impresso sobre a compreensão perspectiva da Revolução e do Terror, que é o que interessa fundamentalmente aqui (pois estamos em busca de compreender a construção de um conceito textualmente determinado), vários protagonistas deixaram registros linguísticos importantes a seu respeito, como o ator Collot d’Herbois, o jovencíssimo Saint-Just ou o procurador Fouquier-Tinville, entre outros ideólogos vinculados ao jacobinismo. Nenhum deles, entretanto, foi tão significativo e demonstrativo da mentalidade que deu forma doutrinária ao Terror como Desmoulins, Marat e Robespierre.

Desmoulins, que desde a celeberrima intervenção no Café Foy naquela tarde de 12 de julho de 1789 tornara-se uma das figuras mais conhecidas e influentes da esquerda revolucionária, foi o primeiro a difundir a ideia de uma violência sistemática contra os inimigos da Revolução. Além de ter desencadeado o levante ocorrido dois dias depois, ele estava fisicamente entre os vitoriosos da Bastilha, juntando-se aos seus heróis. Em setembro, publicou sua já citada brochura *Discours de la Lanterne aux Parisiens*, que trazia um verdadeiro requisitório sobre o valor revolucionário dos linchamentos que ocorriam em Paris naquela época e que teve grande sucesso de vendas<sup>328</sup>. Lembrando a antiga servidão do povo e suas recentes vitórias sobre o despotismo, ele expõe no arrazoado os direitos da nação e alerta sobre os perigos que ameaçam a Revolução, justificando a punição expedita dos aristocratas e contrarrevolucionários, justamente simbolizada na imagem do poste onde eram enforcadas ou espetadas as cabeças das vítimas da ira popular. A guilhotina não havia ainda entrado em funcionamento. Emblematicamente, a gravura que abre o impresso traz a imagem da *lanterne* ou *réverbère* situada na esquina da rua Grève com a Vannerie, onde foi pendurada a cabeça de Foullon de Doué no dia 22 de julho, com uma pequena multidão escutando um orador revolucionário falar. Não há violência explícita na imagem, mas seu sentido ameaçador é claro. Discutindo desorganizadamente várias questões da Assembleia e dos acontecimentos de julho, o eixo do panfleto é a defesa de uma espécie de violência sagrada, com muitas referências filosóficas e não sem certas alusões religiosas

---

<sup>327</sup> Ver “Os novos homens da Revolução”. Em Albert Manfred. *A grande Revolução Francesa*. São Paulo, Fulgor, 1966, p. 184-187.

<sup>328</sup> Camille Desmoulins. *Discours de la Lanterne aux Parisiens*. Paris, Le Jay fils Ed., 1789, 62p. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6457978s.r=discours%20de%20la%20lanterne>>.

provocativamente blasfemas. Colocando-se como “*procureur général de la lanterne*”, ele foi o primeiro a assumir decididamente a brutalidade revolucionária perante os ouvintes do Clube Jacobino, de início tendentes à moderação. Antigo e muito próximo amigo de Robespierre, ele continuou por muito tempo nessa toada usando as páginas do seu *Les Révolutions de France et de Brabant*, sempre propugnando soluções litigantes, intimidatórias e sangrentas, investindo na ideia de justiça a *la réverbère*. Como deixa claro, mais uma vez, em curiosa imagem publicada na primavera do ano seguinte, na qual se vê o desenho de vários postes com pernas e o leão de Brabante por detrás perseguindo Richard d’Alton, o governador austríaco dos Países Baixos que enfrentou e foi derrotado pelos revolucionários belgas (Ilustração 13)<sup>329</sup>, sugerindo que a prática da execução sumária e pública devia ser exportada. Apesar de ter brigado com Marat por ocasião da morte de Mirabeau e lhe aconselhado moderação, foi um dos primeiros a pedir a entrada do terror na ordem do dia depois do assassinato do “Amigo do Povo”. Seu decisivo papel na farsa de julgamento e execução dos girondinos em outubro de 1793 mostra até onde se comprometeu com a lógica que ajudara a implantar. Ele acabou identificando-se com os indulgentes e rompendo com Robespierre ao defender o conceito de “clemência” para os suspeitos no Tribunal Revolucionário. Mas isso só ocorreu muito tardiamente, quando ele próprio sentiu o perigo iminente de ser tragado pelo monstro que ajudara a alimentar<sup>330</sup>. Entre dezembro daquele ano e fevereiro do seguinte Desmoulins esboçou uma autocrítica de suas posições radicais nas páginas do *Le vieux Cordelier*, órgão que editava então, mas não foi muito longe nesse digno reconhecimento dos “excessos” da Revolução, sendo decapitado por seus ex-amigos jacobinos no começo de abril. Isso mascarou de certa forma seu histórico de alimentação do Terror, mas não o suficiente para eludir o papel central que cumpriu na sua construção ideológica.

O segundo desses atores-autores fundamentais à construção do jacobinismo e do Terror foi Marat. Ele não foi um herói da Bastilha e nem de outras glórias daquele verão, chegando relativamente tarde à elite revolucionária. No entanto, desde o final da década de 1770 escrevendo textos republicanos e críticos ao despotismo, ele já era bastante conhecido como vítima da perseguição movida pelas autoridades do Antigo Regime antes que a Revolução eclodisse. Com os acontecimentos do 14 de Julho, dos quais não foi protagonista, largou tudo e dedicou-se à militância revolucionária, tanto por meio da imprensa como da agitação de rua, não demorando em obter sucesso nas duas frentes. Médico reputado e talentoso jornalista desde que começou a publicar em setembro de 1789 o *Moniteur Patriote* (depois o *Publiciste Parisien* e, finalmente, o consagrado *Ami du Peuple*), logo mostrou-se como o mais violento panfletista da Revolução, sempre em atenção aos direitos dos *sans-*

---

<sup>329</sup> *Les Révolutions de France et de Brabant*. Paris, 1790, t. II, n. 15, p. 48v. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1056942v/f2.image.r=revolutions%20de%20france%20et%20brabant>>.

<sup>330</sup> Jean Matrat. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 236-239.

*culottes*, da democracia direta e do igualitarismo, com um característico estilo retórico de animalização dos adversários, chamando-os de “sanguessugas”, “abutres” e outros bichos<sup>331</sup>.

No começo de 1790, em seu famoso libelo *Apell à la Nation*, ele não só repetia o que se escutava comumente nos meios revolucionários de então – que a intempestiva brutalidade revolucionária das massas era justificada e necessária –, como avançava também a necessidade de uma verdadeira política de Estado no sentido de canalizar e explorar essa violência, apresentando nesse sentido um primeiro esboço institucional do Terror. Foi ele que tratou pioneiramente de “*un vrai tribunal d'État, composé de quelques bons patriotes*”, sob o comando temporário de um “*dictateur élu par le peuple*”, que em nome da “*bonheur de l'humanité*” estaria autorizado a usar qualquer meio de violência contra os “*ennemis de la Révolution*”. Como diz ali,

“*Un préjugé destructeur de la liberté naissante dans tout État qui sort de l'esclavage retient leurs bras, ils croient qu'on ne doit punir les méchants que par les voies légales: préjugé qui ne peut être de saison que dans les gouvernements où il est superflu, dans les gouvernements bien ordonnés; mais dans un temps d'anarchie et de confusion, c'est le comble de la folie de n'opposer que cette arme à de lâches conspirateurs qui foulent aux pieds les lois et qui n'attendent que d'être en force pour faire ruisseler le sang. Concevons donc enfin que nous sommes dans un état de guerre, que le salut du peuple est la loi suprême, et que tout moyen est bon, lorsqu'il est efficace, pour se défaire de perfides ennemis qui se sont mis au-dessus des lois, et qui ne cessent de conspirer contre le bonheur public*”<sup>332</sup>.

Isso ia muito além do que havia proposto Desmoulin.

Embora bastante respeitado na *Société des Amis de la Constitution*, Marat começou a tornar-se efetivamente influente como ideólogo entre os jacobinos (e da extrema esquerda em geral) quando previu com alguns dias de antecedência a tentativa fuga do rei em 21 de junho de 1791 e exigiu que La Fayette, o chefe da Guarda Nacional, fosse sumariamente enforcado por causa disso. Já de antes ele vinha publicando bombásticas análises políticas e listas com nomes de “espiões” e “inimigos” da Revolução a serem executados, inclusive dando descrições físicas e endereços que facilitassem seu encontro pela multidão<sup>333</sup>. Mas foi com o episódio de Varennes e o papel desempenhado por La Fayette no massacre do Campo de Marte em 17 de julho que Marat se consagrou perante a elite revolucionária, chegando depois à presidência do Clube. Transitando bem entre *cordeliers*, *enragés* e *sans-culottes*,

---

<sup>331</sup> Olivier Coquard. “Les mots du despotisme dans *Offrande à la patrie ou Discours au Tiers État* de Marat”. Paris, INALF, Actes du 4ème Colloque International de Lexicographie Politique “Langages de la Révolution, 1995, p. 561-562.

<sup>332</sup> *L'Ami du Peuple*. Paris, edição de 30 de julho de 1790, n. 177, p. 7. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1045812s/f7.item>>.

<sup>333</sup> Olivier Coquard. *Marat, o amigo do povo*. São Paulo, Scritta, 1996, p. 248 e 251.

ele foi eleito com facilidade para a Convenção, destacando-se desde as primeiras sessões como um de seus deputados mais agressivos, sempre ameaçando fisicamente seus adversários, portando armas na tribuna e fazendo-se passar quase comicamente como um *sans-culotte*, “com uma afetação calculada em se vestir como um rude cocheiro de *fiacre*”<sup>334</sup>. Pedindo sempre por mais e mais cabeças, pouco antes de ser assassinado ele era um dos maiores entusiastas da entrada do Terror na ordem do dia da Convenção. Conforme escreveu pouco antes de ser assassinado, as verdades da Revolução

*“n’ont pas été senties de la grande multitude, égarée par des sots, des lâches et des sophistes, qui prétendaient que la révolution devait s’opérer par la seule force de la philosophie, comme si les plus virulentes passions étaient subordonnées à la voix de la raison. Qui le croirait? les fidèles représentants du peuple eux-mêmes contribuaient par leurs discours à répandre cette funeste doctrine! En vain me suis-je récrié pendant trois années consécutives contre cette marche insensée. En vain ai-je démontré que la liberté ne pouvait être établie que par la violence, chez une nation corrompue qui renfermait tant d’hommes intéressés au maintien des abus du despotisme”*<sup>335</sup>.

Dentro dessa ideia de violência revolucionária, ele chegou a propor, como já foi visto, marcar com ferro quente e cortar o nariz de espiões<sup>336</sup>, o que não foi levado a sério naquele contexto ainda iluminista. E também a estimular irresponsavelmente a violência de rua promovida pela turba, mobilizando inclusive ocasionais transeuntes e mulheres do bairro<sup>337</sup>, o que era visto como um perigo por muitos de seus admiradores. Mas sua campanha pelo denunciamento, pelo incremento da guilhotina e pela instauração de um regime ditatorial, calou profundamente na alma jacobina, especialmente entre o grupo de Robespierre, que ocupou o seu lugar como grande ideólogo do Terror depois que Charlotte Corday matou o “Amigo do Povo”.

Robespierre era um advogado de Arras conhecido por promover e defender *sans-culottes*, mas um político pouco relevante até assumir definitivamente o controle do Clube dos Jacobinos no embate com os *feuillants* durante o verão de 1791. Daí em diante ele e seu círculo mais chegado impuseram-se paulatinamente sobre a organização por meio de expurgos e outras medidas persecutórias até enxugá-la completamente de elementos dissidentes e usá-la como uma espécie de máquina partidária e poder paralelo à Assembleia. Em meio a esse processo, especialmente depois da defecção de La Fayette<sup>338</sup>, abandonou

---

<sup>334</sup> Olivier Coquard. *Marat, o amigo do povo*, p. 241.

<sup>335</sup> *Publiciste de la République française*. Paris, edição de 15 de junho de 1793, n. 217, p. 3-4. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1049674f/f3.item.r=publiciste%20de%20la%20republique%20fran%C3%A7aise.zoom>>.

<sup>336</sup> Olivier Coquard. *Marat, o amigo do povo*, p. 251.

<sup>337</sup> Olivier Coquard. *Marat, o amigo do povo*, p. 311.

<sup>338</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1989 (1951), p. 208.

suas posições iniciais contra o derramamento de sangue e acabou assumindo a pena de morte, a guerra e o Terror. Francamente vitorioso na fulminante eleição para a Convenção em setembro de 1792, o ponto de fervura dessa virada ocorreu quando se discutiu a sorte do rei e veio à tona o duelo declarado entre a Montanha e a Gironda. Num discurso sobre o destino que deveria ser dado para o rei, ao mostrar-se pela desnecessidade de um julgamento formal de Luís XVI, porque já o considerava condenado por fatos sabidos, ele disse que “*Os povos não julgam como as cortes revolucionárias; não proferem sentenças, eles lançam o raio; não condenam os reis, eles os mergulham de novo no nada; e essa justiça é tão boa quanto a dos tribunais*”<sup>339</sup>. O monarca deveria ser condenado à morte não por um julgamento tradicional, mas por uma espécie de decreto. Tratava-se, para ele, de um ato político. Na verdade, seu desprezo pelas formalidades legais não era novo. Já desde as discussões sobre a reforma do sistema judiciário em 1790 ele já vinha defendendo a abolição da jurisprudência e a eleição de juízes, mesmo que não tivessem conhecimento do Direito<sup>340</sup>.

Robespierre não foi jornalista como Desmoulins e Marat. Ele basicamente escreveu peças judiciárias e fez discursos. Porém, por meio da imprensa jacobina que repercutia sua atuação no parlamento e da militância do Clube sua voz teve uma ressonância igualmente prestigiosa, especialmente a partir de quando ele encampou de vez a política da violência revolucionária e ocorreu o assassinato do “Amigo do Povo”, tomando seu lugar como paladino do Terror. Nos primeiros dias de 1793 Robespierre deu um passo fundamental nesse sentido ao clamar abertamente para que a população entrasse em ação para prender os deputados moderados e conservadores signatários da petição para que a condenação do rei fosse levada a plebiscito. Com esse discurso liminar e a crescente influência jacobina, após a morte de Marat não foi difícil que ele fosse indicado como membro do Comitê de Salvação Pública no final de julho. Concentrando em suas mãos cada vez maior poder, ele transformou a centralizada rede jacobina em peça complementar e decisiva do Estado revolucionário, amordaçando em grande medida a Convenção. Ele não era ministro e nem se ocupava de questões práticas. Diplomacia, guerra, economia ou problemas de abastecimento, nada disso lhe interessava. Sua obsessão era basicamente vigiar e velar pelo consenso revolucionário, usando para isso o Terror<sup>341</sup>. O que realmente lhe despertava interesse era colocar-se como zelador da pureza ideológica da Revolução, flutuando sobre as diversas facções de *citras* e *ultras* – como ele chamava os que queria frear demais e acelerar demais a Revolução – com mão de ferro para impor a verdadeira Revolução. Contra aqueles que botavam a Revolução em risco por não irem suficientemente longe e contra aqueles que também a ameaçavam pelo excesso, ele se achava o único a poder garanti-la, justamente pelo Terror.

---

<sup>339</sup> Robespierre. Discurso de 3 de dezembro de 1792 sobre o julgamento do rei. Em Slavoj Zizek (org.). *Virtude e Terror*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007, p. 115.

<sup>340</sup> Jean Matrat. *Robespierre*, p. 91.

<sup>341</sup> François Furet. “A Vendaia”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 189.

A ideia de Terror proposta por Robespierre era muito mais consistente que aquelas de Desmoulins e Marat. Primeiro, porque trazia maior transcendência. Desmoulins emulava mais a violência revolucionária bruta do que seus desdobramentos institucionais, acabando por ir a reboque dos acontecimentos quando o Estado a incorporou definitivamente. Marat, ao contrário, apesar de também estimular essa violência eruptiva e mal definida, mostrou maior consequência doutrinária ao advogar desde cedo por tribunais de Terror para conduzir melhor e centralizadamente essa potência da Revolução, mas ele não deu a isso mais do que uma dimensão tática. Foi somente com Robespierre que a questão do Terror adquiriu um fundo legalista e propriamente filosófico, se assim se pode dizer, ao ser vinculada com uma qualidade moral particular, independente da Revolução em si. A chave desse salto “teórico” foi a associação entre a ideia de Terror e a ideia de “virtude”. Virtude como prática situada entre uma disposição para praticar o bem, uma moral estoica e uma atuação incorruptível, por um lado, e uma força de vontade, uma capacidade de decisão e ação humana, por outro (em oposição à ideia de fortuna, no sentido do conjunto de fatores determinantes do destino que não estão sob controle dos homens). Virtude como uma vontade inquebrantável e certa do seu dever justiceiro em nome da liberdade, da igualdade, da nação, do bem da humanidade e de outros valores fundamentais encarnados pela Revolução. Não é difícil perceber o elemento religioso aqui. Robespierre não era exatamente ateu, e acreditava, como muitos em seu tempo, em um difuso Deus da natureza, no estilo da maioria dos *philosophes*. Seu universo metafísico desprovido de experiências místicas ou estudos substantivos nessa direção situava-se entre aquele panteísmo abstrato dos grandes iluministas, as notícias da religião cívica dos romanos e as influências do círculo ateuista do barão de Holbach, confluindo numa religiosidade profana que consistia basicamente em rituais e mandamentos políticos<sup>342</sup>. Nesse arremedo de religião, um mal definido “Ser Supremo” identificado com a “Verdade” velaria pela história e os princípios republicanos, legitimando todo tipo de violência em seu nome desde que exercida sem paixão, burocraticamente e com objetivos meramente virtuosos. Robespierre sintetizou isso no conhecido e longo discurso de 5 fevereiro de 1794 sobre os *Princípios de moralidade pública que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República*, quando estabeleceu a fórmula célebre:

*“Si le ressort du gouvernement populaire dans la paix est la vertu, le ressort du gouvernement populaire en révolution est à la fois la vertu et la terreur ; la vertu, sans laquelle la terreur est funeste; la terreur, sans laquelle la vertu est impuissante. La terreur n'est autre chose que la justice prompte, sévère, inflexible; elle est donc une émanation de la vertu; elle est moins un principe particulier, qu'une conséquence du principe général de démocratie, appliqué aux plus pressants besoins de la patrie”*<sup>343</sup>.

---

<sup>342</sup> Patrice Gueniffey. “Robespierre”. Em François Fueret e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, p. 325.

<sup>343</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861. Tomo XIX, n. 139, edição de 7 de fevereiro de 1793, p. 404. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=RqsNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=RqsNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

Com isso, Robespierre elevou a discussão da violência revolucionária, do Terror concretamente, para um plano ideológico muito mais elaborado que aqueles apresentados por Desmoulins e Marat.

Entretanto, não foi somente a maior complexidade filosófica dos argumentos de Robespierre que fez dele o grande ideólogo do Terror, mas sobretudo a prática que ele implementou desde que passou a dominar os arquivos e a sede da *Société des Amis de la Constitution*, desde então praça forte de uma maciça campanha de controle repressivo sobre as representações regionais do Clube. Por meio de expurgos sumários de membros indesejados, que incluíam denúncias não comprovadas e ameaças físicas muitas vezes cumpridas, não demorou a ter poder total sobre a rede jacobina, experimentando ali um regime de vigilância, repressão e medo que em tudo se identificava com a futura política de Terror. Sua adesão à pena de morte e aos tribunais revolucionários deve ser pensada muito mais como fruto desse processo de luta política intra-revolucionária do que como mera resposta a um contexto de guerra. Foi na batalha por imprimir à Sociedade Jacobina o caráter de um quase partido, revolucionário e totalitário, que ele ganhou experiência nas práticas de violência e percebeu concretamente como poderia usar a máquina repressiva e propagandística do Clube, assim dirigida com mão de ferro, para conseguir obter hegemonia ideológica sobre o Estado e melhor encaminhar a Revolução. Usando da estrutura do Clube e de seu prestígio pessoal como “o incorruptível”, não poupou esforços desde então para eliminar fisicamente todos que poderiam representar alguma ameaça a seu projeto. Reclamando que complôs estavam por toda parte, mas raramente nomeando os suspeitos e esperando que urgentes “investigações” os trouxessem à tona, estimulou tribunais sumários e participou de farsas processuais. A cada vítima que conseguia abater, anunciava novas campanhas de perseguição. Ao contrário de Marat, que pedia “200 mil cabeças” ou apenas “600 cabeças bem escolhidas”, para Robespierre “o número de culpados não é tão grande”, embora na verdade se revelasse, na verdade, interminável<sup>344</sup>. Nunca os tribunais revolucionários e as guilhotinas funcionaram tanto quanto sob sua influência. Nunca tantos estiveram presos e a vigilância política fora tão opressora. Em plena festa cívica ao Ser Supremo para marcar o ingresso em uma Nova Era, justo no momento em que a vitória da Revolução era inequívoca e todos mostravam-se cansados do Terror, o aparelho de violência jacobina estava no auge de atividade e Robespierre ainda pedia mais mortes de conspiradores e inimigos do povo. Como sugeriu Furet, mais do que a idiosincrasia ou contribuição individual de Robespierre ao Terror, importa especialmente perceber o que a Revolução falou através dele sobre seu ímpeto mais puro e trágico no tocante à violência<sup>345</sup>.

Nesse caso, o mesmo vale para Desmoulins e Marat, guardando as proporções, que de modo mais grosseiro e inconsequente também foram responsáveis principais pelo processo primitivo de sedimentação doutrinária de certo estilo de violência política.

---

<sup>344</sup> Patrice Gueniffey. “Robespierre”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 322.

<sup>345</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 76.

## O lugar doutrinário da violência na mentalidade jacobina

Lembrando mais uma vez que o jacobinismo representa um fenômeno multifacetado que está longe de poder ser definido simploriamente, não se pode desconhecer, entretanto, que ele revela na sua tessitura geral uma determinada constante ideológica que atravessa o fenômeno de ponta a ponta e salta aos olhos. Essa constante foi alimentada desde o início da Sociedade dos Amigos da Constituição basicamente por uma mentalidade revolucionária que evoluiu irregularmente do apoio à violência popular no verão de 1789 até a institucionalização do Terror em setembro de 1793. Mentalidade esta que amadureceu e radicalizou-se crescentemente até destilar uma verdadeira doutrina sobre violência política que se coagou definitivamente no Ano II. Isto é, sob grande diversidade de manifestações e situações específicas, potencializou-se ao longo da Revolução um seus elementos mais característicos, que foi a violência. E nesse processo, inicialmente caótico, acabou-se por produzir um conjunto de valores e experiências em torno dela que, ao constituir um “sistema coerente” e basear-se numa “teoria”<sup>346</sup>, conformou um arquétipo ideológico e um estilo de ação típicos.

O termo teoria usado por Vovelle ao falar do edifício mental dos jacobinos a respeito da violência não deve supor algo de formalmente enunciado como tal, pois inexistente acabamento conceitual nos discursos e escritos de seus representantes, geralmente pouco sistemáticos e sempre picotados pelas injunções do momento e outras preocupações. Mas ele não está errado se entendemos por isso uma vontade de racionalização e de formulação axiomática sobre um complexo de práticas e representações específicas do uso da força na política, que chega mesmo no limite da especulação filosófica e finca inequívocas raízes metódicas. Essa tendência pode ser observada em processo de construção desde a Bastilha e não conheceu solução de continuidade até o Termidor. De Desmoulins, passando por madame Roland, Brissot, Marat e tantos outros, até chegar a Robespierre e aos círculos clandestinos dos anos III e IV, os jacobinos diversas vezes “trocaram de pele”<sup>347</sup> e sofreram defecções, mas não perderam algo que os caracterizava desde o início. Desse modo, apesar de toda diversidade entre seus primeiros e últimos tempos, o jacobinismo nunca deixou de refletir determinada pulsão apocalíptica, voluntarista e truculenta, típica de certa mentalidade revolucionária comentada anteriormente, fazendo disso, justamente um feixe de ideias que sempre lhe foi marcante. Porém, ao contrário dos demais círculos que também se alimentavam das práticas e representações que enfatizavam o poder da vontade dos indivíduos e da violência na construção da história e na invenção do homem por si mesmo, os jacobinos deram a isso uma dimensão concreta e discursiva especialmente consistente. Até então a ideia de que uma minoria atuante – determinada e bem organizada, convicta de sua missão histórica e de alguma virtude intelectual ou moral que lhe colocava acima do senso comum – pudesse ser capaz de intervir decisiva e revolucionariamente nos destinos da

---

<sup>346</sup> Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, Edusc, 2000, p. 221.

<sup>347</sup> Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*, p. 35.

nação e da própria humanidade para salvá-la da injustiça e do mal nunca havia sido apresentada com tal discernimento e ênfase. Ainda mais reclamando para tanto o direito de perpetrar as violências mais variadas e de forma calculada, numa espécie de método paradigmático<sup>348</sup>.

As linhas gerais desse paradigma apresentavam dois elementos típicos do Iluminismo em sentido neoclássico mais estrito, embora ressignificados, e um elemento novo, anunciador do nascente romantismo. Daquele Iluminismo típico tomou-se a fé na força da razão e a crença num Bem Comum (do povo, da nação, da pátria, da humanidade) para orientar e justificar o uso da violência; no sentido de exercê-la friamente e como mal menor. Do púbere romantismo brotado na década de 1790, pegou-se o crescente entusiasmo com a ideia de morrer ou de matar gloriosamente em nome de uma causa que procurava nada menos do que conduzir a existência, subitamente, à sua redenção. A emoção, a paixão, a estetização da morte, o próprio nacionalismo onde tudo isso se inscreve, não são mais elementos iluministas, senão que já o espírito romântico manifestando-se pioneiramente<sup>349</sup>. Esses ingredientes básicos e outros menores que o condimentaram convergiram, pois, chegando o Ano II, num “modelo” ou “padrão” mais ou menos explícito de práticas e representações, que tomado como “matriz” de comportamentos e pensamentos, no sentido de normas orientadoras intelectualmente explicitadas, apresentam-se como “teoria”, no sentido empregado por Vovelle.

“Teoria” entre aspas não só porque lhe faltou, como já foi assinalado, empenho textual e retórico sistemático, mas, sobretudo, porque a ideologia jacobina compreendia um elemento essencialmente não abstrato e não teórico. Como disse Furet,

*“Se aceitarmos considerá-lo como a forma clássica da consciência revolucionária (no seu ponto máximo de desenvolvimento e de dominação social), o jacobinismo seria ao mesmo tempo uma ideologia e um poder, um sistema de representação e um sistema de ação, pois sua convicção característica funda-se na realização imanente dos valores na e pela ação política”*<sup>350</sup>.

Na medida em que um pensamento propriamente jacobino foi constituído aos trancos, não somente por ideias puras, mas especialmente “na e pela ação da prática”, ele apresenta algo de não dito, ou parcialmente dito, que se contrapõe como elemento fundamental a uma teoria entendida como plena especulação intelectual. Daí o fato de quase todos os autores citados até aqui considerem o jacobinismo muito mais como uma espécie de “ethos”, no sentido geral de um caráter político identitário a partir vivências essencialmente informais, antes que a adesão a um programa literal e explicitamente elaborado.

---

<sup>348</sup> Slavoj Žižek. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo, Boitempo, 2011, p. 169.

<sup>349</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1989, p. 861.

<sup>350</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*, p.45.

De qualquer forma, feita a ressalva, o jacobinismo pode, sim, ser delineado “teoricamente”, pelo menos como nenhum outro movimento até então, especialmente tendo em vista sua relação com a violência revolucionária. Voltando a algo que já foi mencionado anteriormente, mas agora numa oitava acima, esse componente teórico mostra-se especialmente em alguns axiomas ideológicos e comportamentais que se repetem de forma cada vez mais recorrentes e claras em seus meios. Como, insisto, a ideia da regeneração da humanidade e do estabelecimento de um reino de felicidade geral por obra da vontade de uns poucos e puros visionários em nome do povo, que detêm por isso o direito de exercer a violência para engendrar esta transformação. Certamente não foram os jacobinos os fundadores daquele poder das “pequenas oligarquias do ativismo” do qual fala Furet, que mais ou menos associadas aos movimentos de massa se acreditavam legitimadas por alguma razão superior a perpetrar todo tipo de ato violento em nome da revolução necessária para tanto. Mas ninguém como eles levou isso tão longe. Em ato e discurso.

Brandindo de forma ineditamente organizada argumentos como a “defesa da nação”, o “bem comum”, o “direito do povo”, a “salvação nacional”, os jacobinos, como outros revolucionários, substituíram a noção de “direito divino” por outra noção igualmente autoritária, a “vontade geral”, da qual os revolucionários se sentiam a própria representação, e na qual supostas prerrogativas coletivas e promessas de futuro se sobrepujavam às garantias individuais, consagrando assim a supressão de qualquer direito em nome da defesa da Revolução. A pedra angular desse edifício ideológico residia na crença de que toda infelicidade humana tinha uma solução política, sempre resumida numa luta de vida ou morte entre povo e aristocratas, patriotas e inimigos da Revolução, ou outras clivagens igualmente maniqueístas<sup>351</sup>. Mas, diferentemente de outras correntes revolucionárias que compartilhavam esse mesmo ideário, só os jacobinos se empenharam em fazer disso um método. Considerando o poder auto-vestido dos revolucionários daquela época, em geral, no sentido de suprimir direitos e violentar como meios genuínos para instaurar o mundo idílico que se esperava da Revolução, para os jacobinos, especialmente os “duros”, tratava-se de exercer da forma mais racional e pragmática possível essas possibilidades.

Nesse sentido, um aspecto fundamental do jacobinismo, desde seus primórdios no Clube Bretão até Robespierre, foi o investimento no poder da palavra, falada e escrita. Não raro abusando de uma ressignificação dos termos próxima ao cinismo (cujo ápice foi a fórmula “terror é virtude”) e historicamente tendente a apostar no confronto e não ceder jamais (por isso o “coração da Revolução”). Campeões da “grande sociedade do falatório” que caracterizou a Revolução, como disse Michelet<sup>352</sup>, os jacobinos foram os que mais investiram num discurso consequente sobre a violência para lograr hegemonia no processo revolucionário. Sobre sua forma impressa, cabe notar que a Sociedade dos Amigos da Constituição montou um verdadeiro departamento burocrático para tratar do assunto. Além dos jornais propriamente ditos tocados pessoalmente por este ou aquele líder jacobino, que

---

<sup>351</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*, p. 41, 82 etc.

<sup>352</sup> Jules Michelet. *Histoire de la Révolution Française (1792-1793)*. Paris, Gallimard, 1952 (1853), t. V, c. 3, p. 31.

funcionavam descoordenados e tiveram mais ou menos fortuna (muitas vezes com dinheiro público), foi instalado um escritório central em Paris para gerenciar as campanhas de propaganda por meio de material gráfico em geral (livros, folhetos, gravuras etc.), destinado ao público externo, e do controle da correspondência interna entre os membros do Clube. Esse aparato funcionava segundo um regulamento minucioso, tendo à frente um presidente (trocado frequentemente), um secretariado e diversas comissões de apoio. Tão mais eficiente foi sua atuação quanto mais desaparecia a liberdade de expressão.

Esse esquema de pressão política discursiva deveria ser acompanhado também por uma estrutura repressiva – passando do Comitê de Salvação Pública ao Tribunal Revolucionário, ao exército, às comunas e ao próprio Clube – que redundasse numa malha capilar de denunciamento e espreita de todos contra todos. À noção de conspiração aristocrática, os jacobinos opunham, de maneira mais articulada e centralizada que qualquer outro grupo revolucionário, a de “vigilância popular”. Mais uma vez, ninguém como eles logrou estruturar uma rede policial com tamanho enraizamento e unidade. Nesse sentido, sua estratégia era dar máxima expressão legal e institucional à violência revolucionária, mas manter ao mesmo tempo uma força paralela “preparada para assumir o seu lugar”<sup>353</sup>. Como ocorreu, efetivamente no Ano II.

Para tanto, uma das principais características dos jacobinos foi a prática de tramar e aplicar golpes políticos, de forma planejada e eficiente, entenda-se. Todos conspiravam e se agrediam, mas somente eles se empenharam com previsões logísticas e meios concretos para impor seus golpes aos inimigos, especialmente os de esquerda. Em determinado ponto de seu desenvolvimento, os jacobinos converteram-se em algo bem maior do que apenas um fórum de discussão política e assumiram um ativismo superior em alguns momentos à capacidade de mobilização da Assembleia. Sua estrutura de sedes, imprensa, milícias e organizações subsidiárias era única, com enorme poder para levantar o povo miúdo por intermédio da militância e ocupar a máquina jurídica e militar do Estado a favor de seu projeto ideológico e de suas práticas.

Tudo isso confluía, pois, na apologia do valor profilático e educativo da política do Terror, que não era criação exclusivamente sua, por suposto, mas que nunca foi levada tão consequentemente. Política que cada vez menos se mostrava como um recurso extremo e excepcional para defender emergencialmente a Revolução e cada vez mais se apresentava como a própria essência dela, no sentido de ser seu instrumento básico para eliminar definitivamente os últimos obstáculos que impediriam o novo mundo vir à luz. E isso não é um detalhe. De fato, o que definia realmente os jacobinos não era a proteção da república, a retórica da liberdade radical, a defesa da igualdade jurídica e social, o ideal de uma nova humanidade purificada depois da Revolução ou mesmo a ideia do Terror. Tudo isso também se encontrava em outros grupos revolucionários. Não foram os jacobinos que inventaram as ideias de que “o Bem Coletivo é a própria Revolução”, “a violência revolucionária é virtuosa”, “a Revolução se legitima a si mesma”, “há inimigos mortais por todas as partes e

---

<sup>353</sup> Ver Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*, p. 45-47.

sempre”, “só com o terror se vence” etc. Eles não instalaram sozinhos o Tribunal Revolucionário ou fizeram isoladamente o fenômeno da guilhotina.

O que os definia propriamente é que eles pensaram e fizeram todas essas coisas com discursos e comportamentos especialmente coerentes e conscientes a respeito do que realizavam: algo entre um sistema de representação e um sistema de ação, já o disse, que se estendia desde crenças prosaicas até sofisticados empreendimentos organizacionais com uma coerência única. Sua consciência de grupo e suas atividades como tal, seu sentido de representar a unidade e a indivisibilidade do espírito revolucionário, seu zelo em levar Revolução “até o fim”, como disse Lênin, distinguiram profundamente os jacobinos diante das outras forças revolucionárias. Não houve, como eles, qualquer outro grupo tão consequentemente radical. Nesse sentido, o Terror jogava um papel fundamental na doutrina jacobina, mais do que em qualquer outra facção, pois era ele que dava operacionalidade efetiva à interface entre certo tipo de ideologia e de poder efetivo. Ele era uma espécie de *chiave di volta*, a pedra em formato de cunha trapezoidal que encima um arco edilício para balancear suas forças concorrentes e mantê-lo estável. Ou seja, uma peça estrutural da arquitetura jacobina, enquanto nos outros grupos era um adereço ou, no máximo, um elemento secundário. Daí que ao referir-se a suas práticas e representações tenham surgido os neologismos *terrorisme* e *terroriste*.

## Capítulo V

### Aparecimento e consolidação das palavras *terrorisme* e *terroriste*

#### O 9 Termidor como pano de fundo

De todos os episódios da Revolução Francesa, um dos menos conhecidos é a reação termidoriana, entre outras coisas porque não raro considerada, injustificadamente, o fim abrupto da Revolução. Na verdade, o complô do 9 Termidor foi feito basicamente por jacobinos e montanheseiros variados que devido a razões diferentes se incompatibilizaram com o círculo de Robespierre e o Terror, mas que continuaram a reivindicar-se revolucionários e somente com o tempo eliminaram a economia dirigida e puseram fim à democracia direta estabelecidas no Ano II. A dinâmica de violência revolucionária sofreu uma freada brusca com a eliminação da liderança jacobina e o desmantelamento dos principais instrumentos do Terror, mas a Revolução em si mesma não teve seu fim decretado senão bem depois<sup>354</sup>. Pelo menos não enquanto a pugna entre “termidorianos de esquerda” (Collot d’Herbois, Billaud-Varenne, Barère etc.) e “termidorianos de direita” (Tallien, Fréron, Barras, Legendre etc.)<sup>355</sup> não se resolveu definitivamente.

Muitos detalhes da conspiração são ignorados até hoje, como quem exatamente começou a urdi-la ou quando ela começou a ser tramada<sup>356</sup>. Robespierre poderia ter facilitado a vida dos historiadores e talvez a sua mesma se houvesse dado os nomes dos conjurados e as provas da trama que não cansava de denunciar. Mas ele só se referia a complôs em termos vagos, como sempre. De qualquer forma, sabemos as causas que a motivaram e as pessoas que se associaram ao empreendimento. O motivo de fundo refere-se basicamente ao insuportável ambiente de opressão promovido pelo grupo de Robespierre e à possibilidade dele fundar a partir disso uma ditadura pessoal. Além do horror causado pelas crescentes execuções de companheiro de viagem, havia o medo de que Robespierre estivesse conspirando para fazer-se ditador. Da onda de matanças injustificáveis que ameaçavam a todos, culpados ou inocentes, à sua performance ridícula e pretenciosa na festa do Ser Supremo, era de se esperar que em algum momento um gesto de rebelião rompesse com a pantomina, faltando apenas que desavenças pessoais e o oportunismo de uns quantos virasse definitivamente a balança na Convenção.

Já depois da morte de Marat, Robespierre passou a desentender-se com Danton, então definido como “indulgente” e favorável a uma repressão mais branda. A execução de Hébert em março de 1794 – que considerava Robespierre um conservador –, abalou profundamente o apoio que os *sans-culottes* lhe davam. A crise aumentou ainda mais em abril, quando

---

<sup>354</sup> Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1989, p. 378, 398, 399, 435 etc.

<sup>355</sup> Albert Manfred. *A grande Revolução Francesa*. São Paulo, Fulgor, 1966, p. 232.

<sup>356</sup> Bronislaw Baczkó. “Termidorianos”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 418.

Danton foi detido e executado junto com importantes heróis da Revolução e colaboradores do regime, como Desmoullins. Eleito presidente da Convenção pouco depois, o “Incorruptível” radicalizou sua tendência despótica com decretos cada vez mais implacáveis que atingiam e empurravam para uma oposição comum todos os grupos políticos, exceto os ativistas jacobinos devidamente enquadrados. Além disso, a crescente antipatia popular com a arrogância e arbitrariedade dos comissários políticos e tribunais revolucionários, bem como o cansaço da população, esgotada com a guerra, começaram a diminuir o ímpeto do apoio social dado em certo momento à guilhotina. Considere-se, ademais, que nessa época boa parte da elite dos *sans-culottes* parisienses havia sucumbido nas frentes de batalha. Tudo isto isolou Robespierre em relação à opinião pública e às correntes mais centristas da Convenção. Nesse contexto, contra ele se articularam, pois, os mais tresloucados adeptos do terror – Fouché, Carrier etc. – que pressentiam que ele os enviaria ao Tribunal, os corruptos que também imaginavam o mesmo destino – Barras, Tallien etc. –, os antigos amigos de Danton – Courtois, Thuriot etc. – e de Hébert – Fréron –, além de alguns camaradas dos comitês com os quais ele havia se indisposto.

Em Paris, ele e seu grupo tinham um apoio consistente na Comuna e em alguns comitês revolucionários. Não muitos, é verdade, desde que eliminara Danton e Hébert. Ele também parecia ter uma base forte nos regimentos da Guarda Nacional comandada pelo muito jacobino François Hanriot, mas este não soube ajudá-lo a tempo quando foi preciso. E no parlamento sua força era relativa, desde que Couthon, com o decidido suporte do líder, propôs à Convenção e fez aprovar a Lei do 22 Prairial (junho de 1793), que permitia condenar em massa (e não só individualmente como até então), além de autorizar a detenção de deputados apenas por ordem dos comitês<sup>357</sup>. A partir dali, dezenas de parlamentares que por medo aprovaram a nova legislação trataram de fazer de mortos e tramar muito sutilmente a queda do grupo robespierriano. A perspectiva de ser decapitado estimulou a imaginação e a coragem conspiratória de alguns. Por um ano ele ainda conseguiu atemorizar seus pares, mas isso chegou a termo na sessão de 27 de julho de 1794. A gota d’água foi o discurso que Robespierre fez no dia anterior assumindo sua responsabilidade no Terror, reivindicando o aprofundamento da Lei do 22 Prairial e lançando acusações veladas de traição contra vários deputados, o que deixou alguns convencionais especialmente apavorados e decididos a agir<sup>358</sup>.

Presidida por Collot d’Herbois – o ex-ator e ativo simpatizante jacobino que se destacou na implementação de La Terreur, mas agora dizia não pertencer a nenhuma facção –, a sessão do 9 Termidor abriu com inusitado grande comparecimento de deputados da Planície, além de muito público<sup>359</sup>. Os trabalhos começaram com um discurso de Saint-Just

---

<sup>357</sup> Jean Matrat. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 268-269.

<sup>358</sup> Françoise Brunel. *Thermidor: La chute de Robespierre*. Paris, Complexe, 1989, p. 132.

<sup>359</sup> Para os detalhes da sessão, ver Jean Matrat, *Robespierre*, p. 287-289. Para uma visão geral, ver *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861. Tomo XXI, n. 312, edição de 30 de julho de 1794, p. 337-342. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

que retomava o básico da fala de Robespierre no dia anterior, quando Tallien o interrompeu com uma questão de ordem alegando que ele estava lançando a cizânia entre na convenção. Antes que Saint-Just pudesse retomar sua arenga, Billaud-Varenne levantou mais uma questão de ordem sobre a existência de um plano de Robespierre para estrangular a Convenção. Philippe Lebas, fervoroso robespierreano, tentou tomar seu lugar à força e foi ameaçado de prisão pela presidência da mesa. Enquanto Billaud continua a perorar, Robespierre não se conteve e lançou-se sobre a tribuna para tentar argumentar, mas não lhe foi dada a palavra e a assembleia explodiu em improperios contra ele. Sem poder se manifestar e tendo de ouvir os brados de “tirano!, tirano!”, sua palavra foi cassada mais uma vez por Thuriot, que havia substituído Collot na presidência. Tallien chegou a tirar um punhal de sua casaca e, num gesto teatral, ameaçar de abater o “tirano” ali mesmo. No meio da confusão, Fréron, o fervoroso *cordelier* sobrevivente dos expurgos contra Hébert e Danton, acusou Couthon de usar os cadáveres dos deputados como degraus para ascender ao trono. A irônica e sarcástica resposta de Couthon desde sua cadeira de rodas, dizendo “*oui, je veux être roi*”, foi o estopim da indignação geral. Vários deputados partiram para cima dele e de Robespierre xingando-os e agredindo-os. Em seguida Lauchet, um obscuro deputado da Montanha, propõe que seja votado um decreto de prisão contra os “tiranos” e o presidente acata a proposta. O irmão de Robespierre pede para ser incluído nele e alguns robespierreanos duros, como Couthon, tentam falar, mas não lhes é concedida a palavra. Rapidamente Barère toma a tribuna e exhibe uma moção com uma dúzia de nomes, aprovada em gritaria e “por unanimidade”, conforme a ata lavrada por Thuriot, sendo os acusados imediatamente detidos.

Embora a Comuna chamasse um levante e o resgatasse dos prisioneiros levando-os à sede da prefeitura, onde o esperava uma relativa multidão, isso não foi suficiente para resistir às tropas a mando da Convenção<sup>360</sup>. Depois de um entrevero com alguns mortos e feridos graves, entre eles Robespierre, a resistência foi reprimida. No dia seguinte, o Comitê de Segurança Geral “comprovou” as aspirações monárquicas de Robespierre e seu grupo, encontrando no Hôtel de Ville uma estampa ou senha visual entre os conspiradores, na qual se via a flor-de-lis, devidamente plantada por Vadier. Segundo a narrativa da acusação os conjurados haviam acordado repartir a França numa espécie de triunvirato romano, com Couthon reinando sobre o sul, Saint-Just sobre o norte e Robespierre, desde Paris, sobre o centro. Foi esse o conteúdo do decisivo discurso de Collot d’Hebois e do informe de Barère, apresentado no dia seguinte, ambos centrados no combate ao projeto tirânico e de terror sem fim dos “*robespierristes*”, expressão que nas semanas seguintes ganhou a conotação de “criminosos” em influente meios da imprensa<sup>361</sup>. Levados no final da manhã do 10 Termidor perante o Tribunal Revolucionário, Fouquier-Tinville reconheceu suas identidades e autorizou a degola imediata de mais de vinte “robespierristas” (alista havia engrossado durante a noite), sem julgamento ou direito à defesa, tal como eles haviam feito com tantos

---

<sup>360</sup> Jean Matrat, *Robespierre*, p. 290 e 294.

<sup>361</sup> Françoise Brunel. *Thermidor: La chute de Robespierre*, p. 117.

outros. Na praça e nas ruas adjacentes, a multidão demonstrava alegria e fazia gracejos com os corpos dos mortos<sup>362</sup>.

Os acontecimentos de 9 e 10 Termidor não tiveram participação da massa popular. Boa parte dos ativistas *sans-culottes* estava fora de Paris por contra do engajamento no exército revolucionário, as Seções havia tempo estavam esvaziadas, tudo ocorrera muito rapidamente e, afinal, muita gente já estava cansada de Robespierre. No entanto, a reação termidoriana não foi uma simples troca de um grupo por outro no poder. Até mesmo porque, se o pessoal de Robespierre era realmente um grupo coerente, os termidorianos eram apenas uma frente ocasional de “camaleões” para derrubar determinado projeto de poder, sem, contudo, apresentar alguma unidade ideológica ou projeto alternativo<sup>363</sup>.

Dos principais atores que se associaram nessa insurgência, deve-se considerar em especial quatro membros do Comitê de Salvação Pública, – Barère, Billaud-Varenne, Carnot e Collot d’Herbois –, quatro integrantes do Comitê de Segurança Geral – Amar, Vadier, Talien e Dubois de Crancé – e três outros deputados: Fouché, Merlin de Douai e Régis de Cambacérès, entre outras figuras menos influentes. O mais desconcertante nisso é que todos foram decididos artífices do Terror, a maioria, inclusive, jacobinos desde primeira hora. Nenhum deles era conhecido pela moderação. Porém, por medo de Robespierre e de seu grupo, por pressentimento e senso de sobrevivência política ou por acharem que o Terror não tinha mais utilidade prática, acabaram rompendo com ele, apelando para aquele centro pantanoso e mais temperado, desde há muito inerte, mas agora ressurgente. Como Barère, histórico jacobino da Planície que sobreviveu ao jogo entre a Gironda e a Montanha, sendo o parlamentar que finalmente apontou o dedo para Robespierre e disse “chega!”, dando início ao levante. Ou Fouché, um dos representantes em missão mais cruéis, também jacobino histórico e em certo momento próximo dos girondinos, que acabou por tornar-se chefe de polícia durante o período do Consulado, ocasião em que montou o eficiente esquema de repressão política do regime napoleônico, sendo por isso considerado por muitos como o pai do moderno Estado policial. Ou Merlin de Douai e Régis de Cambacérès, autores da repudiada Lei dos Suspeitos (de 17 setembro de 1793). Ou Vadier, notório entusiasta da política de Terror e perpetrador de crimes bárbaros, porém inimigo pessoal de Robespierre, que aderiu ao grupo sem cortar, entretanto, o compromisso com a esquerda de Babeuf e Buonarroti. Todos eles votaram a favor das medidas de Terror e se empenharam particularmente em cumpri-las, alguns, inclusive, tendo atuado diretamente no processo pela execução dos girondinos, hebertistas e dantonistas, e não somente de vendeanos, *chouans*, realistas, padres refratários, *modérés* e outros inimigos da Revolução mais ou menos típicos<sup>364</sup>.

---

<sup>362</sup> Jean Matrat. *Robespierre*, p. 296.

<sup>363</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 90. Ver também Bronislaw Baczko. “Termidorianos”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, p. 421.

<sup>364</sup> Sobre as contradições dos termidorianos, ver David Andress. “Terror contra terror”. Em *O Terror: Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2009, p. 403-432.

O fato da reação termidoriana, que culminará efetivamente num movimento de esvaziamento da violência revolucionária, ter sido obra de revolucionários altamente envolvidos com os jacobinos e o Terror suscita vários tipos de problemas e indagações quanto aos paradoxos da Revolução naquele momento e às contradições do jacobinismo em sentido geral. De todas as questões decorrentes disso, fixo-me particularmente no fato lateral de que foi justamente dessa experiente esquerda revolucionária comprometida com a violência, agora indisposta com o “*robespierreanisme*” e “*La Terreur à l’ordre du jour*”, que partiram as primeiras enunciações dos motes *terroriste* e *terrorisme*, conforme discorro mais abaixo. Antes de chegar lá, entretanto, é preciso situar o contexto que ambientou o aparecimento desses neologismos.

Nos dois dias seguintes à execução de Robespierre e de seu grupo imediato o Tribunal Revolucionário autorizou a decapitação sumária de mais outras setenta e tantas pessoas ligadas à hierarquia jacobina em Paris. E assim continuou pelas próximas semanas, ceifando-se sumariamente a vida de outras dezenas de lideranças jacobinas pelo país à fora. Aparentemente isso em nada diferia dos procedimentos usados pela turma de Robespierre. No entanto, em seguida a este último espasmo do Terror tal qual, os termidorianos aboliram em primeiro de agosto a polemica Lei do 22 Prairial que tanto havia assustado os convencionais, introduzindo algumas garantias individuais nos procedimentos do Tribunal Revolucionário e limitando a autonomia dos representantes em missão. Logo depois o grande procurador do Terror, Fouquier-Tinville, foi detido, libertando-se mais de dois mil prisioneiros em Paris. Como “antigos viciados”, na expressão de Furet, os termidorianos ainda irão apelar a medidas de terror quando isso se mostrar útil, “mas envergonhadamente”, não como um princípio alardeado aos quatro ventos. Numa espécie de passe de mágica, “após ter sido a própria Revolução”, o Terror transformara-se subitamente em um signo de tirania a ser execrado<sup>365</sup>.

Não para todos, é bom lembrar. Apesar da reação anti-robepierreana ter sido fulminante, o equilíbrio de forças dentro da Convenção depois do 9 Termidor continuou instável por mais de um ano. Para um bom número de deputados sobreviventes, a política de Terror deveria ser mantida, apenas eliminando-se seus “excessos”; aliás reputados exclusivamente a Robespierre e seus “cúmplices”, sem sombra de autocrítica. Mas em maior número foram aqueles convencionais que simplesmente queriam tirar *La Terreur* da ordem do dia. Nesse jogo de forças venceram, enfim, os defensores da abolição do Tribunal Revolucionário, dos Comitês de Vigilância, dos clubes radicais e dos certificados de civismo que compunham a máquina que animava concretamente o instituto do Terror. Essa tensão parece ter se resolvido irreversivelmente quando em dezembro de 1794, começo do Ano III, foram readmitidos no parlamento “Os Setenta e Cinco” deputados que estavam encarcerados há meses por protestar contra a matança dos girondinos. Note-se que a medida, de enorme significação política naquele momento, foi tomada depois do relatório favorável de Merlin de Thionville, outro conhecido radical jacobino próximo aos *cordeliers*, notabilizado como

---

<sup>365</sup> François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*, p. 86.

sangrento representante em missão. A partir de então o poder da uma nova “direita” (pois “direita” num universo tradicional de esquerda radical) se confirmou na Convenção. Nesse mesmo mês, a anistia oferecida aos *chouans* na Bretanha esvaziou estruturalmente a resistência interna e contundentes vitórias do exército nas fronteiras, seguidas de tratados relativamente generosos, levaram à uma suspensão temporária da guerra com a Holanda, a Espanha e a Prússia, além de outras medidas menores que distencionaram a relação com demais países beligerantes. Foi nesse contexto que eclodiu o chamado “terror branco”, sobre o qual cabe alguma consideração.

### Uma nota sobre o “terror branco”

Nos dias e semanas posteriores ao 9 Termidor milhares de pessoas, inclusive algumas dezenas de deputados, saíram de seus esconderijos e um verdadeiro entusiasmo anti-jacobino tomou conta da população. Os pedidos de vingança contra os maiores do Terror escutavam-se por toda parte. Reapareceram o girondino, o hebertista, o dantonista, o monárquico, o católico e a imprensa livre. Voltou-se, por exemplo, a falar impunemente nos cafés contra aqueles “canalhas”, “degoladores”, “ladrões”, “ignorantes” e “insolentes” que “se tinham apoderado dos empregos” e que “só sonhavam em estar por cima das pessoas de bem”<sup>366</sup>. “Desforra” era a palavra que melhor resumia o sentimento dominante. Com isso sobreveio um novo movimento de violência política com tintes conservadores que extrapolava a reação termidoriana, especialmente depois que em 10 de abril de 1795 foi ordenado o decreto de desarmamento dos “terroristas” em todo o país<sup>367</sup>.

Desde que certa historiografia republicana da segunda metade do século XIX assim o caracterizou (com o reforço posterior da historiografia marxista), esse surto vem sendo chamado comumente de “Terror Branco”. Mas tal expressão não quer dizer muito, pelo menos em comparação com o que significou *La Terreur*. Primeiro, porque raramente se separa nela aquilo que é próprio dos termidorianos ainda revolucionários, o que é devido aos termidorianos mais à direita (mas conservando certo discurso da revolução), o que é devido a outras forças francamente reacionárias e o que é devido simplesmente ao contexto de caos econômico e social da época<sup>368</sup>. A ação institucional do Tribunal Revolucionário contra os jacobinos não deve ser confundida com a eclosão espontânea de bandos de vingadores, nem organizativamente nem ideologicamente. Segundo, porque em ambos sentidos não há termo de paridade com as práticas e representações da violência num caso e no outro. Embora a perseguição aos rebespierreanos movidas desde cima pelos termidorianos tenha

---

<sup>366</sup> Bronislaw Baczo. “Termidorianos”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 423.

<sup>367</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 191.

<sup>368</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1989, p. 851-852.

efetivamente recorrido a práticas de terror contra os principais ativistas jacobinos (basta ver a manutenção do arremedo de Tribunal e do apelo à guilhotina), de modo algum essa “caça” específica se nivelou com aquelas campanhas promovidas no Ano II contra genéricos “inimigos da Revolução”, muito mais disseminadas, organizadas e ritualizadas. Além disso, essa violência nada tinha de consistência doutrinária, revelando-se tão somente resultado de cálculos pragmáticos, oportunismos e desejos de *vendetta* pessoal ou política. Por sua vez, a violência espontânea e contrarrevolucionária dirigida contra os jacobinos em nada se assemelhou àquela do verão de 1789, tanto na forma quanto nos números. E menos ainda se pareceu com aquela institucionalizada pela Convenção, em qualquer de seus momentos.

Ainda que florescessem pasquins incitando linchamentos de jacobinos, como o novo jornal *L'Orateur du Peuple* de Fréron – o antigo jacobino que se jactara de “matar tudo que mexe” quando representante em missão na Toulon rebelde –, que músicas populares como *La réveil du peuple* falassem em “guerra”, “vingança” e “hecatombe”, que gangues de inspiração monarquista como os *muscadins* em Paris e as *Compagnies du Soleil* do vale do Ródano cometessem concretamente os assassinatos mais bárbaros, todos eram formalmente contra o Terror, causa maior de sua repulsa aos jacobinos. Embora entre essas novas forças certamente houvesse um ranço forte da violência revolucionária – na medida em que reproduziam sua cultura de execuções sumárias e brutais –, os ataques promovidos por elas estavam faltos do espírito sistemático que inspirara o Terror. Por mais agressivas que fossem, suas atuações sangrentas não iam além de vingar o Terror “olho-por-olho”, sem maior empenho “filosófico” ou político-estratégico em definir o que faziam. Isso vale, aliás, para os conhecidos atos de brutalidade cometidos por vendeanos e *chouans*, igualmente desprovidos de senso metódico e doutrinário. De fato, nunca houve experiência organizativa importante ou empenho intelectual significativo que estivessem ancorados na ideia de um Terror Branco, seja durante ou depois da reação termidoriana<sup>369</sup>. Quaisquer que tenham sido as dimensões humanas e trágicas desse “terror” desencadeado depois do 9 Termidor, e elas foram graves, ele não alcança qualquer valor teórico, programático ou empírico de monta. Além do mais, essa violência não foi elevada a uma categoria de doutrina de Estado, como *La Terreur*. Desorganizado, ainda que fulminante, o extermínio dos jacobinos não engendrou um método de governo. A despeito da Convenção termidoriana ter usado em certo momento procedimentos tipicamente “robespierreanos” e “jacobinos” para sentenciar pessoas acusadas justamente de “robespierreanismo” e de “jacobinismo”, e de ter demorado a desautorizar e reprimir as práticas ilegais que caracterizavam a violência anti-jacobina de rua, ela acabou por esvaziar a ideia de violência como orientação estatal, abrindo as portas para outras possibilidades políticas que passavam antes por soluções de consenso e de anistia. Considere-se ainda, para reforçar o argumento de que o Terror Branco nem de longe tem a mesma expressão do Terror *tout court*, que ele ocorreu basicamente em Paris e no Midi oriental, sem repercussão exatamente nacional, inclusive, e de certo modo surpreendente, sendo pouco relevante na Gironda, na Vendéia e na Normandia, regiões nas quais seria de se esperar maior sede de vingança. Ademais, ele

---

<sup>369</sup> Simon Schama. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, , p. 858.

não passou de um tempo relativamente curto, basicamente entre o outono de 1794 e a primavera de 1795.

De qualquer forma, não se pode minimizar o acontecido. Em boas franjas das fronteiras do país, grupos de emigrados realistas passaram a articular destacamentos armados e planos de insurgência. Nada disso acabou dando certo, mas em seu momento resultou efetivamente num incremento da violência contrarrevolucionária em algumas cidades periféricas. Em Paris, o movimento da “*jeunesse dorée*” e de “*muscadins*” chegou a encarnar uma espécie de milícia juvenil, que apesar de pouco organizada mostrava-se vigorosa com seus quase três mil ativistas, muitos dos quais desertores ou foragidos do recrutamento de 1793. Não era um grupamento da nobreza, como já se imaginou, embora o sentimento realista fosse crescente em suas fileiras. Identificados com valores elitistas (expressos, inclusive, por uma sofisticada indumentária própria que gerou moda), a maioria de seus participantes vinha de classes médias e baixas<sup>370</sup>. Eles saíam pelas ruas, mercados e teatros agredindo verbalmente conhecidos simpatizantes de Robespierre, não raro espancando-os fatalmente. Entre os dias 9 e 11 de novembro de 1794 atacaram e destruíram a sede do Clube dos Jacobinos na rua Saint-Honoré, fechado definitivamente no dia 12 por ordem da Convenção. Ao longo do inverno essas gangues ampliaram suas ações promovendo uma campanha de destruição dos monumentos vinculados ao Terror. Por sua pressão, os restos mortais de Marat foram retirados do Panteão e lançados num esgoto. Essas investidas duraram meses e podiam ser muito mais sangrentas. Em Lyon e Avignon juízes jacobinos dos tribunais locais foram linchados em público com cenas horripilantes; porém sem o espetáculo das cabeças cortadas encimando piques, o que é muito significativo. Mas no geral essa violência incidia sobre pessoas já sob custódia do Estado. Como no maior episódio de todos, ocorrido em Marselha no dia 5 de junho do ano seguinte, quase que encerrando simbolicamente o ciclo do Terror Branco, quando cerca de quarenta integrantes de uma obscura milícia autodenominada *Compagnie de Jésus* invadiu a fortaleza de Saint-Jean e trucidou quase cem jacobinos que lá estavam detidos<sup>371</sup>. Nessas agressivas manifestações, *La réveil du peuple* era cantada como verdadeiro hino anti-jacobino e anti-Terror, vivendo-se uma euforia que, no entanto, não durou muito. Até mesmo porque, a despeito de certa reação jacobina aqui e ali, rapidamente não havia mais a quem perseguir. O jacobinismo, enfim, na sua forma característica do Ano II e nas pessoas dos ideólogos que o alimentaram, esfumara-se.

Concluindo, apesar de tudo isso, o Terror Branco não foi uma referência relevante na erupção dos neologismos *terroriste* e *terrorisme*. Aqueles que primeiro e sistematicamente usaram esses termos não estavam pensando na ambígua violência termidoriana nem na violência conservadora de *muscadins* e congêneres, mas na sistemática violência revolucionária dos jacobinos do Ano II.

---

<sup>370</sup> David Andress. *O Terror. Guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2007, p. 420-421.

<sup>371</sup> Bronislaw Baczko. “Termidorianos”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, p. 426.

## O novo substantivo e o novo adjetivo

Enquanto as medidas termidorianas desmontavam paulatinamente *La Terreur* e o Terror Branco dava seus últimos golpes, a violência *sans-culotte* irrompeu ainda mais uma vez na primavera de 1795. Como uma espécie de “canto do cisne” revolucionário, esta jornada que parecia reviver o que havia de mais impetuoso e autêntico na Revolução acabou por se revelar um grande fracasso e dar mais margem àqueles que procuravam se distanciar do Terror.

Diante do acirramento da crise alimentar, no dia 20 de maio uma enorme massa de parisienses pobres reivindicando pão, confisco de bens dos ricos e mais punição para especuladores, aglomerou-se nas entradas da Convenção. Depois de ser repelida várias vezes por destacamentos da Guarda Nacional, essa concentração de gente conseguiu finalmente, e aos trancos, irromper na câmara central. Entre os mortos da peleja corpo-a-corpo que se seguiu à invasão estava o deputado Jean Féraud, baleado ao tentar negociar com os manifestantes. Na sequência dos acontecimentos sua cabeça foi arrancada, colocada na ponta de um pique e desfilada no plenário da casa diante de Théodore Vernier, que presidia a sessão, e dos demais deputados presentes, todos compreensivelmente estupefatos<sup>372</sup>. Parecia que os velhos tempos haviam voltado. Aterrorizados como poucas vezes antes, os parlamentares aprovaram todas as medidas pedidas pela multidão, o que acabou desanuviando o ambiente e dispersando a manifestação. Mas tão logo recuperaram-se do susto, as forças termidorianas, de forma mais organizada e aproveitando da noite, reassumiram o controle da situação revogando essas medidas em sessão extraordinária e lançando nas horas seguintes homens armados para prender as lideranças e simpatizantes mais destacados dos tumultos do dia anterior. “Seção por Seção, casa por casa”, como especificava o decreto que se seguiu, deveria ser feita uma ostensiva varredura em toda Paris para investigar e deter todos aqueles envolvidos direta e indiretamente com a morte de Féraud<sup>373</sup>. Os últimos montanhesees foram definitivamente aprisionados e pela primeira vez as forças armadas do Estado reprimiram em uníssono um levante popular. Sem dúvida, isto representou uma grande inflexão com relação à cultura de permissividade com a violência revolucionária inaugurada em 1789. Confirmando essa tendência, pouco depois o caráter revolucionário do governo foi abolido. Finalmente, o guilhotinamento do famigerado promotor-mor do Tribunal Revolucionário Fouquier-Tinville no dia 7 de maio, depois de meses de prisão, encerrava simbolicamente toda uma era.

Foi nesse contexto de vitória definitiva dos termidorianos que o processo linguístico matricialmente ancorado no termo *terreur* se desdobrou então nas desinências e sufixos que possibilitaram os neologismos *terrorisme* e *terroriste*, dando assim suporte material, isto é, verbal, para uma nova unidade conceitual do léxico político derivado da Revolução.

---

<sup>372</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p.193.

<sup>373</sup> David Andress. *O Terror: Guerra civil e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2009, p. 421.

O primeiro passo nesse sentido foi a sedimentação da ideia da política revolucionária do terror como sistema. Essa ideia não era absolutamente nova no Termidor e já havia sido levantada dois meses depois que o terror entrara na ordem do dia, quando os deputados Philippeaux, Bazire, Chabot e Thuriot fizeram publicar na imprensa um poemeto crítico em que diziam:

*“La terreur/le système de terreur détruit les vertus magnanimes  
étouffe les élans de l'imagination  
comprime les efforts du patriotisme  
rend le législateur incapable de faire de bonnes lois  
annonce la ruine des patriotes  
nous menace d'une nouvelle tyrannie  
tend à nous faire déchirer les uns les autres  
tend à diviser les patriotes  
dénigre les commissaires auprès des armées  
écrase tous les départements”*<sup>374</sup>.

O uso dessa expressão em outras situações, no entanto, deve ser tomado com cautela pois nem sempre se refere a *La Terreur*. Muitas vezes ela foi utilizada por protagonistas de grupos diferentes apenas para se desqualificarem mutuamente sem que isso significasse um emprego semanticamente relevante. Assim, o girondino Joseph Guiter acusa os montanheses e jacobinos de montar seu próprio sistema de terror<sup>375</sup> e o jacobino Saint-Just acusa a gironda de criar um sistema de terror contra a cidade de Paris<sup>376</sup>, entre outros usos pouco precisos.

Porém, foi com o relatório acusatório de Barère contra os robespierreanos, apresentado à Convenção no 14 Termidor de 1794 (1 de agosto), que *La Terreur* começou a ser interpretada efetivamente como um conjunto de elementos interdependentes e articulados para formar um todo organizado; isto é, um conjunto de “*manoeuvres réduites em système*”<sup>377</sup>. Foi a partir desse relatório que Tallien estruturou seu minucioso discurso no dia 28 no qual a expressão *système de la Terreur* tornou-se consagrada. Usando quase trinta vezes o termo terror, ele falou oito vezes em *système de la terreur* e uma vez em *système de terreur*, apresentando assim a primeira grande síntese da ideia de *terrorisme*, palavra que introduziu, discretamente e *en passant*, naquela ocasião (p. 614, segunda coluna, §4). Retomando o significado do mote *terreur* a partir da ideia de “*trembler de crainte en une*

---

<sup>374</sup> Jacques Guilhaumou. *La terreur à l'ordre du jour: Un parcours en révolution (1793-1794)*. Paris, DUSP, p. 155.

<sup>375</sup> *Archives Parlementaires*. Tomo LXXV, sessão do dia 3 de outubro de 1793, p. 672. Disponível em <[http://frda.stanford.edu/fr/catalog/wq726ny9731\\_00\\_0678](http://frda.stanford.edu/fr/catalog/wq726ny9731_00_0678)>.

<sup>376</sup> Saint-Just. *Oeuvres complètes*. Paris, Gallimard, 2004, p. 595.

<sup>377</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861. Tomo XXI, n. 315, edição de 2 de agosto de 1794, p. 369. Disponível em <[https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

*véritable désorganisation de l'âme*", Tallien diz que ele "*consiste à menacer les personnes toujours e pout tout, à les menacer de tout ce que l'imagination peut concevoir de plus cruel*", de modo que "*est le terreur même qui s'établit dans l'âme malgré le sentiment de innocence*", numa sensação paralisante de medo que "*n'est susceptible ni de plus ni de moins*". Nesse sentido, considerando o terror como chave de um sistema,

*"Pour faire toujours trembler tout le monde, il est nécessaire non-seulement de suspendre sur le chaque action un súplice, sur chaque parole une menace, sur le silence une suspicion. Il faut encore placer sous chaque pas un piège, dans chaque famille un traître. Il faut, en un mot savoir mettre tous les citoyens à la torture par le súplice de quelques-uns, et trancher la vie de ceux-ci de manière à abregèr celle des autres. Tel est l'art de répandre la terreur"*. Concretamente, tal sistema precisa "*joindre à l'image de la mort celle de l'effusion du sang, ensuite il faut environner la victime d'autres victimes, et les faire tomber les unes devant les autres. Faut faire voir à un homme la mort de cinquante autres avant de la lui donner. Faut enfin pousser le raffinement jusqu'à tuer le père après son enfant, l'époux après sa femme, la frère après sa soeur*"<sup>378</sup>.

Tallien ainda menciona em sua caracterização que isso exige uma organização política regular e altamente concentrada, necessariamente tendente a favorecer uma minoria arbitrária interessada em oprimir uma maioria.

A pertinência dessas observações (*La Terreur* como violência psicológica, como mensagem, como mecanismo de dominação autoritária etc.) contrasta, no entanto, com a falsa explicação histórica que Tallien dá para o fenômeno ao remetê-lo exclusivamente a Robespierre e a "*quelques subalternes*", dizendo que a Convenção foi vítima deles, "*jamais complice*". Tallien, jacobino exaltado, partícipe destacado dos Massacres de Setembro e representante em missão conhecido por espalhar o terror em Bordeaux<sup>379</sup>, sabia bastante bem que *La Terreur* fora uma obra coletiva que ia muito além do círculo do Incorruptível. Mas isso não é importante aqui. Mais importante é notar que ao finalizar seu discurso ele diz: "*Citoyens, tout ce qui vous venez d'entendre n'est qu'un commentaire de ce qui Barère a dit à cette tribune du système de la terreur, la lendemain de la mort de Robespierre*". Ou seja, seu discurso fazia parte de uma narrativa suprapessoal que começava a dar forma linguística ao conceito de terrorismo. Pouco depois, em 26 de agosto Fréron discursava lembrando as proposições de seus colegas sobre o *système de terreur et de sang* do Ano II<sup>380</sup>. Daí em diante as referências às mesmas ideias se avolumam, passando dos discursos aos panfletos<sup>381</sup>.

---

<sup>378</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861. Tomo XXI, n. 343, edição de 30 de agosto de 1794, p. 612-615. Disponível em [https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false).

<sup>379</sup> Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*, p. 388.

<sup>380</sup> *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861. Tomo XXI, n. 342, edição de 29 de agosto de 1794, p. 602. Disponível em

Nesse processo de invenção linguística não se deve subestimar a dinâmica da cultura oral e popular, que de modo algum estava cega ao “sistema” dos jacobinos. Certamente que não com a mesma intensidade do começo da Revolução, a interface entre circuitos culturais de rua e de gabinete não foi totalmente suprimida no seu período tardio, ainda mais num tema que evocava algo tão comum a todos<sup>382</sup>. Pierre Caron, no seu estudo sobre os relatórios dos agentes secretos que prestavam serviço ao Ministério do Interior durante *La Terreur*, apresentou alguns indícios nesse sentido ao mostrar (embora não discutir) que desde a *entrada do terror na ordem do dia dos trabalhos da Convenção, a palavra terreur passou ser insistentemente ouvida nos mercados e cafés*<sup>383</sup>. Nesses relatórios inexistente qualquer registro de neologismos, mas não é despropositado presumir que a inventividade e o repertório dos falantes já os houvessem enunciado em falas não reproduzidas pelos espiões atrás de conhecidas palavras. Afinal, não faltavam fartas condições de experiência vulgar para a aplicação das desinências “*isme*” e “*iste*” ao mote central *terreur*. Ainda mais depois do 9 Termidor.

Seja como for, a primeira evidência de um uso sistemático das palavras *terrorisme* e *terroriste* parece residir em alguns textos publicados por Babeuf entre agosto e setembro de 1794.

De uma família muito pobre da Picardia, próximo aos *sans-culottes* e ao jacobinismo, mas sem ser filiado a clube algum, transitando bem entre os *cordeliers* mais radicais, Babeuf foi um personagem para lá de secundário nos caminhos da Revolução, seja por sua atuação periférica ou por suas limitações intrínsecas, embora tenha se tornado um ícone da história do socialismo ao propor a malograda *Conjuration des égaux*. Ele não protagonizou nas velhas batalhas da Revolução e passou o maior tempo dela em sua terra natal. Como outros *sans-culottes* favorecidos com pequenos cargos no governo, acabou ganhando uma função administrativa, no exercício da qual teve de responder a um processo de falsificação de documentos. Preso e temporariamente solto, ele fugiu para Paris, onde encontrou proteção de revolucionários mais graúdos, inclusive ganhando novo cargo burocrático. Não chegou a ser deputado e sequer veio mesmo a ocupar postos importantes na Comuna ou nas Seções. Próximo de Marat, mas distante de Robespierre, ele nunca se opôs efetivamente ao Terror até este ser derrocado, só então passando a denunciá-lo frontalmente. E por pouco tempo. Como assinala Furet, o entusiasmo de Babeuf com o 9 Termidor é um “*estranho episódio*,

---

<[https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8aQNAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

<sup>381</sup> Ver, por exemplo, o panfleto de Laurent Lacoindre *Robespierre par lui même et condamné par ses propres principes*. Paris, Rougyff Ed., setembro de 1794, p. 31. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41119q/f34.item.r=syst%C3%A8me%20de%20terreur.zoom>>.

<sup>382</sup> Ami-Jacques Rapin. “L’objet évanescant d’une théorie improbable: Le terrorisme et les sciences sociales”. Em *Les Cahiers du RMES*. Paris, 2008, v. V, n. 1, p. 42.

<sup>383</sup> Pierre Caron. *Paris pendant la terreur: Rapports des agents secrets du ministère de l’intérieur*. Paris, Alfonse Picard, 1914, p. 12.

que não se enquadra com o resto de sua existência política, e que espelha sem dúvida, nos poucos meses que se seguiram à queda de Robespierre, a pressão irresistível de uma opinião pública libertada da guilhotina”<sup>384</sup>. Mais do que isso, entretanto, deve ter influenciado na sua adesão ao Termidor o fato que continuava a pesar sobre ele a dura condenação (vinte anos de cadeia) das autoridades jacobinas de Roye, que o descobriram em Paris e novamente o prenderam. Solto provisoriamente alguns dias antes da queda de Robespierre, parece que ele viu na recente reviravolta política uma oportunidade para safar-se do processo criminal<sup>385</sup>.

Por sua pena aparece impresso, no virar de agosto para setembro de 1794, o substantivo *terrorisme* e o adjetivo *terroriste*, com o intuito de caracterizar a política de terror liderada por Robespierre. Até então, naquele mês e meio decorrido da reação termidoriana, já se falava, como foi visto, em “sistema de terror”, mas, exceto a menção isolada de Tallien, não se usava essas expressões para qualificá-lo. Até então, o grupo de Robespierre, Saint-Just, Couthon *et caterva* era chamado de “bebedores de sangue”, “anarquistas” e “loucos”, entre outros epítetos pejorativos, mas que não tinham qualquer valor operatório. Foi somente quando Babeuf usou o termo *terroriste* e *terrorisme* por várias vezes nas páginas do seu jornal *Le Tribun du Peuple*<sup>386</sup> que o vocabulário dominante se impregnou com as novas palavras. Na primeira vez ele distingue, entre os atores da Revolução, aqueles patriotas não robespierranos e aqueles “*patriotes terroristes*”. Note-se que ele manifesta aqui consciência de seu ineditismo vocabular e profetismo ao dizer que “*cette expression va venir a la mode*”<sup>387</sup>. Na segunda vez ele menciona um “*régime terroriste et révolutionnaire*” como método de governo<sup>388</sup>. O tom pejorativo das suas acepções é confirmado na terceira menção do termo, quando fala nos desprezíveis agitadores e espiões “*aux gages des terroristes*”<sup>389</sup>. Em outras passagens posteriores ele introduz o termo *terrorisme*. Em uma delas fala de uma “*langage du terrorisme*” como estilo de atuação política especialmente violenta com função comunicativa<sup>390</sup>. Em outra, considerando o fenômeno como um todo, diz:

---

<sup>384</sup> François Furet. “Babeuf”. Em François Furet e Mona Ozouf (org). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 193.

<sup>385</sup> François Furet. “Babeuf”. Em François Furet e Mona Ozouf (org). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, p. 195.

<sup>386</sup> Também intitulado *Le Défenseur des Droites de l’ Homme; em continuation du Journal de la Liberté de la Presse*.

<sup>387</sup> Graccus Babeuf. *Le Tribun du Peuple*. Paris, n. 4, edição de 28 de agosto de 1794 (27 fructidor do Ano III), p. 3. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6453g/f32.item.r=terroriste.zoom>>.

<sup>388</sup> Graccus Babeuf. *Le Tribun du Peuple*. Paris, n. 13, edição de 22 de setembro de 1794 (1 vendemiário do Ano III), p. 7. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6453g/f102.item.r=terroriste.zoom>>.

<sup>389</sup> Graccus Babeuf. *Le Tribun du Peuple*. Paris, n. 17, edição de 26 de setembro de 1794 (5 vendemiário do Ano III), p. 7. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6453g/f140.item.r=terroriste.zoom>>.

<sup>390</sup> Graccus Babeuf. *Le Tribun du Peuple*. Paris, n. 23, edição de 5 de outubro de 1794 (14 vendemiário do Ano III), p. 7. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6453g/f182.item.r=terrorisme.zoom>>.

“*Pour moi je, comprends que d'est le terrorisme, le gouvernement de sang, le gouvernement de Robespierre, la tyrannie de Robespierre, le despotisme des comités, et tout ce qui en fut les atroces résultats, les guillotines les fusillades, les noyades, la compression, le désespoir, tous les genres de pénurie de privations et de misère*”<sup>391</sup>.

Tirando o infundado aspecto econômico (a tragédia alimentar não estava atrelada funcionalmente à decretação de *La Terreur*), tudo o mais procede neste resumo. Mesmo sem aprofundar o assunto e não ultrapassando sua identificação com o *robespierreanismo*, entre os números 34 e 43 do *Le Tribun du Peuple*, por exemplo, publicados entre 15 brumário do Ano III e 5 floreal do Ano IV) Babeuf repete sete vezes o termo *terrorisme* e vinte duas vezes o termo *terroriste*<sup>392</sup>. E assim ele vai, de pouco em pouco difundindo em outras passagens os novos termos que, como vaticinou, tornar-se-iam “moda”.

Apesar dessas manifestações linguísticas em contra do Terror, Babeuf não demorou a recair nas soluções autoritárias, golpistas e violentas típicas do Terror, que, não se deve esquecer, ainda inspiravam certos termidorianos. Assim, ao longo do Ano III, e apesar de beneficiar-se em liberdade pela nova situação, ele acabou por articular em torno de si um círculo revolucionário interessado em radicalizar o igualitarismo social (e a Revolução) pela força, inclusive aglutinando ex-terroristas a pleno sentido, como Buonarroti, robspierreano convicto. Não sabemos onde essa nova contorção ideológica poderia parar, pois seus planos foram abortados com a descoberta da conspiração. Mas o fato é que o “babovismo”, graças, sobretudo, à narrativa de Buonarroti que sobreviveu a sua repressão, terminou por se identificar como a última chama viva do jacobinismo. Jacobinismo formalmente sem Robespierre e o Terror tal qual, por suposto, mas com igual senso de arbitrariedade revolucionária e disposição para cometê-la<sup>393</sup>.

O pioneirismo de Babeuf em haver cunhados os dois neologismos não deve ser fetichizado, obviamente. Muitas fontes não chegaram até nós e ainda existem documentos que não foram compulsados nesse sentido, além de não sabermos sobre o quanto essas expressões já fossem recorrentes na cultura oral antes de serem impressas. Mas não há dúvida de que o mártir da Conspiração dos Iguais fundou “moda”, no sentido de “frequência” ou “tendência” conceitual, ao repetir tantas vezes as expressões *terrorisme* e *terroriste*, como, aliás, ele previu que aconteceria. Com efeito, evidências do emprego desses dois termos, seguindo a mesma dimensão semântica, já aparecem abundantemente nos anos seguintes em pelo menos meia dúzia de fontes e até ultrapassando a língua francesa.

---

<sup>391</sup> Gracchus Babeuf. *Le Tribun du Peuple*. Paris, n. 25, edição de 8 de outubro de 1794 (17 vendemiário do Ano III), p. 4. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6453g/f198.item.r=terrorisme.zoom>>.

<sup>392</sup> Números disponíveis em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6454s/f1.item.r=terrorisme.zoom>>.

<sup>393</sup> Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, EDUSC, 2000, p. 163- 203.

A partir da primavera de 1795 vemos, por exemplo, vários relatos pessoais que os utilizam sem cerimônia, como o *Les métamorphoses du terroriste Roques*, dedicado aos cidadãos do departamento de L'Ariège por um certo Bergasse-Laziroule, onde o autor procura desvincular-se da acusação de jacobino<sup>394</sup>. Ou como o *Discours prononcé par le citoyen Seriziat pour honorer la mémoire des braves lyonnais immolés par les terroristes*, em que outro protagonista menor se empenha em denunciar os jacobinos<sup>395</sup>. Na mesma época aparece também uma *Histoire du terrorisme dans la commune d'Arles*, publicada anonimamente na capital, que já demonstra preocupação historiográfica com o assunto<sup>396</sup>. E há até um curioso texto que procura discutir o impacto do Terror na economia, como o *Point de terrorisme contre les assignats ou le triple union entre la foi publique et les intérêts des finances et du commerce*, assinado pelo conhecido homem de finanças Ambroise Marie-Arnould<sup>397</sup>. Estes não são os únicos títulos daquele quadrante que recorrem às palavras *terrorisme* e *terroriste*. Com maior ou menor propriedade, pouco depois essas expressões já estavam, inclusive, difundidas no exterior. Como se vê em uma das *Letters on a regicide peace* de Edmund Burke, escritas entre o final de 1795 e o começo de 1796, na qual ele refere-se a Robespierre e aos jacobinos como

“of those hell-hounds called terrorists, whom they had shut up in Prison on their last Revolution, as the Satellites of Tyranny, are let loose on the people. The whole of their Government, in its origination, in its continuance, in all its actions, and in all its resources, is force; and nothing but force. A forced constitution, a forced election, a forced subsistence, a forced requisition of soldiers, a forced loan of money”<sup>398</sup>.

Em contraste com o entusiasmo popular com o Terror dois ou três anos antes, em todos esses casos pioneiros o sentido dos motes *terrorisme* e *terroriste* nunca apresenta acepção lisonjeira ou laudatória, sequer mesmo neutra, mostrando-se as duas novas unidades do léxico político inconfundivelmente pejorativas e injuriosas, chegando, inclusive, a assumir um significado jurídico criminal, como nas acusações que levaram alguns

---

<sup>394</sup> Bergasse-Laziroule. *Les métamorphoses du terroriste Roques*. Ariège (?), s/ed., 1795. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62251056.r=Bergasse-Laziroule%20Les%20m%C3%A9tamorphoses%20du%20terroriste%20Roques>>.

<sup>395</sup> Seriziat (?). *Discours prononcé par le citoyen Seriziat pour honorer la mémoire des braves lyonnais immolés par les terroristes*. Lyon, s/ed., 1795. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57114n>>.

<sup>396</sup> Anônimo. *Histoire du terrorisme dans la commune d'Arles*. Paris, Gyffroy Ed., 1795. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6221786g.r=>>>.

<sup>397</sup> Ambroise Marie-Arnould. *Point de terrorisme contre les assignats ou le triple union entre la foi publique et les intérêts des finances et du commerce*. Paris, Buisson Ed., 1795. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k434118.r=Point%20de%20terrorisme%20contre%20les%20assignats%20ou%20le%20triple%20union%20entre%20la%20foi%20publique%20et%20les%20int%C3%A9r%C3%AAts%20des%20finances%20et%20du%20commerce>>.

<sup>398</sup> Edmund Burke. “Letters on a regicide peace”. Em *Select works*. Indianapolis, Liberty Fund, v. III, 1990, p. 371.

termidorianos mais esquerdistas à desgraça na luta que se travou entre eles a partir do ano seguinte à queda de Robespierre<sup>399</sup>.

Pouco depois ambas expressões já eram facilmente encontráveis nos diários mais imparciais ou prudentes que sobreviveram às várias fases da Revolução, como os tradicionais *Le Moniteur Universel*, *La Gazette* e o *Journal de Paris*. Não parece haver uma pesquisa sobre em qual deles e quando elas apareceram pela primeira vez, mas certamente não foi antes das fontes citadas acima, ocorrendo mais ou menos ao mesmo tempo em quase todos. Percorrendo durante duas longas tardes números variados dos três jornais para o ano de 1795, não encontrei sequer um único uso delas. Ao contrário, em apenas uma tarde de pesquisa sobre o Ano V (setembro de 1796-setembro de 1797) encontrei umas quinze vezes as palavras *terrorisme* e *terroriste* repetidas em todos eles. Nessas passagens não há, em geral, aquela verve polemista e autoral (embora alguns editoriais denotem isso) que se observa nos pioneiros dos neologismos, quase sempre se tratando de apenas reportar essas expressões da boca de outros, o que é extremamente significativo, pois indica o quanto os termos já eram falados. De qualquer forma, permanecia o sentido pejorativo centrado na prática jacobina.

A extensão desses usos escritos e orais pode ser dimensionada com o processo de dicionarização que os dois neologismos sofreram. Como já foi visto no Capítulo I, antes da Revolução a última edição do *Dictionnaire de l'Académie Française* (a quarta, de 1762) não apresentava as entradas “terrorismo” e “terrorista”, somente “terror”, assim como outros glossários da época. Entretanto, em 1798, na sua quinta edição, quase quatro anos depois de Babeuf ter usado pioneiramente os termos, o *Dictionnaire* trouxe um *Suplement* no qual apareciam as vozes *terrorisme* e *terroriste*. Ainda que econômica e prudentemente trabalhadas, elas não deixam por isso de ser significativas. O antigo verbete *terreur* continuava praticamente o mesmo da última versão e ocupava o maior espaço, mas com algumas diferenças emblemáticas. Primeiro, enfatizando a distinção entre aquele *terror* como “*Émotion causée dans l'ame par l'image d'un mal ou d'un péril prochain, épouvant*” – daí dizer-se “*jeter la terreur parmi les enemis*” ou “*répendre la terreur par tous les lieux où on passe*”- e aquele “*terreur subite*”, “*sans sujet, sans fondament*”. Note-se que não se fala em terror causado por terremotos ou pestes. Segundo, adicionou-se um pequeno parágrafo sobre o terror como política de Estado durante a Convenção, considerando a primeira parte do item referente a produção de apreensão psicológica, medo e pânico como prática de certo governo. Conforme isso, seguindo em ordem alfabética encontra-se mais adiante o inédito e curto verbete *terrorisme*, definido como um “*système*” ou “*régime*” típico de uma fase da Revolução, que “*permettant au pouvoir en place de briser, à force de mesures extrêmes et d'effroi collectif, ceux qui lui résistent*”. Passo seguido apresentava-se a entrada *terroriste*, mais curta ainda, caracterizada como “*partidaire*” ou “*agente*” desse sistema ou regime<sup>400</sup>. É de se notar, mas não deve espantar (pois tratamos de um texto que se pretende “neutro”),

---

<sup>399</sup> Annie Geffroy. “Terreur et sa famille morphologique”. Em Louis Gilbert (org.). *Néologie et lexicologie*, Paris, Larousse, 1979, p. 131.

<sup>400</sup> *Dictionnaire de l'Académie Française*. Paris, 1798, Firmin Didot, v. II, p. 777, 824 etc.

que nessas definições se abstenha de julgar ou condenar explicitamente o objeto da voz, ao contrário dos documentos anteriores que não evitam adjetivá-lo negativamente quando a empregam. Mesmo assim, sente-se entre uns e outros semelhante caracterização que carece de valores positivos ou auto-proclamados.

Daí em diante as vozes “terrorismo” e “terrorista” se reproduziram em vários glossários publicados depois, sem, contudo, ultrapassar o quadro referencial do influente *Dictionnaire de l'Académie Française*. Foi assim, por exemplo, no *Dictionnaire universel de la langue française* de Boiste, cuja segunda edição, publicada em 1803, apresenta três verbetes conexos: *Terreur* (“s.f. *Terror. Épouvente, grande craine. Abus des mesures révolutionnaires*”), *Terrorisme* (“s.f. *système, régime de la terreur em France*”) e *Terroriste* (“s.m. *agente ou partisan du système de la terreur, homme de sang*”)<sup>401</sup>. Da mesma forma seguem-se as definições no *Nouveau dictionnaire de la langue française* de Laveaux (1828)<sup>402</sup>, que apenas acrescenta algum detalhe etimológico na voz “terror”. O texto da sexta edição do dicionário da Academia<sup>403</sup>, de 1832-1835, tampouco inova substancialmente aquele de sua edição anterior, e nem o *Boiste* ou o *Laveaux*. Excede em muito o contorno cronológico aqui escolhido, mas não se perde por mencionar que até o *Bescherelle* (1856) e o *Littré* (1863-1872) nada de novo se encontra em relação à fórmula da pioneira edição apresentada pela Academia em 1798.

Em suma, na altura dos derradeiros anos do século XVIII, a partir de determinadas práticas e representações da violência política produzidas pela Revolução, parece estabilizar-se um primeiro “*glissement sémantique*”<sup>404</sup> em torno dos neologismos *terrorisme* e *terroriste*, fincados então definitivamente no vocabulário francês tanto por sua repetição quanto por certo sentido comum.

Essa espécie de sedimentação linguística na lexicografia – naturalmente mais lenta e conservadora que em outros gêneros literários – resiste até bem entrada a segunda metade do século XIX. Ela não reflete, entretanto, dissonâncias de significado que começaram a se manifestar na bibliografia por volta da década de 1840. Decididamente, não antes. Assim, em 1843 Louis Blanc falou em um “*essai de terrorisme monarchique*”<sup>405</sup>, trazendo a expressão para seus dias, sem recorrer a *La Terreur* jacobina e ao arrepio do que diziam os dicionários, pois na década por ele analisada nada poder ser crivelmente comparado com *La Terreur*. E Michelet, num estudo de 1858 sobre Richelieu, apresentou um capítulo intitulado “*Fin de la Fronde, Le terrorisme de Condé, Massacre de l’Hôtel-de-Ville*”<sup>406</sup>, no qual aplicava a ideia

---

<sup>401</sup> Pierre-Claude Boiste. *Dictionnaire universel de la langue française*. Paris, Desrai, 1803, t. II, p. 389.

<sup>402</sup> Jean-Charles Laveaux. *Nouveau dictionnaire de la langue française*. Paris, Garnier, 1828, t. II, p. 792.

<sup>403</sup> *Dictionnaire de l'Académie Française*. Paris, 1835, Firmin Didot, v. II, p. 862.

<sup>404</sup> Ami-Jacques Rapin. “L’objet évanescent d’une théorie improbable: Le terrorisme et les sciences sociales”, p. 87.

<sup>405</sup> Louis Blanc. *Histoire de dix ans*. Paris, Paganerre, 1843, v. IV, p. 346.

<sup>406</sup> Jules Michelet. *Richelieu et la Fronde*. Paris, Chamerot, 1858, p. 367.

de terrorismo para um passado anterior à Revolução Francesa, também ao arripio dos glossários e do fato de que a violência nas guerras civis de meados do século XVII ter sido muito distinta – formal, ideológica e quantitativamente – daquela que ensejou a palavra terrorismo. Alguns anos depois, Michelet estenderia a mesma locução para um contexto ainda mais incongruente ao falar das práticas repressivas do império czarista sobre os poloneses<sup>407</sup>. Essas dissonâncias, entretanto, eram laterais. Prescindindo de rigor semântico e histórico ao empregar ligeiramente o substantivo *terrorisme* como sinônimo genérico de violência política elas não interferiam decisivamente no processo de constituição do conceito em gestação. Mas ajudavam a difundir a palavra que lhe correspondia, no caso mal empregada, e seu dominante sentido pejorativo.

Apesar dessas e outras notas mais ou menos desafinadas que não tiveram grande repercussão, quando em 1852 o influente Victor Hugo deplorou em seu *Napoleon, le Petit*, o “*terrorisme au nom du salut public et au nom de Rome*”<sup>408</sup>, a expressão inaugural proferida por Babeuf no outono de 1794 (vaticinada então como futura moda) mostrou-se efetivamente consagrada na literatura. E com o sentido que lhe havia sido dado originalmente. Isto é, como designação sintética das práticas e representações do jacobinismo do Ano II da Revolução. Certamente que não por muito tempo, pois na década seguinte o anarquismo e o chamado populismo russo se encarregaram de imprimir renovado significado ao termo. Mas isto é outro problema.

Chegado, enfim, a esse ponto de determinação histórica sobre o surgimento textual e a primeira sedimentação semântica da palavra terrorismo, sem descuidar das experiências extralinguísticas que elas implicaram, o empenho por estabelecer a constituição primitiva do conceito de terrorismo se transforma em uma discussão teórica e empírica que vai além dos limites necessários da presente reflexão. Cabe assim o dever de concluí-la, ainda que provisoriamente.

---

<sup>407</sup> Jules Michelet. *La Pologne martyr*. Paris, Dentu, 1865, p. 203.

<sup>408</sup> Victor Hugo. *Napoleon, le Petit*. Paris, Editions du Soleil, 1973 (1852), p. 164.

## Conclusão

Diante do painel histórico que foi apresentado acima sobre questões linguísticas, ideológicas e comportamentais relativas à violência revolucionária na França no final do século XVIII, duas conclusões principais e conexas se impõem acima das demais ao discutir as origens do conceito terrorismo.

A primeira constata que o processo de formação deste conceito começou inequivocamente com a Revolução Francesa. Ou seja, foi em seu curso que uma série de representações e de práticas concernentes ao uso de meios especialmente violentos para consecução de objetivos políticos revolucionários amalgamou-se num modelo fundador que justamente exigiu um pioneiro neologismo para ser definido. E não acidentalmente tomando por base o velho termo latino *terror*. O importante desta constatação não é tanto reconhecer o fato em si, já demonstrado por farta literatura, mas discernir nele uma complexa trama de palavras, ideias e atos que o esclarecem historicamente. Trama que começa a ser tecida culturalmente a partir das novas sociabilidades e sensibilidades desenvolvidas na França em meados do século XVIII e de determinadas sugestões protorrevolucionárias do último Iluminismo, especialmente a partir da Revolução Norte-Americana. Mas que só adquire uma urdidura própria com a vitoriosa explosão de violência revolucionária no verão de 1789, passando daí em diante por várias fases de radicalização empírica e ideológica, culminando no Terror como orientação do Estado e no uso prático e doutrinário dele fizeram os jacobinos no Ano II. O contraditório advento do Termidor acabou colocando fim nessa experiência, surgindo daí as tentativas inaugurais de defini-la, o que criou em consequência a base vocabular e semântica sobre a qual o conceito pôde ser linguística e intelectualmente erigido.

A segunda conclusão de destaque permitida pela enquete realizada, talvez não tão consensual e óbvia como a anterior, refere-se ao fato de que embora todo um conjunto de práticas e representações de violência revolucionária, especialmente com relação ao período entre meados de 1792 e meados de 1794, tenha justamente dado substância ao surgimento da palavra *terrorisme* pouco depois, e o termo tenha chegado a ser coerentemente dicionarizado em certa altura, não se pode dizer que essa primeira calcificação textual configurou a criação de um conceito em sentido pleno, mas antes apenas uma “definição” ou “designação” de certo aspecto da Revolução.

Conceitos não são “definições”. Estas, conforme seu sentido mais técnico, são operações discursivas com intenção eminentemente funcional e que consistem basicamente em arrolar as características essenciais de alguma coisa num esforço de especificação e individuação linguisticamente laxo. Exatamente por isso as definições independem de palavras específicas, podendo se processar por uma grande variedade delas. Assim, por exemplo, as expressões “*terrorisme*”, “*jacobinisme*”, “*robepierreanisme*” e outras aparecem sinonimicamente nas fontes termidorianas, sem maior preocupação de distinção terminológica. Os conceitos propriamente ditos não se dão a isso. Eles estão atavicamente

ligados a certas palavras. Numa relação, porém, que transcende sua acepção original. Como disse Koselleck, “*Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos*”<sup>409</sup>. O conceito ultrapassa a palavra à qual se vincula na medida em que é capaz de apresentar uma multiplicidade de sentidos político-sociais que vão além da capacidade desta em apresentar significados linguísticos específicos. Ou seja, conceitos apresentam um “excesso de significado” ou “polissemia” em relação aos termos que os engendram originariamente. “*En la historia de un concepto, no sólo se desplaza el significado de una palabra, sino que cambia la composición y las referencias de todo el contexto entero que ha ido a parar a la palabra*”<sup>410</sup>.

Nesse sentido, um termo linguístico inovador para designar uma situação igualmente inédita, como é o caso de *terrorisme*, só começa a se converter efetivamente em conceito quando passa a ser aplicado a experiências fora de seu contexto originário, amplificando seu significado inicial. Desde, é claro, que não o extrapole na medida do irreconhecível, que não abandone nessa dinâmica determinada carga semântica devedora das práticas e representações evocadas na sugestão inaugural. Caso contrário deixa de haver aquela acumulação minimamente coerente de referências que possibilita a um conceito ser aplicado a diferentes (não quaisquer) situações sem perder validade cognitiva. Por isso, quando Michelet usou dilatadamente o termo *terrorisme* para nomear a brutalidade de certos episódios da Fronda ou da repressão czarista na Polônia – que só muito superficialmente poderiam ser comparados com acontecimentos da Revolução e jamais com o que veio a ser a experiência jacobina – ele não contribuiu para a formação do conceito terrorismo. No máximo, como outros, ajudou a difundir a palavra (mal aplicada, pois reduzida a mero sinônimo de grande brutalidade) e sua acepção pejorativa herdada dos termidorianos. Ao contrário, quando anarquistas como Nechaiev passaram a fazer a apologia do termo reivindicando a lógica de violência revolucionária vivida pelo jacobinismo – mesmo transmutando o antigo terror revolucionário das massas e do Estado em terror revolucionário subversivo e individual – eles deram um segundo passo fundamental para adensar semântica e historicamente o conceito terrorismo. Em grande parte porque não havia neste emprego da palavra a intenção de definir um fenômeno histórico específico, mas de “teorizar” e adaptar um procedimento revolucionário “tradicional”, que a partir de então ganhou significado mais abrangente e, ao mesmo tempo, densidade conceitual. Entretanto, isso é outro assunto, que remete, inclusive, a um terceiro e definitivo passo de coagulação do conceito terrorismo dado pelo bolchevismo, conforme sinalizado na Introdução desta pesquisa.

---

<sup>409</sup> Reinhart Koselleck. “História dos conceitos e história social”. Em *Futuro passado: Contribuição semântica dos tempos histórico*. Rio de Janeiro, PUC/Contraponto, 2006, p. 108.

<sup>410</sup> Reinhart Koselleck. “Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit”. Em *Archiv für Begriffsgeschichte*, n. 11 (1967), p. 81-99. *Apud* Joaquín Abellán. “En torno al objeto de la historia de los conceptos de Reinhart Koselleck”. Em Santiago Castillo (org.). *La historia social en España*. Madrid, Siglo XXI, 1991, p. 54.

Considerando as duas conclusões principais expostas acima (o conceito terrorismo começa a ser gestado durante a Revolução Francesa, mas não se conclui com ela), pergunta-se então sobre o quê, no surgimento daquele neologismo inicial, engasta uma promessa exatamente conceitual. Ou seja, o que constitui certa espécie de “marca de origem” ou “tradição” que a partir de uma palavra historicamente determinada balizou a posterior fortuna semântica do conceito terrorismo?

A resposta a esta indagação só pode ser dada aqui de modo parcial, posto que ela exige, para ser completa, estudos que remetem a outras camadas históricas embutidas na formação do conceito e ultrapassam o recorte traçado nesta dissertação. Desde já, no entanto, é possível verificar alguns elementos recorrentes na práxis e na ideologia que conformaram estruturalmente o fenômeno do *terrorisme* – a despeito do sentido limitado, mas não impróprio ou inválido, dado ao termo pelo Termidor –, e que parecem estar na base da apropriação do mote por aqueles que mais tarde lhe agregaram valores doutrinários e lhe deram acabamento propriamente conceitual, sem perder de vista, justamente, sua *birthmark*. Dentre esses elementos ressaltam-se quatro:

1. A mentalidade revolucionária, no sentido de uma “*tomada de consciência coletiva da ruptura brusca e violenta com a continuidade, a herança e a tradição*”, como disse Vovelle<sup>411</sup>, em nome de um novo mundo purificado do mal.

2. A violência extrema justificada como meio para acabar de vez com todas as demais violências e injustiças, apelando-se às virtudes purificadoras, pedagógicas e propagandísticas de sua mais dura aplicação revolucionária, sempre acompanhada da culpabilização do outro (“eles que começaram”, “eles fazem coisas piores ainda”, “eles só entendem essa linguagem” etc.).

3. A violência perpetrada de forma pública, espetacular e chocante, não só para exterminar o adversário do momento, mas, sobretudo, para dar exemplo e enviar uma mensagem aos demais inimigos, intimidando-os, bem como para os amigos, encorajando-os.

4. O terror, enfim, como declarado método de governo, no qual o teatro da violência se estende do democídio aos aspectos mais cotidianos da vida civil, conformando um tentacular regime repressivo e policialesco para garantir a revolução.

Certamente que estes quatro componentes das representações e práticas da violência política na Revolução Francesa não as resumem. E nem esgotam a explicação das origens de um conceito que mais necessitou para constituir-se como tal. Em todo caso, sem estimá-los devidamente não se compreende algo de fundamental na genealogia mais recuada da ideia de terrorismo. Algo que justamente parece explicar as posteriores contribuições de anarquistas e bolcheviques na promoção de sua plena consagração conceitual (sem desprezar acréscimos subsequentes), e que, acredito, mostra-se como crucial, hoje mesmo, para qualquer discussão

---

<sup>411</sup> Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 393.

histórica que pretenda um diálogo intersubjetivo e consensual sobre o que se deve entender por terrorismo.

Especialmente por causa do terceiro item acima mencionado, que, de alguma forma, sintetiza todos os outros quanto a certo “estilo” de violência politicamente dirigida.

## Bibliografia

ALVES, Manuel. *Textos girondinos*. Lisboa, Quadrante, 1989.

ANDREWS, David. *O Terror: guerra civil e Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 2009.

ANDREWS, Richard. "A critical evaluation of Albert Soboul's". Em *Journal of Social History*. Oxford, Oxford University Press, 1985, v. XIX, n. 1, p. 71-112.

ARASSE, Daniel. *La guillotine et l'imaginaire de La Terreur*. Paris, Flammarion, 1987.

AUBERTEUIL, Hilliard. *Essais historiques et politiques sur la Révolution de l'Amérique septentrionale*. Paris, Langer, 1782.

BACZKO, Bronislaw. "Iluminismo". Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 754-763.

BACZKO, Bronislaw. "Termidorianos". Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 418-432.

BAECQUE, Antoine de. *Glory and Terror: Seven deaths under the French Revolution*. Londres, Routledge, 2001.

BAILYN, Bernard. *The ideological origins of the American Revolution*. Harvard, Harvard University Press, 1967.

BALBOA, Joaquín. *História del Derecho romano*. Madrid, Ojeda, 1957.

BEÉ, Michel. "L'Spetacle de l'exécution dans la France d'Ancien Régime". Em *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 1984, n. 4, p. 843-862.

BERTAUD, Jean-Paul. *La révolution armée: Les soldats-citoyens et la Révolution Française*. Paris, Robert Lafont, 1979.

BLANC, Louis. *Histoire de dix ans*. Paris, Paganerre, 1843, v. IV.

BLANC, Olivier. "Cercles politiques et salons du début de la Révolution (1789-1793)". *Annales historiques de la Révolution Française*. Paris. 2006, n. 344, p. 63-92.

BOISTE, Pierre-Claude. *Dictionnaire universel de la langue française*. Paris, Desrai, 1803, t. II.

BRUNEL, Françoise. *Thermidor: La chute de Robespierre*. Paris, Complexe, 1989.

BURKE, Peter. *Popular culture in early modern Europe*. Nova York, Harper and Row, 1978.

- CARON, Pierre. *La Première Terreur: 1792*. Paris, Presses Universitaires de France, 1950.
- CARON, Pierre. *Paris pendant la terreur: Rapports des agents secrets du ministère de l'intérieur*. Paris, Alphonse Picard, 1914.
- CLÈNET, Louis-Marie. *Les colonnes infernales*. Paris, Perrin, 1993.
- COBB, Richard. *Les armées révolutionnaires, instruments de la terreur dans les départements*. Paris, Mouton, 1961.
- COQUARD, Olivier. “Les mots du despotisme dans *Offrande a la patrie ou Discours au Tiers État* de Marat”. Paris, INALF, Actes du 4ème Colloque International de Lexicographie Politique “Langages de la Révolution”, 1995, p. 559-570.
- COQUARD, Olivier. *Marat, o amigo do povo*. São Paulo, Scritta, 1996.
- COURCHÉ, Emile. *Atlas historique-geographique de la Révolution Française*. Paris, Trianon, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo, UNESP, 2003.
- DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- DARNTON, Robert. *The literary underground of the Old Regime*. Cambridge, Harvard University Press, 1982.
- DESPLACES, Ernest e MICHAUD, Louis Gabriel. *Biographie Universelle*. Paris, Henri Plon Ed., 1860, v. XXXVII.
- DORIGNY, Marcel. “Violence et Revolution: Les girondins et les massacres de septembre”. Em Albert Soboul (org.), *Actes du Colloque Girondins et Montagnards*. Paris, Société de Études Robespierriestes, 2012 (1980), p. 118-119.
- DURVAL, Georges. *Souvenirs de la Terreur*, Paris, Werdet Ed., 1849, v. IV.
- FARIAS, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro, Fundação de Assistência ao Estudante/Ministério da Educação, 1991 (1955).
- FAUSKEVAG, Svein Erik. *Sade ou la tentation totalitaire*. Paris, Champion, 2001.
- FORREST, Alan. “Exército”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 557-565.
- FURET, François. “A Vendaia”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 177-188.
- FURET, François. “Babeuf”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 191-197.
- FURET, François. “Governo revolucionário”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.), *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 567-587.

- FURET, François. “Jacobinismo”. François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 764-775.
- FURET, François. “Les sans-culottes et la Révolution Française”. Em *Annales, Historie , Sciences Sociales*. Paris, 1963, v. XVIII, n. 6, p. 1098-1127.
- FURET, François. “Terror”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 146-160.
- FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- GALLO, Max. *Revolução Francesa*. Porto Alegre, LP&M, 2012.
- GEFFROY, Annie. “Terreur et sa famille morphologique”. Em Louis Gilbert (org.). *Néologie et lexicologie*. Paris, Larousse, 1979, p. 124-135.
- GEFFROY, Annie. “L’étendue du vocabulaire chez Hébert et Robespierre”. Em *Cahiers de Lexicologie*. Paris, 1973, n. 22, p. 96-107.
- GODECHOT, Jacques. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- GODINEAU, Dominique. “La Tricoteuse: Formation d’un mythe contre-révolutionnaire”. Em Michel Vovelle (org.). *L’image de la Révolution française*, Paris/Oxford, Pergamon Press, 1989, v. III, p. 2278-2285.
- GREER, Donald. *The incidence of the Terror during the French Revolution: A statistical interpretation*. Cambridge, University of Cambridge Press, 1935.
- GUENIFFREY, Patrice. “Comuna de Paris”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 510-520.
- GUENIEFFEY, Patrice. “La Fayette”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa* (org.). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 251-261.
- GUENIFFREY, Patrice. “Robespierre”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 312-327.
- GUILHAUMOU, Jacques. “L’idéologie du Père Duchesne”. Em Jacques Guilhaumou (org.). *Langage et idéologies. Le discours comme objet de l’histoire*. Paris, Editions Ouvrières, 1974, p. 81-116.
- GUILHAUMOU, Jacques. *La terreur à l’ordre du jour: Un parcours en révolution (1793-1794)*. Paris, DUSP, 1987.
- HAYAKAWA, Riho. “L’assassinat du boulanger Denis François le 21 octobre 1789”. Em *Annales Historiques de la Révolution Française*. Paris, 2003, v. CCCXXXIII, n. 1, p. 1-19.
- HÈRNANDEZ, Pedro. *La idea de revolución*. Zaragoza, Milénio, 2002.

HEUVEL, Gerd van den. “Terreur, terroriste, terrorisme”. Em Rolf Reichardt e Eberhart Schmitt (org.). *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich: 1680-1820*. Munique, Oldenburg, v. 3, 1985, p. 92-94.

HIGONNET, Patrice. “Sans-culottes”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 411-417.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

HODDE, Lucien de La. *Correspondance des terroristes*. Paris, Julien & Lanier, 1851.

HUGO, Victor. *Napoleon , le Petit*. Paris, Editions du Soleil, 1973 (1852).

KOREN, Roselyne. “Violence verbale et argumentation dans la presse révolutionnaire et contre-révolutionnaire”. Em *Studies on Voltaire and the eighteenth century*. Oxford, Oxford University Press/The Voltaire Foundation, 2001, n. 287, p. 317-329.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição semântica dos tempos histórico*. Rio de Janeiro, PUC/Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. “Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit”. Em *Archiv für Begriffsgeschichte*, n. 11 (1967), p. 81-99. *Apud* Joaquín Abellán. “En torno al objeto de la historia de los conceptos de Reinhart Koselleck”. Em Santiago Castillo (org.). *La historia social en España*. Madrid, Siglo XXI, 1991.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *L'historien du climat face aux famines, aux disettes et aux révolutions*. Conferência proferida no Institut de France em 24 de outubro de 2006. Transcrição disponível em <[http://seance-cinq-academies-2011.institut-de-france.fr/discours/2006/le\\_roy\\_ladurie.pdf](http://seance-cinq-academies-2011.institut-de-france.fr/discours/2006/le_roy_ladurie.pdf)>.

LAVEAUX, Jean-Charles. *Nouveau dictionnaire de la langue française*. Paris, Garnier, 1828.

LE GOFF, Jacques. Em Jacques Le Goff e Pierre Nora (org.). *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 68-83.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1989 (1951).

LÊNIN, Vladimir. “Por onde começar”. Em *Textos marxistas*. Porto, Vitória, 1975 (1901).

LILTI, Antoine. “Sociabilité et mondanité: Les hommes de lettres dans les salons parisiens au XVIIIe siècle”. Em *French Historical Studies*. Duhan, Duke University Press, 2005, v. XXVIII, n. 3, p. 415-445.

MADÉLIN, Louis. *Los hombres de la Revolución Francesa*. Buenos Aires, Vergara, 2004.

MANFRED, Albert. *A grande Revolução Francesa*. São Paulo, Fulgor, 1966.

MATHIEU, Jacques. *Évolution de la presse française: 1770-1788*. Paris, Débat, 2004.

- MATRAT, Jean. *Robespierre*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- MATTHIEU, Philippe. *Emblèmes et blasons de la Révolution Française*. Toulouse, Visuel, 2004.
- MCDOWELL, Peter. *Documents of American Revolution*. Chicago, Mark & Adams, 1998.
- MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution Française (1792-1793)*. Paris, Gallimard, 1952 (1853).
- MICHELET, Jules. *La Pologne martyr*. Paris, Dentu, 1865.
- MICHELET, Jules. *Richelieu et la Fronde*. Paris, Chamerot, 1858.
- MORIN, Albert. *Galerie Historique de la Révolution Française*. Paris, Société des Travailleurs Réunis Ed., 1849, t. II.
- MORNET, Daniel. *Les origines intellectuels de la Révolution Française (1715-1787)*. Paris, Armand Colin, 1967 (1933).
- NECHAIEV, Serguei e BAKUNIN, Mikhail. *Catecismo revolucionário*. Madri, Felgueres, 2014 (1868).
- NOGARET, Guy Chaussinand. *A queda da Bastilha: O começo da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
- NOGARET, Guy Chaussinand. *Mirabeau*. Paris, Seuil, 1982.
- OZOUF, Mona. “Federação”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 62-71.
- OZOUF, Mona. “Revolução”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 840-852.
- PAGANEL, Pierre. *Essai historique et critique sur la Révolution Française*. Paris, Panckouke, 1810.
- RAPIN, Ami-Jacques. “L’objet évanescant d’une théorie improbable: Le terrorisme et les sciences sociales”. Em *Les Cahiers du RMES*. Bruxelas, v. V, n. 1, 2008, p. 165-213.
- RAYNAUD, Philippe. “Revolução Americana”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- REOUDINESCO, Élisabeth. *Théroigne de Méricourt: Une femme mélancolique sous la Révolution*. Paris, Albin Michel, 2010.
- RESTALL, Alain. *Questions d’étymologie*. Louvain, Thacon, 1998.
- RICHET, Denis. “Enragés”. Em François Furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 353-358.

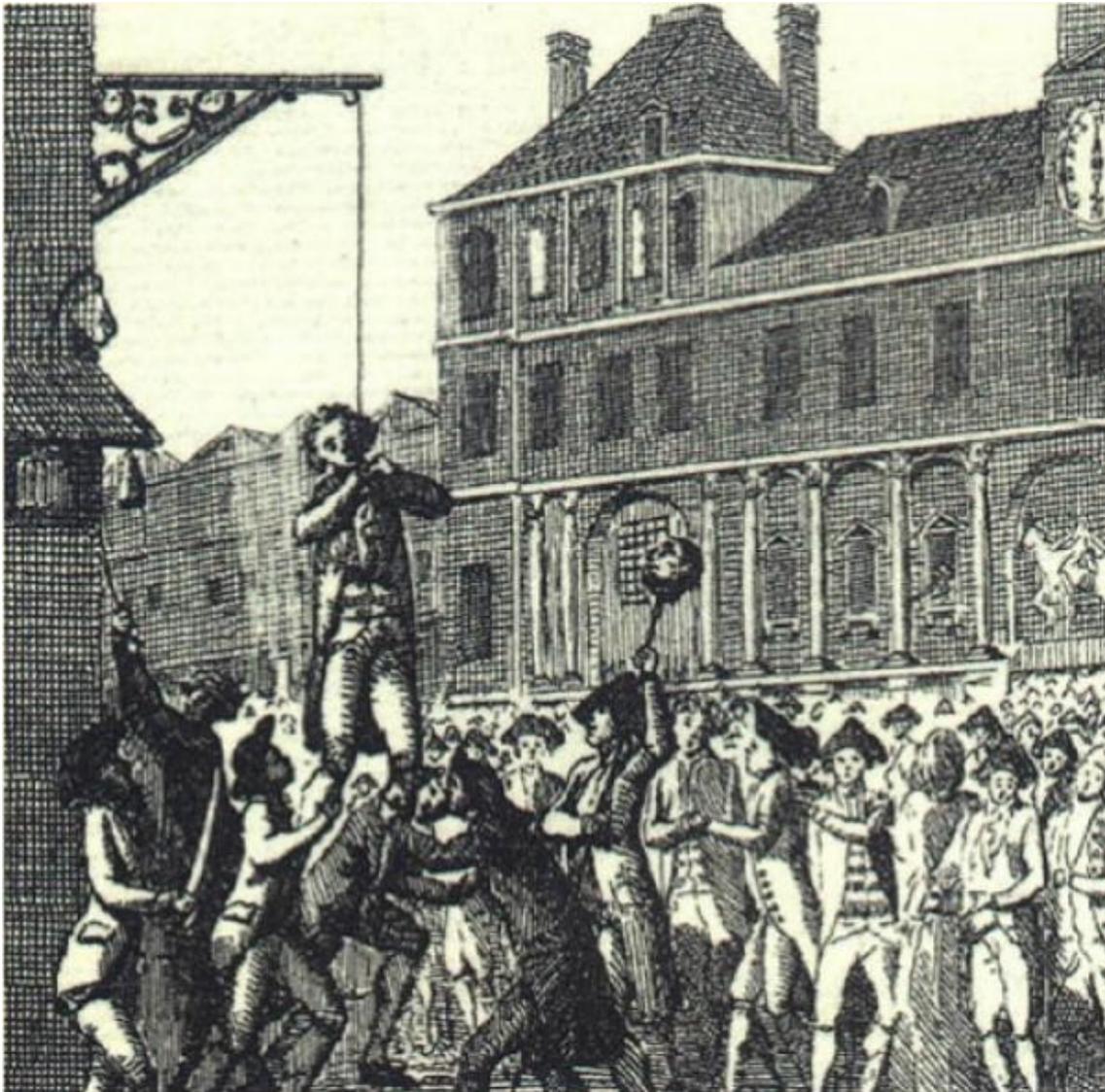
- RICHET, Denis. “Hebertistas”. Em François furet e Mona Ozouf (org.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 379-386.
- ROBIQUET, Jean. *La vie quotidienne au temps de la Révolution*. Paris, Hachette, 1938.
- RUMMEL, Rudolf. *Understanding conflict and war*. Hoboken (Nova Jersey), John Wiley & Sons, 1976.
- SCHAMA, Simon. *Citizens: A chronicle of the French Revolution*. Nova York, Vintage Books, 1990.
- SCHAMA, Simon. *O poder da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- SOBOUL, Albert. *Les sans-culottes parisiens en l'an II: Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire*. Paris, Craveuil, 1958.
- STONE, Bernadette. “Donald Greer and his statistical interpretation of Terror in images”. Em Paul Bernstein. *Views of French Revolution*. Bloomington, T&T, 2008, p. 53-62.
- TACKETT, Timothy. *Becoming a revolutionary: The deputies of the french National Assembly and the emergence of a revolutionary culture: 1789-1790*. Princeton, Princeton University Press, 1997.
- TACKETT, Timothy. “Rumor and Revolution”. Em *French History and Civilization*. Melbourne, George Rudé Society/University of Melbourne, v. IV, n. 4, 2011, p. 54-64.
- TACKETT, Timothy. *The coming of the Terror in the French Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 2015.
- TROTSKY, Leon. *Terrorismo e comunismo: O anti Kautsky*. Rio de Janeiro, Saga, 1969 (1920).
- VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na história*. São Paulo, Ática, 1997.
- VOVELLE, Michel. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, EDUSC, 2000.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- VV.AA. *Dictionnaire de l'Académie Française*. Paris, Firmin Didot, 1835.
- WALTHER, Rudolf. “Terror, Terrorismus”. Em Reinhart Koselleck e Otto Brunner (org.). *Geschichtliche Grundbegriffe*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1997, p. 323-444.
- WALLON, Henri. *Les Représentants du peuple en mission et la justice révolutionnaire dans les départements*. Paris, Hachette, 1880-1890.
- ZIZEK, Slavoj (org.). *Virtude e Terror*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- ZIZEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo, Boitempo, 2011.

## **Anexo/Ilustrações**



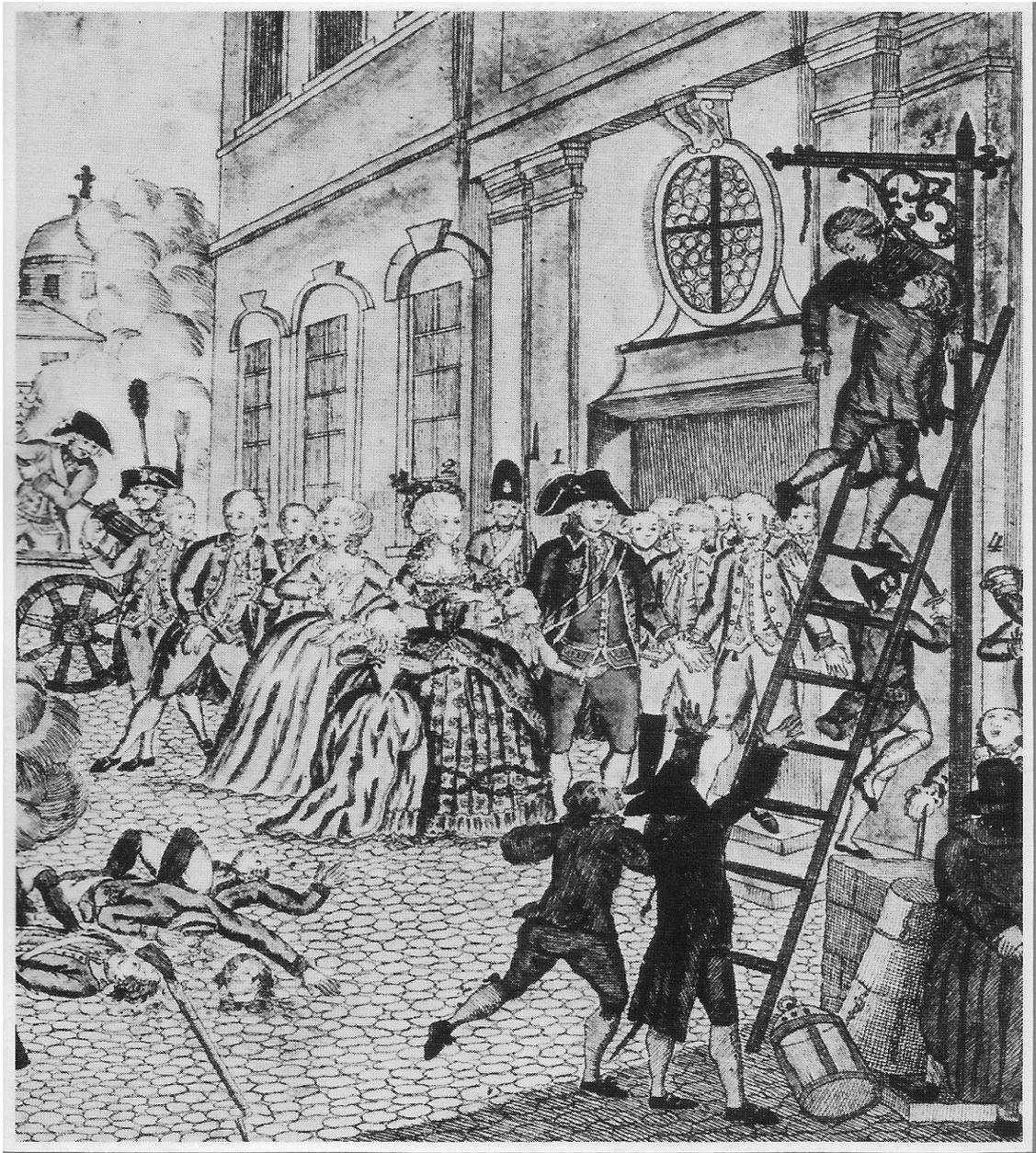
### Ilustração 1

Jacques-Louis David. *O juramento dos Horácios*. Roma-Paris, 1784-1795.



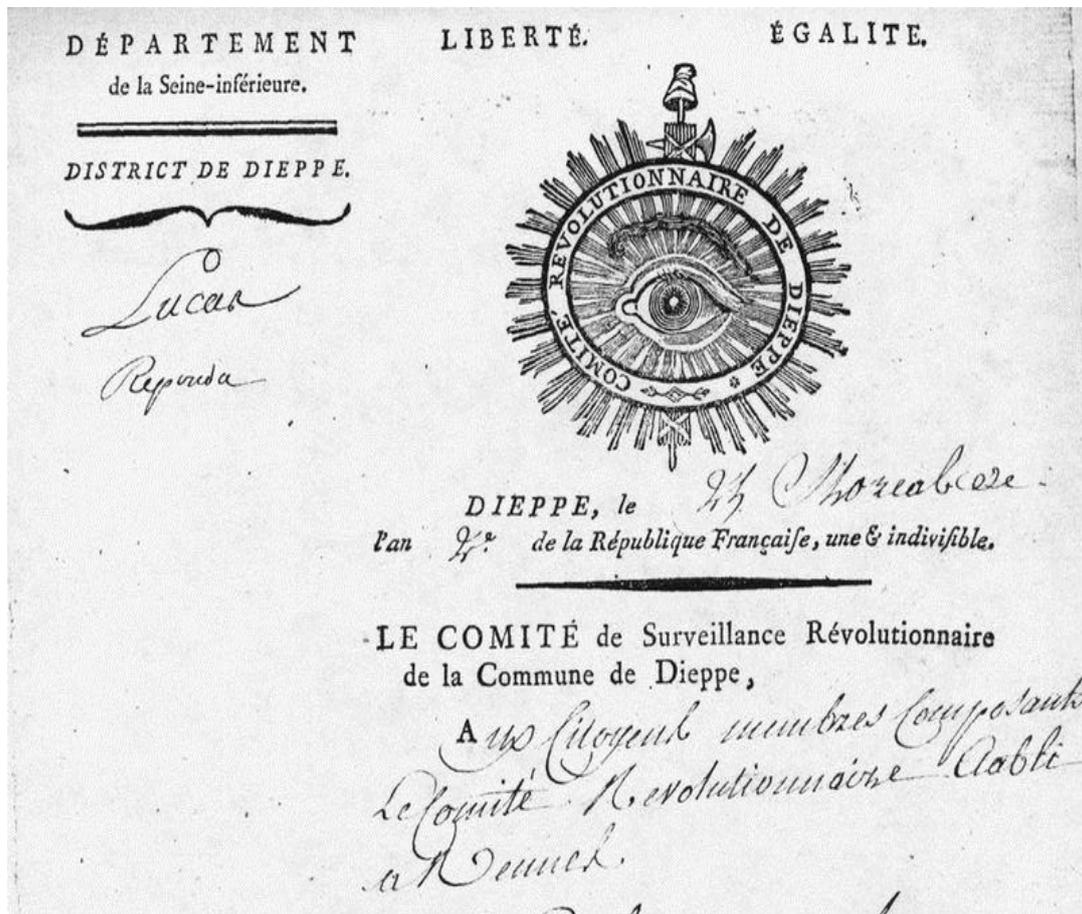
## Ilustração 2

Anônimo. *“Citoyens! Les trâîtres à la lanterne!”*. Gravura. Paris, 1789.



**Ilustração 3**

Anônimo. *“Pendus sur la réverbère”*. Gravura. Paris, 1789.

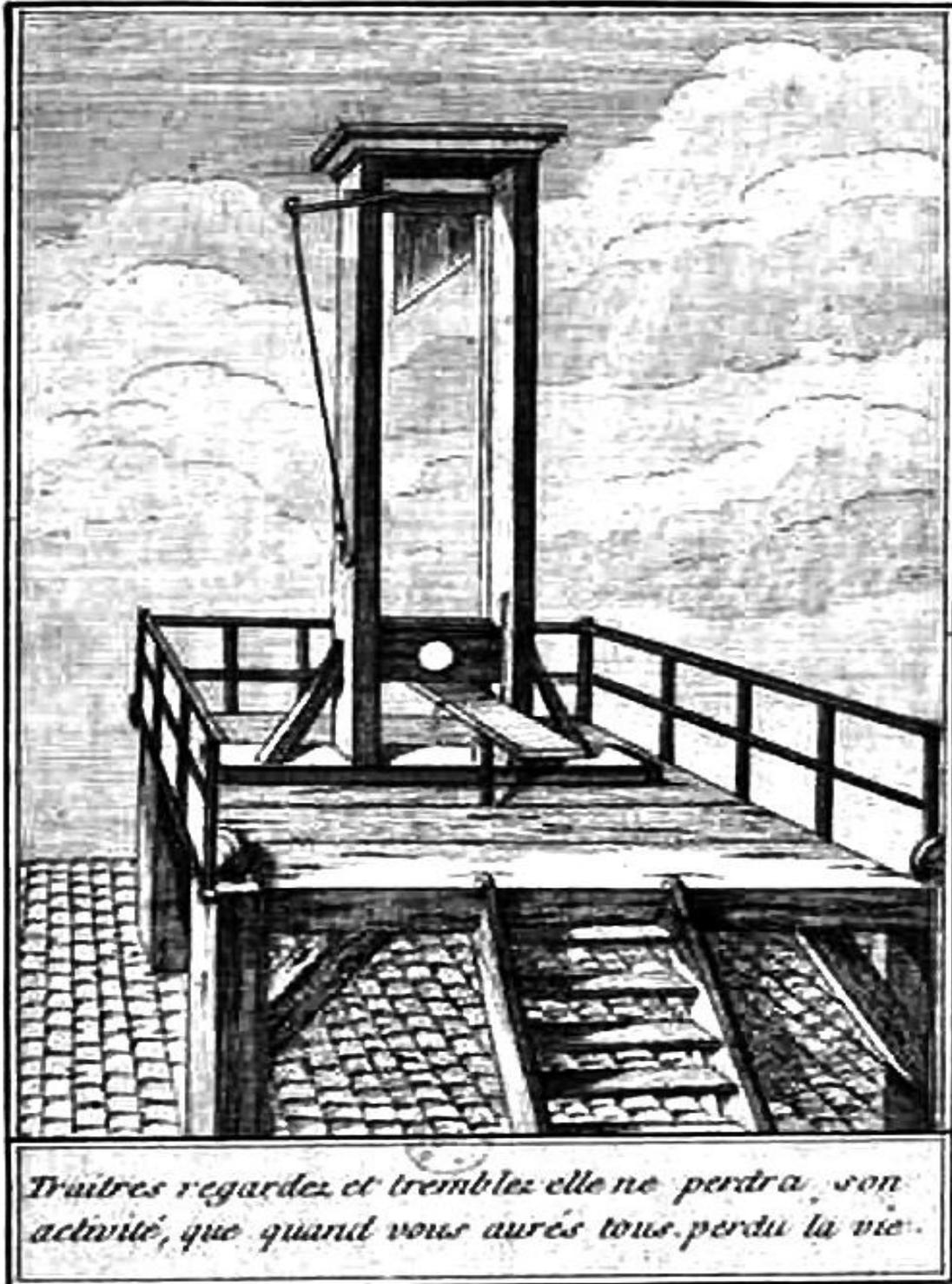


#### Ilustração 4

Timbre do Comitê Revolucionário de Dieppe. 1795.

Em Simon Schama, *Citizens: A chronicle of the French Revolution*, p. 477.

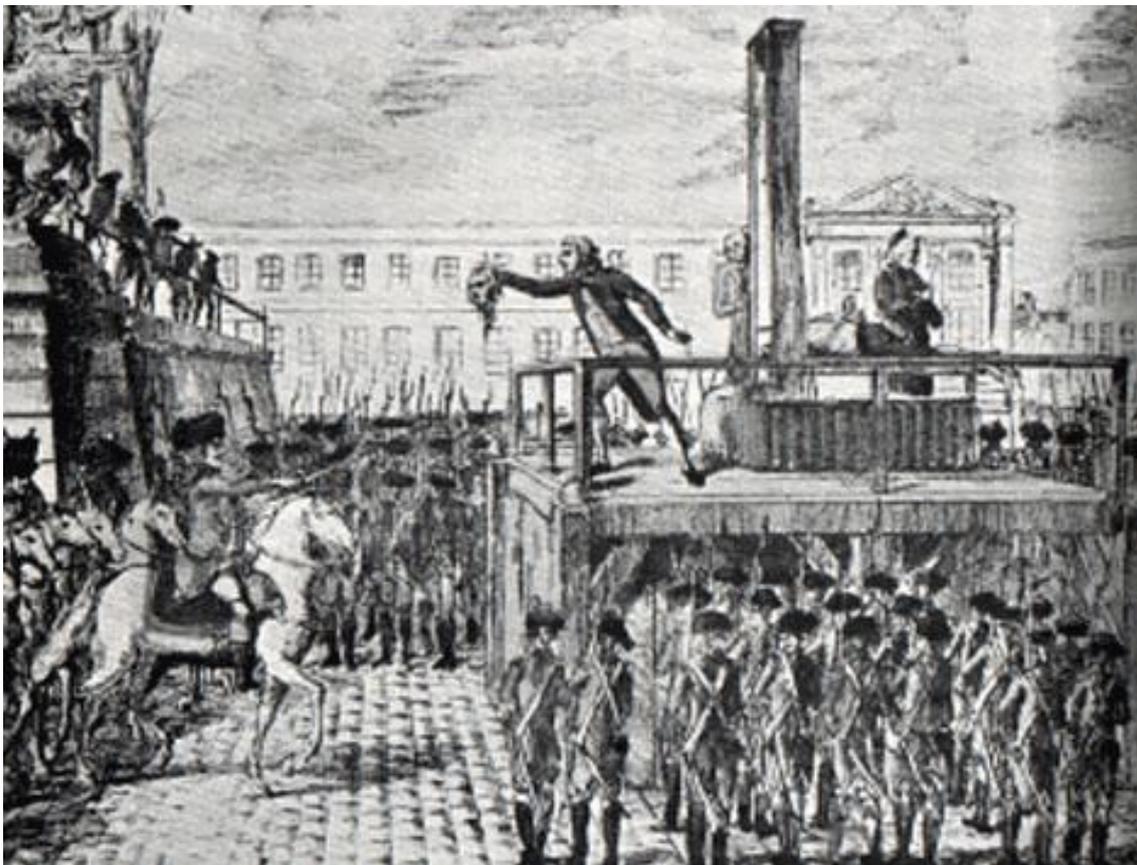
LE POIGNARD DES PATRIOTES EST LA HACHE DE LA LOI.



*J. B. Louvion Sculp.*

Ilustração 5

Jean-Baptiste Louvion. Gravura. Paris, 1792.



**Figura 6**

Anônimo. Gravura. Execução de Luís XVI. Paris, 1793.

MATIERE A REFLECTION POUR LES JONGLEURS COURONNES.



qu'un sang impur abreuve nos sillons.

Lundi 21 Janvier 1793 à 10 heures un quart du matin sur la place de la revolution, ci devant appelle Louis XV. Le Tyran est tombe sous le glaive des Loix. ce grand acte de justice a consterne l'Univers. aucun la superstition Royale, et cree la republique. Il imprime un grand caractere à la convention nationale et le rend digne de la confiance des francais. . . . . orateurs insidieux ignoreront leurs ressources de courage des republicains triompha la majorite principes, et le genie de l'intrigue ceda au genie de la Liberté et à l'Ascendant de la vertu.

Recit de la 5<sup>e</sup> Lettre de Maximilien Robespierre

à ses commettus.

Paris chez Villeneuve Orateur rue Rastrelle d'ancien Maison de passage N<sup>o</sup> 71.

### Ilustração 7

Villeneuve (de Bordeaux?). Gravura. Cabeça de Luís XVI. Paris, 1793.

AUX MÂNES DE NOS FRÈRES SACRIFIEZ PAR LE TRAITRE.

ECCE CUSTINE.



Son sang impur abreuva nos Sillons.

AINSI PÉRISSE LES TRAITRES À LA PATRIE.

28 Aoust 1793. L'an 2<sup>e</sup> de la République une indivisible, à 10 heures 30 minutes du matin.

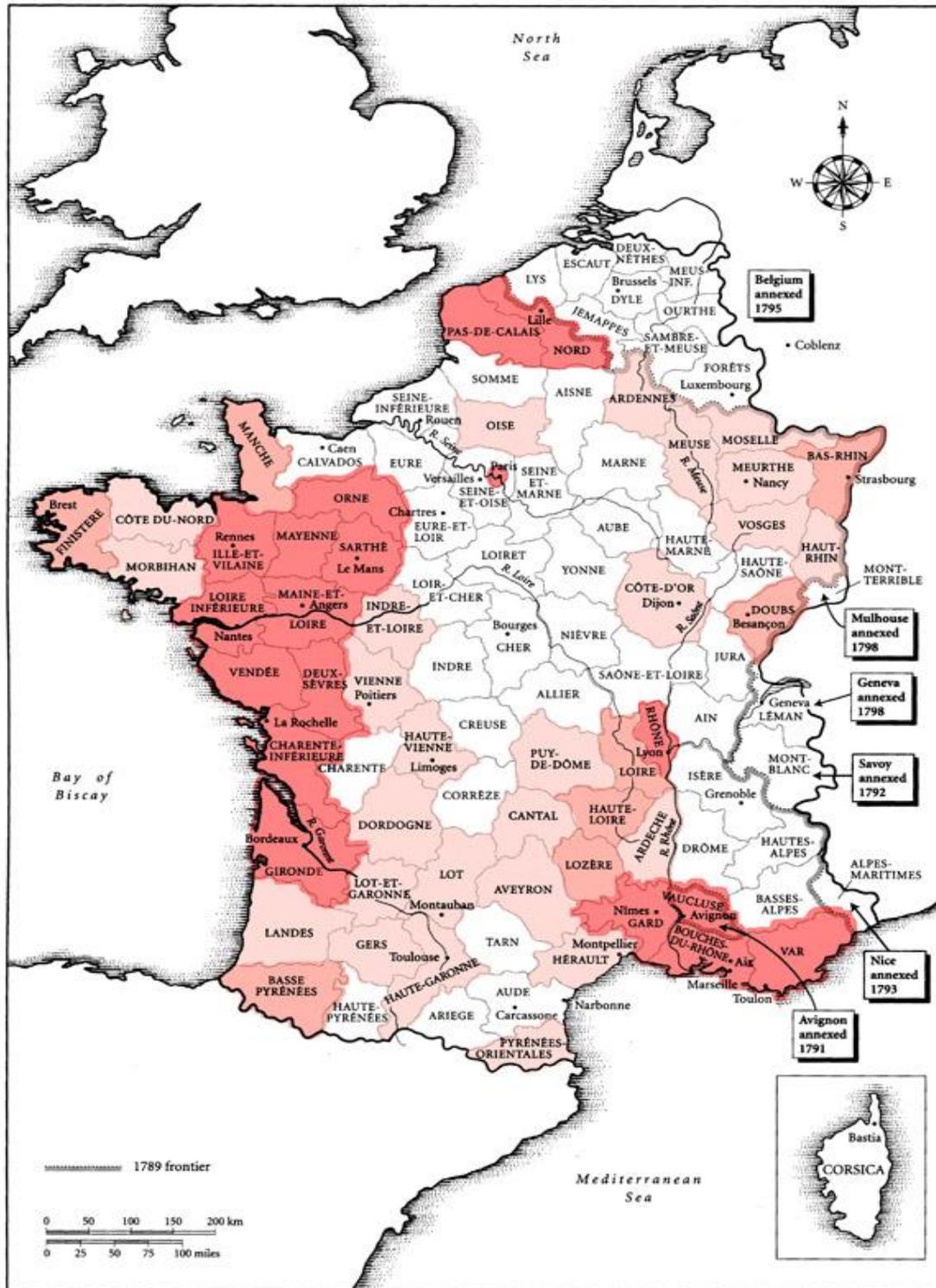
Paris chez Villeneuve Graveur Rue Zacharie S<sup>te</sup> Severin Maison du Passage N<sup>o</sup> 72.

G 162 993

11.501

### Ilustração 8

Villeneuve (de Bordeaux?). Gravura. Cabeça de Adan-Philippe de Custine. Paris, 1793.



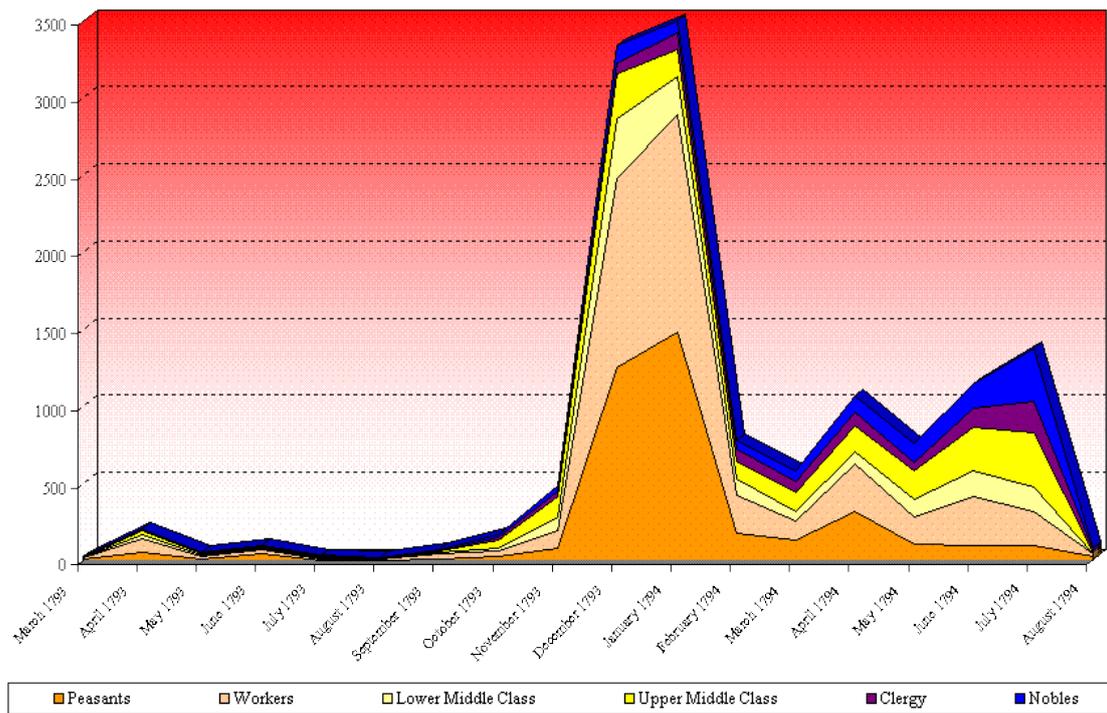
France in the 1790s

### Ilustração 9

Mapa regional da mortandade relacionada a *La Terreur*.

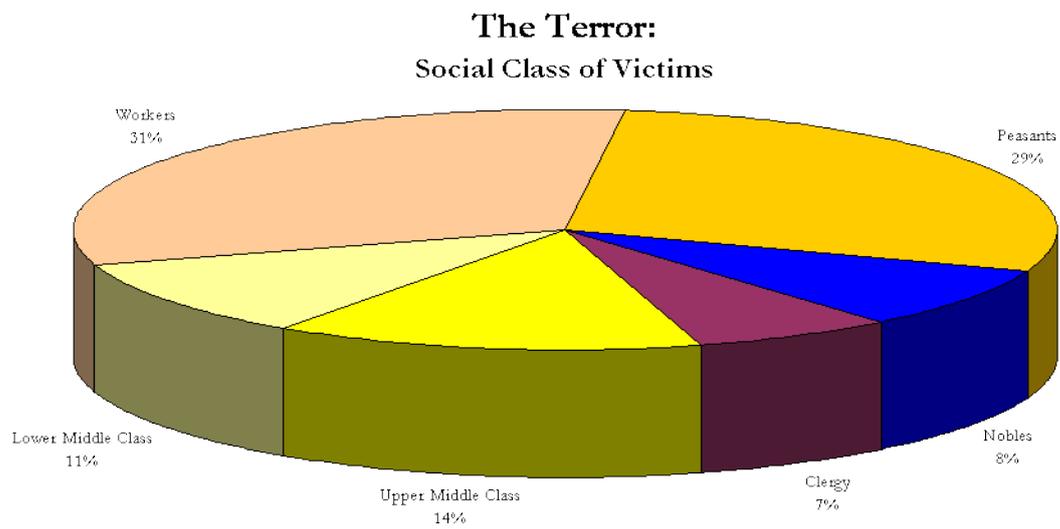
Em Emile Courché. *Atlas historique-geographique de la Révolution Française*. Paris, Trianon, 1998, p. 41.

## The Terror: Variation Over Time



### Ilustração 10

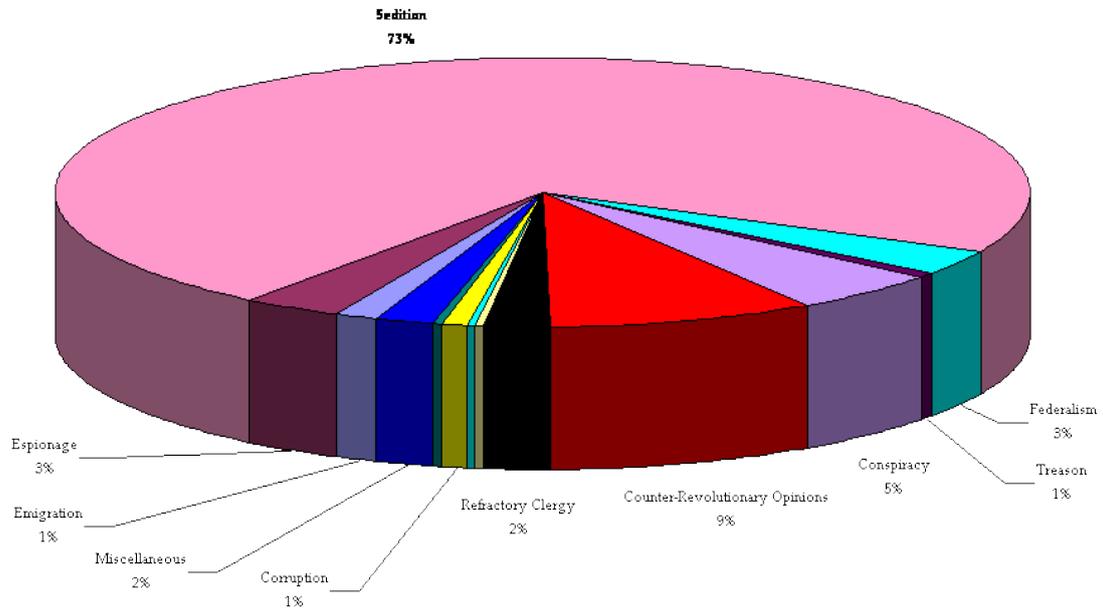
Em Bernadette Stone. "Donald Greer and his statistical interpretation of Terror in images". Em Paul Bernstein. *Views of French Revolution*. Bloomington, T&T, 2008, p. 56.



### Ilustração 11

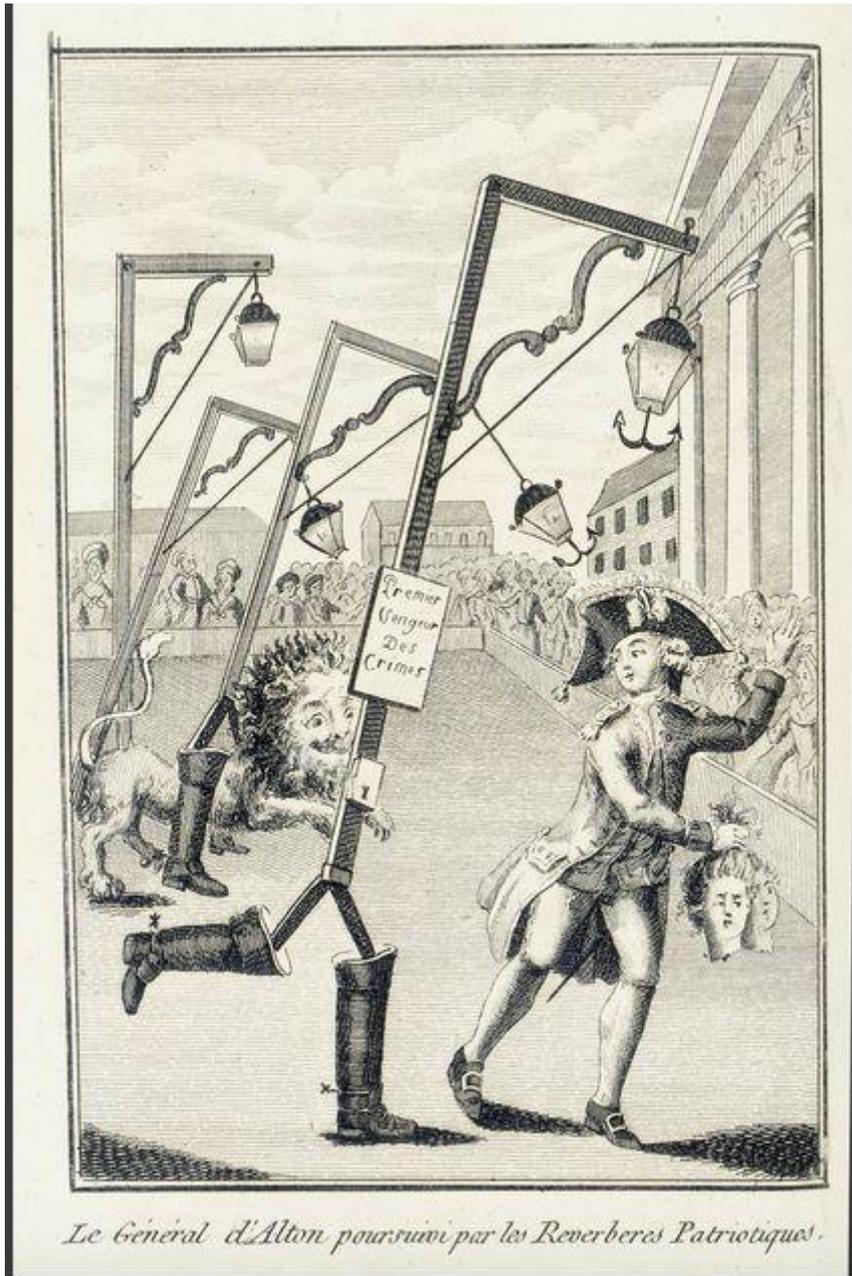
Em Bernadette Stone. "Donald Greer and his statistical interpretation of Terror in images". Em Paul Bernstein. *Views of French Revolution*. Bloomington, T&T, 2008, p. 57.

## Indictments Resulting in Execution, 1793-1794



### Ilustração 12

Em Bernadette Stone. "Donald Greer and his statistical interpretation of Terror in images". Em Paul Bernstein. *Views of French Revolution*. Bloomington, T&T, 2008, p. 59.



**Ilustração 13**

Anônimo. Publicado por Camile Desmoulins no *Les Révolutions de France et de Brabant*, 1790.

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Nome do estudante: Eduardo José Antunes Netto Carreira

Número da matrícula: 140054821

Título do trabalho: Representações e práticas de violência política na Revolução Francesa:  
Sobre as origens do conceito terrorismo

Declaro para todos os efeitos que a dissertação de mestrado acima indicada foi integralmente por mim redigida, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado parcial ou integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 22 de janeiro de 2015

Assinatura do estudante